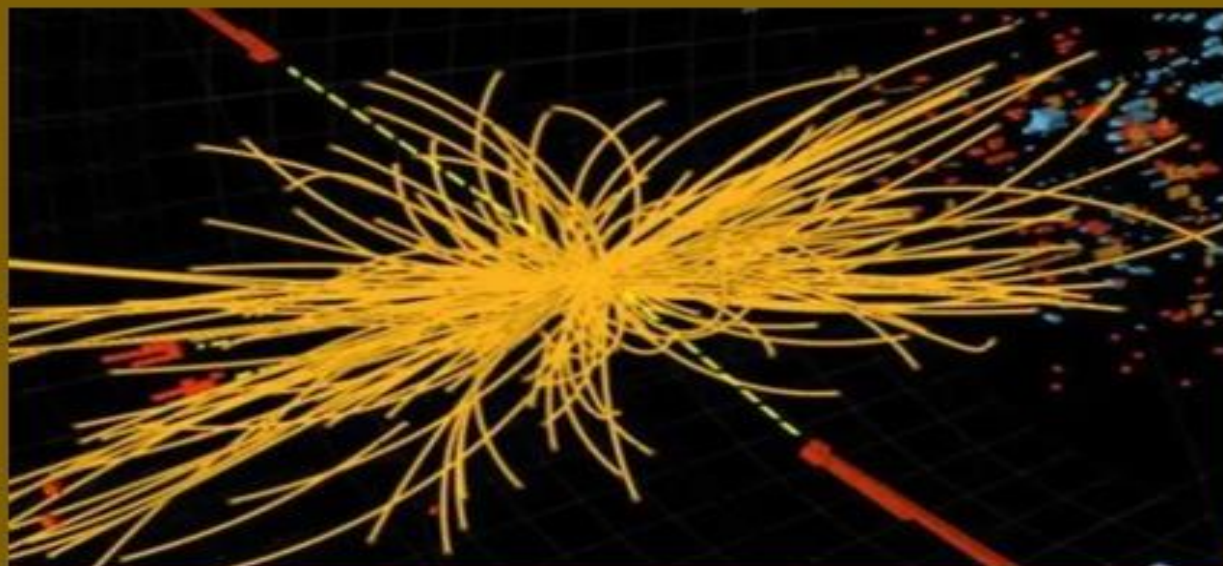


## Revista Multidisciplinar



Fonte: <https://exame.com/ciencia/particula-de-deus-leva-o-nobel-de-fisica-2/amp/>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo.xxxxxxxx

DOI: 10.69720/2966-0599.2024.xxxx /Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number  
2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

**Expediente**  
**Revista O Universo Observável**  
ISSN: [2966-0599](https://doi.org/10.21909/2966-0599) (online)

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)  
contato@ouniversoobservavel.com.br

**Editor-chefe:** Me. Wagner Anonio Farias Ramalho Doncev

**Editores executivos:** Esp. Elza Nunes de Souza, Dr. Rogério Cesar de Lara da Silva, Me. Juliete da Paixão Vidal, Dr. Lucas Wagner Ribeiro Aragão, Dra. Viviane Mallmann e Esp. Priscilla Teodora Gonçalves, D.r Rogerio Nogueira Prioste, D.ra Gisele Maria de Sousa, D.r José Maurício Diascânio.

**Editores adjuntos:** Esp. Luana Souza Ramalho Doncev

**Revisores**

Me. Daniel Branco de Moraes  
Ma. Cintia Cristina Domiciano Adão  
Ma. Nayara Bach Franco de Aquino  
Esp. Melquizedeque Ramos Feitoza  
Esp. Arthur Freire Farias Doncev  
Esp. Ricardo Alex Bruhn Otero  
Ma. Tatiane Raquel Santana da Cruz  
Esp. Flávia Pereira Bertotti

Esp. Tayna Souza Porto Manvailer  
Esp. Pedro Gomes Manvailer  
Ma. Priscilla Patricio de Holanda  
Dr. Marcio de Freitas Santa Ana  
M.e Imoukhedeme Paul Kehinde  
M.e Alessandro Martins Ribeiro  
D.r Igor Bacelar da Cruz Urpia



O Conhecimento  
é o horizonte  
de eventos.

ISSN: 2966-0599

[contato@ouniversoobservavel.com.br](mailto:contato@ouniversoobservavel.com.br)

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

Periódico Científico Indexado

**Periodicidade da publicação:** Mensal

**Idioma:** Aceitos artigos escritos em Português Inglês e Espanhol

A “Revista O Universo Observável” (com ênfase em Ciências Exatas). tem por finalidade, divulgar textos originais e inéditos em todas as Áreas do Conhecimento (multidisciplinar).

Tendo sua periodicidade Mensal, de acesso aberto e submissão contínua, a Revista acolhe artigos e ensaios de pesquisadores ou grupo de pesquisadores, docentes e discentes de Instituições de Ensino Superior, no âmbito da graduação, como também, da Pós-graduação.

## Autor Corporativo



O Conhecimento é um  
horizonte de eventos.

**Editora**

**O Universo Observável**

**CNPJ: 57.199.688/0001-06**

**Naviraí- Mato Grosso do Sul**

**Rua: Botocudos, 365 – Centro**

**CEP:79950-000.**

[contato@ouniversoobservavel.com.br](mailto:contato@ouniversoobservavel.com.br)

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

## SUMÁRIO

### **A EDUCAÇÃO EM ÁREAS RIBEIRINHAS NO AMAZONAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Luana Souza Ramalho Doncev

DOI : 10.5281/zenodo.14247699

### **“ADAPTAÇÃO E INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E A PARCERIA ESCOLA- FAMÍLIA”**

Luana Souza Ramalho Doncev

DOI : 10.5281/zenodo.14247676

### **A RELAÇÃO ESCOLA COMUNIDADE E SUAS FUNÇÕES SOCIAIS – Um Estudo de Caso no Interior do Amazonas**

Luana Souza Ramalho Doncev

DOI: 10.5281/zenodo.14247016

### **USO DE PLANTAS MEDICINAIS COMO TERAPIA COMPLEMENTAR NO TRATAMENTO DA TUBERCULOSE**

Leila Cristina Liborio, Flávia Bertotti Pereira, Eduarda Malaquias Pereira e Layse  
Fernanda Antonio de Souza

DOI : 10.5281/zenodo.14217647

### **A TRAJETÓRIA DA POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E A LUTA DO POVO AFRODESCENDENTE PELA CONQUISTA DE SEU ESPAÇO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Genivaldo Bezerra Cavalcanti

DOI: 10.5281/zenodo.14217508

### **A IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NA GESTÃO FINANCEIRA EMPRESARIAL**

Deborah Cristina Orchanheski

DOI: 10.5281/zenodo.14205195

### **O IMPACTO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IFRS) NAS EMPRESAS BRASILEIRAS**

Deborah Cristina Orchanheski

DOI: 10.5281/zenodo.14205171

### **BAUMAN: A MODERNIDADE E SEU MAL ESTAR NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO PÓS-MODERNO EM UM DIÁLOGO COM A IDENTIDADE CULTURAL DE STUART HALL**

Eduardo Henrique da Silva

DOI: 10.5281/zenodo.14185634

**PRESENÇA DE STRONGYLOIDES STERCORALIS EM ALFACES  
CONSUMIDAS IN NATURA: ESTUDO DE CASO EM FOZ DO  
IGUAÇU**

Flávia Bertotti Pereira, Eduarda Malaquias Pereira, Leila Cristina Liborio e  
Jean Colacite

DOI: 10.5281/zenodo.14185600

**OS CUIDADOS COM AS TECNOLOGIAS NO PROCESSO DE  
APRENDIZAGEM ESCOLAR**

Adly Gaby, Aline Souza Santos, Adriano Melo Aguiar, Ednéia Maria de  
Oliveira Andrade, Josefa Samara da Conceição Carlos, Leonor Rodrigues da  
Silva, Luzia Ferreira Vaz, Marcia Regina Danhese, Mauro Franssuha, Mariza  
Gomes de Souza Gontijo e Sandra Maria de Jesus Freitas

DOI: 10.5281/zenodo.14170685

**O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS  
ESTRANGEIRAS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS**

Adly Gaby, Aline Souza Santos, Adriano Melo Aguiar, Ednéia Maria de  
Oliveira Andrade, Josefa Samara da Conceição Carlos, Leonor Rodrigues da  
Silva, Luzia Ferreira Vaz, Marcia Regina Danhese, Mauro Franssuha, Mariza  
Gomes de Souza Gontijo e Sandra Maria de Jesus Freitas

DOI: 10.5281/zenodo.14170663

**O PAPEL DA INSPEÇÃO ESCOLAR NA IMPLEMENTAÇÃO DE  
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MELHORIA DA QUALIDADE DO  
ENSINO**

Adly Gaby, Aline Souza Santos, Adriano Melo Aguiar, Ednéia Maria de  
Oliveira Andrade, Josefa Samara da Conceição Carlos, Leonor Rodrigues da  
Silva, Luzia Ferreira Vaz, Marcia Regina Danhese, Mauro Franssuha, Mariza  
Gomes de Souza Gontijo e Sandra Maria de Jesus Freitas

DOI: 10.5281/zenodo.14170644

**COMO MELHORAR A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS  
ESCOLAS**

Adly Gaby, Aline Souza Santos, Adriano Melo Aguiar, Ednéia Maria de  
Oliveira Andrade, Josefa Samara da Conceição Carlos, Leonor Rodrigues da  
Silva, Luzia Ferreira Vaz, Marcia Regina Danhese, Mauro Franssuha, Mariza  
Gomes de Souza Gontijo e Sandra Maria de Jesus Freitas

DOI: 10.5281/zenodo.14170568

**ALFABETIZAÇÃO E O PROCESSO EDUCACIONAL NO  
DESENVOLVIMENTO NA NOVA GERAÇÃO**

Adly Gaby, Aline Souza Santos, Adriano Melo Aguiar, Ednéia Maria de  
Oliveira Andrade, Josefa Samara da Conceição Carlos, Leonor Rodrigues da  
Silva, Luzia Ferreira Vaz, Marcia Regina Danhese, Mauro Franssuha, Mariza  
Gomes de Souza Gontijo e Sandra Maria de Jesus Freitas

DOI: 10.5281/zenodo.14170552

### **A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS NAS ESCOLAS**

Adly Gaby, Aline Souza Santos, Adriano Melo Aguiar, Ednéia Maria de Oliveira Andrade, Josefa Samara da Conceição Carlos, Leonor Rodrigues da Silva, Luzia Ferreira Vaz, Marcia Regina Danhese, Mauro Franssuha, Mariza Gomes de Souza Gontijo e Sandra Maria de Jesus Freitas

DOI: 10.5281/zenodo.14170531

### **OS TRANSTORNOS E OS SEUS ATENDIMENTOS NAS ESCOLAS**

Adly Gaby, Aline Souza Santos, Adriano Melo Aguiar, Ednéia Maria de Oliveira Andrade, Josefa Samara da Conceição Carlos, Leonor Rodrigues da Silva, Luzia Ferreira Vaz, Marcia Regina Danhese, Mauro Franssuha, Mariza Gomes de Souza Gontijo e Sandra Maria de Jesus Freitas

DOI: 10.5281/zenodo.14170698

### **INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA PREVENÇÃO DE LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS EM CORREDORES DE LONGA DISTÂNCIA**

Flávia Pereira Bertotti e Amanda Sagas Pereira

DOI: 10.5281/zenodo.14166434

### **PROCESSO DE LICITAÇÕES PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP) NO BRASIL**

VIVIANE SILVA DE PAULA e ALESSANDRA GONÇALVES DE OLIVEIRA

DOI: 10.5281/zenodo.14063868

### **ENSINO PROFISSIONALIZANTE PARA JOVENS E ADULTOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Rafaela Oliveira Santos

DOI: 10.5281/zenodo.14052452

### **APOIO MUNICIPAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS FEIRANTES EM LUCAS DO RIO VERDE: Impactos e Oportunidades**

Angela Maria Poltronieri e Regina Nogueira da Silva Neiverth

DOI: 10.5281/zenodo.14051937

### **GESTAÇÃO INESPERADA DE UMA JOVEM DIALÍTICA COM HISTÓRICO DE CARDIOPATIA GRAVE TENDO UM DESFECHO FAVORÁVEL PARA AMBOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

PATRICIA MARIA DE ARAUJO, ANDERSON APOLINARIO DE ARRUDA, TATIANA GAMBARELLI SANCHES, JOICE OLIVEIRA SEIXAS e LOANA CARIBE ASSIS

DOI: 10.5281/zenodo.14047219

### **IMPOSSIVELMENTE PROVÁVEL? ILOGICAMENTE POSSÍVEL?**

Fernando Antônio Fonseca

DOI: 10.5281/zenodo.14031351

**IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE**

Charles Portos Rodrigues, Patrícia Maria Gomes de Andrade e Dayvison  
Bandeira de Moura

*DOI: 10.5281/zenodo.14026860*

**A CULTURA MAKER NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS:  
DESAFIOS, POTENCIAL E IMPACTO NA FORMAÇÃO DE  
PROFISSIONAIS**

Anderson da Silva Santos e Grace Favila de Figueiredo Carvalho

*DOI: 10.5281/zenodo.14026494*

## Revista Multidisciplinar

**A EDUCAÇÃO EM ÁREAS RIBEIRINHAS NO AMAZONAS:  
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Luana Souza Ramalho Doncev



**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number  
2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)





## A EDUCAÇÃO EM ÁREAS RIBEIRINHAS NO AMAZONAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Luana Souza Ramalho Doncev<sup>1</sup>

Revista o Universo Observável  
DOI: 10.5281/zenodo.14247699  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14247699)

---

<sup>1</sup>Possui graduação em Pedagogia, especializada em Educação Especial e Inclusiva pela UNITINS (Universidade do Tocantins), editora e revisora de Periódicos Científicos. Possui experiência na área de Educação Infantil e Coordenação Pedagógica. E-mail: [luanadoncev@gmail.com](mailto:luanadoncev@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0410-415X>

#### RESUMO:

A educação em comunidades ribeirinhas do Amazonas enfrenta desafios únicos devido à geografia isolada e à dependência de embarcações escolares para o transporte de alunos. Crianças frequentemente percorrem longas distâncias de barco para chegar às escolas, demonstrando resiliência e força de vontade em aprender, apesar das adversidades, como a falta de infraestrutura adequada e a alta rotatividade de professores.

Estudos mostram que menos de 20% das crianças dessas comunidades concluem o ensino médio e, entre elas, uma parcela ainda menor chega à universidade. Essas dificuldades refletem a falta de políticas públicas voltadas para a realidade ribeirinha, como currículos que considerem os saberes locais e a pedagogia da alternância, além da necessidade de maior formação para educadores atuarem em classes multisseriadas. Apesar disso, iniciativas como a valorização de práticas culturais e o uso do conhecimento tradicional têm se mostrado caminhos promissores para construir uma educação mais inclusiva e contextualizada para essas populações (Rodrigues, 2009; Nascimento, 2017; Souza, 2019).

**Palavras-chave:** Educação ribeirinha, escolas do Amazonas, transporte escolar fluvial, inclusão educacional, desafios no ensino, parceria escola-família, ensino médio no Amazonas, acessibilidade educacional.

#### REFERÊNCIAS:

- Rodrigues, E. S. S. (2009). A organização do tempo pedagógico no trabalho docente: relações entre o prescrito e o realizado. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo.
- Nascimento, A. C. L. (2017). Resiliência e adaptabilidade dos sistemas socioecológicos ribeirinhos frente a eventos climáticos extremos na Amazônia Central. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- Souza, D. V. (2019). Educação na Região Amazônica: práticas pedagógicas em contextos ribeirinhos. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural da Amazônia.

#### ABSTRACT:

*Education in ribeirinha communities in the Amazonas faces unique challenges due to geographic isolation and reliance on boats for student transportation. Children often travel long distances by boat to reach schools, demonstrating resilience and determination to learn despite adversities such as inadequate infrastructure and high teacher turnover. Studies show that less than 20% of children in these communities complete high school, with an even smaller percentage attending university. These difficulties reflect the lack of public policies addressing the ribeirinha context, such as curricula that incorporate local knowledge and alternating pedagogies, as well as the need for better teacher training for multigrade classes. However, initiatives like valuing cultural practices and incorporating traditional knowledge have proven promising in creating a more inclusive and context-specific education for these populations (Rodrigues, 2009; Nascimento, 2017; Souza, 2019).*

**Abstract:** Riverside education, Amazonas schools, river transport, educational inclusion, educational challenges, school-family partnership, high school in Amazonas, educational accessibility.

## Revista Multidisciplinar

**“ADAPTAÇÃO E INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL: DESAFIOS E A PARCERIA ESCOLA-FAMÍLIA”.**

Luana Souza Ramalho Doncev



**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number  
2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



**“ADAPTAÇÃO E INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:  
DESAFIOS E A PARCERIA ESCOLA-FAMÍLIA”.**

Luana Souza Ramalho Doncev<sup>1</sup>

**Revista o Universo Observável**  
**DOI: 10.5281/zenodo.14247676**  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14247676)

---

<sup>1</sup>Possui graduação em Pedagogia, especializada em Educação Especial e Inclusiva pela UNITINS (Universidade do Tocantins), editora e revisora de Periódicos Científicos. Possui experiência na área de Educação Infantil e Coordenação Pedagógica. E-mail: [luanadoncev@gmail.com](mailto:luanadoncev@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0410-415X>

## RESUMO

A adaptação de crianças autistas na educação infantil enfrenta desafios significativos, tanto para as crianças quanto para os educadores. Essas crianças geralmente têm dificuldades em seguir regras sociais e se adaptar ao ambiente escolar, o que pode ser confundido com falta de educação. Para melhorar a integração, a escola precisa adotar estratégias de adaptação curricular, como a modificação de conteúdos, atividades e métodos de avaliação, para atender às necessidades individuais dos alunos. Além disso, a parceria entre professores e pais é essencial para garantir um ambiente inclusivo e colaborativo, proporcionando à criança as melhores condições de aprendizagem. A formação dos educadores também é fundamental, com programas de capacitação que ajudem a sensibilizar os professores sobre a importância da inclusão e o uso de metodologias como o sistema TEACCH, que favorece o desenvolvimento das habilidades de comunicação e interação social (Gonçalves, 2022). A integração de profissionais especializados, como psicólogos e terapeutas, também contribui para a criação de um ambiente mais adequado e acolhedor para as crianças autistas (Oliveira, 2023). A colaboração entre escola e família é imprescindível. Quando ambos trabalham juntos, ajustando as expectativas e os métodos de ensino, a criança autista tem mais chances de superar as barreiras e alcançar o seu potencial, tanto acadêmico quanto social (Santos, 2008). A adaptação contínua do currículo e o uso de reforços consistentes ajudam a melhorar as habilidades de comunicação e a interação social, promovendo um processo de aprendizagem mais eficaz (Valle & Maia, 2010).

**Palavras-chave:** Educação infantil, inclusão escolar, autismo, adaptação curricular, parceria escola-família.

## Referências:

- Gonçalves, A. (2022). Formação de educadores para a inclusão de crianças autistas. *Revista Educação Pública*.
- Oliveira, A. (2023). A importância da inclusão na educação básica. *Revista de Educação*.
- Santos, M. (2008). Autismo e escola: Desafios da inclusão. *Revista Educação Pública*.
- Valle, J., & Maia, C. (2010). Adaptação curricular na educação de alunos com autismo. *Cadernos de Educação Inclusiva*.

## ABSTRACT:

*The adaptation of autistic children in early childhood education faces significant challenges, both for the children and the educators. These children often have difficulties following social rules and adjusting to the school environment, which may be misunderstood as a lack of education. To enhance integration, schools must adopt strategies for curriculum adaptation, such as modifying content, activities, and evaluation methods to meet individual student needs. Furthermore, the partnership between teachers and parents is crucial to ensure an inclusive and collaborative environment, providing the child with the best learning conditions. Teacher training is also fundamental, with programs aimed at sensitizing educators about the importance of inclusion and using methodologies like the TEACCH system, which promotes the development of communication and social interaction skills (Gonçalves, 2022). The integration of specialized professionals, such as psychologists and therapists, also contributes to creating a more suitable and welcoming environment for autistic children (Oliveira, 2023). The collaboration between school and family is essential. When both work together, adjusting expectations and teaching methods, the autistic child is more likely to overcome barriers and reach their potential, both academically and socially (Santos, 2008). Continuous curriculum adaptation and the use of consistent reinforcements help improve communication skills and social interaction, fostering a more effective learning process (Valle & Maia, 2010).*

**Keywords:** Early childhood education, school inclusion, autism, curriculum adaptation, school-family partnership.

## Revista Multidisciplinar

**A RELAÇÃO ESCOLA COMUNIDADE E SUAS FUNÇÕES SOCIAIS**  
Um Estudo de Caso no Interior do Amazonas

Luana Souza Ramalho Doncev



**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number  
2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



**A RELAÇÃO ESCOLA COMUNIDADE E SUAS FUNÇÕES SOCIAIS**  
**Um Estudo de Caso no Interior do Amazonas**

Luana Souza Ramalho Doncev<sup>1</sup>

**Revista o Universo Observável**  
**DOI: 10.5281/zenodo.14247016**  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14247016)

---

<sup>1</sup>Possui graduação em Pedagogia, especializada em Educação Especial e Inclusiva pela UNITINS (Universidade do Tocantins), editora e revisora de Periódicos Científicos. Possui experiência na área de Educação Infantil e Coordenação Pedagógica. E-mail: [luanadoncev@gmail.com](mailto:luanadoncev@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0410-415X>

## RESUMO

*A escola para cumprir suas funções sociais depende, em grande parte da participação das famílias. Um recurso bastante utilizado, por sua eficácia, são projetos que objetivam garantir a integração da escola com a comunidade.*

**Palavras-chave:** Escola – Comunidade – Função Social

## ABSTRACT

The school, to fulfill its social functions, heavily relies on the participation of families. A widely used resource, due to its effectiveness, is the implementation of projects aimed at ensuring the integration of the school with the community.

**Keywords:** School – Community – Social Function

## 1. INTRODUÇÃO

Preparar o indivíduo para integrar-se na sociedade é a função social da escola. Essa tarefa começa bem cedo, nos primeiros anos escolares, onde a família desempenha papel importante que começa com responsabilidades simples como assiduidade, pontualidade, deveres de casa, desenvolvimento de valores, cidadania etc., que vão culminar em um bom desempenho por parte do aluno e possibilitar sua inserção social. Visando alcançar esses objetivos foi que a Creche Marlúcia Dantas da Silva se propôs a desenvolver o Projeto “Resgatando os Valores Familiares através de Contos e Fábulas”.

## 2. CONCEITO

Considerando que na primeira infância se desenvolvem valores e princípios que vão acompanhar o indivíduo por toda sua vida a escola deve e necessita contar com o auxílio da família.

A criança divide seu tempo entre a escola e a família, basicamente, devendo esta última estar ciente de seu papel e cumpri-lo. Paro (1999) defende que:

Entretanto, não se trata, nem dos pais prestarem uma ajuda unilateral à escola, nem de a escola repassar parte do seu trabalho para os pais. O que se pretende é uma extensão da função educativa (mas não doutrinária) da escola para os pais e adultos responsáveis pelos estudantes. É claro que a realização desse trabalho deverá implicar a ida dos pais à escola e seu envolvimento em atividades com as quais ele não está costumeiramente comprometido. (p.4).

A família é aquela que ensinará os primeiros valores à criança, que ao chegar à escola deverão ser considerados, respeitados ou moldados. A esse respeito Dessen e Polônia (2007), concluem que:

Como primeira mediadora entre homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de

cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. (p 22).

Se os pais não estão conscientes de seu papel na educação dos filhos, a escola tentará mostrar-lhes isso, através de estratégias e atividades como parte de um projeto final, em atividades que envolvam toda a comunidade.

O ser humano age em função de construir resultados. Para tanto, pode agir aleatoriamente ou de modo planejado. Agir aleatoriamente significa “ir fazendo as coisas, sem ter certeza de onde se quer chegar; agir de modo planejado significa estabelecer fins e construí-los através de uma ação intencional.[...] planejamento, de um modo geral, diz respeito à intencionalidade da ação humana em contrapartida ao agir aleatoriamente. (Luckesi, 1992,p.105-125).

Incluída nessa realidade e tentando integrar a família à comunidade, está a creche Marlúcia Dantas da Silva, que foi criada pelo decreto de nº 586, em 25 em março de 2014. Está localizada na zona urbana de Manacapuru - AM, na rua Itacoatiara, em um bairro periférico chamado União. O nome da creche é uma homenagem à professora Marlúcia Dantas Silva, por ter dedicado grande parte de sua vida à função de educadora.

Construída numa área próxima ao estádio de futebol Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, sua construção é conveniente e adequada para o desenvolvimento de trabalhos escolares com crianças, sua infraestrutura é ideal e atende aos padrões do Ministério da Educação e Cultura (MEC) de acordo com a Lei N 7853, de 24 de outubro de 1989. Está regulamentada pelo Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a política educacional para inclusão de pessoas com deficiência. A mesma é estruturada para atender crianças de creche e pré-escola, e atualmente trabalha o projeto “Resgatando os valores familiares através de contos e fábulas”.

Tem em seu quadro de funcionários: 01 gestor, 01 secretária, 04 assistentes administrativos, 01 coordenador pedagógico, 24 professores (todos com pós-graduação), 04 auxiliares de serviços gerais, 01 merendeira e 01 auxiliar de cozinha, 04 vigias e 512 alunos devidamente matriculados e atuantes nos turnos matutino e vespertino.

Com esse projeto a escola está conseguindo ter o acompanhamento dos pais no que diz respeito à assiduidade, pontualidade, deveres de casa, reforço no desenvolvimento de valores e princípios. Com esse auxílio, as crianças têm conseguido apresentar bom aproveitamento escolar e a escola, por sua vez, está alcançando bons resultados.

## 2.1 MODALIDADE DE PESQUISA



Esse trabalho deu-se através de pesquisa aplicada à gestora e a pedagoga da creche Marlúcia Dantas, que forneceram todos os dados e informações necessários à sua elaboração. Também foi feita a verificação do material utilizado na realização das atividades lúdicas, incluídas no projeto.

## 2.2 DA FORMA DE ABORDAGEM DO PROBLEMA

O problema foi abordado quando se observou que o percentual das famílias que estavam presentes durante os eventos culturais da escola era satisfatório, mas que poderia ser melhor utilizado no alcance dos objetivos escolares. A partir daí foi elaborado o projeto “Resgatando os valores familiares através de contos e fábulas”, que pedia o acompanhamento dos pais, tanto na escola quanto em casa. Foi elaborado um conjunto de ações, envolvendo a escola e as famílias, culminando semestralmente, trazendo a comunidade para prestigiar as apresentações em forma de teatro e dança. Os temas trabalhados são sempre voltados para o universo infantil, explorando contos, lendas, incluindo, em forma de subtemas, a culinária e o resgate de valores como respeito, solidariedade, cidadania etc.

## 2.3 DE SEUS OBJETIVOS

### Objetivo Geral

- ✓ Promover a integração entre escola e comunidade.

### Objetivos Específicos

- ✓ Estimular a participação dos pais na vida escolar das crianças;
- ✓ Incentivar desde cedo, o gosto pela leitura;
- ✓ Reforçar valores e princípios.

## 2.4 DOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Para a realização desse trabalho foi feito o levantamento dos dados e informações a respeito do projeto, entrevistando a gestora e a pedagoga da escola.

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração entre escola e comunidade é um recurso inquestionável para se obter sucesso escolar. Nos primeiros anos de vida é que se internalizam valores e princípios que vão nortear e acompanhar o indivíduo, na vida adulta. Por esses motivos, as escolas procuram formas de alcançar esses objetivos através do desenvolvimento de projetos. Na primeira infância, o que mais atrai é o lúdico e a fantasia. Dessa maneira, terá sucesso, aquela instituição que se valer dos contos, das fábulas, da dança e do teatro.

## REFERÊNCIAS

LUCKESI, Cipriano Carlos. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NA ESOLA: Articulação necessária determinação ideológica. In: O diretor – Articulador do Projeto da Escola. Série Ideias, nº 15, São Paulo, F.D.E., 1992.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar e Qualidade de Ensino:** O que os pais ou responsáveis têm a ver com isso? Rio de Janeiro, DP & A, 1999.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em BUSCA DE UMA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA: Relações família-escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf>>. Acesso em: 03 de novembro/19.

## Revista Multidisciplinar

### USO DE PLANTAS MEDICINAIS COMO TERAPIA COMPLEMENTAR NO TRATAMENTO DA TUBERCULOSE

Leila Cristina Liborio, Flávia Pereira Bertotti, Eduarda Malaquias Pereira  
e Layse Fernanda Antonio de Souza



<https://revista.abrale.org.br/qualidade-de-vida/2021/06/plantas-medicinais-para-o-cancer/>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number  
2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



## USO DE PLANTAS MEDICINAIS COMO TERAPIA COMPLEMENTAR NO TRATAMENTO DA TUBERCULOSE

Leila Cristina Liborio<sup>1</sup>  
Flávia Pereira Bertotti<sup>2</sup>  
Eduarda Malaquias Pereira<sup>3</sup>  
Layse Fernanda Antonio de Souza<sup>4</sup>

Revista o Universo Observável  
DOI: 10.5281/zenodo.14217647  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14217647)

---

<sup>1</sup> **Leila Cristina Liborio** Este artigo foi elaborado por Leila Cristina Liborio, graduanda em Farmácia pela Uniamérica, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, E-mail: [leilaturquesa@gmail.com](mailto:leilaturquesa@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7469-2016>

<sup>2</sup> **Flávia Bertotti Pereira** Este artigo foi elaborado por Flávia Bertotti Pereira, graduanda em Farmácia pela Uniamérica, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, E-mail: [pereira.bertotti@gmail.com](mailto:pereira.bertotti@gmail.com), ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1833-0756>

<sup>3</sup> **Eduarda Malaquias Pereira** Este artigo foi elaborado por Eduarda Malaquias Pereira, graduanda em Farmácia pela Uniamérica, Foz do Iguaçu, Paraná,

E-mail: [Eduardamalaquiaspereira@gmail.com](mailto:Eduardamalaquiaspereira@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4745-0047>

<sup>4</sup> **Layse Fernanda Antonio de Souza**, Mestre em Saúde Pública em Região de Fronteira  
Instituição: Uniamérica, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, Endereço: Av. das Cataratas, 1118, Vila Yolanda, Foz do Iguaçu - PR, docente na UAD, CEP: 85853-000, E-mail: [layse.souza@descomplica.com.br](mailto:layse.souza@descomplica.com.br) ORCID do autor: [0000-0001-7893-8187](https://orcid.org/0000-0001-7893-8187)

## RESUMO

Tendo em vista a necessidade de explorar abordagens complementares para o tratamento da tuberculose (TB), devido aos desafios relacionados à adesão ao tratamento convencional e aos efeitos adversos dos medicamentos, o presente estudo trata sobre o uso de plantas medicinais como terapia complementar no manejo da TB. O objetivo geral foi investigar os potenciais terapêuticos de espécies vegetais no alívio dos sintomas e na melhoria da qualidade de vida de pacientes com TB. Para tanto, buscou-se identificar propriedades farmacológicas de plantas medicinais, avaliar sua eficácia e segurança como coadjuvantes ao tratamento padrão e compreender suas possíveis interações medicamentosas. Realizou-se uma revisão bibliográfica nas bases de dados *PubMed*, *Scielo* e *Google Scholar*, utilizando palavras-chave específicas. Verificou-se que espécies como *Chenopodium ambrosioides*, *Zingiber officinale* e *Schinus terebinthifolius* possuem ações antimicrobianas, anti-inflamatórias e analgésicas que podem complementar o tratamento da TB. Conclui-se que, embora promissoras, essas plantas devem ser usadas sob supervisão médica e como coadjuvantes, exigindo mais estudos científicos para validação de sua eficácia e segurança no contexto clínico.

**Palavras-chave:** Tuberculose; plantas medicinais; fitoterapia; terapia complementar; saúde pública.

## ABSTRACT

*Given the need to explore complementary approaches for the treatment of tuberculosis (TB), due to challenges related to adherence to conventional treatment and adverse drug effects, this study addresses the use of medicinal plants as complementary therapy in TB management. The main objective was to investigate the therapeutic potential of plant species in alleviating symptoms and improving the quality of life of TB patients. To achieve this, the study aimed to identify the pharmacological properties of medicinal plants, evaluate their efficacy and safety as adjuvants to standard treatment, and understand their possible drug interactions. A bibliographic review was conducted using the PubMed, Scielo, and Google Scholar databases with specific keywords. It was found that species such as *Chenopodium ambrosioides*, *Zingiber officinale*, and *Schinus terebinthifolius* possess antimicrobial, anti-inflammatory, and analgesic properties that may complement TB treatment. It is concluded that, although promising, these plants should be used under medical supervision and as adjuvants,*

*requiring further scientific studies to validate their efficacy and safety in clinical contexts.*

**Keywords:** *Tuberculosis; medicinal plants; phytotherapy; complementary therapy; public health.*

## INTRODUÇÃO

A tuberculose (TB) é uma infecção bacteriana crônica causada pelo *Mycobacterium tuberculosis*, um patógeno que afeta prioritariamente os pulmões, mas também pode atingir outros órgãos. Reconhecida como uma das maiores preocupações de saúde pública global, a TB persiste como uma das principais causas de morte evitável em muitas regiões. A transmissão ocorre através de aerossóis contaminados expelidos por pacientes infectados, particularmente em ambientes com ventilação inadequada. Populações vulneráveis, que frequentemente enfrentam pobreza, condições precárias de higiene e aglomerações, são as mais afetadas (FREITAS NETO et al., 2020).

Os dados epidemiológicos reforçam a gravidade do problema no Brasil. Entre 2017 e 2019, os casos notificados de TB aumentaram linearmente, totalizando aproximadamente 100.000 novos casos em 2019 (LUPEPSA et al., 2022). Esses números refletem desafios persistentes relacionados ao diagnóstico precoce, acesso ao tratamento e adesão dos pacientes. Além disso, a resistência a medicamentos, como os antibióticos tradicionalmente utilizados no tratamento da TB, agrava ainda mais a situação, exigindo novas estratégias terapêuticas.

O tratamento padrão para TB, baseado em regimes antibióticos prolongados, muitas vezes resulta em efeitos colaterais que dificultam a adesão dos pacientes. Isso tem levado ao crescente interesse por terapias complementares que possam melhorar a eficácia dos tratamentos existentes e reduzir os efeitos adversos. Nesse contexto, a fitoterapia, que utiliza propriedades medicinais de plantas, surge como uma alternativa promissora (FREITAS NETO et al., 2020).

Estudos destacam plantas como *Chenopodium ambrosioides* (Erva de Santa Maria), *Allium sativum* (alho) e *Adiantum capillus-veneris* (avenca) como exemplos de espécies com propriedades terapêuticas relevantes no contexto da TB. Essas plantas possuem compostos bioativos que apresentam ação antimicrobiana, anti-inflamatória e até imunomoduladora, características que podem potencialmente complementar os tratamentos convencionais e reduzir os sintomas associados à doença (LUPEPSA et al., 2022).

A incorporação de fitoterápicos ao tratamento da TB, entretanto, requer uma compreensão mais aprofundada de suas propriedades farmacológicas, suas interações com os medicamentos convencionais e possíveis contraindicações. Embora sejam amplamente utilizadas em práticas tradicionais, a falta de regulamentação e padronização do uso dessas plantas ainda representa um desafio para sua implementação em larga escala (FREITAS NETO et al., 2020).

No Brasil, onde a biodiversidade é vasta e os saberes tradicionais sobre plantas medicinais são profundamente enraizados em muitas comunidades, há um grande potencial para o desenvolvimento de terapias complementares baseadas em plantas. Essa abordagem não apenas amplia as opções terapêuticas, mas também valoriza os conhecimentos locais, contribuindo para a sustentabilidade cultural e ambiental (GNÁCIO et al., 2020).

Dada a relevância do tema, este estudo visa explorar o potencial da fitoterapia como uma abordagem complementar ao tratamento convencional da TB. A análise é fundamentada em uma revisão bibliográfica, que reúne informações sobre as propriedades medicinais de diferentes espécies vegetais, seus benefícios e limitações.

Assim, o objetivo deste trabalho é contribuir para a compreensão do papel da fitoterapia no tratamento da TB, destacando seu potencial para melhorar os resultados terapêuticos, reduzir efeitos colaterais e aumentar a adesão dos pacientes ao tratamento. Com isso, espera-se abrir caminhos para futuras pesquisas e a integração de práticas fitoterápicas na atenção básica à saúde.

## METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, optou-se por uma revisão bibliográfica, com o objetivo de identificar as propriedades terapêuticas de plantas medicinais que podem atuar como terapias complementares no tratamento da tuberculose. A pesquisa foi conduzida entre os meses de agosto e setembro de 2023, utilizando as bases de dados acadêmicas *PubMed*, *Scielo* e *Google Scholar*. Essas plataformas foram selecionadas devido à ampla gama de artigos científicos e estudos revisados por pares disponíveis, garantindo a qualidade e a relevância das informações coletadas.

As palavras-chave utilizadas incluíram combinações como "tuberculose", "*Chenopodium ambrosioides*", "*Tetradenia riparia*" e "tratamento alternativo". Esses termos foram escolhidos estrategicamente para abranger aspectos tanto da doença quanto das propriedades farmacológicas das plantas estudadas. A seleção dos artigos seguiu

critérios de inclusão que priorizavam publicações recentes (de 2017 a 2023), com foco em estudos clínicos, revisões e artigos que apresentassem evidências sobre a eficácia das plantas medicinais no contexto do tratamento da tuberculose.

Os dados extraídos dos artigos selecionados foram organizados em um quadro explicativo, que detalhou os benefícios farmacológicos, possíveis interações medicamentosas e contraindicações de cada planta investigada. Essa sistematização permitiu identificar não apenas os potenciais terapêuticos das espécies estudadas, mas também os cuidados necessários para sua utilização de forma segura e eficaz.

Adicionalmente, buscou-se integrar as informações coletadas com saberes tradicionais sobre o uso dessas plantas, valorizando a perspectiva cultural e popular no manejo da tuberculose.

Todos os dados foram analisados de forma crítica, com base nas evidências científicas disponíveis, para garantir que as informações apresentadas fossem relevantes e confiáveis. Essa metodologia permitiu uma visão abrangente e fundamentada sobre o uso de plantas medicinais como terapias complementares no tratamento da tuberculose, promovendo o diálogo entre a ciência moderna e os saberes tradicionais.

## 2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### ESPÉCIES DE PLANTAS MEDICINAIS E SEUS USOS NO TRATAMENTO DA TUBERCULOSE

As plantas medicinais têm sido amplamente utilizadas em diversas culturas ao longo da história, e, recentemente, seu potencial no tratamento de doenças como a tuberculose tem ganhado destaque. Espécies como a aroeira (*Schinus terebinthifolius*), o gengibre (*Zingiber officinale*), o pau de ferro (*Caesalpinia ferrea*), a erva de Santa Maria (*Chenopodium ambrosioides*) e a Mirra Brasileira (*Tetradenia riparia*) demonstraram propriedades que podem complementar os tratamentos convencionais, devido às suas ações anti-inflamatórias, antimicrobianas e, em alguns casos, analgésicas (Freitas Neto et al., 2020).

A aroeira, conhecida por sua ação anti-inflamatória e antimicrobiana, tem sido usada no tratamento de doenças respiratórias e infecções. Estudos destacam seu potencial para aliviar sintomas da tuberculose, principalmente por meio de infusões das folhas, que são simples de preparar e apresentam poucos efeitos adversos quando utilizadas corretamente (Lupepsa et al., 2022). Apesar disso, é necessário cautela com o uso

excessivo, pois pode causar irritação gástrica e reações alérgicas em indivíduos sensíveis.

O gengibre é amplamente reconhecido por suas propriedades antioxidantes e analgésicas. No contexto da tuberculose, essa planta pode ajudar a reduzir inflamações associadas à infecção, aliviando dores e desconfortos comuns em pacientes (Freitas Neto et al., 2020). Além disso, é uma planta acessível e de fácil utilização em forma de chás ou infusões, sendo uma aliada no tratamento complementar.

O pau de ferro apresenta propriedades antibacterianas e analgésicas que podem ser úteis no controle da tuberculose. Estudos apontam sua capacidade de inibir o crescimento bacteriano, reforçando o potencial dessa planta como um coadjuvante nos tratamentos farmacológicos convencionais (Pau de Ferro: Propriedades e Usos, 2023). O preparo em forma de decocção é tradicionalmente usado em comunidades para melhorar a saúde respiratória.

A erva de Santa Maria, também conhecida como mastruz, possui propriedades antimicrobianas e anti-inflamatórias. Apesar de seu uso tradicional no tratamento de problemas respiratórios, é necessário cuidado, pois o consumo inadequado pode resultar em efeitos colaterais, como espasmos e danos ao sistema nervoso central (Freitas Neto et al., 2020). Essa planta é geralmente preparada em infusão, sendo usada em doses controladas para evitar toxicidade.

A Mirra Brasileira destaca-se por suas propriedades antiasmáticas e fortalecedoras do sistema imunológico, sendo especialmente indicada em casos de infecções crônicas (Gnácio et al., 2020). Seu uso em infusões de raízes é popular em práticas tradicionais, e estudos recentes indicam que pode ser útil na redução de sintomas associados à tuberculose, como dificuldade respiratória e fadiga.

Além das propriedades terapêuticas, um aspecto fundamental a ser considerado no uso dessas plantas é sua integração ao tratamento convencional da tuberculose. Estudos mostram que, quando utilizadas de forma complementar, plantas medicinais podem melhorar a adesão dos pacientes ao tratamento, oferecendo alternativas naturais e menos invasivas (Processos Químicos e Biotecnológicos, 2020). No entanto, a supervisão médica é essencial para evitar interações indesejadas e garantir segurança.

A pesquisa e o uso de plantas medicinais também promovem a valorização dos saberes tradicionais, contribuindo para a preservação cultural e o desenvolvimento de terapias acessíveis (Gnácio et al., 2020). Essa abordagem integrativa pode beneficiar principalmente populações em

situação de vulnerabilidade, ampliando as opções terapêuticas disponíveis.

Embora promissoras, as plantas medicinais não devem substituir o tratamento padrão da tuberculose, mas atuar como coadjuvantes. A associação de tratamentos convencionais e fitoterápicos requer validação científica contínua para garantir eficácia e segurança aos pacientes (Lupepsa et al., 2022). Políticas públicas que incentivem a pesquisa sobre o uso de plantas medicinais são cruciais para consolidar seu papel na saúde pública.

O uso de plantas medicinais no tratamento da tuberculose ilustra a importância da integração entre ciência moderna e conhecimentos tradicionais. Essa abordagem, quando bem estruturada, pode oferecer soluções mais acessíveis e eficazes, contribuindo para a melhoria da saúde e do bem-estar das populações afetadas por essa doença.

Quadro 1: Guia Farmacológico de Ervas Medicinais: Benefícios, Interações e Contraindicações  
Fonte: Autorial, 2023

ERVAS	BENEFÍCIOS FARMACOLÓGICO	INTERAÇÕES MEDICAMENTOSA	CONTRA INDICAÇÕES	MODO DE PREPARO
PAU DE FERRO <i>Caesalpinia ferrea</i> var. <i>leiostachya Martius</i>	Possui propriedades antibacterianas que inibem o crescimento de bactérias prejudiciais ao corpo. Demonstra ação analgésica. Contribui para a redução da inflamação.	Não foram encontradas interações com os medicamentos padrões utilizados para o tratamento da tuberculose pelo Ministério da Saúde no Brasil.	Sem contraindicações para pessoas em condições normais. No entanto, pode apresentar alterações durante a gravidez e período de lactação.	Utilize 2 colheres de sopa da casca em 1 L de água filtrada. Cozinhe juntos e após 10 minutos de cozimento, desligue. Deixe descansar por aproximadamente 10 minutos antes de coar e beber.
AROEIRA <i>Schinus terebinthifolius</i>	Tratamento de doenças do sistema respiratório. Propriedades anti-inflamatórias e antimicrobianas.	Não foram encontradas interações com os medicamentos padrões utilizados para o tratamento da tuberculose pelo Ministério da Saúde no Brasil.	Indivíduos com pele muito sensível ou com problemas gastrointestinais devem evitar, visto que o consumo excessivo pode ter efeito purgativo e laxante, além de desencadear reações alérgicas na pele e nas mucosas. O consumo por mulheres grávidas não é indicado.	Infusão de folhas: Para 1 xícara de água fervida, adicione 1 colher de sopa de folha de aroeira. Deixe as folhas descansarem na água por alguns minutos antes de consumir.
MIRRA BRASILEIRA <i>Tetradeniaria</i>	Alivia os sintomas da asma, bronquite, imunidade fortalecida.	Não foram encontradas interações com os medicamentos padrões utilizados para o tratamento da tuberculose pelo Ministério da Saúde no Brasil.	Mulheres grávidas ou em fase de lactação	Infusão: Para cada 100ml de água 5g da raiz ferver até levantar fervura, após isso deixe descansar até esfriar
GENGIBRE <i>Zingiber officinale</i>	Propriedades anti-inflamatórias e antioxidantes e analgésico.	Não foram encontradas interações com os medicamentos padrões utilizados para o tratamento da tuberculose pelo Ministério da Saúde no Brasil.	Gastrite, úlcera, problemas de coagulação	Infusão: Para cada 100ml de água 5g da raiz ferver até levantar fervura, após isso deixe descansar até esfriar.
ERVA DE SANTA MARIA MASTRUZ <i>Chenopodium ambrosioides</i>	Propriedades analgésico, antiinflamatório e antimicrobiana, pode ser usada em bronquites catarrais,	Não foram encontradas interações com os medicamentos padrões utilizados para o tratamento da tuberculose pelo Ministério da Saúde no Brasil.	Alterações no sistema nervoso central; espasmos, paralisias, paquimeningite, hemorrágica danos ao nervo coclear, zumbido e diminuição da audição. Contraindicado para grávidas e lactantes.	Infusão de folhas: 1 colher de sopa das folhas de Mastruz para 1 xícara de chá de água ao dia - no máximo 3 dias. Com Leite: 1 colher de sopa das folhas de Mastruz macerada para 1 xícara de chá de leite ao dia

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As plantas medicinais, como a aroeira, gengibre, pau de ferro, Erva de Santa Maria e Mirra Brasileira, apresentam propriedades antimicrobianas, anti-inflamatórias e analgésicas que as tornam promissoras como complementos ao tratamento convencional da tuberculose. Essas características destacam seu potencial para aliviar os sintomas e contribuir para o controle da infecção. No entanto, embora os dados iniciais sejam encorajadores, estudos científicos mais aprofundados são necessários para validar sua eficácia e segurança no contexto clínico, especialmente em combinação com os tratamentos farmacológicos padrão.

É imprescindível que as estratégias envolvendo fitoterápicos sejam integradas ao sistema de saúde, principalmente nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), que atendem populações vulneráveis e têm papel fundamental no combate à tuberculose. A inclusão de plantas medicinais como uma abordagem complementar pode ampliar as opções terapêuticas oferecidas aos pacientes, promovendo maior adesão ao tratamento e redução dos efeitos adversos associados aos medicamentos convencionais. Para isso, a capacitação dos profissionais de saúde é essencial, garantindo a orientação adequada sobre o uso seguro dessas terapias.

A integração entre tratamentos convencionais e fitoterápicos requer supervisão médica rigorosa, considerando possíveis interações medicamentosas e contraindicações. Além disso, é importante conscientizar a população sobre o uso correto dessas plantas, evitando práticas que possam comprometer a saúde. Campanhas educativas e a disponibilização de materiais informativos podem ser eficazes para promover o uso responsável e seguro de plantas medicinais no tratamento da tuberculose.

Paralelamente, políticas públicas que incentivem pesquisas científicas sobre plantas medicinais são fundamentais para expandir o conhecimento nessa área. Estudos que envolvam ensaios clínicos controlados e análises químicas detalhadas são necessários para identificar compostos bioativos e entender melhor suas interações com medicamentos tradicionais. Essas iniciativas podem contribuir para consolidar o uso de fitoterápicos como parte do arsenal terapêutico contra a tuberculose.

Por fim, o uso complementar de plantas medicinais no tratamento da tuberculose representa uma oportunidade de resgatar saberes tradicionais e integrá-los à medicina contemporânea, promovendo uma abordagem mais holística e acessível à saúde. Entretanto, essa integração deve ser realizada de

forma ética, segura e baseada em evidências científicas sólidas, a fim de maximizar os benefícios terapêuticos e melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

## REFERÊNCIAS

FREITAS NETO, Walter Atalpa de et al . Plantas medicinais e pessoas com tuberculose: descrição de práticas de cuidado no norte da Bahia, 2017. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 29, n. 5, e2020046, 2020 . Disponível em <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742020000500052&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000500052&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 11 ago. 2023. Epub 02-Nov-2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742020000500006>.

LUPEPSA, B. Z.; CELLA, W.; CARRARO, F. M.; et al. Levantamento epidemiológico dos casos de Tuberculose no Brasil e ações alternativas para auxiliar no tratamento. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, Umuarama*, v. 26, n. 3, p. 1287-1303, set./dez. 2022.

GNÁCIO, Z. M. et al. **Educação popular e saúde: O cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais na cultura indígena Kaingang**. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2020, 92 p

PAU DE FERRO: PROPRIEDADES E USOS. **Remédio Caseiro**. Data de publicação. Disponível em: "<https://www.remedio-caseiro.com/pau-ferro/>". Acesso em: 9 out. 2023.

Processos Químicos e Biotecnológicos Volume 6 1ª Edição Belo Horizonte Poisson 2020



## Revista Multidisciplinar

**A TRAJETÓRIA DA POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE NO SISTEMA  
EDUCACIONAL BRASILEIRO E A LUTA DO POVO AFRODESCENDENTE  
PELA CONQUISTA DE SEU ESPAÇO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Genivaldo Bezerra Cavalcanti



[https://veja.abril.com.br/coluna/jose-vicente/yduqs-acao-afirmativa-antirracista-no-ensino-superior-privado#google\\_vignette](https://veja.abril.com.br/coluna/jose-vicente/yduqs-acao-afirmativa-antirracista-no-ensino-superior-privado#google_vignette)

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number  
2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



**A TRAJETÓRIA DA POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE NO SISTEMA  
EDUCACIONAL BRASILEIRO E A LUTA DO POVO AFRODESCENDENTE PELA  
CONQUISTA DE SEU ESPAÇO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

**Genivaldo Bezerra Cavalcanti<sup>1</sup>**

**Revista o Universo Observável  
DOI: 10.5281/zenodo.14217508**

[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14217508)

---

<sup>1</sup>Graduado em História e Sociologia, Especialização em História do Nordeste e em Antropologia do Direito, Mestre e Doutor em Educação. E-mail: [genivaldocavalcanti39@hotmail.com](mailto:genivaldocavalcanti39@hotmail.com)

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre os povos que foram escravizados e trazidos em grandes contingentes para o Brasil, aqui se tornaram africanos, ganhando junto outras identificações, como: negro, preto, selvagem, escravo, produzindo uma fusão de significados considerados de inferioridade, gerando preconceito, discriminação. A própria história mostra no seu percurso, a importância de transmitir conhecimento de uma geração à outra, como garantia de nossa sobrevivência enquanto espécie. Para isso, as sociedades, nos diversos momentos de suas trajetórias, criaram formas de garantir essas passagens. A sociedade brasileira tem sido moldada por desigualdades sociais e educacionais ao longo de quatro séculos, moldada por relações étnico-raciais que segregam a sociedade e desqualificam educacionalmente os afrodescendentes. Ainda temos que estudar e pesquisar muito sobre os escravizados. Portanto, com base em conceitos pré-estabelecidos e preconceitos racistas, perpetua-se a ideia de que eram indivíduos inferiores, em relação àqueles que os consideravam como propriedade. É inegável que a população afrodescendente conquistou vários direitos no decorrer do tempo mas, não é o suficiente há muito a se conquistar em qualquer setor de uma sociedade que haja qualquer tipo de discriminação e preconceito tem que ser rapidamente combatido.

**Palavras chaves-** Escravizados, inferioridade, conhecimento e trajetórias.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to present some reflections on the peoples who were enslaved and brought in large numbers to Brazil, where they became Africans, gaining other identifications, such as: black, savage, slave, producing a fusion of meanings considered inferior, generating prejudice and discrimination. History itself shows the importance of passing on knowledge from one generation to the next, as a guarantee of our survival as a species. To this end, societies have created ways of ensuring these passages at different times in their history. Brazilian society has been shaped by social and educational inequalities over four centuries, shaped by ethnic-racial relations that segregate society and educationally disqualify Afro-descendants. We still have to study and research very much about the enslaved. Therefore, based on pre-established and racist preconceptions, the idea that we were inferior individuals was perpetuated, in relation to those who consider us as property. It is undeniable that the Afro-descendant population has conquered several times in a number of ways, but it is not enough to conquer any sector of a society that has any type of discrimination and prejudice that must be quickly combated.

**Keywords** - Slaves, inferiority, knowledge and trajectories

## REFERENCIAL TEÓRICO

A educação é crucial em contextos democráticos, sendo responsabilidade dos órgãos educacionais para garantir o acesso aos conhecimentos científicos acumulados ao longo da história para a formação cidadã dos indivíduos. Isso permite que não se privilegie uma etnia ou raça em detrimento de outra, incentivando a universalização do ensino. De acordo com Fonseca (2007). A educação foi percebida como um elemento de inclusão social, havendo um acordo entre diversos segmentos sociais acerca da importância de uma educação voltada para a vida em uma sociedade livre. Contudo, as ações dos escravistas impediram a completa integração dos negros na sociedade.

Embora essa população escravizada tenha sofrido um apagamento cultural e linguístico, ainda é perceptível a formação de uma comunidade afrodescendente que batalha por "seu direito a uma educação de qualidade, que vai além do simples acesso, engloba também a continuidade bem-sucedida, tanto no ensino fundamental quanto no superior" (GOMES). De acordo com Fonseca (2007) a historiografia brasileira em relação à educação dos escravos foi construída de forma quase invisível, houve um grande silêncio por partes das fontes históricas no que se refere à educação dos afrodescendentes.

A população afrodescendente não tinha acesso à educação. Após a abolição teve alguns avanços, mas faltou à representação nos recursos pedagógicos, nem se abordava a sua cultura. Assim, os afrodescendentes não se identificavam com a educação que lhes era proporcionada. Somente após 115 anos de libertação da escravidão houve uma mudança significativa nesse aspecto. O governo federal sancionou a Lei 10.639/03, evidenciando a lentidão das conquistas educacionais para a população afrodescendente. Warde e Carvalho (2000) destacam algumas particularidades do processo de renovação da historiografia educacional. Salientando as suas conexões com os paradigmas anteriores. Destacam mudanças ocorridas em produções anteriores, mantendo inalterados objetos, temas e questões já estabelecidos. Este pode ser o caso para justificar a postura de certos historiadores que têm reativado modelos explicativos que preservam uma perspectiva tradicional, é necessário um caminho do povo afrodescendente na trajetória educacional.

## INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste artigo é conhecer a trajetória da população afrodescendente no sistema educacional do Brasil e a luta desse povo em conquistar seu espaço na sociedade durante o período colonial, monárquico e republicano. A inclusão da história e cultura afro-

brasileira e africana nos currículos escolares é fundamental para a inclusão social da maioria mestiça da sociedade brasileira. No período colonial a educação era destinada aos grupos dominantes para formar os filhos dos que detêm o poder. Neste período, e mesmo na época imperial que se estende até 1889, ano que é precedido pela abolição formal dos escravizados, os afrodescendentes, considerados não cidadãos, são proibidos de estudar.

Para falar sobre os afrodescendentes na educação brasileira no momento contemporâneo, compreender as conquistas, os fatores que as ameaçam e as lutas políticas que temos que enfrentar para conquistar a igualdade racial em educação, é preciso contextualizá-la em função das forças políticas que ora fazem avançar e ora ameaçam as conquistas alcançadas.

A condição dos afrodescendentes no Sistema Nacional de educação só pode ser compreendida se conhecermos a maneira pela qual o mundo e particularmente a sociedade brasileira estabeleceram suas relações para com a população de origem africana nos diferentes períodos da história da humanidade e no Brasil desde os tempos coloniais, passando pelo período imperial, pela primeira república e em momentos posteriores até o presente. Esta reconstrução histórica não pode ser unilateral, recuperando somente as formas de opressão para com os afrodescendentes, mas também as diferentes formas de resistência desta população em relação às condições que foram submetidos.

## O ESCRAVO E A EDUCAÇÃO COLONIAL NO BRASIL

Os escravos não tinham acesso à escola no Brasil colonial, pois a legislação do Império português considerava-os doentes de moléstias contagiosas.

A educação para os escravos era limitada e incentivada pela Igreja Católica e pelos senhores de escravos, com o objetivo de ensinar, os princípios básicos da religião católica como: orar e rezar. O objetivo era que os escravos adquirissem "as virtudes da paciência, humildade, resignação e submissão à ordem estabelecida".

A educação no Brasil colonial era dividida em duas categorias: Instrução simples primária, para os filhos de portugueses e índios. Educação média, para meninos brancos que formavam mestres em artes ou bacharéis em Letras. A desigualdade racial na educação no Brasil é fruto de uma série de fatores, incluindo a falta de políticas públicas para incluir negros nas escolas, universidades e no mercado de trabalho. A literatura, tradicionalmente, situa a empresa jesuítica relacionada apenas com as crianças brancas,

índigenas, mamelucas e mulatas. A base da conversão dos "gentios" ao cristianismo era a catequese, realizada pelo ensino mnemônico.<sup>2</sup> Nesse contexto, as crianças negras sofriam dois tipos de violência: nasciam marcadas pela maldição social da escravidão e estavam submetidas a um processo brutal de aculturação gerada pela visão cristã de mundo.

Tem-se dado pouca atenção para o fato de que os filhos dos escravos pertencentes aos missionários-fazendeiros também foram educados nas escolas concebidas pelo Ratio studiorum. O Ratio Studiorum foi um método de ensino criado por Inácio de Loyola para direcionar as ações educativas dos padres jesuítas, nas atividades educacionais, na colônia e na metrópole. Era uma coletânea de regras e prescrições práticas minuciosas que deveriam ser seguidas pelos padres jesuítas. Evidentemente, a educação de crianças negras no Brasil Colonial foi um fenômeno raro. Constituiu-se uma exceção da regra geral que caracteriza os grandes traços explicativos da história da educação do período colonial, ou seja, a exclusão da ampla maioria do povo brasileiro. Entretanto, mesmo tendo se constituído uma exceção, merece registro. O trabalho escravo, nas propriedades dos missionários-fazendeiros da Companhia de Jesus, transformou-se na principal mão-de-obra utilizada nas relações sociais de produção. Foram os filhos desses escravos que constituíram o contingente de crianças negras submetidas à ação pedagógica dos jesuítas.

Em 1750 o rei de Portugal, D. José I, nomeia para seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que caminha no sentido de recuperar a economia através de uma concentração do poder real e de modernizar a cultura portuguesa, reforçando o Pacto Colonial, iniciando assim, uma tentativa de transformação no século XVII com as Reformas Pombalinas.

Tais reformas visavam transformar Portugal numa metrópole capitalista, seguindo o exemplo da Inglaterra, além de adaptar sua maior colônia o Brasil a fim de acomodá-la a nova ordem pretendida em Portugal. Em 1753, o marquês de Pombal resolveu extinguir a escravidão dos índios no Maranhão, onde ela era mais comum que no resto da colônia. Em 1755, proclamou a libertação dos índigenas em todo o Brasil, indo ao mesmo tempo contra os proprietários de escravos índios e os jesuítas, que dirigiam a vida das comunidades indígenas nas missões (aldeamentos indígenas organizados pelos jesuítas). Após ter expulsado os jesuítas de Portugal, obrigou-os também a sair do Brasil em 1760. Pombal proibiu a discriminação aos índios e elaborou uma lei favorecendo o casamento entre eles e portugueses. Finalmente, criou o Diretório dos Índios para substituir

<sup>2</sup> Mnemônico- Vem do grego "mnemonikós", que quer dizer uso correto da memória.

os jesuítas na administração das missões. Pombal via que era impossível trazer portugueses para colonizar o interior do Brasil era mais fácil permitir o casamento dos colonos com os indígenas com objetivo de europeizar a população local e defender as fronteiras. Em relação à política educacional buscava-se construir um sistema público de ensino, mais moderno e popular, na colônia, apesar das várias tentativas, através de sucessivos alvarás e cartas régias, as Reformas Pombalinas no campo da educação, só logrou desarranjar a sólida estrutura educacional construída pelos jesuítas, confiscando-lhes os bens e fechando todos os seus colégios.

É importante analisarmos que a reforma pombalina no Brasil não foi implementada no mesmo período e da mesma forma que em Portugal. Foi de quase trinta anos o tempo de que o Estado português necessitou para assumir o controle pedagógico da educação a ser oferecida em terras brasileiras; da completa expulsão dos jesuítas e do desmantelamento sistemático de seu aparelho educacional, dos métodos aos materiais didáticos, até a nomeação de um Diretor Geral dos Estudos que deveria, em nome do Rei, nomear professores e fiscalizar sua ação na colônia. Através do alvará régio de 28 de junho de 1759, o Marquês de Pombal, extinguiu as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias ao expulsar os jesuítas da colônia e, ao mesmo tempo, criava as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam substituir as disciplinas dos colégios jesuítas.

Estas medidas, entretanto, não foram suficientes para oferecer uma boa educação à população brasileira que constantemente reclamava da falta de escolas. O governo português observou que era preciso buscar soluções para resolver a estagnação da educação brasileira. Os professores em sua grande maioria eram leigos e mal preparados os colégios religiosos continuaram sendo administrados por: oratorianos, franciscanos e carmelitas. Em relação a população negra continuou sem acesso as escolas nenhum colégio religioso permitia o ingresso de um negro. De acordo com **Saviani (2011)**, as ordens que vieram ao Brasil durante o processo de colonização e ficaram também com a missão de educar os filhos dos colonos foram as dos Franciscanos, Beneditinos, Carmelitas, Oratorianos e Capuchinhos e não permitiu a educação da população negra. A educação colonial passou a ser controlada e fiscalizada pelo Estado

As aulas régias instituídas por Pombal para substituir o ensino religioso constituíram, dessa forma, a primeira experiência de ensino promovido pelo Estado na história brasileira. A educação a partir de então, passou a ser uma questão de Estado. É importante frisar que este sistema de ensino cuidado pelo Estado servia a poucos, em sua imensa maioria, filhos das elites coloniais.

## A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE NO BRASIL IMPERIAL

Para entendermos a educação no Brasil no período imperial precisamos entender como funcionava a educação na Inglaterra da qual o sistema educativo brasileiro seguiu como modelo. Ao final do século XVIII e início do século XIX, havia na Inglaterra um grande número de crianças que não tinha oportunidade de obter educação elementar. As despesas para isso eram muito grandes e também não havia professores qualificados em número suficiente. Os ingleses adotaram o sistema de instrução monitorial. Esse método inicialmente foi desenvolvido pelo Reverendo Andrew Bell e Joseph Lancaster. O método consistia em o professor ensinar a lição a um grupo de meninos mais amadurecidos e inteligentes. Então, todo o grande grupo de alunos era dividido em pequenos grupos e estes aprendiam a lição a partir daqueles a quem o mestre havia ensinado. Um professor principal poderia, assim, instruir um grande número de crianças.

O objetivo de Lancaster era desenvolver crenças morais disciplinando a mente e o corpo dos alunos. A proposta de utilizar o método Lancaster no Brasil chegou durante o governo de Dom João VI, intermediado pelo conde da Barca (Antônio de Araújo e Azevedo) ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos porém este método só foi oficializado no Brasil em 1827 no reinado de Dom Pedro I, pelo Decreto que regulamentou que as Escolas de Primeiras Letras: Art. 4º As escolas serão do ensino mútuo nas capitais das províncias; e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos.

No Brasil o método Lancasterino seguiu em todos os aspectos o método inglês em utilizar alunos mais avançados para ensinar aqueles que estão em níveis iniciais. Essa maneira de ensinar não só ajudaram os alunos menos experientes, mas também fortaleceu o conhecimento dos alunos que ensinaram. O método priorizava o ensino de habilidades básicas, como leitura, escrita e aritmética.

Além disso, tinha por objetivo redução no número de professores e aumento na quantidade de alunos. Ressalte-se a desvantagem que não poderia atender as necessidades individuais de cada aluno dependendo que variava da capacidade dos alunos que ensinavam. O acesso às escolas era muito desigual, principalmente para a população negra. A maior parte da população negra, especialmente os escravizados e os libertos, enfrentava grandes dificuldades para terem acesso à educação formal. A maioria das escolas estava concentrada nas cidades e, muitas vezes, apenas a elite. Embora houvesse algumas iniciativas de educação para crianças negras e escravizadas, elas eram limitadas e muitas vezes dependiam de ações comunitárias ou de grupos pertencentes à igreja católica.

Assim, enquanto o método Lancaster poderia ter sido utilizado em algumas instituições, o acesso efetivo à educação por parte da população negra era bastante restrito no Brasil Império.

De acordo com Karasch (2000), no Brasil do século XIX houve relatos e anúncios publicados e jornais em que procurava-se negros e negras de 08 a 10 para aprender ser cozinheiros, cocheiros e jardineiros nesses locais esses escravos aprendiam também a ler e escrever ainda que não haja provas de que essas escolas é possível que alguns escravos alfabetizados fossem instruídos por aqueles que os tinham treinado nessas profissões.

De acordo com Fonseca (2002), na primeira metade do século XIX, vários escravos aprenderam a ler e a escrever em ambientes que não eram escolas. Esses escravos podiam ter aprendido a ler com negros forros ou até mesmo com seus proprietários como uma forma de adquirir alguma certa vantagem com esse ensinamento.

Karasch (2000) relata o fato de muitos africanos que desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro, já haviam aprendido a falar, ler e escrever em português na África. Ressalta ainda que um grupo significativo de escravos e libertos alfabetizados, inclusive mulheres assinavam seus nomes nos documentos e registros notariais.

Vale ressaltar que em 1840, 92% da população brasileira era analfabeta a educação era voltada principalmente para a população branca pertencente à elite a maioria dos brancos pobres não sabia ler e escrever. A leitura era um privilégio de poucos, um negro nesse período que sabia ler e escrever sendo escravo tinha seu valor aumentado em três vezes. Evidencia-se também que os escravos e negros forros que viviam nos centros urbanos tinham mais chance para se tornar letrados.

Em 1854 ocorreu a Reforma Couto Ferraz foi um decreto que estabeleceu regras para o ensino primário e secundário na Corte, no Brasil determinando condições para a fiscalização, punições, benefícios e alocação dos professores das escolas primárias organizou as escolas públicas e privadas, primárias e secundárias, determinou também que escravos não poderiam ser matriculados ou frequentar as escolas primárias, tornou obrigatória a Educação Física nas escolas do município da Corte.

Muitos escravos e negros forros sabiam da importância de saber ler e escrever numa sociedade que os consideravam como mercadorias, ser letrados era uma das formas de lutar por sua liberdade.

Quanto à educação secundária, o quadro parece ser mais dinâmico. De um modo geral, o ensino secundário durante o império estava predominantemente nas mãos de particulares. Porém, o governo central se esforçou para manter o padrão do ensino a partir da criação, em 1837, do Colégio Pedro II, modelo a ser seguido em todo o país.

Quem concluiu o curso no Colégio D. Pedro II recebia o título de “Bacharel em Letras” e era dispensado dos exames para o ingresso no ensino superior em qualquer Faculdade do Império. SILVA (2012, p. 94).

Raramente havia negros no Ensino Superior no Império os cursos eram isolados, com poucas vagas e professores com qualificação mínima para ministrarem as aulas, faltava organização e unidade, e eram baseados na literatura europeia. Outro fato relevante é a não participação feminina no ensino superior.

No século XIX, existiram duas faculdades de Direito no Brasil, uma em São Paulo e outra em Olinda (posteriormente transferida para o Recife), ambas fundadas no reinado de Dom Pedro I em 1827. Essas faculdades são lembradas como instituições conservadoras, que promoveram a legitimação do elemento servil. O ensino superior era reservado a uma parcela reduzida da população brasileira era preciso ser alfabetizado e ter meios financeiros para entrar e manter-se nos estudos. Além disso, o espaço universitário era dominado por homens brancos católicos em sua grande maioria filhos de senhores de engenho de Pernambuco e filhos de fazendeiros de café de São Paulo.

Não era comum, mas havia afrodescendentes que com muito esforço chegavam a realizar cursos universitários entre eles podemos relatar a história de: Luís Gonzaga Pinto da Gama, nascido em Salvador, Bahia, em 21 de junho de 1830, nasceu em Salvador. Filho de um nobre português cujo nome ele nunca mencionou e da escrava livre Luiza Mahin. De acordo com ele, Luiza Mahin esteve envolvida na revolta do Malês em 1835 e na Sabinada em 1837, o que resultou em sua fuga para o Rio de Janeiro, deixando o filho sob a guarda do pai.

Quando Luís Gama tinha apenas 10 anos, seu pai o levou para o Rio de Janeiro, onde foi vendido ao comerciante e alferes Antônio Pereira Cardoso para quitar uma dívida de jogo. Devido à sua origem baiana e reputação de rebelde, o comerciante não conseguiu vendê-lo e o transferiu para sua propriedade rural em Limeira.

Aos 17 anos, Luís Gama teve a oportunidade de conhecer o estudante Antônio Rodrigues do Prado, hóspede da propriedade rural de seu patrão, que o educou na leitura e escrita.

Em 1848, aos 18 anos, ciente de que sua condição era ilegal, já que sua mãe era livre, Luís evadiu-se para São Paulo, onde obteve a liberdade através da justiça. No mesmo ano, ele se juntou à Força Pública Provincial.

Luís Gama se uniu a Claudina Gama em 1850, com quem teve um filho. Luís Gama tentou se matricular no curso de Direito do Largo de São Francisco em 1850, porém a instituição de ensino negou sua matrícula por ele ser negro e de baixa renda. Apesar de ser hostilizado pelos docentes e estudantes, ele não desistiu e assistia

às aulas como ouvinte.

Em 1856 aos 17 anos, ingressou na Secretaria de Polícia, tornando-se uma personalidade influente e bem conectada. Sua habilidade para a escrita na polícia evidenciava seu talento para a profissão. Assim, ele iniciou a produção de alguns textos, culminando com a publicação de seu único livro, *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, em 1859.

Luís Gama começou sua carreira jornalística na década de 1860 e se estabeleceu como um dos principais jornalistas da cidade de São Paulo. Ele atuou em diversos jornais, incluindo *Diabo Coxo*, *Cabrião*, *Radical Paulistano*, *Correio Paulista* e *Polichinello*. Ele escreveu artigos e também desempenhou a função de tipógrafo.

Luís Gama era um homem de grande inteligência defensor da república e abolicionista radical se engajou no Partido Republicano Paulista. Seu conhecimento em Direito o tornou um ferrenho defensor da causa abolicionista atuava como Rábula e oferecia seus trabalhos em anúncios de jornais chegou a conquistar a liberdade de mais de quinhentos escravos utilizando de uma lei de 1831 em que proibia o fim do tráfico de escravos, morreu em 1882 aos 52, decorrente de complicações da diabetes.

Outro grande intelectual afrodescendente do Brasil império foi José do Patrocínio (1853-1905) defensor da abolição, além de jornalista e autor brasileiro. Ele esteve profundamente envolvido nas iniciativas que buscavam a emancipação dos escravizados.

As enormes adversidades que José do Patrocínio enfrentou devido à sua origem social não foram suficientes para frear seu destaque em um momento crucial da história do Brasil, durante as lutas pela abolição da escravatura e pela implantação da república. José do Patrocínio veio ao mundo em Campos, no estado do Rio de Janeiro, no dia 9 de outubro de 1853. Ele era filho do Cônego João Carlos Monteiro, que era vigário da cidade, e da escrava Justina Maria. Desde cedo, teve acesso à educação básica e recebeu uma certa proteção. Com a autorização do pai, mudou-se para a capital, onde iniciou suas atividades laborais na Santa Casa de Misericórdia. Iniciou sua participação nas lutas contra a escravidão e a monarquia em 1871, com a publicação de um poema no periódico "A República".

Com o auxílio do professor João Pedro de Aquino, ingressou na Faculdade de Medicina como estudante de farmácia em 1868. Graduou-se em 1874 e, para manter-se, começou a dar aulas. Em 1875, lançou o periódico satírico "Os Ferrões", que destacou suas habilidades polemistas, mas que foi rapidamente encerrado. No mês de julho de 1876, publicou um audacioso poema de doze estrofes, dedicado à princesa Isabel, no periódico "O Mequetrefe".

Em 1879, casou com sua ex-aluna Maria Henriqueta, seu o ajudou a comprar o jornal *A Gazeta*

da Tarde. Em 1883, reuniu-se com membros de clubes e associações abolicionistas no Rio de Janeiro e Niterói, sugeriu a formação da "Confederação Abolicionista". Em janeiro de 1886, os candidatos da Confederação Abolicionista para a Câmara Municipal eram José do Patrocínio, Ubaldino Amaral e Quintino Bocaiúva. Patrocínio produziu três romances durante esse período: "Mota Coqueiro", "Os Retirantes" e "Pedro Espanhol". José do Patrocínio ficou ligado a princesa Isabel até os últimos anos da monarquia o que equivalia o afastamento dos membros da Confederação Abolicionista em relação a sua pessoa.

Na aurora de 15 de novembro de 1889, a revolta liderada por Deodoro da Fonseca foi bem-sucedida e a população tomou as ruas. Patrocínio, um exímio orador, pressionado por amigos acabou se rendendo e proferiu um discurso em apoio à República. Mas tarde realizou críticas a Floriano Peixoto que mandou prendê-lo um ano depois foi solto voltou para o Rio de Janeiro.

A Revolta da Armada ocorreu no dia 6 de setembro de 1893, quando a Marinha se insurgiu contra o presidente Floriano. Patrocínio divulgou uma declaração dos almirantes insurretos contra o governo de Floriano. Floriano ordenou o fechamento do jornal, era o término da trajetória profissional do jornalista. Em 1895, o jornal retornou à circulação, porém, em 1902, encerrou definitivamente suas atividades. Patrocínio, sem recursos, se mudou para uma residência modesta em Inhaúma. Faleceu em 1905, enquanto escrevia um artigo com o título *Ave Rússia* em que saudava a luta dos Democratas contra o autoritarismo do Czar Nicolau II para um jornal. O afrodescendente André Pinto Rebouças na cidade de Cachoeira, na Bahia, em 13 de janeiro de 1838. Ele era filho de Antônio Pereira Rebouças, um advogado mulato e autodidata, e de Carolina Pinto Rebouças, que era filha de um comerciante. Enfrentou uma infância repleta de enfermidades. Em 1842, seu pai conquistou uma cadeira, como deputado na província da Bahia, no Parlamento Imperial. Assim, a família se mudou para o Rio de Janeiro.

André e seu irmão Antônio, inseparáveis amigos, começaram seus estudos no Colégio Valdetaro. Em 1849, eles se transferiram para o Colégio Kopke em Petrópolis, e posteriormente para o Colégio Marinho, onde finalizaram seus estudos em geografia, latim e inglês. Em casa, se preparavam para as provas da Academia Militar. André e seu irmão conquistaram as primeiras posições. Em 1854 começaram o curso e em 1858 se graduaram. Receberam os títulos de Engenheiro Militar e as condecorações de primeiro-tenente, pediram uma bolsa de estudos na Europa. Em 1861, receberam as autorizações e rapidamente estavam a caminho do embarque.

Na Europa os irmãos estudaram na França e Inglaterra de volta ao Brasil após um ano e sete meses André

publicou “Memórias Sobre os Caminhos de Ferro na França”, e com a colaboração de seu irmão Antônio, publicou “Estudos Sobre Portos de Mar”. Participou da guerra do Paraguai inspecionando fortificações militares na região sul do Brasil. Se tornou engenheiro da Alfandega. Após a guerra do Paraguai viajou novamente para Europa e depois para os EUA, sofrendo preconceitos por causa de sua cor. De volta ao Brasil se engajou no movimento abolicionista, teve uma relação de amizade com o imperador Dom Pedro II, recebendo elogios do imperador como brilhante engenheiro, acompanhou a família real no exílio após a morte do Imperador viajou para África conhecendo os horrores da fome e pobreza de alguns países, se mudou para Funchal na ilha da Madeira onde morreu no dia 09 de maio de 1898.

Maria Firmina do Reis (1825-1917), uma maranhense negra e livre, filha bastarda, mas se graduou como professora primária e publicou, em 1859, o que alguns historiadores consideram como o primeiro romance abolicionista brasileiro, Úrsula. O livro narra a trama de um triângulo amoroso, no entanto, três dos personagens principais são afrodescendentes que questionam o sistema escravagista. Passou uma parte significativa de sua vida na residência da tia materna, que possuía melhores condições materiais. Firmina também se familiarizou com as referências culturais que a conduziram ao trabalho com as letras e a educação na casa dessa tia.

Foi à primeira mulher aprovada em um concurso público no Maranhão ocorreu em 1847. Ela se tornou professora. A posição contrária à escravatura marcou sua vida e trabalho, mesmo naquela época sendo desafiador para uma mulher expressar seu ponto de vista sobre a escravatura especialmente para uma mulher negra, isso era praticamente inimaginável.

Foi responsável pela criação da primeira escola mista e gratuita do Brasil, em 1881, o que chocou a comunidade de Maçaricó cidade do interior do Maranhão, levando-a a encerrar as atividades da instituição após dois anos e meio. Contudo, sua imagem como educadora era indiscutível: em 1880, conquistou a primeira posição em História da Educação Brasileira, ganhando o título de Mestra Régia.

Além de sua carreira como professora, Maria Firmina também se destacou como compositora e folclorista, mantendo colaboração ativa com a comunidade intelectual e com a mídia local, frequentemente publicando em periódicos do Maranhão. No entanto, grande parte de sua obra não publicada acabou se perdendo ao longo dos anos, ao ser esquecida. Após seu falecimento, seu filho adotivo, Leude Guimarães, que era o responsável por guardar seus manuscritos, teve seus bens furtados em um hotel, levando consigo o que ainda restava das escritas da autora. Morreu, pobre e cega em 1817.

Podemos dizer que Maria Firmina além de

sofrer preconceitos por ser uma mulher preta filha de uma mulher branca e de um homem preto sofreu preconceitos também por ser mulher e pobre em uma época que as mulheres eram submissas aos homens em uma sociedade extremamente machista

Não apenas os quatro nomes citados neste trabalho lutaram durante o período da monarquia brasileira para conseguirem seu espaço numa sociedade repleta de preconceitos através de uma vida acadêmica, sabemos que essa trajetória não foi fácil, muitos não conseguiram realizar seu desejo de terem um curso universitário ou até mesmo aprender a ler e escrever, mas os que conseguiram representaram bem os afrodescendentes conquistaram um papel relevante na literatura do século XIX.

O peso numérico das pesquisas sobre o período imperial é digno de destaque e avança nas explicações sobre a educação no Brasil. Tais trabalhos modificam o sentido da história da educação brasileira no que tange à ausência das pesquisas sobre a população negra, mostrando que, já no século XIX, “os próprios negros, sujeitos da ação educativa, elaboram estratégias e ações variadas para viabilizar o acesso ao mundo das letras, construindo suas próprias representações sobre a escola e conferindo múltiplos sentidos a escolarização (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 254 apud FONSECA; BARROS, 2016, p.63)”.

A educação de afrodescendentes no Brasil na época da República Velha foi caracterizada por desigualdades e atos de resistência, resultando na manutenção da maioria da população alheia ao conhecimento. Na Primeira República significava viver numa sociedade, que mesmo após a abolição permanecia com ideias escravocratas, que não permitia os afrodescendentes a apreender por meio da educação escolarizada, mesmos que fosse algum tipo de instrução, relativa somente às técnicas elementares da escrita e da leitura. A maioria da população permanecia analfabeta e o ensino-aprendizagem permanecia restrito às elites econômicas.

Apesar do direito mencionado que restringe, mas não impossibilita completamente o acesso do negro à escola, em 1937, Paulino José de Souza, presidente do Estado do Rio de Janeiro, sancionou a Lei nº 1, que estabelece as seguintes diretrizes para a educação primária:

1) compreensão política e histórica da diversidade; 2) reforço de identidades e direitos; 3) iniciativas educativas contra o racismo e a discriminação. A escola Nova foi um movimento de renovação educacional que ganhou destaque na Europa, América e Brasil durante a primeira metade do século XX. No Brasil, o escolanovismo emergiu sob significativas influências de mudanças econômicas, políticas e sociais. O acelerado processo de urbanização e o crescimento da cultura do café.

O ideário escolanovista foi a essência da



expansão do pensamento liberal no Brasil. Segundo alguns educadores, o escolanovismo defende que a educação é o único elemento realmente eficiente para a formação de uma sociedade democrática, que considera as diversidades, respeita a individualidade do indivíduo, capacitando-o a refletir sobre a sociedade e a se inserir nela. Assim, segundo eles, a educação escolarizada deveria ser fundamentada no indivíduo integrado à democracia, um cidadão participativo e democrático. Na Era Vargas, a educação dos afrodescendentes foi caracterizada por batalhas e resistências, mas também por transformações na educação em geral.

Em 1931, em São Paulo, surgiu o Movimento Negro que estabeleceu combater o racismo chegou a editar um jornal “A Voz da Raça” e se tornou um partido político em 1936. Em 1937, a ditadura do Estado Novo dissolveu a Frente Negra Brasileira, o primeiro e único partido negro do Brasil.

Durante a Era Vargas, a educação dos negros foi caracterizada por diversas transformações, mas também por preconceito e discriminação: a reinterpretação do termo “negro” como um conceito político visa desacreditar os significados negativos que são atribuídos aos negros. A introdução da Educação Física no ambiente escolar, a partir dos anos 1930, serviu como um recurso disciplinar e definidor de um padrão físico nacional.

A instituição de um curso de formação social, abrangendo matérias como história, moral e cívica, além de conhecimentos gerais, destinado aos participantes do curso de alfabetização de adultos a importância de estudar a resistência e a luta pela liberdade dos escravos. Porém a partir de 1937 houve a suspensão do programa de formação social devido e o fechamento da Frente Negra durante a ditadura de Vargas. Embora houvesse alguns avanços a educação dos negros durante a Era Vargas ainda continha várias falhas. Tais como: a escassez de diversidade nos recursos educacionais. A ausência de tratamento da cultura afro-brasileira nos recursos educacionais e a desigualdade e o estigma em relação à aparência do corpo negro.

Durante os anos 1940 e 1960, o movimento negro no Brasil adquiriu grande vigor, impulsionado pela democratização do país durante a República de 1946. No entanto, essa capacidade de ação foi reduzida durante a Ditadura Militar, a partir de 1964. As ações do movimento negro foram reprimidas pelos militares, que também começaram a propagar o mito da democracia racial no Brasil. O movimento negro ganhou força ao lado do movimento de resistência à ditadura e uma série de iniciativas começaram a ser realizadas a partir dos anos 70. Realizaram-se debates significativos com intelectuais brasileiros para debater a questão do racismo e a necessidade de resgatar figuras da história afro-brasileira.

Durante a década de 1970, o Movimento Negro (MN) começou a defender uma educação antirracista, visando superar a opressão racial. O Movimento Negro começou a reivindicar mudanças no currículo escolar e na maneira como o negro era retratado nos recursos pedagógicos.

O período de 1980 foi caracterizado por transformações notáveis no sistema de ensino do Brasil, incluindo o surgimento do movimento da didática crítica e a implementação da avaliação educacional. Também foi durante a década de 1980 que o Brasil experimentou uma abertura política, após um extenso período de ditadura militar. Este procedimento permitiu o aparecimento de novas instituições da sociedade civil e política.

Nos anos 80, foram criados novos recursos pedagógicos que proporcionava mais espaço para os estudantes experimentarem e adquirirem conhecimento de maneira prática. A década de 1980 foi marcada por progressos significativos na educação brasileira. As alterações tinham como objetivo expandir a educação, aprimorar a qualidade do ensino e valorizar os docentes.

O Movimento Social Negro Brasileiro (MSN) teve um papel fundamental na redução do analfabetismo e na elevação do grau de instrução da população afrodescendente. O MSN estabeleceu redes de proteção aos valores da cultura afrodescendente, possibilitando que uma parcela da população negra enfrentasse o preconceito e se mantivesse no ambiente escolar. O MSN também criou iniciativas para incentivar a igualdade de oportunidades, tais como o Geração XXI, o Jovem Negro e as Africanidades culturais brasileira.

O Projeto Geração XXI foi desenvolvido como uma das principais sugestões ao avanço das discussões raciais em nível nacional, incentivando o diálogo, a partilha de vivências e ações que possuam um grande potencial de mudança para uma população historicamente discriminada. O propósito de colocar cotas raciais, foram pautadas no Brasil desde os anos 1980, mas só foram aprovadas como Lei Federal em 2012.

O Movimento Negro Unificado (MNU) foi criado em 18 de junho de 1978 e apresentado ao público em 7 de julho do mesmo ano. A apresentação representou um marco na batalha contra a discriminação racial no Brasil, ocorrendo durante a Ditadura Civil-Militar. O MNU foi estabelecido em resposta a certos eventos como: Robson Silveira da Luz, torturado e brutalmente assassinado pela polícia em 4 de maio de 1978, foi um caso notável. A restrição de entrada de quatro jovens negros no Clube de Regatas Tietê. O MNU foi oficialmente apresentado ao público no dia 7 de julho de 1978, durante um protesto nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. O ato envolveu organizações do Rio de Janeiro e da Bahia,

bem como Lélia Gonzales e Abdias do Nascimento.

Frente à crescente e evidente manifestação do racismo enraizado na sociedade brasileira desde a época da escravidão, entidades como o MNU tendem a surgir de locais que acabam funcionando como locais de convívio coletivo para a comunidade negra, como teatro, hip hop e grupos de jornalismo especializados. A Carta Magna de 1988 garantiu direitos e proteções para os afrodescendentes, sendo a primeira Constituição que incluiu o racismo como crime. Sendo um grande avanço na conquista de direitos, ficando conhecida com Constituição Cidadã. Em suas principais características em defesa de uma educação plural podemos mencionar:

O racismo é visto como um crime inafiançável e imprescritível, passível de pena de prisão.

O Estado tem a responsabilidade de salvaguardar as expressões culturais populares, indígenas e afro-brasileiras. A Lei 9.394/96 estabeleceu como obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena em escolas de ensino fundamental e médio, tanto públicas quanto privadas. Todos, homens e mulheres, possuem a mesma igualdade perante a lei, que considera como crime inafiançável qualquer discriminação.

Sempre foi negado aos livros escolares a identidade do homem negro, residente do subúrbio. Considerando que a educação é um produto social, a elite branca e o racismo não desejavam que negros e negras se sentissem integrantes da sociedade e não ocupassem os mesmos espaços, buscando apagá-los através de várias restrições, inclusive no âmbito educacional. Durante a década de 1990, o Brasil tinha um alto índice de adultos analfabetos, totalizando aproximadamente 18 milhões de indivíduos. Os índices de evasão e reprovação também eram elevados, com aproximadamente 60% dos alunos que ingressavam no Ensino Fundamental deixando a escola. A educação tem recebido uma atenção particular das organizações negras como um direito que vem sendo gradualmente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação. (GOMES, 2012. p. 73).

A década de 1990 iniciou por várias conquistas da população afrodescendentes marcado por avanços educacionais e culturais. Esses avanços iniciaram na década de 1950 e culminaram no final da década 1990 até início dos anos 2000 como podemos citar:

A Lei Afonso Arinos, também chamada de Lei 1.390/51, foi a primeira legislação no Brasil a lutar contra o racismo: Afonso Arinos de Melo Franco propôs e Getúlio Vargas promulgou em 3 de julho de 1951. Tornou-se crime a discriminação racial.

Determinou que o crime de racismo é inafiançável e sem prescrição prevista.

Estabelecia punições de prisão de um a cinco anos e multa para aqueles que fossem condenados por atos racistas.

Determinava que nenhum local poderia tratar de forma desrespeitosa ou negligenciar o cliente por causa de sua cor de pele.

Um grande avanço para a conquista dos direitos da comunidade afrodescendente veio com a Constituição Federal de 1988 em artigo 3º, inciso XLI, determina que a República Federativa do Brasil deve promover o bem de todos sem preconceitos de raça, cor, sexo, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. O artigo 5º, inciso XLI, determina que a lei punirá qualquer discriminação que atente aos direitos e liberdades fundamentais.

A injúria e o racismo embora pareçam idênticos, esses dois termos diferem sob a perspectiva jurídica. A injúria racial acontece quando se proferem ofensas a certos grupos de indivíduos, como por exemplo, chamar um negro de "macaco". A acusação de injúria racial permite fiança, com uma pena máxima de oito anos, apesar de normalmente não exceder os três anos. Por outro lado, o racismo é mais sério, visto como um delito inafiançável e imprescritível.

Para que o crime seja classificado como racismo, é necessário menosprezar a raça de alguém, seja através da restrição de acesso a um local específico ou da recusa de emprego com base na cor da pele. Por exemplo, o veto à inscrição de uma criança em uma escola devido à sua cor de pele pode ser considerado um caso de racismo.

Outra importante foi a Lei Caó, também chamada de Lei no 7.716, de 5 de janeiro de 1989, estabelece como delito a discriminação ou preconceito baseado em raça, cor, etnia, religião ou origem nacional. O então presidente José Sarney sancionou a lei, que foi batizada em honra ao seu autor, o deputado Carlos Alberto Oliveira, mais conhecido como Caó.

Essas leis contra o racismo tem uma grande importância para a vida educacional da população afrodescendente, eram nas escolas e universidades onde a população afrodescendente sofria com o preconceito de certo modo com o surgimento dessas leis houve uma inibição desse preconceito.

Em 1997, apenas 2,2% de pardos e 1,8% de negros, entre 18 e 24 anos cursavam ou tinham concluído um curso de graduação no Brasil.

A Lei no 10.639, promulgada em 9 de janeiro de 2003, introduz o tema História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares da educação básica. O objetivo é promover a conscientização acerca da cultura africana e sua influência na população brasileira

O ambiente educacional, juntamente com as leis e o professor, pode proporcionar ao estudante uma nova perspectiva, aprendendo mais sobre a história do continente Africano e as heranças que herdamos deste continente. Isso nos permite desenvolver novas

perspectivas sobre o povo negro, superando nossos próprios preconceitos.(ALVES,2012).A Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, assegura a reserva de vagas para afrodescendentes nas universidades federais brasileiras. A ex-presidente Dilma Rousseff sancionou a lei em 2012 com o propósito de diminuir a desigualdade entre brancos e negros no país. A mesma lei determina que 50% das vagas em universidades e institutos federais de educação superior sejam reservadas para candidatos afrodescendentes, indígenas e deficientes. A Lei 14.723/23 que entrou em vigor em 2023, atualizou a Lei de Cotas no âmbito federal. A alteração aprovada diminuiu a renda familiar máxima permitida para se candidatar às cotas, que foi reduzida de 1,5 salário mínimo por indivíduo para 1 salário mínimo por indivíduo. A revisão também enquadrou os quilombolas como beneficiários da reserva de vagas.

Outra grande conquista da população afrodescendente foi ter conquistado a data do dia da consciência negra como feriado nacional, o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra e Dia Nacional de Zumbi dos Palmares, já era uma data comemorada oficialmente no Brasil desde 2011. Mas, feriado mesmo em Alagoas, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo, por força de leis estaduais; e em algumas cidades, como Boa Vista, capital de Roraima, por decisão municipal. Anteriormente, o dia 20 de novembro já é considerado feriado em seis estados brasileiros e cerca de 1.200 cidades.

O dia 20 de novembro foi escolhido para marcar a Consciência Negra por ser a data da morte de Zumbi dos Palmares, líder daquele que foi um dos maiores quilombos do país, o Quilombo de Palmares, na Serra da Barriga, na ocasião, vinculada à capitania de Pernambuco. Sua morte se deu em 1695, em uma emboscada. Em dezembro de 2023, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei 14.759/2023.

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou por 286 votos contra 121, proposta que torna feriado nacional o Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. O Projeto de Lei 3268/21 já foi aprovado pelo Senado. A data passou a ser chamado Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Vale ressaltar que não podemos apenas lembrar dos feitos de Zumbi mas de outros grandes personagens da comunidade de Palmares que lutaram bravamente pela liberdade de seu povo, como: Ganga Zumba, Dandara entre outros.

## CONCLUSÃO

Embora seja indiscutível a importância da educação para abrir caminhos e expandir as oportunidades para a população afrodescendente, o racismo estrutural e funcional surgiu fora dos muros das escolas e persiste por um longo período. Vários

indicadores socioeconômicos demonstram que a discriminação social e a marginalização da população afrodescendente persistem ao longo da vida e em variados segmentos da sociedade e ainda temos muito que percorrer e conquistar.

A pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2023 revelou que a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos de 15 anos ou mais diminuiu para 7,1%, o nível mais baixo da história brasileira desde 2016, porém ainda supera a taxa de 3,2% entre os brancos. O estudo também revelou que 71,6% dos jovens de 14 a 29 anos que não concluíram o ensino médio seja por terem abandonado a escola antes do término desta fase, ou por nunca terem frequentado a escola eram negros, enquanto apenas 27,4% eram brancos. Esses dados demonstram que além de leis e cotas o governo tem por dever realizar um trabalho mais assíduo nas escolas e universidades contra toda forma de racismo e preconceito e não ficar apenas no debate no mês de novembro, mês que comemoramos o dia da Consciência Negra. Só através da educação que podemos mudar essa realidade.

## Referências

ALVES, Cynthia S. **O racismo na escola e o combate com ações pedagógicas**. UEPB. Guarabira-PB. 2012. Disponível em <  
<http://dSPACE.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1338/PDF%20-%20Cynthia%20Cristina%20de%20Souza%20Alves.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

ALVES, G. L. O trabalho didático na escola moderna: formas históricas. Campinas: Autores Associados, 2005.

<https://www.camara.leg.br/noticias/1021153-camara-aprova-feriado-nacional-em-20-de-novembro-dia-de-zumbi-e-da-consciencia-negra/> Acesso em 29/10/2024.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17716.htm/](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm/) Acesso em 28/10/2024

CYNTHIA, Greive (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CRUZ, Ricardo Alexandre da.Negros e educação:as trajetórias e estratégias de dois professores da Faculdade de Direito de São Paulo nos séculos XIX e XX. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

DA SILVA, Paulo Cristiano. **A cor do racismo**. 2012 Disponível em <> acesso em 22/03/18.

FERREIRA, Antônio Oneildo. **Princípio**

**constitucional do não retrocesso.** Jota. 2015  
Disponível em <> acesso em 15/03/2018.

FONSECA, Marcus Vinícius. Educação dos negros.  
Bragança Paulista- -SP: EdUSF, 2002.

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o  
invisível. O Negro na história da educação brasileira.  
Revista Brasileira de História da Educação/SBHE, v.7,  
n.1 (13) 2007.

GOMES, N. L. Escola e diversidade étnico-cultural:  
um diálogo possível. In: DAYRELL, J.(Org.).  
Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo  
Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

GONDRA, José, SCHUELER, Alessandra. Educação,  
poder e sociedade no Império brasileiro. Rio de Janeiro:  
Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito  
de cor e racismo no Brasil. Revista de Antropologia,  
São Paulo, v. 47, n. 1, 2004.

IBGE. **IBGE divulga estudo especial da PME sobre  
Cor ou Raça.** 2006 Disponível em <> acesso em  
24/03/2018.

KARASCH, Mary. A vida dos escravos no Rio de  
Janeiro (1808-1850) São Paulo, Companhia das  
Letras, 2000.

MAESTRI, Mario. A pedagogia do medo: disciplina,  
aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. In:  
STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena  
Câmara (Orgs.). História e memórias da educação no  
Brasil. V. 1. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 192-210.

MOACYR, Primitivo. A instrução e o império:  
subsídios para a história da educação no Brasil, 1823-  
1853. São Paulo: Ed. Nacional, 1936. MORAES, Neida  
Lúcia. Espírito Santo: História de suas lutas e  
conquistas. Vitória: Artgraf, 2002.

NEVES, Fátima. Maria. O método lancasteriano e a  
formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808- 1889).  
Assis-SP: UNESP, 2003. (Tese de doutorado).

NÓVOA, Antonio. Apresentação. In: BASTOS, Maria  
Helena Camara. (Org). Histórias e memórias da  
educação no Brasil, século XIX. Petrópolis: Vozes,  
2011.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. **O princípio de  
não discriminação.** Revista Jus Navigandi, ISSN  
1518-4862, Teresina, ano 7, n. 57, 1 jul. 2002.  
Disponível em <> acesso em 10/03/2018

PILETTI, Nelson. História da educação no Brasil. São  
Paulo: Ática, 1991.

RIBEIRO, Maria Luísa S. História da educação  
Brasileira: a organização escolar. 3 ed. São Paulo:

Moraes, 1981.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da  
educação no Brasil. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.  
SAVIANI, Demerval. Os balanços na historiografia da  
educação brasileira – sentidos e perspectivas.  
NEPOMUCENO, Maria; TIBALLI, Elianda (Orgs.). A  
educação e seus sujeitos na história. Belo Horizonte:  
Argumentvm, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco,  
muito pelo contrário: cor e raça na intimidade.  
SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) História da vida  
privada 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA Marco; PORTO Amélia. Nas trilhas do Ensino  
de História: teoria e prática. Belo Horizonte: Rona,  
2012.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Igualdade  
perante a lei, sem preconceitos de raça, gênero,  
crença, origem e opção sexual.** Disponível em <>  
acesso em 22/03/18.

VILLELA, H. “O ensino mútuo na origem da primeira  
escola normal do Brasil”. In: BASTOS, M. H. e FARIA  
FILHO, L. M. (orgs). A Escola elementar no século  
XIX: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo-RS:  
Ediupf, 1999.

WARDE, Miriam Jorge; Carvalho, Marta M. C (2000).  
Política e cultura na produção da história da educação  
no Brasil. In: Revista contemporaneidade e educação.  
Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Cultura e  
Educação Continuada, Ano V, n° 7.

XAVIER, M. E.; RIBEIRO, M. L.; NORONHA, O. M.  
História da educação: a escola no Brasil. São Paulo:  
FTD, 1994.

## Revista Multidisciplinar

**A IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NA GESTÃO  
FINANCEIRA EMPRESARIAL**

Deborah Cristina Orchanheski



<https://www.gepcompliance.com.br/blog/governanca-corporativa-como-colocar-em-pratica/>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number  
2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



## A IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NA GESTÃO FINANCEIRA EMPRESARIAL

Deborah Cristina Orchanheski<sup>1</sup>  
18 de fevereiro de 2023

**Revista o Universo Observável**  
**DOI: 10.5281/zenodo.14205195**  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14205195)

---

<sup>1</sup> Deborah Cristina Orchanheski  
Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade UNIDOMBOSCO (Centro Universitário Unidombosco),  
formada em dezembro de 2017.  
[deh\\_cristina@hotmail.com](mailto:deh_cristina@hotmail.com)

## RESUMO

A governança corporativa tem se mostrado fundamental na administração das empresas, em especial na gestão financeira, por promover transparência e responsabilidade entre todos os envolvidos. Originada para proteger os acionistas e diminuir conflitos entre proprietários e gestores, a governança corporativa estabeleceu-se como uma vantagem competitiva essencial no mercado atual, onde confiança e credibilidade são cruciais. Além de fortalecer a imagem institucional da empresa e melhorar sua reputação no mercado, ela assegura uma gestão alinhada com princípios éticos e de responsabilidade social. Baseada nos pilares de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, essas práticas possibilitam uma administração eficaz, reduzem riscos financeiros e favorecem a criação de valor a longo prazo. A adoção de um modelo de governança eficiente impacta positivamente a saúde financeira das empresas, aumentando sua estabilidade e diminuindo os riscos de colapso financeiro, ao mesmo tempo que fortalece sua capacidade de resposta a crises, sustentando uma cultura organizacional baseada na ética e transparência.

**Palavras-chave:** Governança Corporativa; Gestão Financeira; Transparência Empresarial; Responsabilidade Corporativa;

## ABSTRACT

*Corporate governance has proven to be essential in the management of companies, especially in financial management, by promoting transparency and accountability among all stakeholders. Originally developed to protect shareholders and reduce conflicts between owners and managers, corporate governance has established itself as a critical competitive advantage in today's market, where trust and credibility are crucial. In addition to strengthening the institutional image of the company and enhancing its market reputation, it ensures management aligned with ethical principles and social responsibility. Based on the pillars of transparency, equity, accountability, and corporate responsibility, these practices enable effective administration, reduce financial risks, and promote long-term value creation. Adopting an efficient governance model positively impacts the financial health of companies, increasing their stability and reducing the risks of financial collapse, while also strengthening their crisis response*

*capabilities and supporting an organizational culture based on ethics and transparency*

**Keywords:** *Corporate Governance; Financial Management; Transparency; Accountability; Ethical Management; Social Responsibility;*

## 1 INTRODUÇÃO

A governança corporativa tornou-se uma ferramenta essencial na administração de empresas, especialmente na gestão financeira, ao promover a transparência e a responsabilidade entre os stakeholders envolvidos. Originalmente desenvolvida para proteger os interesses dos acionistas e reduzir conflitos entre proprietários e gestores, essa prática é um alicerce no mercado contemporâneo, onde a confiança e a credibilidade são fundamentais. A governança corporativa, assim, se consolida como um diferencial competitivo que, ao assegurar o controle e a transparência das operações, atrai investimentos e proporciona uma gestão mais eficiente, mitigando riscos financeiros e garantindo uma base sólida para a tomada de decisões.

No contexto atual, a implementação de boas práticas de governança corporativa é considerada essencial para que as empresas alcancem um desempenho sustentável. Organizações bem-sucedidas mantêm uma estrutura de governança que facilita a transparência e o equilíbrio entre os interesses das diferentes partes envolvidas, o que reforça o compromisso com uma administração ética e eficiente. Esse sistema de governança propicia um ambiente seguro para os investidores, colaboradores e demais stakeholders, fortalecendo a imagem institucional da empresa e aprimorando sua reputação no mercado. A prática da governança corporativa, assim, assegura que as operações empresariais estejam alinhadas com princípios éticos e de responsabilidade social.

A governança corporativa é baseada em quatro pilares fundamentais: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Esses princípios foram instituídos no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e são amplamente reconhecidos como essenciais para a administração moderna. A transparência envolve a divulgação de informações relevantes, além do que é exigido por regulamentações, garantindo que todos os interessados tenham acesso a dados que possam afetar suas decisões. A equidade assegura que todos os acionistas, incluindo minoritários, sejam tratados de forma justa e

que os conflitos de interesse sejam minimizados.

Outro pilar importante, a prestação de contas, impõe que os gestores da empresa estejam sempre prontos para justificar suas ações e decisões, promovendo uma cultura de responsabilidade e ética no ambiente corporativo. Esse princípio é crucial para que a administração da empresa seja vista como confiável e para que os resultados sejam alcançados de maneira transparente. Já o princípio da responsabilidade corporativa implica que os gestores devem sempre agir em prol da sustentabilidade econômica e social da empresa, assegurando que as operações estejam em conformidade com as leis e regulamentações aplicáveis.

A importância da governança corporativa na gestão financeira reside na sua capacidade de oferecer uma estrutura robusta para a gestão dos recursos e para a criação de valor a longo prazo. Ao implementar práticas de governança, as empresas conseguem estabelecer controles internos eficazes que, por sua vez, favorecem a avaliação de riscos e o desenvolvimento de estratégias financeiras mais seguras. Esses controles também garantem que a gestão financeira esteja sempre alinhada aos objetivos corporativos, promovendo o uso racional dos recursos e ampliando as possibilidades de crescimento sustentável.

Portanto, a adoção de um modelo de governança corporativa eficaz impacta diretamente a saúde financeira das empresas, proporcionando maior estabilidade e reduzindo os riscos de colapso financeiro. Em um ambiente econômico cada vez mais competitivo e globalizado, a governança corporativa oferece uma vantagem estratégica para as organizações, fortalecendo sua capacidade de adaptação e resposta a crises, ao mesmo tempo em que promove uma cultura organizacional baseada em princípios éticos e na transparência. Assim, a governança corporativa não apenas beneficia os acionistas, mas também contribui para o desenvolvimento de uma economia mais justa e equilibrada.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo fundamenta-se nos pilares da governança corporativa, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa e sua aplicação na gestão financeira.

A transparência envolve a divulgação clara de informações financeiras, fortalecendo a confiança dos

stakeholders e atraindo investimentos (IBGC, 2015). A equidade assegura tratamento justo entre acionistas, evitando decisões que beneficiem grupos específicos e promovendo um ambiente ético (Pereira & Quelhas, 2005). A prestação de contas (*accountability*) exige que gestores justifiquem suas decisões, aumentando a credibilidade e o controle interno (Silveira, 2010).

Já a responsabilidade corporativa reforça a importância de decisões que considerem impactos sociais e ambientais, contribuindo para a sustentabilidade organizacional (Andrade & Rossetti, 2006). Esses princípios garantem uma gestão financeira mais responsável e alinhada aos interesses de longo prazo da empresa.

### 2.1 CONCEITOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança Corporativa é descrita por diversos especialistas como um conjunto de normas e diretrizes que têm como objetivo estabelecer um relacionamento saudável entre os administradores de uma empresa e seus acionistas. Em essência, a Governança Corporativa busca a transparência na gestão, atendendo às expectativas daqueles que investiram na organização. Steinberg (2003) observa que a expressão "Governança Corporativa" é uma tradução não tão precisa do inglês "*Corporate Governance*". "Governança" deriva do latim *gubernare*, que significa governar ou direcionar, enquanto "*corporate*" se refere diretamente a corporações. Dessa forma, a expressão aborda a forma como os acionistas governam uma organização.

A governança corporativa é um conceito relativamente novo, surgindo por volta dos anos 1950 nos Estados Unidos. Por isso, o entendimento do termo ainda está em evolução. Silveira (2002) define a Governança Corporativa, de maneira sucinta, como um conjunto de mecanismos que orientam a tomada de decisões nas corporações, com o intuito de maximizar o valor do negócio a longo prazo. Essa visão de que a Governança Corporativa representa um conjunto de instrumentos e mecanismos é compartilhada por muitos estudiosos, como Lethbridge, que afirma:

Um sistema de governança corporativa é composto por instituições, regulamentações e convenções culturais que regulam a relação entre as administrações de empresas e seus acionistas ou outros grupos a quem as administrações, dependendo do modelo, devem prestar contas. (Lethbridge, 1997, p. 210)

Barbosa (2008) também explora esse conceito, destacando que a Governança Corporativa



seria um sistema estruturado de poderes que organiza os mecanismos de direção e controle das empresas. A Comissão de Valores Mobiliários (2002) define a governança corporativa como um conjunto de práticas que busca aprimorar o desempenho da empresa e proteger os interesses dos envolvidos, como acionistas, colaboradores e credores. Envolve transparência, tratamento justo aos acionistas e prestação de contas.

Álvares *et al.* (2008) ressaltam que o desenvolvimento do mercado de capitais incentivou a adoção de práticas de Governança Corporativa. A necessidade de informações precisas para a tomada de decisão sobre investir ou não em uma empresa foi um dos principais motivadores para a evolução recente desse conceito. Nessa linha, as corporações adotaram práticas de controle e transparência para apoiar o processo decisório dos investidores.

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2015), os quatro pilares fundamentais da Governança Corporativa são: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Para o IBGC (2015), transparência significa disponibilizar informações relevantes para as partes interessadas, além daquelas exigidas por lei. Equidade refere-se ao tratamento justo e igualitário entre acionistas e outros envolvidos. Prestação de contas é a prática de informar de forma clara e objetiva. A responsabilidade corporativa envolve o compromisso dos gestores em manter a sustentabilidade econômica e financeira da organização.

Embora possa parecer incomum que existam normas para práticas que deveriam ser padrão em qualquer empresa, é importante lembrar que, em épocas passadas, as empresas eram vistas como empreendimentos individuais. Muitos negócios levavam o nome de seus fundadores, o que reduzia a prática de compartilhar informações corporativas.

## 2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA NO MUNDO

No capítulo anterior, foi discutido que as práticas de governança começaram a ser utilizadas nos EUA por volta de 1950, porém, sem a exigência formal ou um uso uniforme. Segundo Borgerth (2007), somente com a criação da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) em 2002 houve uma mudança legal que tornou o uso de práticas de governança obrigatório. Antes disso, as normas vigentes datavam de 1933 e 1934.

A SOX foi estabelecida em resposta a uma série de escândalos corporativos. Conforme publicado no *Jornal Contábil* (2016), casos como os da Enron,

Xerox e *Worldcom* impulsionaram a aprovação da SOX. O colapso da Enron, em 2002, foi especialmente impactante, já que a empresa, que era a sétima maior dos EUA no setor, inesperadamente declarou falência, chocando o mercado, pois tinha um valor de aproximadamente US\$ 64 bilhões em janeiro de 2001.

De acordo com Crepaldi (2013), Oxley, um republicano, e Sarbanes, um democrata, foram os idealizadores da SOX, uma resposta às fraudes contábeis e manipulações de balanços financeiros. Essa crise afetou significativamente a economia mundial até 2015, unindo os principais partidos políticos americanos em prol de uma regulamentação mais rígida.

Crepaldi (2013) também aponta que a SOX introduziu diretrizes claras para garantir a responsabilidade dos executivos e gestores financeiros na apresentação de informações financeiras e na manutenção de controles que assegurem a confiabilidade dos relatórios.

Apesar da influência global da Lei SOX, ela não é o único modelo de governança. Existem dois modelos principais: o anglo-saxão, adotado nos EUA e Reino Unido, e o nipo-germânico, aplicado no Japão, Alemanha e em vários países europeus.

Segundo Silveira (2010), foi nos EUA, na década de 1980, que a Governança Corporativa se consolidou, impulsionada pelo maior mercado de capitais do mundo. Esse país, com o maior volume de negociações e número de empresas listadas, frequentemente dita as melhores práticas em governança.

Garcia (2007) destaca que o Reino Unido implementou a governança corporativa após escândalos financeiros, com o objetivo de fortalecer a confiança no mercado. Já o modelo de governança alemão, conforme aponta Silveira (2010), reflete as práticas dos EUA e Reino Unido, favorecendo a participação ativa dos acionistas na gestão.

Observa-se que as principais referências em governança corporativa têm origem em casos de escândalos contábeis e financeiros. Embora as ferramentas de governança já existissem, não eram plenamente aproveitadas até que esses escândalos pressionaram as economias desses países. Outros países adotaram a governança corporativa como uma boa prática originada nos EUA, lar de muitos investidores. Alemanha e Japão, devastados pela Segunda Guerra Mundial, tornaram-se dependentes do capital americano, o que levou à necessidade de alinhamento com essas boas práticas.

### 2.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL

Por muitos anos, o mercado de capitais no Brasil foi pouco desenvolvido, já que as grandes empresas eram estatais e as empresas privadas existentes raramente buscavam capitalizar-se por meio da venda de ações na bolsa. Silveira (2010) apoia essa visão ao afirmar que, durante o século XX, o mercado de capitais brasileiro era praticamente insignificante.

Devido a essa realidade, o interesse em práticas que oferecessem maior segurança aos investidores era limitado. Segundo Zdanowicz (2012), essa situação começou a mudar em 1995, com a criação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que promoveu as boas práticas de governança e permitiu o monitoramento da empresa e da gestão por meio de uma diretoria executiva. Silveira (2010) também observa que a criação do IBGC nos anos 90 foi o principal incentivo para a adoção de técnicas de governança corporativa, assumindo um papel fundamental nas atividades de gestão.

O mesmo autor destaca que a governança corporativa se integrou gradualmente ao mercado com o fortalecimento da confiança em investimentos que garantissem um controle financeiro rigoroso. Por volta do ano 2000, segundo Silveira (2010, p. 179), “um estudo conduzido pelo Banco Mundial em parceria com a consultoria McKinsey ganhou ampla repercussão nos meios empresariais locais ao indicar que os investidores estariam dispostos a pagar um prêmio substancial por ações de empresas com maior transparência e prestação de contas”.

Há, de fato, diversos benefícios para empresas que adotam métodos de governança:

Existem dois potenciais benefícios principais que a boa governança pode trazer para as empresas: os benefícios externos, relacionados à maior facilidade de captação de recursos e à redução do custo de capital; e os benefícios internos, que contribuem para o aprimoramento do processo decisório na alta administração. (SILVEIRA, 2010, p. 7)

Um fator atrativo para os investidores é a redução no custo do capital, que diminui os riscos empresariais. No entanto, para alcançar essa redução, é necessário investir em governança corporativa. A implantação de um sistema bem estruturado com relatórios detalhados implica um custo que deve ser encarado como um investimento, pois, como mencionado anteriormente, a adoção de boas práticas é um diferencial importante para muitos investidores na decisão de aporte de capital.

### 2.4 A GOVERNANÇA CORPORATIVA NA

### GESTÃO FINANCEIRA

A gestão financeira desempenha um papel essencial nas empresas, sendo responsável por planejar necessidades, identificar recursos, obter financiamentos, aplicar os recursos financeiros e realizar análises econômicas e financeiras. Segundo Ross *et al.* (2005), a administração financeira está ligada à criação de valor, que é o objetivo fundamental de qualquer empresa. O autor defende que a estrutura básica de uma empresa deve ser refletida em seu balanço patrimonial, composto por bens, direitos e obrigações. Quando a governança corporativa é aplicada à gestão financeira, assim como em outros setores da organização, ela traz benefícios externos e melhorias internas ao desenvolvimento empresarial.

A gestão financeira envolve diversos elementos fundamentais das finanças, também conhecidas como finanças corporativas. A negligência nessa área contribui para a falência de muitos microempreendimentos (Neto, 2010). Assim, a governança corporativa desempenha um papel crucial, abrangendo o setor financeiro e integrando os dados desse departamento ao conhecimento geral da organização.

Uma boa gestão dos recursos financeiros impacta positivamente a trajetória da organização, sua permanência no mercado e seu sucesso. A gestão financeira vai além do fluxo de caixa, englobando um conjunto de ações para maximizar os resultados econômicos e financeiros. Esse papel é fundamental nas organizações e segue os princípios de transparência e prestação de contas, que são essenciais na governança corporativa.

O controle interno é essencial para garantir que as atividades dos gestores atendam ao custo-benefício desejado, ajudando as empresas a lançar demonstrações financeiras confiáveis que apoiem a busca por melhores resultados (Martins, 2004). O gestor financeiro, ao gerenciar as finanças da organização, deve agir com transparência e prestação de contas contínua, dialogando com outros departamentos para promover o crescimento interno e apoiar a tomada de decisões.

Para Andrade e Rossetti (2006), a governança corporativa, ao adotar práticas voltadas à maximização do lucro, utiliza a contabilidade como um recurso de comparação, fortalecendo-a como fonte de informação que contribui para a capitalização dos recursos. Nessa estrutura, a governança não apenas fornece informações para investidores e stakeholders, mas também organiza os dados de forma confiável,

garantindo transparência nas finanças da empresa, além de integridade e conformidade com as leis vigentes.

### 3 GOVERNANÇA CORPORATIVA: PRINCÍPIOS E PILARES NORTEADORES DA GESTÃO CORPORATIVA

A governança corporativa é um sistema que orienta a administração, fiscalização e desenvolvimento das organizações, abrangendo as interações entre sócios, conselhos de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e outras partes interessadas. Como destaca Silva (2012), “a governança corporativa não é um modismo, mas um sistema de aperfeiçoamento de gestão”.

As boas práticas de governança corporativa são sustentadas por princípios fundamentais, conhecidos como os Pilares da Governança Corporativa, definidos no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). O conselho de administração é o principal instrumento desse sistema, cuja missão é garantir a aplicação desses princípios:

- **Transparência (*Disclosure*):** Refere-se ao fornecimento de informações precisas e registradas adequadamente, com relatórios financeiros entregues de forma pontual e confiável.
- **Equidade (*Fairness*):** Envolve justiça e igualdade de tratamento, especialmente no que tange à proteção dos acionistas minoritários contra abusos de majoritários e gestores.
- **Prestação de Contas (*Accountability*):** Destaca a responsabilidade dos gestores em prestar contas de suas decisões e ações.
- **Cumprimento das Leis (*Compliance*):** Implica o respeito e a conformidade com as leis vigentes no país (Pereira e Quelhas, 2005).

O IBGC identifica quatro princípios básicos de governança corporativa em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, sendo eles: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa. Uma implementação eficaz desses princípios promove um ambiente satisfatório tanto internamente quanto nas relações externas da organização. A seguir, abordaremos o conceito e a importância de cada um desses pilares.

#### 3.1 Conceito e importância do princípio da transparência (*Disclosure*) na governança corporativa

O princípio da transparência refere-se à

necessidade de disponibilizar para todas as partes interessadas as informações relevantes e essenciais, além daquelas exigidas por normas ou regulamentos. Esse princípio vai além do desempenho econômico e financeiro, abrangendo também fatores tangíveis e intangíveis que orientam as decisões de gestão e contribuem para a preservação e maximização do valor econômico da organização.

A governança corporativa, por sua vez, é um conjunto de práticas voltadas a aprimorar o desempenho de uma empresa, garantindo proteção a todas as partes interessadas, como investidores, funcionários e credores, facilitando o acesso ao capital. Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2002, p. 1), a análise das práticas de governança corporativa no mercado de capitais foca principalmente em três aspectos: transparência, equidade no tratamento dos acionistas e prestação de contas.

O princípio da transparência é fundamental para a sustentabilidade das organizações que buscam uma gestão baseada em governança corporativa, especialmente em relação à transparência nos processos de tomada de decisão. A preservação dos direitos tanto de acionistas minoritários quanto majoritários é essencial para que todos os envolvidos possam contribuir para o fortalecimento e a consolidação da empresa no mercado em que opera.

#### 3.2 Conceito e importância do princípio da equidade (*Fairness*) na governança corporativa

O princípio da equidade se define pelo tratamento justo e igualitário que deve ser oferecido a todos os sócios e demais partes interessadas (*stakeholders*), abrangendo aspectos como direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas. Esse conceito assegura que todos os envolvidos na organização sejam tratados de maneira isonômica, promovendo um ambiente de respeito e justiça.

“A composição do Conselho de Administração também faz parte desses mecanismos. Esse conselho visa proteger os interesses dos acionistas, e sua composição influencia diretamente as ações que promovem o alcance dessa meta.” (Xie, Davidson & Dadalt, 2003).

Na atualidade, é comum que organizações envolvidas em escândalos de corrupção ou em práticas negligentes sejam expostas, o que compromete a imagem da empresa. Esses incidentes refletem falhas na governança corporativa, muitas vezes resultantes de

interesses individuais que se sobrepõem aos da organização.

Investir em governança corporativa visa maximizar o valor de mercado e a competitividade de uma empresa. Esse investimento fortalece a reputação organizacional, atrai mais investidores e contribui para evitar problemas que possam comprometer a sua imagem e retenção de talentos. Tais benefícios se refletem na valorização da marca e na saúde financeira da organização.

Assim, o envolvimento dos stakeholders deve ser pautado pela equidade, independentemente de nível hierárquico ou função, promovendo uma gestão justa e equilibrada.

### 3.3 Conceito e importância do princípio da prestação de contas (*Accountability*) na governança corporativa

Os agentes de governança, incluindo sócios, administradores, conselheiros, auditores, conselhos fiscal e de administração, devem prestar contas de suas ações de forma transparente, clara, completa e pontual. Isso implica assumir plena responsabilidade pelas consequências de seus atos e possíveis omissões, agindo com diligência e responsabilidade em suas respectivas funções.

A prestação de contas eficaz e transparente é um desafio contemporâneo para todas as organizações, pois a busca por confiança e credibilidade é cada vez mais intensa em qualquer setor de atuação. Para as organizações do Terceiro Setor, esse princípio é fundamental para assegurar credibilidade junto à sociedade (Filho, 2004).

O princípio da prestação de contas exige que todos os membros da organização, desde a diretoria até os demais colaboradores, prestem contas de suas atividades de maneira clara, objetiva, compreensível e tempestiva. A ausência de uma prestação de contas adequada pode gerar consequências negativas, derivadas de atos e omissões. Assim, é essencial que os gestores atuem com integridade e responsabilidade.

Esse princípio possui duas vertentes principais: informar sobre as próprias ações (prestação de contas individual) e monitorar e questionar a prestação de contas de terceiros, divulgando, quando necessário, ações negativas que possam prejudicar a reputação e imagem da organização. Também envolve solicitar informações adicionais, quando a prestação de contas não é suficiente para possibilitar a fiscalização.

A prática da prestação de contas demonstra que os objetivos organizacionais estão sendo

alcançados de acordo com seus princípios e diretrizes. Por outro lado, o descumprimento desse princípio indica processos que precisam ser aprimorados, setores que requerem maior fiscalização e, possivelmente, a necessidade de afastar indivíduos que não atendem às expectativas da organização. O não cumprimento desse princípio pode gerar impactos negativos, diminuindo a credibilidade da corporação no mercado em que atua.

## 4 METODOLOGIA

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa, centrada em revisão de literatura e análise documental, para investigar a importância da governança corporativa na gestão financeira empresarial. A revisão de literatura inclui fontes acadêmicas, como artigos, livros e publicações institucionais que abordam os conceitos fundamentais e os pilares da governança corporativa. A análise documental, por sua vez, examina regulamentos e diretrizes aplicáveis, além de exemplos de práticas de governança corporativa em diferentes contextos empresariais.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados reforça a importância crucial das práticas de governança corporativa na otimização da gestão financeira empresarial. Empresas que se comprometem com a transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa não apenas alcançam maior estabilidade financeira como também atraem mais investimentos. A transparência, conforme discutido por Silva (2010) e apoiado pelo IBGC (2015), é fundamental para fortalecer a confiança dos stakeholders, proporcionando aos investidores uma visão clara e precisa da saúde financeira da organização, o que é uma vantagem competitiva no mercado.

Pereira e Quelhas (2005) destacam a equidade como essencial para assegurar um tratamento justo e ético de todos os acionistas, minimizando conflitos internos e garantindo decisões financeiras justas. Adicionalmente, a prestação de contas, conforme evidenciado por Silveira (2010), é um pilar que fortalece a integridade e a transparência. Gestores que praticam essa prestação de contas de maneira efetiva conseguem justificar suas decisões financeiras com clareza, aumentando a credibilidade interna e externa

da empresa. Essa combinação de práticas não apenas melhora a saúde financeira das empresas, mas também eleva sua posição competitiva e sua capacidade de sustentar crescimento a longo prazo.

## CONCLUSÃO

A implementação de governança corporativa, com foco nos pilares de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, tem se mostrado essencial para a eficácia da gestão financeira empresarial. Esses princípios promovem práticas que vão além do mero cumprimento de normas, criando um ambiente mais seguro e atraente para investidores, colaboradores e outros stakeholders, o que, em última análise, fortalece a posição competitiva das empresas no mercado.

Empresas que adotam práticas robustas de governança corporativa alcançam melhores resultados financeiros e operacionais, refletindo uma maior confiança e credibilidade no mercado. A transparência na divulgação de informações e a equidade no tratamento dos acionistas ajudam a construir uma imagem sólida, enquanto a prestação de contas e a responsabilidade corporativa asseguram uma gestão ética e responsável. Tais práticas têm impacto direto na capacidade da empresa de captar recursos e reduzir os custos de capital, favorecendo um crescimento sustentável.

A análise realizada também destaca que a governança corporativa contribui para a redução de riscos financeiros ao garantir que os processos de decisão sejam conduzidos de forma ética e com foco na sustentabilidade de longo prazo. Esse enfoque promove um ambiente corporativo mais estável e resiliente, onde o foco não está apenas em resultados imediatos, mas também na construção de um valor duradouro para a empresa e seus acionistas.

Assim, é possível concluir que a governança corporativa é uma estratégia indispensável para as organizações que buscam se consolidar em um mercado cada vez mais competitivo e regulamentado. Ao integrar os pilares da governança na gestão financeira, as empresas não apenas aumentam sua eficiência e transparência, mas também garantem sua capacidade de adaptação às mudanças do mercado, protegendo e fortalecendo seus recursos ao longo do tempo.

Em síntese, a governança corporativa representa um diferencial estratégico para a gestão financeira das empresas, ampliando sua resiliência e

favorecendo sua sustentabilidade. A adoção consistente desses princípios é fundamental para empresas que desejam prosperar e construir uma base sólida para seu futuro, assegurando ganhos contínuos e alinhados aos interesses de todas as partes envolvidas.

## REFERÊNCIAS

ÁLVARES, E. *et al.* **Governança corporativa: um modelo brasileiro.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José PASCHOAL. 2014. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências.** São Paulo: Atlas.

ASSAF NETO, A. **Fundamentos de administração financeira.** São Paulo: Atlas, 2010.

BARBOSA, V. **Níveis de governança corporativa: Rentabilidade e valorização.** 2008. 69 f. TCC (Graduação) -Curso de Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17310>. Acesso em: 05 jan. 2023

BORGERTH, Vânia Maria da Costa. **SOX: entendendo a Lei Sarbanes-Oxley: um caminho para a informação transparente.** São Paulo: Thomson Learning, 2007.

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (Brasil). **Cartilha de Governança Corporativa.** Rio de Janeiro: Cvm, 2002. 13 p. Disponível em: <http://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/decisoes/anexos/0001/3935.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2023

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática.** 9ª Edição, São Paulo: Atlas, 2013.

GARCIA, F. A. **Governança corporativa.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

IBGC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (Brasil). **Código das melhores práticas de governança corporativa.**

5. ed. São Paulo: Ibgc, 2015. 103 p. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4382648/mod\\_resource/content/1/Livro\\_Codigo\\_Melhores\\_Praticas\\_GC.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4382648/mod_resource/content/1/Livro_Codigo_Melhores_Praticas_GC.pdf). Acesso em:

LETHBRIDGE, E. Governança corporativa. **Revista Bndes**, [S.L.], v. 4, n. 8, p. 209-231, 01 jun. 1997. Semestral. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13435/1/RB%2008%20Governan%C3%A7a%20corporativa\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13435/1/RB%2008%20Governan%C3%A7a%20corporativa_P_BD.pdf). Acesso em: 9 jan. 2023

MARTINS, J.R.B. A Lei Sarbanes Oxley e os Reflexos no Brasil. **Revista Gazeta Mercantil/Legal & Jurisprudência**, 2004.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo. **A função controladoria em entidades filantrópicas: uma contribuição para a avaliação de desempenho**. São Paulo. 140p. 2004.

PEREIRA, C. S.; QUELHAS, O. L.G. 2005. **Governança Corporativa e Gestão de Pessoas**. Boletim Técnico Organização & Estratégica, p. 59 – 81. Disponível em: [http://www.latec.uff.br/bt/V2005/PDF/BT004\\_2005.pdf](http://www.latec.uff.br/bt/V2005/PDF/BT004_2005.pdf). Acesso em: 15 jan. 2023.

ROSS, S.A.; WESTERFIELD, R.W.; JAFFE, J.F. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVEIRA, Alexandre di Miceli da. **Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil**. 2002. 165 f. Dissertação (Mestrado) -Curso de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-04122002-102056/publico/Dissertacao\\_Alexandre\\_Di\\_Miceli.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-04122002-102056/publico/Dissertacao_Alexandre_Di_Miceli.pdf). Acesso em: 18 jan. 2023.

SILVEIRA, Alexandre di Miceli da. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: Teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SILVA, Edson Cordeiro da. 2012. **Governança corporativa nas empresas: guia prático de orientação para acionistas, investidores, conselheiros de administração e fiscal, auditores, executivos, gestores, analistas de mercado e pesquisadores**. São Paulo: Atlas.

STEINBERG, H. *et al.* **A Dimensão humana da governança corporativa**. São Paulo: Gente, 2003.

XIE, B., Davidson, W. N., & Dadalt, P, J. 2003. **Earnings management and corporate governance: the role of the board and the audit committee**. Journal of Corporate Finance, 9(3), 295316. doi: 0.1016/S0929- 1199(02)00006-8.

ZDANOWICS, J. E. **Finanças aplicadas para empresas de sucesso**. São Paulo: Atlas, 2012.

## Revista Multidisciplinar

### O IMPACTO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IFRS) NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Deborah Cristina Orchanheski



<https://exchangenow.net/blog/comex/contabilidade-internacional>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number  
2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



## O IMPACTO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IFRS) NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Deborah Cristina Orchanheski<sup>1</sup>

10 de janeiro de 2022

Revista o Universo Observável  
DOI: 10.5281/zenodo.14205171  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14205171)

---

<sup>1</sup> Deborah Cristina Orchanheski  
Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade UNIDOMBOSCO (Centro Universitário Unidombosco),  
formada em dezembro de 2017.  
[deh\\_cristina@hotmail.com](mailto:deh_cristina@hotmail.com)



## RESUMO

Este artigo explora o impacto da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) nas empresas brasileiras, destacando as transformações nas práticas contábeis do país a partir da promulgação da Lei nº 11.638/2007. A implementação das IFRS teve como objetivo promover maior transparência e comparabilidade das informações financeiras, facilitando o acesso ao mercado internacional e aumentando a confiabilidade para investidores. A pesquisa revela que, embora a adoção das IFRS tenha trazido avanços significativos para a contabilidade brasileira, os desafios culturais e técnicos, como a necessidade de reestruturação organizacional e atualização dos profissionais, exigiram adaptações por parte das empresas. Conclui-se que a convergência contábil contribui para o fortalecimento da governança e posiciona as empresas brasileiras de forma mais competitiva no cenário global.

**Palavras-chave:** IFRS, contabilidade brasileira, transparência, governança, mercado global.

## ABSTRACT

*This article explores the impact of adopting International Financial Reporting Standards (IFRS) on Brazilian companies, highlighting the transformations in the country's accounting practices since the enactment of Law No. 11,638/2007. The implementation of IFRS aimed to enhance transparency and comparability of financial information, facilitating access to the international market and increasing investor confidence. The research reveals that although adopting IFRS has brought significant advances to Brazilian accounting, cultural and technical challenges, such as the need for organizational restructuring and professional updating, required companies to adapt. It concludes that accounting convergence strengthens governance and positions Brazilian companies more competitively in the global arena.*

**Keywords:** IFRS, Brazilian accounting, transparency, governance, global market.

## 1 INTRODUÇÃO

A globalização dos mercados e a crescente interdependência econômica entre os países têm exigido uma uniformização das práticas contábeis. Nesse contexto, as Normas Internacionais de Contabilidade, conhecidas como IFRS (International Financial Reporting Standards), surgem como um

padrão global para a elaboração de demonstrações financeiras, facilitando a comparação entre empresas de diferentes países.

No Brasil, a adoção das IFRS foi formalizada com a promulgação da Lei nº 11.638/2007, que alterou a Lei das Sociedades por Ações e estabeleceu diretrizes para que as empresas brasileiras convergissem aos padrões internacionais.

A implementação das IFRS no Brasil teve como objetivo aprimorar a transparência, a comparabilidade e a qualidade das informações financeiras, promovendo maior segurança para investidores e outros interessados. Esse processo de convergência, entretanto, não foi isento de desafios, a transição para o novo modelo contábil demandou adaptações significativas por parte das empresas e dos profissionais de contabilidade, que precisaram revisar processos e adquirir novos conhecimentos para atender aos requisitos das normas internacionais.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar o impacto da adoção das IFRS nas empresas brasileiras, explorando as mudanças na estrutura das demonstrações contábeis e os principais desafios enfrentados durante a implementação. Além disso, discute-se como as IFRS influenciam a transparência das informações financeiras, a tomada de decisões e o acesso a mercados internacionais.

Com base em dados de estudos e relatórios recentes, este trabalho visa contribuir para o entendimento dos efeitos das IFRS no cenário contábil brasileiro, oferecendo uma visão ampla sobre os benefícios e desafios associados a essa transformação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL

A adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil ocorreu com a introdução do padrão IFRS, seguindo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esse processo teve início em julho de 2007, quando a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em colaboração com o Banco Central do Brasil, publicou a Instrução CVM n. 457. A partir de então, tornou-se obrigatório para as companhias brasileiras de capital aberto apresentarem demonstrações financeiras consolidadas com base nas normas internacionais a partir do exercício de 2010, sendo permitida a adoção antecipada (IDECNO BRASIL, 2012, p. 1).

Também em julho de 2007, após sete anos de tramitação no Congresso, a Lei 11.638 foi

aprovada e entrou em vigor no início de 2008, alterando a Lei das Sociedades por Ações (Lei n. 6.404/1976). Essa legislação trouxe harmonização e modernização para a lei societária brasileira, alinhando-a aos princípios e práticas contábeis internacionais, com o objetivo de integrar o Brasil ao cenário econômico global. A coordenação desse processo de convergência ficou sob responsabilidade do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), formado por seis entidades, incluindo ABRASCA, APIMEC Nacional, BOVESPA, CFC, FIECAFI, e IBRACON, além de outros convidados (KPMG, 2008, p. 2).

A adoção das normas internacionais foi implementada em duas fases distintas. A primeira fase, marcada pela promulgação urgente da Lei n. 11.638/07, trouxe os primeiros Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, aplicáveis obrigatoriamente nas demonstrações contábeis a partir do exercício de 2008 (COUTINHO; SILVA, 2013, p. 3).

Na segunda fase, que visou o processo de convergência, foram emitidos outros Pronunciamentos Técnicos, além da revogação do CPC 14, ao longo de 2009 e 2010. Essas novas normas foram aplicadas obrigatoriamente a partir do exercício de 2010, incluindo a divulgação de informações comparativas para os exercícios de 2008 e 2009 (COUTINHO; SILVA, 2013, p. 3).

Esse processo de convergência das normas brasileiras ao IFRS representou, entre outros aspectos, uma migração de um modelo de regulamentação contábil de code law para um modelo de common law, onde a essência econômica dos fatos predomina sobre a forma e as normas são mais baseadas em princípios do que em regras (MACEDO et al., 2011, p. 300).

Assim, a adoção das IFRS e a importância da essência sobre a forma são aspectos fundamentais tanto para contadores quanto para auditores, exigindo que compreendam a operação e as circunstâncias envolvidas. Não basta apenas registrar o que está documentado; é crucial garantir que o documento formal realmente reflita a essência econômica dos fatos (IUDÍCIBUS, 2010, p. 21).

## 2.2 OS IMPACTOS DA ADOÇÃO DAS IFRS NO BRASIL

A adoção das IFRS no Brasil trouxe diversos impactos que geraram discussões após a publicação da Lei 11.638/07, especialmente devido às preocupações sobre o volume de ajustes e a potencial perda de comparabilidade das informações contábeis em relação aos períodos anteriores (NIERO; VALENTI; D'AMBROSIO, 2009, p. 23). A transição completa para as IFRS, baseada no princípio da essência econômica sobre a forma, acabou dificultando a análise das demonstrações

contábeis brasileiras, uma vez que cada empresa passou a adotar métricas diferentes para seus balanços, o que pode prejudicar a uniformidade das comparações (SANTOS JUNIOR; SILVA, 2011, p. 20).

As empresas precisaram entender as áreas-chave de diferença entre o IFRS e o BR GAAP. Enquanto algumas mudanças exigiram apenas pequenas adaptações, outras trouxeram grandes impactos, forçando mudanças significativas nas políticas contábeis. Em certos casos, as divergências entre IFRS e BR GAAP dependeram das escolhas contábeis específicas das empresas (DELOITTE, 2008, p. 7).

Um estudo sobre a primeira fase de transição para as IFRS nas empresas listadas na Bovespa indicou que os lucros eram superiores com as IFRS em comparação ao padrão contábil anterior, devido ao conservadorismo contábil brasileiro (SANTOS; CALIXTO, 2010, p. 35). Em 2010, entre 20 empresas que adotaram as IFRS antecipadamente, houve aumentos expressivos no lucro líquido e no patrimônio líquido, com incrementos de até +41% no lucro de 2007 e de +29% no de 2008, enquanto o patrimônio líquido cresceu em média +6,4% em 2007 e +13% em 2008 (SANTOS, 2011, p. 4).

Essa adoção parcial das IFRS aumentou a relevância das informações contábeis para o mercado de capitais no Brasil. A divulgação de ajustes de reconciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido durante o período de transição elevou as expectativas dos investidores e impactou os preços das ações, demonstrando que as normas contábeis influenciam a percepção dos resultados futuros das empresas (LIMA, 2010, p. 45).

Estudos mostraram diferenças na relevância informacional do lucro líquido por ação (LLPA) e do patrimônio líquido por ação (PLPA), com o LLPA ganhando em relevância enquanto o PLPA perdeu conteúdo informacional após a adoção das IFRS (MACEDO et al., 2011, p. 302). Comparações entre os indicadores econômico-financeiros das empresas de capital aberto listadas na Bovespa mostraram mudanças significativas, especialmente no índice de endividamento com a reapresentação das demonstrações contábeis de 2007 (BRAGA et al., 2011, p. 110).

Evidências sugerem que o fluxo de caixa operacional (FCOPA) é mais relevante para o mercado de capitais do que a demonstração de origens de recursos das operações (OROPA). Assim, a substituição da demonstração de origens e aplicações de recursos pela demonstração do fluxo de caixa foi benéfica para os usuários da informação contábil (MACEDO et al., 2011, p. 305).

Estudos com seis empresas indicaram que os indicadores calculados conforme as normas brasileiras e os calculados em IFRS estão altamente

correlacionados, sugerindo que não houve uma mudança significativa nos indicadores econômico-financeiros. Ainda assim, as diferenças, mesmo não sendo estatisticamente significativas, devem ser consideradas pelos analistas para evitar distorções nas análises (MARTINS; PAULO, 2010, p. 42).

Embora os CPCs estejam alinhados às normas do IASB, a aplicação prática das IFRS variou muito entre as empresas, o que resultou em diferenças notáveis no lucro líquido e no patrimônio líquido devido às práticas contábeis adotadas (SANTOS; CALIXTO, 2010, p. 36).

As IFRS introduziram mais passivos ao contabilizar novos tipos de contratos e operações, como leasing e securitização, o que antes não era comum no padrão contábil brasileiro. O reconhecimento de receitas também mudou, uma vez que as IFRS exigem que o reconhecimento considere a entrega do produto e outros fatores, o que afeta especialmente setores como construção, transporte e telecomunicações. O ajuste ao valor justo, ausente nas normas anteriores, agora afeta negócios, derivativos e ativos biológicos, influenciando os resultados contábeis (SANTOS *et al.*, 2011, p. 179).

Essas mudanças no padrão contábil impactam cada segmento de maneira diferente, dependendo das características e escolhas contábeis de cada setor e empresa, e trazem repercussões que afetam contratos econômicos entre os agentes de mercado (BARCELLOS; SILVA; COSTA JUNIOR, 2011, p. 5).

### 2.2.1 Conceito, Definição e Objetivo da Contabilidade

A contabilidade é uma ciência dedicada ao estudo do patrimônio de uma entidade, com o objetivo de registrar, interpretar, controlar e gerenciar informações sobre as alterações ocorridas em determinado período. Ela funciona como um sistema estruturado que permite o registro de transações de uma entidade, expressas em termos monetários, e reflete o impacto dessas transações na situação econômico-financeira da organização em uma data específica (GOUVEIA, 1993, p.1).

Definida como um sistema de informação, a contabilidade tem como função principal o controle do patrimônio de entidades de pessoas físicas ou jurídicas, sendo um suporte crucial para decisões estratégicas visando benefícios. Ribeiro (2013, p.10) descreve a contabilidade da seguinte forma:

“A contabilidade, portanto, é uma ciência social que tem por objeto o patrimônio das entidades econômico-administrativas. Seu objetivo principal é controlar o patrimônio das entidades em decorrência de suas variações.”

Assim, a contabilidade se consolida como uma ferramenta de controle. Conforme Padoveze

(2012), o objetivo da contabilidade é:

"A contabilidade tem por objetivo o controle do patrimônio, que é feito por meio da coleta, armazenamento e processamento das informações, ou seja, de todos os fatos contábeis que ocorrem na atividade empresarial."

Esse processo de controle e análise permite que as entidades compreendam melhor seu patrimônio e tomem decisões informadas sobre suas operações e finanças.

### 2.3 CONTABILIDADE INTERNACIONAL – ASPECTOS GERAIS

A contabilidade internacional estabelece normas, como as IFRS, com o intuito de padronizar a linguagem contábil global e superar as barreiras da globalização, permitindo que diferentes países se entendam financeiramente. Essas normas são obrigatórias em mais de 140 países, incluindo o Brasil, e promovem transparência e confiabilidade nas operações contábeis globais.

A principal missão da contabilidade internacional é unificar essa linguagem contábil, facilitando os negócios entre países. Antes da criação das IFRS, cada nação possuía seus próprios procedimentos contábeis, o que dificultava as relações internacionais. Com a adoção das IFRS, o Brasil equipara-se a outras economias mundiais na análise de investidores, tornando-se mais atrativo para investimentos internacionais, pois as análises financeiras podem ser realizadas de maneira imediata e padronizada.

Conforme a KPMG (2008), a migração para as IFRS traz benefícios significativos para o Brasil, como:

- Maior comparabilidade e transparência nas demonstrações financeiras;
- Integração do mercado de capitais em nível internacional;
- Fornecimento de informações financeiras mais qualificadas para acionistas e órgãos reguladores;
- Melhoria na qualidade e eficiência de grupos internacionais; e
- Expansão das ambições de crescimento internacional do Brasil.

Além disso, a KPMG (2008) destaca vantagens competitivas com a implementação das IFRS, tais como:

- Relatórios internos e externos, alinhados com as IFRS, que contribuem para um gerenciamento eficiente;
- Padronização no sistema de reporting, o que resulta em comunicação financeira uniforme;

- Dados contábeis que ajudam nas decisões gerenciais, refletindo uma visão realista da eficiência econômica.

Assim, todas as empresas, sejam nacionais ou estrangeiras, que desejam negociar com o Brasil precisam estar em conformidade com as normas internacionais de contabilidade. Países como os Estados Unidos e a China possuem seus próprios sistemas contábeis e exigem que suas empresas nacionais utilizem esses padrões. Entretanto, a China vem demonstrando comprometimento em adotar as IFRS como principal norma contábil, alinhando-se ao padrão internacional.

O Brasil optou por adotar as IFRS devido à sua grande abertura ao comércio exterior e ao incentivo governamental para investimentos internacionais. Em 2021, o Brasil registrou US\$ 280,4 bilhões em exportações e US\$ 219,4 bilhões em importações, com um crescimento significativo em relação a 2020. A Lei 11.638/2007 foi instituída para que as empresas brasileiras apresentem suas demonstrações financeiras de acordo com um formato aceito mundialmente, evidenciando o preparo do país para expandir seu mercado internacional. Grandes companhias como Petrobras, Gerdau, Vale, Bradesco e Itaú já possuem títulos negociados em bolsas estrangeiras e se adaptaram sem dificuldades às IFRS, pois já operam com demonstrações financeiras compreendidas nesses mercados.

No Brasil, a fiscalização das normas internacionais de contabilidade é realizada pela Receita Federal, pelos órgãos de registro contábil, como o CFC e os CRCs estaduais, e pelo CPC, que regulamenta a implementação das normas no país. Atualmente, não há uma penalidade direta para empresas que não adotam essas normas em suas demonstrações contábeis; contudo, a não conformidade pode resultar em documentos recusados por órgãos de registro, fornecedores ou bancos, dificultando a credibilidade e acesso ao mercado financeiro.

## 2.4 CONTABILIDADE NA INDÚSTRIA 4.0

A chegada da Indústria 4.0 ao Brasil marca um período de profundas transformações nas operações empresariais e no papel dos contadores. A Indústria 4.0 caracteriza-se pela integração de tecnologias avançadas, como a Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial (IA) e automação, nos processos industriais. Esse avanço tecnológico tem suas raízes nas revoluções industriais anteriores, que moldaram a trajetória da contabilidade no Brasil e sua relação com o setor industrial.

As mudanças trazidas pela Indústria 4.0 impactam a contabilidade em diversas frentes. Conforme destacado por Moura e Moura (2020), a

automação dos processos contábeis, através de softwares e sistemas integrados, vem otimizando a coleta e o registro de dados financeiros, o que torna a contabilidade mais eficiente e minimiza o risco de erros humanos.

Além disso, a Indústria 4.0 influencia diretamente a análise financeira e as decisões contábeis, ao fornecer dados em tempo real e ferramentas analíticas avançadas. Ribeiro (2018) ressalta que os contadores precisam aprimorar suas habilidades para interpretar e aplicar essas informações, assumindo um papel estratégico dentro das empresas.

A trajetória da contabilidade no Brasil tem sido fundamental para preparar os profissionais da área para a era da Indústria 4.0. A evolução das práticas contábeis, desde o período colonial até as regulamentações e normas modernas, oferece uma sólida base de conhecimento e ética profissional que continua a ser relevante. Iudícibus (2004) destaca que a formação contábil no Brasil é moldada por uma longa tradição de práticas confiáveis e responsáveis.

No entanto, com a adoção da Indústria 4.0, os contadores precisam estar preparados para novos desafios, como a segurança cibernética e a análise de grandes volumes de dados. A habilidade de se adaptar a essas mudanças e de aprimorar continuamente suas competências é crucial, conforme sugerido por Padoveze (2012).

Em síntese, a chegada da Indústria 4.0 ao Brasil representa um ponto de inflexão na contabilidade, impulsionando a automação, o uso de dados em tempo real e a transformação dos papéis dos contadores. A história da contabilidade no país fornece uma base sólida, mas os profissionais de hoje devem estar preparados para enfrentar os novos desafios e aproveitar as oportunidades dessa revolução industrial em andamento.

### 2.4.1 Adequação das Normas Internacionais de Contabilidade

As Normas Internacionais de Contabilidade constituem um conjunto de diretrizes para a prática contábil, abrangendo conceitos, princípios e procedimentos para execução dos trabalhos contábeis, conforme estabelecido pelas normas do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e do CFC (Conselho Federal de Contabilidade).

Segundo Lemes e Silva (2007), o processo de convergência contábil no Brasil iniciou-se em 2008, regulamentado pela Lei Societária 11.638/2007, que exige das grandes empresas a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis. Esse processo foi impulsionado pela necessidade de inclusão do Brasil no contexto global de desenvolvimento econômico entre os países.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado com o objetivo de elaborar normas

contábeis internacionais aplicáveis a todas as nações. Em abril de 2001, foram instituídas as IFRS (International Financial Reporting Standards), anteriormente conhecidas como IAS (International Accounting Standards).

Diante do cenário global em transformação, impulsionado pela economia globalizada, o BACEN decidiu, em março de 2006, emitir normas para adoção de procedimentos alinhados aos pronunciamentos do IASB. Essa medida visava à elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, alinhadas ao IFRS a partir de 2010, e ao cumprimento das normas da International Federation of Accountants (IFAC) para auditoria independente (Lemes e Silva, 2007).

Em janeiro de 2009, as IFRS tornaram-se obrigatórias para todas as empresas de capital aberto e para empresas de médio e grande porte de capital fechado no Brasil, após a Lei 11.638/2007, que alterou dispositivos das Leis 6.404/76 e 6.385/76. A Lei aplica-se às sociedades anônimas de grande porte, com receita bruta anual acima de R\$ 300.000.000,00.

Essas mudanças ajustaram erros da Lei Societária de 1976 e adaptaram as normas contábeis às transformações do mercado. A partir de 2009, as demonstrações financeiras consolidadas para empresas de capital aberto seguiram os padrões internacionais, com alterações em práticas contábeis, incluindo instrumentos financeiros, arrendamentos mercantis, equivalência patrimonial e reavaliação de ativos (KPMG, 2007).

Para Costa, Campos e Amaral (2009), a adaptação às IFRS exigiu profissionais qualificados e com conhecimento das normas internacionais. Ernst & Young e FIPECAFI (2010) explicam que a atualização da Lei 6.404/76 buscou corrigir falhas e ajustar a legislação às mudanças econômicas e sociais, fortalecendo o mercado de capitais com normas contábeis aceitas globalmente.

O processo de harmonização trouxe benefícios, malefícios e obstáculos (KPMG, 2007). Os benefícios incluem comparabilidade global e facilidade na movimentação de recursos e pessoal, reduzindo custos e riscos no acesso a capitais estrangeiros. Contudo, um dos desafios é o fato de que países têm necessidades e culturas contábeis diferentes, dificultando a aplicação uniforme das normas. A principal dificuldade está nas discrepâncias entre normas e práticas contábeis de cada país, especialmente em países com menos entidades influentes na área contábil.

A adoção das IFRS tende a elevar a qualidade dos relatórios financeiros, ao reduzir o gerenciamento oportunista e melhorar a relevância do lucro contábil (Barth et al., 2008). Além disso, as IFRS, com foco na essência sobre a forma, proporcionam uma mensuração mais adequada do lucro contábil, especialmente em países com

tradição em common law, como Brasil (Santos et al., 2011).

As mudanças resultantes da adoção das IFRS foram estudadas por Daske, Leuz e Verdi (2008), que observaram que a adoção internacional aumentou a liquidez de mercado, reduziu o custo de capital e elevou o valor das companhias. Barth, Landsman e Lang (2008) também relataram que empresas que adotam as IAS apresentam aumento na qualidade das informações contábeis.

A decisão da CVM de adotar as normas do IASB a partir de 2010 inseriu o Brasil na contabilidade globalizada, ajustada aos interesses dos usuários do mercado financeiro.

De acordo com FIPECAFI e Ernst & Young (2013), a adoção do IFRS tornou mais complexos o reconhecimento e a mensuração das informações contábeis, com maior subjetividade e exigência de julgamento nas escolhas contábeis, demandando coordenação entre áreas como administração, economia, engenharia e direito. Essa mudança aumentou a necessidade de colaboração entre áreas distintas para definir taxas de depreciação, valor justo de derivativos e provisões. Por outro lado, os critérios do IFRS são mais consistentes e reflete melhor a realidade econômica das empresas.

## 2.5 MUDANÇAS NA CONTABILIDADE DO BRASIL

A introdução da Lei nº 11.638/2007 marcou uma mudança significativa nas práticas contábeis no Brasil, principalmente pela adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) a partir de 2008. Essa lei foi fundamental para alinhar os conceitos contábeis brasileiros com os padrões internacionais, especialmente em países como Estados Unidos e nações europeias, promovendo uma maior uniformidade no direito societário entre as empresas. Segundo Sá (2011), essas mudanças são uma "combinação de regras e práticas adaptadas para registro e comunicação contábil" que, inicialmente, tiveram como base o modelo estadunidense.

As alterações proporcionadas pela Lei 11.638/07 não significaram uma adoção imediata das IFRS, mas foram o primeiro passo para permitir a convergência dos padrões brasileiros aos internacionais. Portela (2011) afirma que, em poucos anos, "contabilidade internacional" e "contabilidade societária" passarão a ter significados equivalentes, refletindo essa harmonização.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) desempenha um papel essencial nesse processo de adequação. Seu objetivo é estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos que orientem as práticas contábeis no Brasil, promovendo a centralização e a uniformização das normas contábeis brasileiras com os padrões

internacionais.

Em 30 de outubro de 2009, foi publicado o Pronunciamento Técnico CPC 37, visando garantir que as primeiras demonstrações contábeis das entidades fossem adequadas às normas internacionais emitidas pelo IASB. Essas normas baseadas em princípios buscam melhorar a compreensão universal das informações contábeis, beneficiando a qualidade e a clareza dos relatórios financeiros.

Conforme Marion et al. (2008), o objetivo da lei é "proporcionar maior transparência e qualidade às informações contábeis, harmonizando a legislação com as melhores práticas contábeis internacionais". Essa convergência promove a troca de informações e facilita a interpretação das normas, respeitando as particularidades do Brasil.

A adoção dos padrões internacionais trouxe uma série de alterações técnicas, como a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e a obrigatoriedade da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para companhias abertas. A criação de um novo subgrupo denominado "Intangível" no Ativo Permanente separou os bens materiais (imobilizados) dos imateriais (intangíveis). Além disso, a Lei proibiu novas reavaliações de ativos e extinguiu a conta de Lucros Acumulados do Patrimônio Líquido, substituindo-a pelo subgrupo de Ajustes de Avaliação Patrimonial, que reflete variações nos valores de mercado dos ativos e passivos.

A atualização das normas societárias por meio da Lei 11.638/07 foi o passo inicial para a convergência das práticas contábeis brasileiras com as IFRS, estabelecendo princípios que favorecem a apresentação mais fiel da situação econômica e financeira das empresas. Essas mudanças foram fundamentais para a valorização da contabilidade no Brasil, pois aumentaram a transparência e o alinhamento das práticas contábeis nacionais aos padrões globais.

Entre as principais mudanças promovidas pela Lei nº 11.638/2007, destacam-se:

- Substituição da DOAR pela DFC: a Demonstração dos Fluxos de Caixa torna-se obrigatória;
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA): obrigatória para companhias abertas;
- Criação do subgrupo "Intangível": separação entre bens materiais e imateriais;
- Proibição de novas reavaliações de ativos imobilizados;
- Extinção da conta "Lucros Acumulados" no Patrimônio Líquido;

- Criação dos "Ajustes de Avaliação Patrimonial" para refletir valores de mercado.

Essas mudanças fortalecem a transparência e a comparabilidade das informações financeiras das empresas brasileiras no mercado global, permitindo que a contabilidade nacional acompanhe as melhores práticas internacionais e agregue valor à análise financeira e à tomada de decisão dos investidores.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória para investigar os aspectos de segurança associados à computação em nuvem, sendo a pesquisa qualitativa apropriada para este estudo porque permite uma análise profunda das percepções, comportamentos e práticas relacionadas à segurança da informação em ambientes de nuvem.

A pesquisa foi iniciada com uma revisão bibliográfica existente, incluindo artigos acadêmicos, relatórios de segurança, publicações de normas técnicas e legislação relevante.

As fontes foram selecionadas com base em sua relevância para os tópicos de segurança em nuvem, riscos, vulnerabilidades e medidas de mitigação. Esta revisão ajudou a estabelecer uma base teórica sólida e identificar lacunas no conhecimento atual.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que a introdução das IFRS no Brasil representou uma mudança substancial nas práticas contábeis, promovendo, conforme Souza e Lemes (2016), uma harmonização que visava aumentar a transparência e a qualidade das informações financeiras. Essa adaptação às normas internacionais permitiu que as empresas brasileiras passassem a apresentar dados financeiros de maneira comparável a de empresas globais, o que, segundo Zaluski e Beuren (2018), fortalece a credibilidade dos relatórios financeiros no mercado internacional.

A aplicação das IFRS também influenciou diretamente a estrutura das demonstrações contábeis das empresas, exigindo ajustes em processos internos e na capacitação dos profissionais de contabilidade. Segundo Fernandes et al. (2011), a grande quantidade de mudanças — como o foco na essência sobre a forma e a adoção de cálculos como valor de uso — demandou um alto grau de atualização e conhecimento por parte dos contadores, o que trouxe desafios, mas também oportunidades de desenvolvimento profissional.

Além disso, a obrigatoriedade das IFRS para empresas de capital aberto e de grande porte impulsionou uma integração supranacional no

mercado de capitais, conforme apontado por KPMG (2008). Esse movimento facilitou o acesso das empresas brasileiras a recursos externos, reduzindo taxas de risco e aumentando a atratividade para investidores internacionais. No entanto, conforme discutido por Marion et al. (2008), essa adaptação também teve seus desafios, pois envolveu uma mudança cultural nas práticas contábeis, substituindo normas locais por princípios contábeis universais que priorizam a essência econômica das transações.

Em relação aos desafios culturais e operacionais, Fernandes et al. (2011) enfatizam que a transição para o modelo IFRS exigiu das empresas brasileiras não apenas ajustes técnicos, mas uma reestruturação organizacional que integrasse áreas como economia, engenharia e administração, o que trouxe complexidade à implementação das normas. Além disso, como mencionado por FIPECAFI e Ernst & Young (2013), essa transformação aumentou o grau de julgamento e subjetividade na elaboração dos relatórios contábeis, exigindo uma coordenação entre diferentes áreas da empresa para assegurar a precisão e consistência das informações.

Em síntese, os resultados sugerem que, apesar das dificuldades iniciais, a adoção das IFRS trouxe melhorias significativas na transparência e comparabilidade das informações financeiras no Brasil. A aplicação das normas internacionais tem contribuído para posicionar as empresas brasileiras de forma mais competitiva no mercado global, atendendo às expectativas dos investidores e alinhando-se às melhores práticas contábeis globais, conforme concluem Fernandes et al. (2011) e Marion et al. (2008).

## CONCLUSÃO

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) representou um marco na contabilidade brasileira, promovendo uma transformação significativa nas práticas contábeis. Como demonstrado, essa transição foi impulsionada pela necessidade de harmonização das normas locais com os padrões internacionais, visando maior transparência e comparabilidade das informações financeiras. As IFRS permitiram que as empresas brasileiras se integrassem mais plenamente ao mercado global, facilitando o acesso a capitais internacionais e promovendo uma maior confiança entre investidores.

Apesar dos benefícios evidentes, como o aumento da qualidade e da relevância das informações contábeis, a implementação das IFRS não foi isenta de desafios. Os profissionais de contabilidade e as empresas brasileiras enfrentaram a necessidade de adaptação cultural e técnica, lidando com mudanças na estrutura das demonstrações contábeis e exigências de maior

julgamento e subjetividade. Essa adaptação como apontaram alguns autores demandou uma reestruturação organizacional e um aprimoramento contínuo das habilidades dos contadores.

Em suma, a convergência às IFRS trouxe avanços substanciais para a contabilidade brasileira, posicionando as empresas do país de forma mais competitiva no cenário internacional. Esse processo contribuiu não apenas para uma melhor compreensão e análise das demonstrações financeiras por investidores estrangeiros, mas também para o fortalecimento da governança e da transparência corporativa.

A experiência brasileira com as IFRS reforça a importância da atualização constante das normas contábeis para acompanhar as mudanças globais e garantir que as práticas contábeis continuem a atender às necessidades dos usuários de informações financeiras no mundo todo.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor**. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2007.

COSTA, C. L.; CAMPOS, F. M. de; AMARAL, M. M. Capacitação Profissional: um estudo sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) nas instituições particulares de ensino superior do ABC. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 177, p. 77-89, maio/junho 2009.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. **Introdução à teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOUVEIA, N. **Contabilidade básica**. 2ª ed. São Paulo: Harbra Ltda., 1993.

NIERO, N.; VALENTI, G.; D'AMBROSIO, D. **Confusão contábil prejudica análise de balanços de 2008**. Valor Econômico, São Paulo, 9 mar. 2009.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. Conforme as Leis n. 11.638/07 e 11.941/09. 7. ed.

São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R.  
**Metodologia da Investigação Científica para  
Ciências Sociais Aplicadas.** 2ª ed. São Paulo:  
Atlas, 2009.

SCHMIDT, P. **História do pensamento contábil.**  
Porto Alegre: Bookman, 2000.

LIMA, J. B. N. **A relevância da informação  
contábil e o processo de convergência para as  
normas IFRS no Brasil.** Tese (Doutorado em  
Ciências Contábeis). Programa de Pós-Graduação  
em Controladoria e Contabilidade, FEA/USP, São  
Paulo, 2010.

DELOITTE (Brasil). **O Brasil na convergência:  
um guia prático para a adoção do IFRS.** 2008.  
Disponível em:  
[http://www.iasplus.com/americas/0902brazilpractic  
alguide.pdf](http://www.iasplus.com/americas/0902brazilpractic<br/>alguide.pdf). Acesso em: 08 jan. 2022

KPMG. **IFRS Hoje.** 1. ed., mar./abr., 2008.  
Disponível em:  
<http://www.kpmg.com.br/publicacoes/audit/IFRS/>.  
Acesso em : 12 dez. 2021

CHALMERS, K.; CLINCH, G. J.; GODFREY, J.  
**M. Adoption of International Financial  
Reporting Standards: Impact on the Value  
Relevance of Intangible Assets.** Australian  
Accounting Review, v. 18, p. 237-247, 2008.

PONTE, V. M. R.; FREITAS, J. B.; OLIVEIRA,  
M. C. **Impactos da adoção das IFRS nas  
demonstrações consolidadas dos bancos listados  
na BM&FBovespa.** EnANPAD, XXXVII  
Encontro do ANPAD, Rio de Janeiro, 7 a 11 set.,  
2013.

SANTOS, E. S.; CALIXTO, L. **Impactos do início  
de harmonização contábil internacional (lei  
11.638/07) nos resultados das empresas abertas.**  
RAE Electron, São Paulo, v. 9, n. 1, jun., 2010



## Revista Multidisciplinar

**BAUMAN: A MODERNIDADE E SEU MAL ESTAR NA CONSTITUIÇÃO  
DO SUJEITO PÓS-MODERNO EM UM DIÁLOGO COM A IDENTIDADE  
CULTURAL DE STUART HALL**

Eduardo Henrique da Silva



<https://adalagoas.com.br/noticias/18312/os-perigos-da-pos-modernidade>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number  
2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



## BAUMAN: A MODERNIDADE E SEU MAL ESTAR NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO PÓS-MODERNO EM UM DIÁLOGO COM A IDENTIDADE CULTURAL DE STUART HALL

Eduardo Henrique da Silva<sup>1</sup>

Revista o Universo Observável  
DOI: 10.5281/zenodo.14185634  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14185634)

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Letras, Mestrado em Teoria da Literatura, pela UNESP/IBILCE, Campus de São José do Rio Preto e atualmente sou doutorando em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Sou Professor Preceptor da Faculdade Sesi de Educação. Professor de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literatura brasileira na Secretaria Estadual de Educação, Prefeituras e no Ensino Particular. Sou corretor de Redações voltadas para a entrada no ensino Superior e corrijo há alguns anos ENEM. Tenho experiência na área de Letras, com ênfase em Línguas e Literaturas e o ensino de redação voltadas para o mercado de trabalho e meio acadêmico. Atuo também como tutor via EAD como no IFRO e (plataformas digitais e presenciais) na graduação e pós-graduação. Atuo também como Psicopedagogo Clínico e Institucional. Possui pesquisas, artigos publicados sobre poesia de rigor e contemporânea, assim como publicação de artigos sobre escritores-diplomatas-poetas-prosaístas. E-mail: [eduardo.hen@ufu.br](mailto:eduardo.hen@ufu.br)  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9163-6132>

## RESUMO

O artigo aborda a relação entre modernidade, pós-modernidade e o mal-estar na constituição do sujeito contemporâneo, com base nas reflexões de Zygmunt Bauman em "O Mal-Estar da Pós-Modernidade" e Stuart Hall em "A Identidade Cultural na Pós-Modernidade". Explora como a transição das certezas modernas para as incertezas pós-modernas impacta a subjetividade e as dinâmicas culturais. A análise parte dos capítulos VII, VIII e IX de Bauman, que discutem a arte pós-moderna, o significado cultural e a relação entre verdade e incerteza, destacando o enfraquecimento das grandes narrativas e a fluidez das estruturas identitárias. Paralelamente, Stuart Hall contribui ao evidenciar como a globalização e a fragmentação cultural desconstruem identidades estáveis, criando sujeitos híbridos e instáveis. O estudo argumenta que a arte pós-moderna reflete e amplifica essas transformações, ao mesmo tempo em que contribui para a busca por novos significados em um cenário de incertezas. Ao conectar as perspectivas dos autores, evidencia-se como o sujeito pós-moderno está constantemente negociando sua identidade em um mundo fluido, onde as fronteiras entre verdade e ficção, individualidade e coletividade, estão cada vez mais difusas. Este contexto intensifica o mal-estar e a necessidade de adaptação contínua para lidar com a falta de estabilidade estrutural e cultural.

**Palavras-chave:** Pós-modernidade, identidade, Zygmunt Bauman, Stuart Hall.

## ABSTRACT

*The article explores the relationship between modernity, postmodernity, and the discomfort in constituting the contemporary subject, based on Zygmunt Bauman's reflections in Postmodernity and its Discontents and Stuart Hall's Cultural Identity in Postmodernity. It examines how the transition from modern certainties to postmodern uncertainties impacts subjectivity and cultural dynamics. The analysis draws on Bauman's chapters VII, VIII, and IX, which discuss postmodern art, cultural meaning, and the interplay between truth and uncertainty, highlighting the decline of grand narratives and the fluidity of identity structures. Stuart Hall complements this by demonstrating how globalization and cultural fragmentation deconstruct stable identities, creating hybrid and unstable subjects. The study*

*argues that postmodern art both reflects and amplifies these transformations while fostering a quest for new meanings in a landscape of uncertainties. By connecting the authors' perspectives, the research underscores how the postmodern subject is continuously renegotiating their identity in a fluid world where the boundaries between truth and fiction, individuality and collectivity, grow increasingly blurred. This context intensifies the discomfort and the need for constant adaptation to cope with the lack of structural and cultural stability.*

**Keywords:** Postmodernity, identity, Zygmunt Bauman, Stuart Hall.

## INTRODUÇÃO

A modernidade, marcada pela busca incessante de ordem, progresso e certezas, deixou como legado uma sociedade estruturada em grandes narrativas que prometiam segurança e estabilidade. No entanto, o advento da pós-modernidade transformou esse cenário, substituindo as antigas garantias por um estado de fluidez, incerteza e fragmentação. Esse contexto tem gerado um profundo mal-estar na constituição do sujeito contemporâneo, que, diante da volatilidade das relações sociais e culturais, enfrenta desafios inéditos na construção de sua identidade.

Zygmunt Bauman, em *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*, argumenta que a transição do paradigma moderno para o pós-moderno trouxe uma reorganização das dinâmicas sociais e culturais, impactando diretamente a subjetividade dos indivíduos. Em particular, ele discute como a arte pós-moderna, o significado cultural e a relação entre verdade e incerteza refletem essas mudanças. A arte, que na modernidade ocupava uma posição de vanguarda e provocação, passa a expressar a fragmentação e a impossibilidade de grandes projetos transformadores no contexto pós-moderno.

Complementando essa análise, Stuart Hall, em *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, aponta que o sujeito pós-moderno vive em um estado de constante negociação identitária. O impacto da globalização, o colapso das fronteiras culturais e a fragmentação das referências tradicionais resultaram em identidades híbridas, instáveis e continuamente reconfiguradas.

Os capítulos VII, VIII e IX, denominados: VII - A arte pós-moderna, ou a impossibilidade da vanguarda, VIII - O significado da arte e a arte do significado, IX - Sobre a verdade, a ficção e a incerteza, do livro de Bauman são particularmente relevantes para compreender o papel da arte e do significado cultural na constituição do sujeito pós-moderno. A impossibilidade da vanguarda e a dissolução de verdades absolutas refletem as

condições de um mundo onde a incerteza se torna a norma e a busca por significado emerge como uma necessidade central.

Nesse contexto, a teoria de Hall fornece uma lente adicional para analisar a construção identitária em um ambiente marcado pela fluidez. Ele enfatiza que as identidades não são mais fixas ou essencialistas, mas fragmentadas e moldadas pela interseção de múltiplos fatores, como a globalização, o consumo cultural e as tensões entre o local e o global.

Este trabalho se propõe a explorar a interseção dessas teorias, discutindo como o mal-estar da pós-modernidade, refletido na arte e na cultura, molda o sujeito contemporâneo. Ao abordar as questões levantadas por Bauman e Hall, busca-se entender como a transição para a pós-modernidade amplifica as incertezas e transforma a dinâmica das identidades individuais e coletivas.

Por fim, a introdução dessas reflexões contribui para o debate sobre as condições culturais e sociais do sujeito pós-moderno. Em um mundo de incertezas permanentes, onde a fluidez é a norma, compreender o impacto dessas mudanças na subjetividade humana torna-se essencial para interpretar os desafios contemporâneos.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Conceitos introdutórios de modernidade e pós-modernidade

A modernidade, emergida no século XVIII, destacou-se pela valorização da razão, do progresso e da ciência como fundamentos para a compreensão e transformação do mundo (Giddens, 1991). Esse período foi marcado pela crença em verdades universais e na capacidade humana de moldar o futuro por meio do conhecimento e da tecnologia. Em contraste, a pós-modernidade, que ganha força a partir da segunda metade do século XX, questiona essas certezas, enfatizando a fragmentação, a pluralidade de perspectivas e a relativização das verdades absolutas (Lyotard, 1979).

A transição da modernidade para a pós-modernidade representa uma mudança das certezas sólidas para um estado de fluidez e incerteza. Bauman (1998) descreve como a rigidez e solidez da modernidade, que ofereciam certezas estruturais, deram lugar a uma sensação flutuante, onde as estruturas fixas perdem significado. Esse deslocamento resulta em uma sociedade em que normas e valores tradicionais são constantemente desafiados, gerando uma sensação generalizada de insegurança e ambiguidade.

Na modernidade, a busca por segurança social muitas vezes restringia liberdades individuais em prol de uma ordem estável. Com a pós-modernidade, essa relação se inverte, promovendo a

liberdade individual em detrimento da segurança coletiva. Essa inversão resulta no mal-estar pós-moderno, onde o excesso de liberdade gera angústias e responsabilidades sem diretrizes claras (Bauman, 1998).

No campo artístico, a pós-modernidade desafia a ideia de vanguarda moderna, que acreditava no progresso linear e na inovação contínua. A arte pós-moderna abraça a pluralidade de estilos, a mistura de referências e a rejeição de verdades absolutas. Para Bauman (1998), a arte pós-moderna não pode mais pretender ser a vanguarda de uma sociedade que não acredita em um futuro redentor, refletindo a desconfiança nas grandes narrativas e a celebração da multiplicidade cultural.

Portanto, a transição para a pós-modernidade transforma profundamente conceitos como segurança, liberdade e expressão artística. Essa mudança desafia o sujeito contemporâneo a se adaptar a um mundo marcado pela incerteza, fragmentação e constante negociação de significados.

### 2.2 A arte pós-moderna ou a impossibilidade da vanguarda

Zygmunt Bauman analisa a arte pós-moderna e a impossibilidade da vanguarda. Ele argumenta que, na pós-modernidade, a arte de vanguarda perde seu sentido tradicional, pois a sociedade não mais acredita em um futuro redentor que justifique a existência de uma linha de frente artística (Bauman, 1998). Essa perspectiva reflete a desconfiança nas grandes narrativas e a celebração da multiplicidade cultural.

As expressões artísticas têm passado por transformações significativas, influenciadas pelo mercado e pela globalização. A arte contemporânea tornou-se uma mercadoria, sujeita às leis de oferta e demanda, o que impacta sua produção e circulação (Moulin, 1992). Essa mercantilização pode limitar a inovação, uma vez que os artistas podem ser incentivados a criar obras que atendam às expectativas do mercado, em vez de explorar novas formas de expressão.

Na pós-modernidade, a inovação artística perde parte de seu sentido original. A ideia de progresso linear e contínuo é substituída por uma visão fragmentada e pluralista, onde a originalidade é questionada e a intertextualidade prevalece (Jameson, 1991). Essa mudança resulta em uma arte que recicla estilos e referências, desafiando a noção de novidade e autenticidade.

Bauman também discute o significado da arte e a arte do significado, destacando como a arte pós-moderna lida com a incerteza e a ambiguidade. A arte torna-se um espaço de experimentação, onde os significados são múltiplos e abertos à interpretação (Bauman, 1998). Essa abordagem

reflete a condição pós-moderna de fluidez e fragmentação, onde as certezas são substituídas por questionamentos e a busca por sentido é contínua.

Segundo Lipovetsky e Serroy (2013), a estetização generalizada da vida cotidiana, potencializada pela globalização e pela onipresença do consumo, altera a função tradicional da arte, subordinando-a às demandas de um público que prioriza o entretenimento e a instantaneidade. Este panorama, alinhado às reflexões de Bauman, sugere que a arte pós-moderna deixa de ser um espaço de transcendência para tornar-se um produto cultural altamente comercializável.

Neste contexto, o conceito de inovação, um elemento central na modernidade artística, também enfrenta um processo de esvaziamento. Para Harvey (2012), a lógica cultural do capitalismo tardio promove uma constante reciclagem de formas e estilos, tornando o "novo" uma mercadoria rotineira em vez de um gesto disruptivo. Assim, a perda do sentido da inovação na arte pós-moderna, como destaca Bauman, está diretamente ligada à integração da produção artística nas lógicas de mercado, em que o apelo comercial muitas vezes suprime a autenticidade e a radicalidade do fazer artístico.

O significado da arte, portanto, encontra-se profundamente transformado. Como argumenta Bourriaud (2002), na era pós-moderna a arte passa a atuar mais como um mediador de experiências do que como uma fonte de significados universais. A prática artística contemporânea, frequentemente orientada pela interatividade e pela efemeridade, desloca o foco do objeto artístico para a relação que ele estabelece com o espectador. Este deslocamento ressoa com a ideia de Bauman de que a "arte do significado" torna-se uma questão aberta e polissêmica, refletindo as incertezas de uma sociedade líquida.

Entretanto, essa transformação não se dá sem tensões. Segundo Jameson (1997), a saturação do mercado pela produção artística pode levar a uma sensação de superficialidade e alienação, em que o excesso de imagens e informações dilui a capacidade de crítica e reflexão. Assim, a arte pós-moderna enfrenta o desafio de se redefinir em um mundo onde o consumo é a norma e a vanguarda, tal como descrita por Bauman, é uma impossibilidade prática.

Ao considerar o papel do mercado e a perda de sentido da inovação, é possível compreender como as expressões artísticas contemporâneas refletem os dilemas da pós-modernidade. A arte não só responde às condições socioculturais em que está inserida, mas também contribui para moldá-las, evidenciando as tensões entre o significado e o mercado, a inovação e a repetição, a profundidade e a superficialidade. Essa dialética, como Bauman sugere, permanece no cerne da condição pós-moderna, desafiando artistas,

críticos e espectadores a reconsiderarem o que significa criar e experimentar arte no mundo contemporâneo.

### 2.3 O significado da arte e a arte do significado

No Capítulo VIII de *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*, Zygmunt Bauman aborda como a arte pós-moderna transcende seu papel de representação para se tornar um campo de experimentação que reflete a fluidez e a fragmentação da cultura contemporânea. Ele explora o entrelaçamento entre o significado produzido pela arte e o contexto sociocultural, destacando que, na era pós-moderna, a arte não apenas busca significar algo, mas também questiona a própria natureza do significado (Bauman, 1998). Nesse cenário, o ato artístico é, em si, um convite à interpretação, um espaço aberto onde verdades absolutas são desconstruídas e novos sentidos emergem.

A luta por significado em um contexto de fluidez cultural é um dos eixos centrais dessa discussão. Como apontado por Hall (1997), identidades culturais na pós-modernidade são constantemente negociadas em um ambiente de significados transitórios. A arte, nesse sentido, funciona como uma ferramenta crítica que permite revisitar narrativas tradicionais e criar novas formas de expressão, desafiando categorias fixas e fomentando a pluralidade. Segundo Bauman (1998), a arte pós-moderna "não é mais o espelho da realidade, mas sim um prisma que fragmenta e reflete múltiplas perspectivas simultaneamente", evidenciando a fragmentação do sujeito e da sociedade.

Rancière (2016) argumenta que a arte contemporânea rompe com as hierarquias estéticas tradicionais, proporcionando uma redistribuição do sensível que desafia as estruturas culturais e políticas preexistentes. Esse movimento de descentralização das narrativas hegemônicas, promovido pela arte, dialoga diretamente com as reflexões de Bauman sobre a incerteza pós-moderna, na qual as fronteiras entre verdade e ficção são borradas.

Esse impacto da arte na identidade cultural está intimamente ligado às práticas artísticas que ressignificam símbolos e discursos. Rancière (2016) argumenta que a arte contemporânea rompe com as hierarquias estéticas tradicionais, proporcionando uma redistribuição do sensível que desafia as estruturas culturais e políticas preexistentes. Esse movimento de descentralização das narrativas hegemônicas, promovido pela arte, dialoga diretamente com as reflexões de Bauman sobre a incerteza pós-moderna, na qual as fronteiras entre verdade e ficção são borradas.

A relação entre verdade, ficção e incerteza ganha destaque nesse debate, uma vez que a arte

pós-moderna rejeita a ideia de uma única verdade universal. Bauman (1998) observa que a pós-modernidade celebra a multiplicidade de narrativas, cada uma com sua própria verdade relativa. Essa pluralidade é essencial para compreender o mundo contemporâneo, mas também contribui para a sensação de incerteza, pois desafia a segurança oferecida pelas grandes narrativas modernas. Como Lyotard (1979) já havia apontado, a pós-modernidade é caracterizada pela “incredulidade em relação às metanarrativas”, e a arte é um dos principais campos onde essa incredulidade se manifesta.

Observa-se que Bauman reflete a complexidade da relação entre arte e sociedade na pós-modernidade, explorando como as práticas artísticas não apenas representam, mas também moldam a experiência cultural e identitária. Em um mundo de significados fluidos e incertezas constantes, a arte permanece como um espaço de questionamento, reinvenção e resistência.

#### 2.4 O Mal-Estar na Constituição do Sujeito Pós-Moderno

Compreender a relação entre verdade, ficção e incerteza na sociedade contemporânea exige uma análise detalhada das condições culturais que moldam a experiência humana. A crescente sobreposição entre realidade e ficção é um dos fenômenos mais marcantes da modernidade tardia. Em um cenário onde as narrativas midiáticas moldam percepções, os limites entre fato e construção tornam-se fluidos, criando um ambiente de ambiguidade e dúvida (Jameson, 1991). Essa condição é intensificada pela multiplicidade de vozes que competem por atenção em um espaço cultural globalizado, onde as verdades são frequentemente questionadas e renegociadas (Hall, 1997).

A dissolução das fronteiras entre realidade e ficção afeta diretamente a forma como os sujeitos constroem suas identidades e compreendem o mundo ao seu redor. A incerteza que emerge dessa condição é uma característica intrínseca da modernidade tardia e da pós-modernidade, desafiando as narrativas totalizantes e as estruturas estáveis de conhecimento. Para Bauman (1998), essa incerteza não é apenas uma condição externa, mas também interna, influenciando as maneiras como os sujeitos percebem a si mesmos e o mundo. Essa fluidez transforma a identidade em um processo contínuo de negociação e reinvenção, onde o sujeito precisa lidar com a fragmentação de significados e a ausência de verdades universais.

Essa questão é intensamente discutida por Stuart Hall, que argumenta que as identidades culturais, anteriormente vistas como estáveis, são agora compreendidas como construções fluidas e dinâmicas (Hall, 1997). O autor destaca que, no

contexto da globalização e da pós-modernidade, as identidades são moldadas por práticas sociais e discursos em constante transformação. Esse processo reflete não apenas a influência das narrativas midiáticas e culturais, mas também a interseção entre local e global. Hall enfatiza que a identidade cultural não é mais definida por um núcleo essencial, mas por sua capacidade de adaptação e reinvenção em um mundo em constante mutação.

O papel da incerteza na constituição do sujeito pós-moderno também está relacionado às mudanças nas condições econômicas e políticas. Para Giddens (1991), a modernidade reflexiva trouxe uma intensificação da autorreflexividade, onde os indivíduos são constantemente pressionados a repensar suas ações, decisões e crenças. Essa autorreflexividade, embora empoderadora, também gera ansiedade, pois os sujeitos precisam navegar em um mundo onde as instituições e os valores tradicionais perderam sua estabilidade. Essa condição de “desencaixe”, como descreve Giddens, intensifica a sensação de incerteza e desafia os indivíduos a encontrar novos pontos de ancoragem para suas identidades.

As fronteiras borradas entre verdade e ficção também têm implicações significativas para as práticas culturais e artísticas. A arte contemporânea, como argumenta Rancière (2016), atua como um espaço de questionamento e experimentação, onde as narrativas hegemônicas são desconstruídas e os significados são ressignificados. Nesse sentido, a arte torna-se um reflexo da condição pós-moderna, celebrando a multiplicidade de perspectivas e a pluralidade de interpretações. Essa abordagem reforça a ideia de que a verdade não é absoluta, mas relativa e contingente, moldada pelas práticas sociais e culturais.

É nesse contexto que Bauman (1998) oferece uma análise crítica sobre a relação entre verdade, ficção e incerteza. No Capítulo IX de *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*, ele argumenta que a dissolução das certezas modernas deu lugar a uma condição onde as fronteiras entre realidade e ficção são cada vez mais fluidas. Para Bauman, essa ambiguidade não é apenas um reflexo das mudanças culturais, mas também uma consequência da crescente complexidade do mundo contemporâneo. A verdade, na visão de Bauman, não é mais algo a ser descoberto, mas constantemente negociado e reinterpretado, refletindo a fluidez da sociedade pós-moderna.

O impacto dessa condição é profundo na constituição do sujeito pós-moderno. Bauman sugere que a identidade não é mais algo dado, mas um projeto em constante construção. Essa perspectiva ecoa as ideias de Hall (1997), que destaca que as identidades culturais são moldadas por discursos e práticas sociais em constante

transformação. Essa fluidez desafia as noções tradicionais de um "eu" unificado e coerente, substituindo-as por uma visão de identidade como algo fragmentado e multifacetado.

A relação entre verdade, ficção e incerteza também se reflete nas práticas artísticas e culturais. A arte contemporânea, como argumenta Bourriaud (2010), atua como um espaço de experimentação onde as fronteiras entre realidade e ficção são questionadas. Bourriaud introduz o conceito de "estética relacional", que enfatiza a interação e a troca entre o artista, a obra e o público como um meio de criar novos significados. Essa abordagem reflete a condição pós-moderna de fluidez e incerteza, onde os significados são constantemente renegociados.

O diálogo entre Bauman e Hall revela um entendimento complementar sobre o sujeito pós-moderno. Ambos os autores destacam a fragmentação como uma característica central da experiência contemporânea. Enquanto Hall se concentra na construção cultural da identidade e no impacto da globalização, Bauman enfatiza o "mal-estar" resultante da liberdade de escolha sem ancoragens sólidas. Essa condição é explorada por Junior e Silva et al. (2017), que analisam como o sujeito pós-moderno vive um constante deslocamento, sem pontos fixos de identificação, em comparação com o sujeito moderno, que encontrava suporte nas grandes narrativas.

A crise identitária também é um tema explorado em contextos artísticos e culturais. A obra de Rubem Fonseca, como analisada por Silva e Mingotti (2021), ilustra o mal-estar do sujeito pós-moderno em face da violência, transgressão e busca por sentido. O conto "O Cobrador", por exemplo, reflete a luta entre a fragmentação do eu e a tentativa de reconstruir uma narrativa coerente em um mundo de incertezas. Esse exemplo literário dialoga com a análise de Bauman sobre a tensão entre liberdade e segurança, que molda o mal-estar na constituição do sujeito contemporâneo.

Bauman (1998) argumenta que a liberdade ilimitada de escolha, característica da modernidade líquida, não liberta os sujeitos, mas os sobrecarrega com a responsabilidade de construir suas próprias narrativas em um cenário de possibilidades infinitas. Isso leva ao que ele chama de "mal-estar pós-moderno", onde o excesso de opções gera ansiedade e incerteza. A arte e a cultura, nesse contexto, tornam-se ferramentas cruciais para a expressão e a exploração da fragmentação identitária, permitindo que os sujeitos articulem suas experiências em um mundo fluido.

A relação entre arte, cultura e identidade é central para compreender o sujeito pós-moderno. A arte, ao desconstruir hierarquias tradicionais e celebrar a multiplicidade de significados, reflete as dinâmicas culturais contemporâneas. Segundo Bourriaud (2010), a "estética relacional" destaca a

interação entre obra, artista e público como um meio de criar novos significados, ressaltando a fragmentação e a fluidez que definem a experiência pós-moderna. Essa abordagem encontra eco em Bauman, que vê na arte um reflexo da condição humana de viver em um mundo de incertezas e renegociações constantes.

O sujeito diante das incertezas contemporâneas é, portanto, tanto um produto quanto um agente dessas transformações. A negociação contínua de significados, identidades e pertencimentos reflete a complexidade de viver em uma era caracterizada pela desconstrução de certezas e pela celebração da diversidade. Bauman e Hall, em seus diálogos sobre identidade e cultura, fornecem um arcabouço teórico essencial para compreender as condições culturais e sociais que moldam o sujeito no mundo pós-moderno. Por meio de suas reflexões e do diálogo com produções culturais e artísticas, emerge uma compreensão mais ampla e profunda das dinâmicas que definem a experiência humana na contemporaneidade.

## CONCLUSÃO

A análise apresentada ao longo deste artigo evidencia a complexidade do sujeito pós-moderno, constituído em meio ao mal-estar característico da transição entre a modernidade e a pós-modernidade. Ao explorar os conceitos fundamentais de Zygmunt Bauman, como a liquidez e a fragmentação, aliados à teoria da identidade cultural de Stuart Hall, foi possível aprofundar o entendimento sobre como a fluidez das relações sociais e culturais molda o indivíduo contemporâneo. A modernidade, com sua busca por ordem e segurança, cedeu espaço a uma condição marcada pela incerteza, pela dissolução de grandes narrativas e pela fragmentação identitária.

No contexto pós-moderno, a arte desempenha um papel central ao refletir e questionar essa nova condição. No Capítulo VII de Bauman, a impossibilidade da vanguarda na arte pós-moderna aponta para o abandono de ideais de inovação linear e a emergência de práticas artísticas que acolhem a pluralidade de significados e perspectivas. Esse movimento é reforçado no Capítulo VIII, onde Bauman discute como a arte se torna um espaço para negociar significados em um mundo fluido, ressignificando identidades culturais em um ambiente globalizado. A fusão entre verdade e ficção abordada no Capítulo IX amplia essa discussão, destacando a incerteza como uma característica central da experiência contemporânea.

As contribuições de Hall enriquecem essa análise ao conectar a crise identitária à globalização e à diversidade cultural. Hall argumenta que, em um mundo interconectado, as identidades são continuamente construídas e desconstruídas, refletindo as tensões entre o local e o global, o individual e o coletivo. Essa visão complementa a

leitura de Bauman sobre o mal-estar pós-moderno, enfatizando como a liberdade e a multiplicidade de escolhas colocam sobre os sujeitos uma responsabilidade imensa pela construção de suas próprias narrativas, intensificando a sensação de desorientação.

Assim, a investigação deste artigo destaca que o mal-estar na constituição do sujeito pós-moderno é inseparável das dinâmicas culturais e sociais que moldam o mundo contemporâneo. A arte, a cultura e as práticas sociais emergem como ferramentas essenciais para compreender e navegar em um ambiente de constante transformação. A partir do diálogo entre Bauman e Hall, foi possível traçar um panorama crítico da fluidez e da crise identitária que definem a pós-modernidade, reforçando a relevância de continuar explorando essas questões no campo dos estudos culturais e literários.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. O Mal-Estar da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURRIAUD, Nicolas. Estética relacional. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2012.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.

JUNIOR, Silva et al. O mal-estar na identificação: diferenças entre Fernando Pessoa e o sujeito pós-moderno. Ide, v. 40, n. 64, p. 77-93, 2017.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LYOTARD, Jean-François. A Condição Pós-Moderna: Um Relato Sobre o Saber. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

RANCIÈRE, Jacques. O espectador emancipado. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 45-67.

REVELL: Revista de Estudos Literários da UEMS, v. 1, n. 28, p. 104-128, 2021.

SILVA, Jaqueline Carvalho; MINGOTTI, Rodrigo Donizeti. O mal-estar (pós) moderno: sadismo, violência e transgressão no conto “O Cobrador”, de Rubem Fonseca.



## Revista Multidisciplinar

PRESENÇA DE *STRONGYLOIDES STERCORALIS* EM ALFACES  
CONSUMIDAS IN NATURA: ESTUDO DE CASO EM FOZ DO IGUAÇU

Flávia Pereira Bertotti, Eduarda Malaquias Pereira, Leila Cristina Liborio  
e Jean Colacite



© Leticia Mattos Lima

<https://parasitologiaclinica.ufsc.br/index.php/info/conteudo/fotografias/larvas-sstercoralis/>

PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

ISSN

International Standard Serial Number  
2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



## PRESENÇA DE *STRONGYLOIDES STERCORALIS* EM ALFACES CONSUMIDAS IN NATURA: ESTUDO DE CASO EM FOZ DO IGUAÇU

Flávia Pereira Bertotti<sup>1</sup>  
Eduarda Malaquias Pereira<sup>2</sup>  
Leila Cristina Liborio<sup>3</sup>  
Jean Colacite<sup>4</sup>

Revista o Universo Observável  
DOI: 10.5281/zenodo.14185600  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14185600)

---

### <sup>1</sup>Flávia Bertotti Pereira

Este artigo foi elaborado por Flávia Bertotti Pereira, graduanda em Farmácia pela Uniamérica, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, E-mail: [pereira.bertotti@gmail.com](mailto:pereira.bertotti@gmail.com), ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1833-0756>

### <sup>2</sup>Eduarda Malaquias Pereira

Este artigo foi elaborado por Eduarda Malaquias Pereira, graduanda em Farmácia pela Uniamérica, Foz do Iguaçu, Paraná, E-mail: [Eduardamalaquiaspereira@gmail.com](mailto:Eduardamalaquiaspereira@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-4745-0047>

### <sup>3</sup>Leila Cristina Liborio

Este artigo foi elaborado por Leila Cristina Liborio, graduanda em Farmácia pela Uniamérica, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, E-mail: [leilaturquesa@gmail.com](mailto:leilaturquesa@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7469-2016>

### <sup>4</sup>Jean Colacite, Prof. Mestre em em Análises Clínicas.

Instituição: Uniamérica, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil, Endereço: Av. das Cataratas, 1118, Vila Yolanda, Foz do Iguaçu - PR, CEP: 85853-000, E-mail: [jeancolacite@gmail.com](mailto:jeancolacite@gmail.com), ORCID do autor: 0000-0003-2049-7029

## RESUMO

Este estudo aborda questões com a segurança alimentar relacionadas à contaminação por parasitas em vegetais folhosos, especialmente aqueles consumidos crus, devido aos riscos à saúde que eles representam. Dado o consumo crescente dessas plantas, entender os fatores que contribuem para a contaminação é essencial. Uma pesquisa revelou a presença significativa de parasitas em vegetais em diversas regiões brasileiras, ressaltando a necessidade de monitoramento e práticas adequadas de higiene. Este estudo se concentra em identificar a prevalência e a diversidade de parasitas em vegetais vendidos em Foz do Iguaçu, PR, e propõe medidas para aumentar a segurança alimentar. Os principais objetivos incluem revisão da literatura, condução, análises laboratoriais e sugestões de estratégias de prevenção de contaminação.

**Palavras-chave:** Segurança alimentar, contaminação parasitária, saúde pública, prevalência, método de sedimentação, higienização.

## ABSTRACT

*This study addresses food safety issues related to parasite contamination in leafy vegetables, especially those consumed raw, due to the health risks they pose. Given the increasing consumption of these plants, understanding the factors that contribute to contamination is essential. A survey revealed the significant presence of parasites in vegetables in several Brazilian regions, highlighting the need for monitoring and adequate hygiene practices. This study focuses on identifying the prevalence and diversity of parasites in vegetables sold in Foz do Iguaçu, PR, and proposes measures to increase food security. The main objectives include literature review, conduction, laboratory analyzes and suggestions for contamination prevention strategies.*

**Keywords:** Food safety, parasitic contamination, public health, prevalence, sedimentation method, hygiene..

## INTRODUÇÃO

A questão da segurança alimentar, especialmente relacionada ao consumo de alimentos in natura, tem sido amplamente discutida na literatura científica devido à relevância da saúde pública e às implicações para a qualidade de vida da população (Dalzochio & Zorzi, 2021). A contaminação por parasitas em hortaliças é um problema significativo, considerando que esses

alimentos, muitas vezes consumidos crus, podem ser veículos de transmissão de diversos enteroparasitas que afetam a saúde humana (De Moraes et al., 2023). Dado o crescente consumo de hortaliças e a importância de garantir sua segurança, é essencial investigar os fatores que contribuem para a contaminação parasitária nesses alimentos.

Nos últimos anos, diversos estudos têm evidenciado a presença de parasitas em hortaliças em diferentes regiões do Brasil, demonstrando a persistência do problema e a necessidade de medidas eficazes para seu controle (De Souza Silva et al., 2022). Em municípios como Redenção (PA), Santarém (PA) e Cáceres (MT), a análise de hortaliças comercializadas em feiras e supermercados revelou uma considerável presença de enteroparasitas, destacando a necessidade de monitoramento constante e práticas de higiene adequadas (Da Paz Martins et al., 2021; Lima et al., 2020; De Moraes et al., 2023). Esse contexto reforça a importância de estudos como o presente, que visam a mapear a situação em diferentes regiões e contribuir para a formulação de políticas públicas de saúde e segurança alimentar.

O problema de pesquisa que norteia este estudo pode ser sintetizado na seguinte questão: qual é a prevalência e diversidade de parasitas em hortaliças comercializadas no município de Foz do Iguaçu, PR? Esse questionamento é essencial para compreender a extensão do problema e identificar as principais fontes de contaminação, bem como os parasitas mais prevalentes na região.

A justificativa para a realização deste estudo reside na necessidade de se conhecer melhor a situação sanitária das hortaliças consumidas pela população de Foz do Iguaçu. A identificação de parasitas e a compreensão dos fatores que contribuem para a contaminação desses alimentos são passos fundamentais para a implementação de medidas preventivas eficazes e para a proteção da saúde pública (Rodrigues et al., 2021). Além disso, este estudo pode fornecer dados importantes para a educação da população sobre a importância da higienização adequada das hortaliças antes do consumo, bem como para a orientação de produtores e comerciantes quanto às melhores práticas de cultivo e manuseio (Santos & Alves, 2024).

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar a presença de parasitas em hortaliças comercializadas no município de Foz do Iguaçu, PR, com o intuito de identificar os principais tipos de parasitas encontrados e propor medidas de controle e prevenção. De forma mais específica, buscou-se: (1) realizar uma revisão da literatura sobre a presença de parasitas em hortaliças em diferentes regiões do Brasil; (2) investigar a prevalência de parasitas em hortaliças comercializadas em Foz do Iguaçu por meio de

análises laboratoriais; e (3) propor estratégias para a mitigação da contaminação parasitária nesses alimentos, visando à segurança alimentar da população local.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A contaminação de hortaliças, especialmente aquelas consumidas in natura, tem sido objeto de crescente preocupação no campo da saúde pública devido aos riscos que representam para a segurança alimentar e para a qualidade de vida da população. Estudos recentes apontam que esses alimentos podem servir como veículos de transmissão de diversos enteroparasitas, o que é especialmente alarmante em regiões com práticas inadequadas de cultivo e manuseio (Dalzochio & Zorzi, 2021; De Moraes et al., 2023). Em virtude do aumento no consumo de hortaliças e da busca por uma alimentação saudável, torna-se imperativa a investigação sobre a presença de parasitas nesses alimentos, visando à prevenção de surtos e à promoção da saúde pública.

Diferentes estudos realizados no Brasil confirmam a prevalência de parasitas em hortaliças, demonstrando a necessidade de uma vigilância constante e de medidas sanitárias adequadas para controlar essa contaminação. Pesquisas conduzidas em municípios como Redenção (PA), Santarém (PA) e Cáceres (MT) revelaram uma considerável presença de enteroparasitas em hortaliças comercializadas, enfatizando a urgência de práticas eficazes de higienização e controle (Da Paz Martins et al., 2021; Lima et al., 2020; De Moraes et al., 2023). Esses achados reforçam a importância de monitorar o mercado de hortaliças e de implementar políticas públicas voltadas para a segurança alimentar em diversas regiões do país.

Entre os parasitas comumente encontrados em hortaliças, destacam-se o *Ascaris lumbricoides*, a *Giardia lamblia* e o *Strongyloides stercoralis*. Estes parasitas são amplamente estudados devido à sua capacidade de sobreviver em condições adversas e de se proliferarem em ambientes úmidos e em contato direto com o solo. O *Strongyloides stercoralis*, em particular, possui um ciclo de vida complexo e pode provocar graves sintomas gastrointestinais em indivíduos infectados, como diarreia e dor abdominal, além de representar um risco significativo em casos de imunossupressão (Rodrigues et al., 2021; Santos & Alves, 2024). A detecção desse parasita nas amostras analisadas neste estudo aponta para um problema sanitário relevante, especialmente em produtos de consumo frequente como a alface (*Lactuca sativa*), que é frequentemente consumida crua.

Fatores ambientais, como a qualidade da água utilizada para irrigação, o tipo de solo e as

condições climáticas, também influenciam diretamente a contaminação de hortaliças por parasitas. Estudos indicam que a falta de práticas adequadas de cultivo e de higienização durante o transporte e a comercialização contribuem para a contaminação, expondo a população a riscos de infecção (De Souza Silva et al., 2022). No caso da alface minimamente processada, espera-se que o risco de contaminação seja menor devido ao tratamento sanitário prévio, mas, como demonstrado neste estudo, ainda é possível encontrar parasitas, o que reforça a necessidade de monitoramento rigoroso (Dalzochio & Zorzi, 2021).

Os métodos de detecção de parasitas são variados, e a escolha da técnica adequada é crucial para a obtenção de resultados precisos. No presente estudo, utilizou-se o método de sedimentação espontânea descrito por Hoffman, Pons e Janer (1934), que é amplamente empregado para a pesquisa de parasitas em hortaliças. Esse método baseia-se na sedimentação das formas parasitárias por gravidade, permitindo a concentração dos organismos no fundo de um cálice para posterior análise microscópica. A técnica de sedimentação espontânea tem sido eficaz na identificação de parasitas em diversos tipos de amostras, incluindo hortaliças, pois preserva as estruturas dos parasitas, facilitando a observação e a identificação (Hoffman, Pons e Janer, 1934).

No presente estudo, a presença de *Strongyloides stercoralis* em amostras de alface in natura indica a vulnerabilidade dos alimentos consumidos sem cocção em relação à contaminação parasitária. Esse achado destaca a importância da higienização cuidadosa de hortaliças antes do consumo e da orientação adequada para produtores e comerciantes em relação às boas práticas de manuseio e venda. Além disso, reforça a necessidade de campanhas educativas para a população, alertando sobre a importância de higienizar corretamente as hortaliças para reduzir os riscos de infecção (Santos & Alves, 2024; Rodrigues et al., 2021).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi do tipo experimental, com abordagem qualitativa para elucidação dos dados obtidos. Foram realizadas coletas em 4 pontos da cidade de Foz do Iguaçu, PR, sendo os pontos duas feiras livres e dois supermercados da cidade. As coletas nos diferentes pontos foram realizadas em dias diferentes. Todas as amostras foram coletadas aleatoriamente. Essas foram acondicionadas em sacos plásticos disponibilizados pelos próprios estabelecimentos e transportadas ao laboratório de

parasitologia da Uniamérica Descomplica, onde foram analisadas.

As amostras de alface (*Lactuca sativa*) foram escolhidas para a realização deste estudo devido à sua importância no consumo local e ao fato de serem frequentemente consumidas in natura, o que aumenta o risco de contaminação por parasitas.

As coletas nos pontos citados foram realizadas entre setembro e novembro de 2024 e, após a coleta, as amostras foram transportadas para o local de análise e logo após foram preparadas para posterior análise. As coletas em cada ponto foram realizadas em dias diferentes para evitar o risco de contaminação cruzada ou de perda das amostras. Foi utilizado o método de sedimentação espontânea, técnica descrita por Hoffman, Pons e Janer (1934), para a pesquisa de parasitas nas amostras. O método descrito consiste em utilizar gravidade para sedimentação das formas parasitárias, onde parte da amostra em análise é homogeneizada com água destilada. Após a dissolução, o conteúdo foi filtrado e transferido para um cálice, sendo o volume completado com água destilada. O conteúdo foi deixado em repouso por um período de 1 a 24 horas, para obtenção do sedimento e posterior análise microscópica.

Para o manejo de cada amostra de alface em laboratório, foram utilizadas luvas de procedimentos, e a lavagem foi realizada em frascos de polietileno. Para a lavagem, as amostras de alface foram desfolhadas, e todas as suas estruturas foram lavadas separadamente por atrito com as próprias mãos, em frascos diferentes, com aproximadamente 600 ml de água destilada. Após a lavagem, as hortaliças foram descartadas, e a água destilada da lavagem referente a cada amostra foi transferida para um cálice identificado, utilizando

uma peneira para filtração e separação dos sedimentos maiores, para a sedimentação espontânea conforme o método apresentado e posterior análise em microscópio óptico. A outra parte da água destilada da lavagem que não foi adicionada ao cálice foi descartada.

Na análise microscópica, foi pipetado cuidadosamente o precipitado e o sobrenadante contido no cálice com auxílio de uma pipeta de Pasteur para uma lâmina de vidro, onde foi adicionada uma gota de lugol para coloração. A lâmina foi coberta com uma lamínula, e logo após foi realizada a análise em microscópio óptico, nas objetivas de 10x e 40x. As análises foram realizadas em triplicata. Todas as amostras também foram observadas a fresco para observação das estruturas móveis.

Os dados obtidos nas análises foram anotados e posteriormente tratados pelo programa Excel® para realização da análise estatística de frequência simples e dos percentuais, permitindo uma comparação entre a presença de parasitas em alface in natura e alface minimamente processado.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo analisou a presença de parasitas em amostras de alface (*Lactuca sativa*) coletadas em diferentes pontos de venda em Foz do Iguaçu, PR, destacando o potencial dessa hortaliça como veículo de enteroparasitas. Das amostras examinadas, detectou-se a presença do parasita *Strongyloides stercoralis* em 14,29% das amostras, confirmando a necessidade de higienização rigorosa para reduzir o risco de contaminação durante o consumo.

Quadro 1: Relatório para amostra de alface.

RELAÇÃO DE AMOSTRAS PROJETO INTEGRADOR						
AMOSTRAS DE ALFACES						
QTD	TIPO	DATA COMPRA	FORNECEDOR	DATA AMOSTRA	RESULTADO	PARASIRA ENCONTRADO
1	MINIMAMENTE PROCESSADO	09/09/2024	SUPERMECARD	09/09/2024	NEGATIVO	
2	IN NATURA	09/09/2024	SUPERMECARD	09/09/2024	NEGATIVO	
3	MINIMAMENTE PROCESSADO	09/09/2024	SUPERMECARD	09/09/2024	NEGATIVO	
4	IN NATURA	09/09/2024	SUPERMECARD	09/09/2024	NEGATIVO	
5	IN NATURA	17/09/2024	SUPERMECARD	17/09/2024	NEGATIVO	
6	IN NATURA	24/09/2024	HORTA	25/09/2024	POSITIVO	Strongyloides stercoralis
7	IN NATURA	24/09/2024	SUPERMECARD	25/09/2024	NEGATIVO	
8	MINIMAMENTE PROCESSADO	24/09/2024	SUPERMECARD	25/09/2024	NEGATIVO	
9	IN NATURA	23/10/2024	SUPERMECARD	25/10/2024	POSITIVO	Strongyloides stercoralis
10	IN NATURA	23/10/2024	SUPERMECARD	25/10/2024	NEGATIVO	
11	MINIMAMENTE PROCESSADO	12/11/2024	SUPERMECARD	13/11/2024	NEGATIVO	
12	MINIMAMENTE PROCESSADO	12/11/2024	SUPERMECARD	13/11/2024	NEGATIVO	
13	MINIMAMENTE PROCESSADO	12/11/2024	SUPERMECARD	13/11/2024	NEGATIVO	
14	MINIMAMENTE PROCESSADO	12/11/2024	SUPERMECARD	13/11/2024	NEGATIVO	

Fonte: Autoral 2024

Para a detecção, foi utilizada uma técnica de sedimentação espontânea, recomendada para identificar parasitas em hortaliças. Essa metodologia, desenvolvida por Hoffman, Pons e Janer (1934), facilitou a concentração e a observação microscópica dos parasitas. A coloração com lugol permitiu uma visualização detalhada das estruturas parasitárias, essencial para a confirmação de *S. stercoralis*. A análise incluiu 14 amostras, das quais sete eram alfaces in natura e sete minimamente processadas. A baixa prevalência observada destaca a importância de uma higienização adequada para minimizar os riscos.

Pesquisas anteriores, como Dalzochio e Zorzi (2021), enfatizam o ciclo de vida de *S. stercoralis* e reforçam a relevância de práticas seguras de consumo de hortaliças cruas. Os dados deste estudo evidenciam a necessidade de campanhas educativas para alertar a população sobre a importância da higienização. Recomenda-se ainda que produtores e comerciantes sigam boas práticas de introdução e venda para reduzir contaminações parasitárias (Santos & Alves, 2024; Rodrigues et al., 2021). A implementação de políticas públicas e inspeções sanitárias mais rigorosas no setor hortícola é fundamental para garantir a segurança alimentar e diminuir a prevalência de parasitas.

A metodologia adotada fornece uma visão clara da contaminação em alfaces e ressalta a importância do monitoramento contínuo desses produtos. A ocorrência de enteroparasitas em alface in natura, como evidenciado em estudos nacionais e internacionais, reforça que essa é uma questão de saúde pública (Da Paz Martins et al., 2021). Esse dado sugere a necessidade de estudos futuros que investiguem a contaminação de outras hortaliças e explorem métodos alternativos de higienização tanto para uso doméstico quanto industrial.

## CONSIDERAÇÕES

Este estudo evidencia a presença significativa de enteroparasitas em amostras de alface (*Lactuca sativa*) consumidas in natura, ressaltando o risco de contaminação parasitária associado ao consumo de hortaliças sem cocção. A identificação de *Strongyloides stercoralis*, uma parasita que pode provocar sintomas gastrointestinais severos, entre outras enteroparasitas nas amostras demonstradas, reforça a necessidade de estratégias eficazes de higienização e conscientização da população sobre os riscos de contaminação em alimentos frequentemente consumidos crus (Rodrigues et al., 2021; Santos e Alves, 2024).

A pesquisa destaca a importância de boas práticas agrícolas e de influência ao longo da cadeia de distribuição, visto que fatores como a qualidade

## FINAIS

da água, a higiene no transporte e a manipulação adequada influenciam diretamente a segurança alimentar das hortaliças (De Souza Silva et al., 2022)

A alface, devido à sua ampla acessibilidade e ao seu consumo in natura, torna-se especialmente suscetível a essa contaminação, o que aumenta a responsabilidade tanto dos produtores quanto dos comerciantes na garantia da segurança alimentar (Da Paz Martins et al., 2021; De Moraes et al., 2023).

Diante disso, recomenda-se que sejam intensificadas as ações de vigilância sanitária e as políticas públicas externas à segurança alimentar, que promovam práticas de cultivo seguro e a aplicação de métodos de detecção parasitária em hortaliças (Lima et al., 2020; De Moraes et al., 2023).

Além disso, é fundamental que as campanhas educativas voltadas ao público enfatizem a importância da higienização adequada das hortaliças antes do consumo. Tal medida, aliada ao monitoramento constante, pode ajudar a reduzir significativamente a incidência de parasitoses de origem alimentar, contribuindo para a promoção da saúde pública e para a qualidade de vida da população.

## REFERÊNCIAS

- DALZOCHIO, Thaís; ZORZI, Gabriela. Identificação de enteroparasitos em hortaliças comercializadas no município de Nova Prata, RS. **Revista Educação em Saúde**, v. 9, n. 1, p. 80-87, 2021.
- DA PAZ MARTINS, Letícia Kalline; SIQUEIRA, Gilmar Wanzeller; SILVA, Paulo Henrique Dias. Análise parasitológica em hortaliças comercializadas em feiras e supermercados no município de Redenção (Pará). **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v. 9, n. 2, 2021.
- DA SILVA REIS, Roberta; DE CASTRO, Mariana Flores; DEXHEIMER, Geórgia Muccillo. Análise parasitológica de hortaliças e avaliação dos cuidados e conhecimentos para o consumo in natura pela população. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 23, n. 2, p. 136-144, 2020.
- DE MORAIS, Eulla Ghislaine Fialho et al. Ocorrência de enteroparasitas em hortaliças comercializadas no município de Cáceres-Mt. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 27, n. 5, p. 3046-3057, 2023
- DE SOUZA SILVA, Jéssica et al. Detecção de Parasitos em Hortaliças Comercializadas em Feiras Livres de Boa Vista, Roraima. **Ensaios e Ciência C**

**Biológicas Agrárias e da Saúde**, v. 26, n. 3, p. 308-313, 2022.

HOFFMAN, William A.; PONS, Juan A.; JANER, José L. The Sedimentation-Concentration Method In Schistosomiasis mansoni. 1934.

LIMA, Beatriz Silva et al. A presença de parasitas em alfaces (*Lactuca Sativa*) comercializados em feiras no município de Santarém-PA. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 10, n. 53, p. 2534-2545, 2020.

NASCIMENTO, Amanda Brito et al. Análises parasitológicas de hortaliças comercializadas na feira livre do Ver-o-Peso, Belém-PA. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 41, p. e2135-e2135, 2020.

PIMONT, Nathalia Miasato et al. Investigação Parasitológica de Hortaliças e Microbiológica de Água de Irrigação Oriundas de Hortas Comunitárias em Londrina, Paraná. **Ensaios e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde**, v. 27, n. 3, p. 303307, 2023.

RODRIGUES, Yana Queiroz et al. Avaliação da contaminação por parasitos e coliformes em alfaces (*lactuca sativa*) comercializadas em feiras livres na cidade de Jequié, Bahia. **Saúde. com**, v. 17, n. 4, 2021.

SANTOS, Juliana Karla Taquary da Silva; ALVES, Lays Calixto da Silva. PESQUISA DE PARASITOS INTESTINAIS EM HORTALIÇAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. 2024.

## Revista Multidisciplinar

### OS CUIDADOS COM AS TECNOLOGIAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM ESCOLAR

Adly Gaby, Aline S. S., Adriano M. A., Ednéia M. O. A., Josefa S. C. C.,  
Leonor R. S., Luzia F. V., Marcia R. D., Mauro F., Mariza G. S. G. e  
Sandra M. J. F.



<https://penlife.com.br/blog/excelencia-academica/uso-de-tecnologia-por-criancas-cuidados-e-beneficios/>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number  
2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)





## OS CUIDADOS COM AS TECNOLOGIAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM ESCOLAR

Adly Gaby<sup>1</sup>  
Aline Souza Santos<sup>2</sup>  
Adriano Melo Aguiar<sup>3</sup>  
Ednéia Maria de Oliveira Andrade<sup>4</sup>  
Josefa Samara da Conceição Carlos<sup>5</sup>  
Leonor Rodrigues da Silva<sup>6</sup>  
Luzia Ferreira Vaz<sup>7</sup>  
Marcia Regina Danhese<sup>8</sup>  
Mauro Franssua<sup>9</sup>  
Mariza Gomes de Souza Gontijo<sup>10</sup>  
Sandra Maria de Jesus Freitas<sup>11</sup>

Revista o Universo Observável  
DOI: 10.5281/zenodo.14170685  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14170685)

<sup>1</sup> Graduado em Marketing pela Universidade do Norte do Paraná, também graduado em Geografia pela Fabras. Atua como interprete de línguas migrantes para secretaria do estado de Mato Grosso E-mail: Gabyadly@hotmail.com

<sup>2</sup> Formada em Pedagogia pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduada em Gestão Escolar e atualmente atua como professora concursada no município de Rondonópolis. E-mail: alinesantossouz47@gmail.com

<sup>3</sup> Pedagogo especialista em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado; Especialista em Língua Brasileira de Sinais. Licenciado em Artes Visuais pela Claretiano - SP. Atualmente Docente da Educação Infantil - SEMED -MT e Professor de AEE na Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso - SEDUC - MT. E-mail: adrianomeloaguiar@gmail.com

<sup>4</sup> Especialista em educação inclusiva, psicopedagogia clínica e institucional, ABA. Atuou por 10 anos nos anos iniciais do ens. Fundamental, 3 anos no AEE e atualmente como Diretora na rede municipal. E-mail: Edneiaandrade@hotmail.com

<sup>5</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014), E Especialização em Educação das Relações Étnicas Raciais no Contexto da Educação de Jovens e Adultos pela UFMT/ Instituto De Educação/ Campus Cuiabá. E-mail: samaracarlosal@gmail.com

<sup>6</sup> Graduado em Letras: Português/Espanhol e Pedagogia. Tenho especialização em Alfabetização e Letramento. Atuo na educação desde 2005. E-mail: leonor201744@outlook.com

<sup>7</sup> Graduada em história, letras e espanhol e pedagogia com especialização em Neurociência Educacional: Comportamento e Cognição, Libras e Sistema Braille e Tradução e Intérprete em espanhol. Atua na educação na educação desde 2004. E-mail: luziavaz@hotmail.com

<sup>8</sup> Possui pós-graduação em didática do ensino superior e psicopedagogia. E-mail: marciaroo2013@gmail.com

<sup>9</sup> Formado em história pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduado e mestrado em educação. Possui segunda graduação em pedagogia e atualmente atua como professor concursado do município de Rondonópolis. E-mail: maurofranssua91@gmail.com

<sup>10</sup> Formada em Psicologia pela faculdade Anhanguera, especialista em Psicopedagogia pela faculdade CESUR-FACSUL e Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela faculdade RHEMA. E-mail: marizagomes2024@gmail.com

<sup>11</sup> Possui especialização em Libras e educação inclusiva pelo IFF de Mato Grosso atua como professora para secretaria do estado de Mato Grosso. E-mail: sandrafreitasitiquira@hotmail.com

## RESUMO

O estudo analisa as principais concepções sobre a mediação e as Tecnologias de Comunicação e Informação dentro do espaço escolar. A monografia coloca como cerne da discussão as concepções de Peixoto fundamentada em Vygotsky em sua teoria sociocultural. A pesquisa monográfica coloca em foco a discussão do tema a partir da leitura de autores que falam sobre ele: Altoé e Silva (2005) e Barbosa (2014). O uso das tecnologias na educação tem se tornado cada vez mais comum, oferecendo oportunidades valiosas para enriquecer o aprendizado. No entanto, é crucial adotar cuidados que garantam um uso saudável e equilibrado dessas ferramentas. Isso envolve orientar os alunos sobre como navegar no vasto mar de informações digitais, ajudando-os a desenvolver habilidades de pensamento crítico e discernimento. Além disso, é fundamental manter a conexão humana no ambiente escolar, já que a interação pessoal é essencial para o desenvolvimento social e emocional dos estudantes. Os educadores desempenham um papel vital, não apenas ao ensinar conteúdos, mas também ao guiar os alunos na utilização responsável da tecnologia. Neste estudo, foi utilizada a revisão bibliográfica como estratégia metodológica.

**Palavras-chave:** Tecnologias. Aprendizagem. Informação. Mediação

### **Abstract**

*The study analyzes the main concepts about mediation and Communication and Information Technologies within the school space. The monograph places Peixoto's conceptions based on Vygotsky's sociocultural theory at the heart of the discussion. The monographic research focuses on the discussion of the topic based on the reading of authors who talk about it: Altoé e Silva (2005) and Barbosa (2014). The use of technologies in education has become increasingly common, offering valuable opportunities to enrich learning. However, it is crucial to adopt precautions that ensure a healthy and balanced use of these tools. This involves guiding students on how to navigate the vast sea of digital information, helping them develop critical thinking skills and discernment. Furthermore, it is essential to maintain human connection in the school environment, as personal interaction is essential for students' social and emotional development. Educators play a vital role, not only in teaching content, but also in guiding students in the responsible use of technology. In this study, bibliographic review was used as a methodological strategy.*

**Keywords:** Technologies. Learning. Information. Mediation

## INTRODUÇÃO

A integração das tecnologias no ambiente escolar tem transformado radicalmente a forma como os alunos aprendem e interagem com o conhecimento. Vivemos em uma era em que o acesso à informação é instantâneo e a comunicação ocorre em tempo real, criando oportunidades sem precedentes para enriquecer o processo educativo. No entanto, essa revolução digital também traz desafios significativos que precisam ser cuidadosamente considerados. É essencial que educadores, alunos e famílias adotem uma abordagem equilibrada, que não apenas aproveite os benefícios das tecnologias, mas também promova práticas responsáveis e saudáveis. Nesta perspectiva, discutir os cuidados necessários no uso das tecnologias na educação é vital para garantir que elas sirvam como aliadas no desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para um futuro em que a convivência entre o digital e o humano será cada vez mais relevante. O objetivo geral deste estudo é analisar e promover a conscientização sobre a importância dos cuidados com as tecnologias no processo de aprendizagem escolar, buscando identificar práticas que garantam um uso equilibrado e responsável dessas ferramentas.

## DESENVOLVIMENTO

De acordo com as abordagens de Altoé e Silva (2005) para que os instrumentos possam ser construídos, o homem necessita "pesquisar, planejar e criar tecnologias". Por isso, consideramos tecnologia tudo aquilo que em algum momento foi pensado, criado, modificado ou desenvolvido. Desta forma todo e qualquer instrumento que usamos para a realização de uma outra atividade atualmente, em algum momento foi desenvolvido por alguém. Sendo assim, tecnologia está longe de ser apenas equipamento digital, para tal foram necessárias muitas outras invenções e transformações anteriores até chegar ao objeto de estudo deste trabalho, que se refere as TIC's.

Visto que fazemos parte de uma sociedade imersa nas tecnologias nos mais diferentes espaços, a escola não se difere a isso. Diversos tipos de tecnologia compõem o espaço escolar, mesmo que se trate de um ambiente considerado tradicional. Desta forma não há como dissociar a vivência na escola com a vida externa dos alunos, que a todo momento estão conectados a atuais equipamentos digitais. Porém, ainda assim é possível identificar um desencontro na utilização de métodos pedagógicos que incluam de fato a tecnologia como elemento fundante de uma aula. Isso porque "ainda existem muitas barreiras a serem superadas para a integração efetiva das TIC aos processos pedagógicos, que vão além das dificuldades

associadas a questões de infraestrutura das TIC nas escolas.” (Barbosa, 2014, p.28).

Nos dias de hoje, as tecnologias estão profundamente integradas ao nosso cotidiano, e a educação não é exceção. As ferramentas digitais podem ser aliadas poderosas no processo de aprendizagem, proporcionando acesso a uma infinidade de recursos e informações. No entanto, é fundamental abordar esse tema com cautela e responsabilidade.

Para que a tecnologia realmente contribua para o aprendizado, é importante que haja um equilíbrio. Os educadores devem orientar os alunos sobre o uso consciente e crítico das ferramentas digitais, ensinando-os a distinguir entre informações relevantes e conteúdos que podem ser enganosos. Isso não apenas desenvolve habilidades de pensamento crítico, mas também prepara os estudantes para um mundo cada vez mais saturado de dados.

Além disso, é essencial criar um ambiente que estimule a interação humana. A tecnologia não deve substituir a conexão entre alunos e professores, mas sim enriquecer essa relação. A utilização de plataformas digitais pode facilitar a colaboração e a troca de ideias, mas é o diálogo pessoal que realmente solidifica o aprendizado. Fomentar discussões em sala de aula, mesmo nas atividades mediadas por tecnologia, ajuda a desenvolver habilidades sociais e emocionais valiosas.

Outro aspecto a ser considerado é o cuidado com a saúde mental e física dos alunos. O uso excessivo de telas pode levar a problemas como a fadiga ocular e a ansiedade. Por isso, é vital estabelecer limites e promover intervalos regulares. Incentivar atividades ao ar livre e momentos de desconexão é uma maneira eficaz de manter o bem-estar dos estudantes.

Por fim, a formação contínua dos educadores é crucial. Eles precisam estar atualizados sobre as novas tecnologias e suas aplicações educacionais, para que possam guiar os alunos de maneira eficaz. Investir em capacitação não só enriquece o ensino, mas também inspira confiança nas práticas adotadas.

Em suma, os cuidados com as tecnologias no processo de aprendizagem escolar exigem um olhar atento e equilibrado. Quando utilizadas de forma consciente, as tecnologias podem transformar a educação, mas é a humanização do ensino que realmente faz a diferença. O desafio está em unir o melhor dos dois mundos, criando um ambiente de aprendizado que prepare os alunos para o futuro, sem perder de vista a importância das relações interpessoais e do bem-estar.

## CONCLUSÃO

Em conclusão, os cuidados com as tecnologias no processo de aprendizagem escolar são fundamentais para garantir que essas ferramentas sejam utilizadas de maneira eficaz e saudável. É essencial promover um uso consciente e crítico das tecnologias, equilibrando a interação digital com o contato humano, que é vital para o desenvolvimento social e emocional dos alunos. Além disso, a formação contínua dos educadores é crucial para que eles possam guiar seus alunos nesse ambiente em constante mudança. Ao unir tecnologia e humanização, podemos criar um espaço de aprendizado enriquecedor e inclusivo, que prepare os estudantes para os desafios do futuro, respeitando seu bem-estar e promovendo uma educação mais significativa e colaborativa.

## REFERÊNCIAS

ALTOÉ, Anair; SILVA, Heliana da. **O Desenvolvimento Histórico das Novas Tecnologias e seu Emprego na Educação**. In: ALTOÉ, Anair; COSTA, Maria Luiza Furlan; TERUYA, Teresa Kazuko. Educação e Novas Tecnologias. Maringá, Eduem, 2005, p 13-25.

BARBOSA A. F. (coord). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2013**. 2014. Disponível em [http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC\\_DOM\\_EMP\\_2013\\_livro\\_eletronico.pdf](http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_EMP_2013_livro_eletronico.pdf). Consultado em 11/11/2024.

## Revista Multidisciplinar

### O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS ESTRANGEIRAS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Adly Gaby, Aline S. S., Adriano M. A., Ednéia M. O. A., Josefa S. C. C.,  
Leonor R. S., Luzia F. V., Marcia R. D., Mauro F., Mariza G. S. G. e  
Sandra M. J. F.



<https://www.sponte.com.br/como-acolher-alunos-estrangeiros/>

PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

ISSN

International Standard Serial Number

2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



## O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS ESTRANGEIRAS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Adly Gaby<sup>1</sup>  
Aline Souza Santos<sup>2</sup>  
Adriano Melo Aguiar<sup>3</sup>  
Ednéia Maria de Oliveira Andrade<sup>4</sup>  
Josefa Samara da Conceição Carlos<sup>5</sup>  
Leonor Rodrigues da Silva<sup>6</sup>  
Luzia Ferreira Vaz<sup>7</sup>  
Marcia Regina Danhese<sup>8</sup>  
Mauro Franssua<sup>9</sup>  
Mariza Gomes de Souza Gontijo<sup>10</sup>  
Sandra Maria de Jesus Freitas<sup>11</sup>

Revista o Universo Observável  
DOI: 10.5281/zenodo.14170663  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14170663)

<sup>1</sup> Graduado em Marketing pela Universidade do Norte do Paraná, também graduado em Geografia pela Fabras. Atua como interprete de línguas migrantes para secretaria do estado de Mato Grosso E-mail: Gabyadly@hotmail.com

<sup>2</sup> Formada em Pedagogia pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduada em Gestão Escolar e atualmente atua como professora concursada no município de Rondonópolis. E-mail: alinesantossouz47@gmail.com

<sup>3</sup> Pedagogo especialista em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado; Especialista em Língua Brasileira de Sinais. Licenciado em Artes Visuais pela Claretiano - SP. Atualmente Docente da Educação Infantil - SEMED -MT e Professor de AEE na Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso - SEDUC - MT. E-mail: adrianomeloaguiar@gmail.com

<sup>4</sup> Especialista em educação inclusiva, psicopedagogia clínica e institucional, ABA. Atuou por 10 anos nos anos iniciais do ens. Fundamental, 3 anos no AEE e atualmente como Diretora na rede municipal. E-mail: Edneiaandrade@hotmail.com

<sup>5</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014), E Especialização em Educação das Relações Étnicas Raciais no Contexto da Educação de Jovens e Adultos pela UFMT/ Instituto De Educação/ Campus Cuiabá. E-mail: samaracarlosal@gmail.com

<sup>6</sup> Graduado em Letras: Português/Espanhol e Pedagogia. Tenho especialização em Alfabetização e Letramento. Atuo na educação desde 2005. E-mail: leonor201744@outlook.com

<sup>7</sup> Graduada em história, letras e espanhol e pedagogia com especialização em Neurociência Educacional: Comportamento e Cognição, Libras e Sistema Braille e Tradução e Intérprete em espanhol. Atua na educação na educação desde 2004. E-mail: luziavaz@hotmail.com

<sup>8</sup> Possui pós-graduação em didática do ensino superior e psicopedagogia. E-mail: marciaroo2013@gmail.com

<sup>9</sup> Formado em história pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduado e mestrado em educação. Possui segunda graduação em pedagogia e atualmente atua como professor concursado do município de Rondonópolis. E-mail: maurofranssua91@gmail.com

<sup>10</sup> Formada em Psicologia pela faculdade Anhanguera, especialista em Psicopedagogia pela faculdade CESUR-FACSUL e Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela faculdade RHEMA. E-mail: marizagomes2024@gmail.com

<sup>11</sup> Possui especialização em Libras e educação inclusiva pelo IFF de Mato Grosso atua como professora para secretaria do estado de Mato Grosso. E-mail: sandrafreitasitiquira@hotmail.com

## RESUMO

Este artigo examina o processo de aprendizagem de crianças estrangeiras nas escolas brasileiras, destacando os desafios e oportunidades que o contexto de imigração crescente apresenta ao sistema educacional do país. Com aproximadamente 1,3 milhões de imigrantes vivendo no Brasil em 2023, o aumento nas solicitações de refúgio reflete uma demanda por políticas públicas mais inclusivas e por práticas educacionais adaptadas às necessidades dessa população. Apesar dos avanços legislativos, as políticas de integração enfrentam dificuldades práticas, especialmente no que tange ao acolhimento e adaptação dos estudantes imigrantes às escolas. Segundo dados, o número de estudantes imigrantes na educação básica cresceu significativamente nas últimas décadas, exigindo currículos que valorizem a diversidade cultural e promovam o letramento crítico. Inspirado na filosofia educacional de Paulo Freire, este estudo defende uma prática pedagógica dialógica que respeite e valorize a identidade dos alunos, favorecendo um ambiente de inclusão e respeito. Contudo, dificuldades como o acesso insuficiente a recursos financeiros, apoio emocional e atendimento de saúde permanecem presentes, impactando a frequência e o desempenho escolar dessas crianças. O artigo também destaca a importância de políticas públicas robustas e do envolvimento de organizações civis para promover uma integração plena e igualitária, além de apontar o papel essencial da educação na construção de uma sociedade inclusiva, que respeite a diversidade cultural e garanta direitos para todos.

**Palavras-chave:** Aprendizagem. Estrangeiros. Imigrantes.

## ABSTRACT

*This article examines the learning process of foreign children in Brazilian schools, highlighting the challenges and opportunities that the growing immigration context presents to the country's educational system. With approximately 1.3 million immigrants living in Brazil in 2023, the increase in asylum applications reflects a demand for more inclusive public policies and educational practices adapted to the needs of this population. Despite legislative advances, integration policies face practical difficulties, particularly concerning the reception and adaptation of immigrant students in schools. Data indicate that the number of immigrant students in basic education has grown significantly in recent decades, requiring curricula that value cultural diversity and promote critical literacy. Inspired by Paulo Freire's educational*

*philosophy, this study advocates for a dialogic pedagogical approach that respects and values student identity, fostering an environment of inclusion and respect. However, challenges such as insufficient access to financial resources, emotional support, and healthcare persist, impacting the school attendance and performance of these children. The article also underscores the importance of robust public policies and the involvement of civil organizations to promote full and equal integration, as well as the essential role of education in building an inclusive society that respects cultural diversity and guarantees rights for all.*

**Keywords:** Learning. Foreigners. Immigrants..

## INTRODUÇÃO

A migração tem se intensificado nos últimos anos, trazendo consigo desafios e oportunidades para as sociedades atualmente. Em um mundo globalizado, a mobilidade de pessoas transcende fronteiras físicas e culturais, fazendo com que questões como refúgio, asilo e integração se tornem cada vez mais urgentes. No Brasil, esse fenômeno tem se manifestado com crescente importância, especialmente com o aumento das solicitações de refúgio. Embora o país tenha avançado na implementação de legislações que asseguram os direitos dos imigrantes, ainda existem desafios significativos para garantir uma integração efetiva e inclusiva dessas populações.

Um dos campos mais impactados por esse processo de migração é a educação, que se torna essencial para a integração dos imigrantes no novo contexto social e cultural. O Brasil, ao receber um número crescente de estudantes imigrantes, enfrenta a necessidade de promover a inclusão desses jovens no sistema educacional, respeitando suas diversidades culturais, linguísticas e étnicas. É fundamental que se combata a intolerância e a discriminação no ambiente escolar, promovendo a aceitação e o respeito às diferenças.

Este artigo tem como objetivo analisar o impacto das migrações no sistema educacional brasileiro, com ênfase nas políticas públicas voltadas para a inclusão de imigrantes e refugiados. Serão discutidos os papéis das organizações da sociedade civil no acolhimento dessas populações e os desafios enfrentados por educadores e estudantes imigrantes para garantir o acesso e a permanência no sistema educacional.

## DESENVOLVIMENTO

As migrações internacionais constituem fenômenos de grande complexidade, impactando diretamente os contextos sociais, culturais, econômicos e jurídicos. No cenário brasileiro, a crescente presença de imigrantes tem sido acompanhada por desafios significativos, especialmente no que diz respeito à adaptação desses indivíduos às novas realidades sociais e à integração no mercado de trabalho e na educação. Dados de 2023 indicam que cerca de 1,3 milhões de imigrantes vivem no Brasil, e as estimativas sugerem que esse número deve crescer nos próximos anos, impulsionado pelo aumento das solicitações de refúgio. Entre 2015 e 2020, o número de pedidos de refúgio praticamente dobrou, saltando de 15 mil para quase 29 mil, refletindo a crise global de migração forçada e a crescente procura por novos destinos de acolhimento (Silva, Moreira, 2023). Esse movimento migratório tem sido abordado por diversas iniciativas governamentais e não governamentais. Levando em consideração a declaração de Salamanca:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (p. 17-18).

Embora o Brasil tenha evoluído em sua legislação para tornar a recepção de imigrantes mais eficiente, muitos desafios persistem, especialmente na implementação de políticas públicas de refúgio que sejam verdadeiramente acolhedoras. Conforme ressalta Pacheco (2006) apud Almeida (2010), a organização educacional promovida pelos imigrantes pareceu causar uma sensação de ameaça ao governo brasileiro. Em resposta, para fortalecer a identidade nacional, foi lançada a Campanha de Nacionalização do Ensino em todo o território. Dessa forma, em 1931, instituiu-se o Decreto nº 58, de 28 de janeiro, estabelecendo que o ensino do Português em todas as escolas do Brasil deveria ser feito como língua materna. Agências internacionais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para Migrantes (OIM) têm promovido ações de apoio, mas a maior parte da assistência humanitária tem sido assumida por organizações da sociedade civil, como ONGs e entidades religiosas. Essas organizações têm se dedicado a oferecer serviços essenciais como moradia, alimentação, orientação jurídica e assistência médica, além de facilitar a integração social e lingüística dos imigrantes. No

entanto, essas ações frequentemente carecem da capacitação formal necessária para garantir a inclusão plena dos imigrantes nas comunidades brasileiras (Silva, Moreira, 2023).

Com a crescente chegada de imigrantes, a educação tem se tornado um campo importante para a inclusão social. A integração de alunos imigrantes nas escolas brasileiras tem se intensificado nas últimas décadas. Entre 2008 e 2016, o número de estudantes imigrantes no país aumentou 112%, passando de 34 mil para 73 mil. Em 2019, esse número chegou a cerca de 130 mil alunos migrantes no ensino básico, representando um crescimento de 78% em apenas três anos. Esse aumento exige um esforço contínuo para promover a inclusão educacional desses alunos, que necessitam não apenas de uma adaptação ao currículo escolar, mas também de um ambiente que respeite e valorize suas identidades culturais, lingüísticas e étnicas. A escola deve ser um espaço de acolhimento e proteção, assegurando que os estudantes imigrantes tenham acesso à educação de qualidade e possam permanecer nela sem obstáculos. Além disso, é fundamental que sejam adotadas medidas para prevenir discriminação e intolerância, criando condições adequadas para que esses alunos possam aprender e se desenvolver (Silva, Moreira, 2023).

Paulo Freire defende a educação através da relação de diálogo para que tanto o aluno quanto o professor se entendam em seu processo de adaptação:

A priorização da “relação dialógica” no ensino que permite o respeito a cultura do aluno, a valorização do conhecimento que o educando traz, enfim, um trabalho a partir da visão do mundo do educando é sem dúvida um dos eixos fundamentais sobre os quais deve se apoiar a prática pedagógica de professoras e professores. (Freire, 2006, p. 82)

Com o aumento do número de alunos imigrantes nas escolas brasileiras também revela um panorama de diversidade e desafios para a educação pública. O processo de acolhimento desses estudantes implica não apenas questões estruturais, como a adaptação de currículos e a oferta de suporte psicossocial, mas também uma reflexão sobre as práticas pedagógicas e as atitudes dos professores. De acordo com uma pesquisa realizada por Mendes e Borri-Anadon, docentes que lidam com alunos imigrantes relataram diversas dificuldades enfrentadas por esses estudantes, como a falta de recursos financeiros, a escassez de apoio emocional e problemas de saúde. Uma das professoras entrevistadas destacou que muitos desses alunos carecem de afeto e enfrentam barreiras para acessar serviços de saúde, o que compromete sua frequência e desempenho escolar. Esse cenário, de acordo com a pesquisa, revela a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes que atendam não apenas às necessidades materiais dos imigrantes, mas também às suas necessidades emocionais e sociais (Torquato,

Magnani, De Oliveira, 2023).

Apesar dessas dificuldades, muitos professores observaram que os alunos imigrantes têm demonstrado um grande interesse pela aprendizagem. Alguns educadores destacaram a dedicação desses estudantes aos estudos, notando sua preocupação com a frequência escolar, o desempenho acadêmico e a participação nas aulas. Esse empenho pode ser interpretado como uma resposta à busca por um futuro melhor em um novo país, onde o acesso à educação é visto como uma oportunidade de ascensão social e integração. Os professores entrevistados mencionaram que os alunos imigrantes se destacam pela assiduidade e pela vontade de aprender, o que, para alguns, é uma característica que os diferencia de outros estudantes. Esse fenômeno reflete a resiliência e a determinação dos imigrantes em garantir uma educação de qualidade, superando as adversidades impostas por sua condição de exilados (Torquato, Magnani, De Oliveira, 2023).

A integração educacional dos imigrantes no Brasil também deve ser compreendida dentro de um contexto mais amplo, que envolve questões como as mudanças climáticas, os desastres naturais e a crise econômica global, fatores que contribuem diretamente para o aumento das migrações. Segundo dados do OBMigra, observatório responsável pelo monitoramento das migrações no Brasil, o número de autorizações de residência concedidas no país tem se mantido estável, com estimativas de entre 4.000 e 4.500 autorizações por trimestre. No entanto, esse número não leva em consideração os refugiados e os imigrantes que tiveram suas solicitações negadas. A perspectiva é que esse número aumente, acompanhando as tendências globais e os desafios que os imigrantes enfrentam para reconstruir suas vidas em novos territórios. A análise desses fluxos migratórios é essencial para entender as necessidades dos imigrantes e, assim, melhorar a implementação de políticas públicas mais eficazes que assegurem não apenas a legalização da residência, mas também a integração plena dessas pessoas à sociedade brasileira (Torquato, Magnani, De Oliveira, 2023).

Assim, a migração no Brasil, especialmente no contexto de refúgio e imigração forçada, exige uma abordagem integrada que envolva não apenas a legislação, mas também a ação de instituições governamentais, organizações da sociedade civil e a própria comunidade escolar. O desafio de incluir os imigrantes na sociedade brasileira, respeitando suas diferenças culturais e assegurando seus direitos fundamentais, é uma tarefa contínua e complexa, que demanda esforços colaborativos e políticas públicas que atendam às múltiplas necessidades desse grupo. A educação, como um dos pilares da inclusão social, tem um papel central nesse processo, promovendo o respeito à diversidade e a construção de uma

sociedade mais justa e igualitária para todos.

## Conclusão

A crescente migração internacional representa um desafio significativo para os países, especialmente no que diz respeito à integração educacional dos imigrantes. No Brasil, apesar dos avanços legislativos e das ações de organizações da sociedade civil, ainda há barreiras importantes a serem superadas para garantir a plena inclusão dos imigrantes no sistema educacional. As dificuldades enfrentadas por esses alunos, como questões financeiras, emocionais e de saúde, precisam ser reconhecidas e abordadas de maneira mais eficaz.

É fundamental que políticas públicas de educação integrem práticas inclusivas, levando em consideração as especificidades culturais e linguísticas dos imigrantes. A capacitação de educadores para lidar com as diversidades e a promoção de um ambiente escolar acolhedor e livre de discriminação são elementos chave para garantir o direito à educação a todos os estudantes.

A atuação das organizações da sociedade civil, como ONGs e entidades religiosas, continua sendo essencial no apoio a essas populações, oferecendo serviços complementares que contribuem para uma melhor adaptação e permanência dos imigrantes na sociedade brasileira. O fortalecimento de políticas públicas que garantam a integração efetiva desses estudantes na educação brasileira é, portanto, uma necessidade urgente para que o país possa cumprir seu compromisso com os direitos humanos e promover uma sociedade mais inclusiva e diversa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cibele Lucena de. **O ensino de português para crianças estrangeiras: reflexões sobre um fazer docente**. 2010. 272 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1994.

FREIRE, P. *A educação na cidade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA DE OLIVEIRA, F.; MOREIRA PACHECO DE SOUZA, J. O ensino do português como língua estrangeira no contexto das escolas públicas brasileiras: Perspectivas a partir da análise de estudos acadêmicos. **Revista EntreLinguas**, Araraquara, v. 9, n. esp.1, p. e023022, 2023. DOI: 10.29051/el.v9isp.1.18493. Disponível em:



<https://periodicos.fclar.unesp.br/entrelinguas/article/view/18493>. Acesso em: 13 set. 2024.

TORQUATO, G. F.; MAGNANI, C. de S.; DE OLIVEIRA, P. M. Estudantes imigrantes dentro das escolas brasileiras. *In Litteras*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 99–111, 2023. DOI: 10.55905/inlitterasv8n1-007. Disponível em: <https://periodicos.unisantacruz.edu.br/index.php/inlitteras/article/view/356>. Acesso em: 13 set. 2024.



v.1, n.7, 2024 - Novembro

## Revista Multidisciplinar

**O PAPEL DA INSPEÇÃO ESCOLAR NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO**

Adly Gaby, Aline S. S., Adriano M. A., Ednéia M. O. A., Josefa S. C. C.,  
Leonor R. S., Luzia F. V., Marcia R. D., Mauro F., Mariza G. S. G. e  
Sandra M. J. F.



<https://blog.portaleducacao.com.br/reflexoes-sobre-a-historia-das-politicas-educacionais-no-brasil/>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number  
2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



## O PAPEL DA INSPEÇÃO ESCOLAR NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO

Adly Gaby<sup>1</sup>  
Aline Souza Santos<sup>2</sup>  
Adriano Melo Aguiar<sup>3</sup>  
Ednéia Maria de Oliveira Andrade<sup>4</sup>  
Josefa Samara da Conceição Carlos<sup>5</sup>  
Leonor Rodrigues da Silva<sup>6</sup>  
Luzia Ferreira Vaz<sup>7</sup>  
Marcia Regina Danhese<sup>8</sup>  
Mauro Franssua<sup>9</sup>  
Mariza Gomes de Souza Gontijo<sup>10</sup>  
Sandra Maria de Jesus Freitas<sup>11</sup>

**Revista o Universo Observável**  
**DOI: 10.5281/zenodo.14170644**  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14170644)

<sup>1</sup> Graduado em Marketing pela Universidade do Norte do Paraná, também graduado em Geografia pela Fabras. Atua como interprete de línguas migrantes para secretaria do estado de Mato Grosso E-mail: Gabyadly@hotmail.com

<sup>2</sup> Formada em Pedagogia pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduada em Gestão Escolar e atualmente atua como professora concursada no município de Rondonópolis. E-mail: alinesantossouz47@gmail.com

<sup>3</sup> Pedagogo especialista em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado; Especialista em Língua Brasileira de Sinais. Licenciado em Artes Visuais pela Claretiano - SP. Atualmente Docente da Educação Infantil - SEMED -MT e Professor de AEE na Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso - SEDUC - MT. E-mail: adrianomeloaguiar@gmail.com

<sup>4</sup> Especialista em educação inclusiva, psicopedagogia clínica e institucional, ABA. Atuou por 10 anos nos anos iniciais do ens. Fundamental, 3 anos no AEE e atualmente como Diretora na rede municipal. E-mail: Edneiaandrade@hotmail.com

<sup>5</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014), E Especialização em Educação das Relações Étnicas Raciais no Contexto da Educação de Jovens e Adultos pela UFMT/ Instituto De Educação/ Campus Cuiabá. E-mail: samaracarlosal@gmail.com

<sup>6</sup> Graduado em Letras: Português/Espanhol e Pedagogia. Tenho especialização em Alfabetização e Letramento. Atuo na educação desde 2005. E-mail: leonor201744@outlook.com

<sup>7</sup> Graduada em história, letras e espanhol e pedagogia com especialização em Neurociência Educacional: Comportamento e Cognição, Libras e Sistema Braille e Tradução e Intérprete em espanhol. Atua na educação na educação desde 2004. E-mail: luziavaz@hotmail.com

<sup>8</sup> Possui pós-graduação em didática do ensino superior e psicopedagogia. E-mail: marciaroo2013@gmail.com

<sup>9</sup> Formado em história pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduado e mestrado em educação. Possui segunda graduação em pedagogia e atualmente atua como professor concursado do município de Rondonópolis. E-mail: maurofranssua91@gmail.com

<sup>10</sup> Formada em Psicologia pela faculdade Anhanguera, especialista em Psicopedagogia pela faculdade CESUR-FACSUL e Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela faculdade RHEMA. E-mail: marizagomes2024@gmail.com

<sup>11</sup> Possui especialização em Libras e educação inclusiva pelo IFF de Mato Grosso atua como professora para secretaria do estado de Mato Grosso. E-mail: sandrafreitasitiquira@hotmail.com

## RESUMO

Este artigo explora o papel da inspeção escolar no Brasil, destacando sua evolução e importância na estrutura educacional. Desde o período imperial, com a criação de leis e reformas educacionais, a inspeção escolar tem sido fundamental para garantir a implementação eficaz das políticas educacionais e a manutenção da qualidade do ensino. Inicialmente focada no monitoramento e controle, a função do inspetor escolar evoluiu para abarcar o suporte pedagógico, auxiliando no desenvolvimento das práticas docentes e promovendo ambientes de aprendizado mais adequados e inclusivos. A análise histórica e crítica apresentada aqui revela que a inspeção escolar atua como um elo entre o governo e as instituições de ensino, apoiando a adaptação das políticas públicas às realidades locais e favorecendo a inovação pedagógica. O artigo também destaca desafios, como o excesso de burocracia, que pode limitar a autonomia das escolas e restringir a adoção de novas abordagens pedagógicas. A pesquisa sugere que uma abordagem mais colaborativa e menos centralizada nos processos administrativos pode aumentar o impacto positivo da inspeção escolar, transformando-a em um suporte efetivo para o ensino de qualidade e a formação contínua dos educadores.

**Palavras-chave:** Inspeção. Educação. Escola.

## ABSTRACT

*This article explores the role of school inspection in Brazil, highlighting its evolution and importance within the educational structure. Since the imperial period, with the establishment of laws and educational reforms, school inspection has been essential to ensure the effective implementation of educational policies and maintain teaching quality. Initially focused on monitoring and control, the role of the school inspector has evolved to include pedagogical support, aiding in the development of teaching practices and promoting more suitable and inclusive learning environments. The historical and critical analysis presented here reveals that school inspection serves as a link between the government and educational institutions, supporting the adaptation of public policies to local realities and encouraging pedagogical innovation. The article also highlights challenges, such as excessive bureaucracy, which can limit school autonomy and restrict the adoption of new pedagogical approaches. The research suggests that a more collaborative and less centralized approach to administrative processes can enhance the positive impact of school inspection, transforming it into effective support for quality*

*teaching and the continuous professional development of educators.*

**Keywords:** *Inspection. Education. School.*

## INTRODUÇÃO

A inspeção escolar desempenha um papel essencial na estrutura educacional, atuando como elo entre o governo e as instituições de ensino para assegurar a implementação eficaz de políticas educacionais e a manutenção de um padrão de qualidade no ensino. Essa função remonta ao período imperial brasileiro, com a Lei Orgânica do Ensino Primário, e foi consolidada com a Reforma Afonso Pena em 1892, que descentralizou a educação e estabeleceu o Conselho Superior de Educação e a Inspeção Ambulante, marcando o início de um sistema formal de supervisão escolar. Ao longo das décadas, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a expansão do acesso à educação, a inspeção escolar se adaptou às novas necessidades do sistema educacional, passando a atuar em diferentes níveis de ensino, tanto em instituições públicas quanto privadas.

A inspeção escolar tem a responsabilidade de não apenas monitorar e avaliar o cumprimento de normas e diretrizes, mas também de apoiar a inovação pedagógica e o desenvolvimento das práticas docentes. O papel do inspetor evoluiu para abarcar a supervisão e o suporte pedagógico, buscando equilibrar as funções administrativas com as demandas do ensino, promovendo ambientes de aprendizado mais adequados e inclusivos. No entanto, a burocratização excessiva ainda é um desafio, já que o foco em procedimentos administrativos e documentos pode limitar a flexibilidade das escolas e frear iniciativas inovadoras.

Com base nessa complexidade, este artigo explora o papel da inspeção escolar na modernidade, analisando suas influências sobre a qualidade do ensino, as inovações pedagógicas e o cumprimento das políticas educacionais. A discussão busca compreender como os inspetores escolares podem contribuir para um ambiente educacional que apoie a autonomia pedagógica e o crescimento profissional dos docentes.

## DESENVOLVIMENTO

A inspeção escolar tem se revelado um componente essencial na estrutura educacional, não apenas para garantir a implementação de políticas educacionais, mas também para fomentar a melhoria contínua da qualidade do ensino. Ao longo da história, os inspetores escolares serviram como pontes de comunicação entre as escolas e o governo, avaliando e orientando o processo educacional em busca de resultados mais eficazes.

Segundo Stentzler e Ferreira (2016) e Santi *et al.* (2021), os inspetores escolares não apenas monitoram as escolas, mas também têm o potencial de catalisar mudanças educativas, promovendo inovações e ajustando práticas pedagógicas conforme as diretrizes governamentais.

Contudo, a atuação dos inspetores nem sempre facilita a inovação; o excesso de controle e a centralização em documentos burocráticos podem frear a adoção de métodos inovadores de ensino. Monarca e Fernández-González (2016) destacam que a sobrecarga de vigilância documental tende a limitar a autonomia das escolas, o que, por sua vez, impacta na capacidade de os educadores implementarem novas abordagens pedagógicas. Assim, para maximizar o impacto positivo da inspeção escolar, torna-se essencial adotar uma postura mais orientada para a avaliação pedagógica, priorizando o apoio às equipes docentes e incentivando práticas que favoreçam a criatividade e a adaptação local no ambiente escolar (Patrícia & García, 2013).

A função da fiscalização escolar, entretanto, não se limita à supervisão pedagógica. Ela também é fundamental para a organização administrativa, a expansão de modelos educacionais e a aplicação das legislações pertinentes. Este papel exige uma estrutura complexa, adaptada às necessidades das instituições de ensino e capaz de suportar uma rede extensa de práticas de ensino, sobretudo em contextos regionais diversos, conforme descrito por Santi *et al.* (2021). A história da inspeção escolar no Brasil remonta ao período imperial, com a Lei Orgânica do Ensino Primário, fortalecida posteriormente pela Reforma Afonso Pena em 1892, que descentralizou o ensino e estabeleceu o Conselho Superior de Educação e a Inspeção Ambulante. Esta estrutura buscava atender às escolas municipais e estaduais, dando origem a um sistema de inspeção que buscava responder às necessidades locais de forma mais imediata.

Com a Lei 4.024/61, foi instituída a inspeção federal que regulamentava os estabelecimentos de ensino médio e superior, públicos e privados, e a partir disso, as atividades dos inspetores escolares passaram a ser distribuídas entre diferentes níveis de ensino. Santiago (2021) observa que essa segmentação das funções dos inspetores se deu em razão da diversidade de formação dos professores e da necessidade de supervisão específica em áreas como planejamento curricular e gestão de conteúdos. Esses inspetores, ao longo do tempo, tornaram-se figuras centrais para garantir que o currículo escolar e o desenvolvimento educacional seguissem as normas estabelecidas, promovendo a integração entre as instâncias federal, estadual e municipal.

A atual legislação brasileira, regida pela LDB 9.394/96, articula a importância da formação

específica para inspetores e demais profissionais de gestão educacional. No artigo 64, a LDB determina que a formação de profissionais voltados para a administração, inspeção, supervisão e orientação educacional deva ocorrer por meio de cursos de graduação em pedagogia ou especializações ao nível de pós-graduação, conforme a política das instituições de ensino (BRASIL, 1996). Esse arcabouço legal demonstra a relevância de uma formação sólida e voltada para as complexidades do trabalho de inspeção, que demanda competências específicas para lidar com as demandas administrativas e pedagógicas da escola.

No exercício diário de suas funções, o inspetor escolar deve buscar interagir de maneira colaborativa com os diversos profissionais da instituição, como secretários, técnicos em educação e demais membros do corpo administrativo. Santiago (2021) ressalta que essa interação é essencial para garantir o bom funcionamento das escolas, pois permite a todos os envolvidos compreender novas legislações, decretos e resoluções que impactam diretamente o cotidiano escolar. A comunicação efetiva entre os setores é vital para a implementação das mudanças, evitando sobrecarga e garantindo que cada função seja executada conforme suas especificidades e responsabilidades.

No início do século XX, o papel da inspeção escolar era especialmente relevante na organização do ensino primário, que necessitava de uma estrutura complexa e ampla para cobrir o território nacional, assegurando a padronização e disseminação de práticas educacionais homogêneas. Essa rede de inspeção pode ser comparada ao modelo taylorista, onde o ensino era organizado como uma fábrica, e a supervisão rigorosa visava garantir o cumprimento de tarefas e a eficiência no processo de ensino. Santi *et al.* (2021) destacam que, embora o alcance da inspeção estivesse presente em todo o Estado, as escolas rurais isoladas recebiam uma atenção especial devido às condições adversas enfrentadas, como a falta de materiais didáticos e professores qualificados. Nessas escolas, a inspeção representava, muitas vezes, uma das únicas oportunidades de desenvolvimento profissional para os docentes, trazendo orientações e recursos que, de outra forma, não chegariam às regiões mais distantes.

A inspeção escolar continua sendo um elo fundamental entre o governo e as instituições de ensino, desempenhando um papel estratégico na implementação de políticas educacionais e no aprimoramento da qualidade do ensino. Apesar dos desafios, como a possível limitação imposta pela burocratização, a inspeção escolar é um mecanismo poderoso para fomentar o desenvolvimento pedagógico e assegurar a aderência às legislações educacionais, promovendo a equidade e a qualidade na educação. A reflexão sobre o papel dos

inspetores, direcionada para um enfoque mais pedagógico e colaborativo, pode potencializar o impacto positivo da inspeção escolar, transformando-a em um suporte efetivo para as práticas educacionais e para a adaptação das políticas públicas às realidades locais.

## CONCLUSÃO

A inspeção escolar revela-se como um componente indispensável na manutenção da qualidade educacional, agindo tanto na garantia do cumprimento das políticas quanto no apoio ao desenvolvimento pedagógico das instituições de ensino. Ao longo de sua evolução histórica, a inspeção assumiu múltiplas funções, desde sua origem no Brasil Imperial até as demandas contemporâneas por inovação e inclusão no ambiente escolar. Contudo, o modelo atual ainda apresenta desafios, como o excesso de burocratização e a limitação de sua atuação ao monitoramento documental, o que pode restringir o potencial transformador que a inspeção escolar pode oferecer.

Para que a inspeção escolar cumpra plenamente seu papel, é fundamental que o enfoque seja direcionado ao apoio pedagógico e ao desenvolvimento de práticas que fomentem a inovação educacional. Isso inclui uma atuação colaborativa entre inspetores, docentes e equipes escolares, promovendo um ambiente de aprendizado dinâmico e alinhado às necessidades dos alunos. A formação continuada dos inspetores e sua aproximação com as equipes pedagógicas podem ser estratégias eficazes para adaptar a inspeção aos desafios educacionais do século XXI.

A inspeção escolar deve transcender o papel fiscalizador para tornar-se um pilar de suporte e transformação dentro das escolas. A adoção de práticas mais integradas e menos centralizadas, valorizando a autonomia pedagógica, contribuirá para uma educação mais inclusiva e de qualidade. Dessa forma, ao conciliar a supervisão com a promoção de ambientes inovadores e de cooperação, a inspeção escolar fortalece seu papel como agente de melhoria contínua no sistema educacional brasileiro.

## REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Ladjeny Sousa de Aquino. Descontinuidade de Políticas Públicas: Uma análise sobre o Programa Melhor em Casa. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Católica de Brasília, Brasília/DF, 2021. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/2774/2/LadjenySousaDissertacao2021.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2024

Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revogação de dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.

PIRES, Maria Raquel Gomes Maia; DEMO, Pedro. Políticas de saúde e crise do estado de bem-estar: repercussões e possibilidades para o Sistema Único de Saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 15, p. 56-71, 2006.

REIS, Denizi de Oliveira; ARAÚJO, Eliane Cardoso de; CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira.

**Políticas públicas de saúde: Sistema Único de Saúde**. 2016. Disponível em:

[https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca\\_virtual/esf/2/unidades\\_conteudos/unidade04/unidade04.pdf](https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade04/unidade04.pdf).

Acesso em: 05 de ago. de 2024.

SECCHIN, Lenise Barcellos de Mello. Controle social: transparência das políticas públicas e fomento ao exercício da cidadania. **Revista da CGU**, v. 2, n. 3, p. 28-45, dez. 2008. DOI: 10.36428/revistadacgu.v3i5.256.

## Revista Multidisciplinar

### COMO MELHORAR A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS ESCOLAS

Adly Gaby, Aline S. S., Adriano M. A., Ednéia M. O. A., Josefa S. C. C.,  
Leonor R. S., Luzia F. V., Marcia R. D., Mauro F., Mariza G. S. G. e  
Sandra M. J. F.



<https://escoladainteligencia.com.br/blog/escola-e-comunidade/>

### PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

ISSN

International Standard Serial Number

2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



## COMO MELHORAR A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NAS ESCOLAS

Adly Gaby<sup>1</sup>  
Aline Souza Santos<sup>2</sup>  
Adriano Melo Aguiar<sup>3</sup>  
Ednéia Maria de Oliveira Andrade<sup>4</sup>  
Josefa Samara da Conceição Carlos<sup>5</sup>  
Leonor Rodrigues da Silva<sup>6</sup>  
Luzia Ferreira Vaz<sup>7</sup>  
Marcia Regina Danhese<sup>8</sup>  
Mauro Franssua<sup>9</sup>  
Mariza Gomes de Souza Gontijo<sup>10</sup>  
Sandra Maria de Jesus Freitas<sup>11</sup>

**Revista o Universo Observável**  
**DOI: 10.5281/zenodo.14170568**

[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14170568)

<sup>1</sup> Graduado em Marketing pela Universidade do Norte do Paraná, também graduado em Geografia pela Fabras. Atua como interprete de línguas migrantes para secretaria do estado de Mato Grosso E-mail: Gabyadly@hotmail.com

<sup>2</sup> Formada em Pedagogia pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduada em Gestão Escolar e atualmente atua como professora concursada no município de Rondonópolis. E-mail: alinesantossouz47@gmail.com

<sup>3</sup> Pedagogo especialista em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado; Especialista em Língua Brasileira de Sinais. Licenciado em Artes Visuais pela Claretiano - SP. Atualmente Docente da Educação Infantil - SEMED -MT e Professor de AEE na Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso - SEDUC - MT. E-mail: adrianomeloaguiar@gmail.com

<sup>4</sup> Especialista em educação inclusiva, psicopedagogia clínica e institucional, ABA. Atuou por 10 anos nos anos iniciais do ens. Fundamental, 3 anos no AEE e atualmente como Diretora na rede municipal. E-mail: Edneiaandrade@hotmail.com

<sup>5</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014). E Especialização em Educação das Relações Étnicas Raciais no Contexto da Educação de Jovens e Adultos pela UFMT/ Instituto De Educação/ Campus Cuiabá. E-mail: samaracarlosal@gmail.com

<sup>6</sup> Graduado em Letras: Português/Espanhol e Pedagogia. Tenho especialização em Alfabetização e Letramento. Atuo na educação desde 2005. E-mail: leonor201744@outlook.com

<sup>7</sup> Graduada em história, letras e espanhol e pedagogia com especialização em Neurociência Educacional: Comportamento e Cognição, Libras e Sistema Braille e Tradução e Intérprete em espanhol. Atua na educação na educação desde 2004. E-mail: luziavaz@hotmail.com

<sup>8</sup> Possui pós-graduação em didática do ensino superior e psicopedagogia. E-mail: marciaroo2013@gmail.com

<sup>9</sup> Formado em história pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduado e mestrado em educação. Possui segunda graduação em pedagogia e atualmente atua como professor concursado do município de Rondonópolis. E-mail: maurofranssua91@gmail.com

<sup>10</sup> Formada em Psicologia pela faculdade Anhanguera, especialista em Psicopedagogia pela faculdade CESUR-FACSUL e Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela faculdade RHEMA. E-mail: marizagomes2024@gmail.com

<sup>11</sup> Possui especialização em Libras e educação inclusiva pelo IFF de Mato Grosso atua como professora para secretaria do estado de Mato Grosso. E-mail: sandrafreitasitiquira@hotmail.com



## RESUMO

Melhorar a participação da sociedade nas escolas é essencial para criar um ambiente educacional mais enriquecedor e colaborativo. Para isso, é fundamental promover uma comunicação aberta entre a escola e a comunidade, utilizando canais como newsletters e redes sociais. Criar eventos que incentivem a colaboração entre pais, alunos e membros da comunidade também fortalece os laços sociais e enriquece o aprendizado. A escola pode ser vista como um elo entre a família e a sociedade. A sua estrutura e organização, incluindo o tempo dedicado às atividades, são influenciadas por construções e necessidades históricas que a moldaram ao longo do tempo, refletindo contextos sociais e culturais. A presença dos pais na vida dos filhos é fundamental, e quando essa participação se estende à escola, o processo de aprendizagem se torna uma continuidade do que começou no ambiente familiar. Neste estudo, foi utilizada a revisão bibliográfica como estratégia metodológica.

**Palavras-chave:** Educação. Escola. Sociedade. Participação.

## ABSTRACT

*Improving society's participation in schools is essential to creating a more enriching and collaborative educational environment. To achieve this, it is essential to promote open communication between the school and the community, using channels such as newsletters and social networks. Creating events that encourage collaboration between parents, students, and community members also strengthens social bonds and enriches learning. School can be seen as a link between family and society. Its structure and organization, including the time dedicated to activities, are influenced by historical constructions and needs that have shaped it over time, reflecting social and cultural contexts. The presence of parents in their children's lives is fundamental, and when this participation extends to school, the learning process becomes a continuation of what began in the family environment. In this study, bibliographic review was used as a methodological strategy.*

**Keywords:** Education. School. Society. Participation.

## INTRODUÇÃO

A participação da sociedade nas escolas é um elemento crucial para o desenvolvimento educacional e social. Em um mundo cada vez mais interconectado, reconhecer a importância da colaboração entre a escola e a comunidade é fundamental para criar ambientes de aprendizagem mais eficazes e inclusivos. A interação ativa entre

pais, organizações locais e instituições educacionais não apenas enriquece o processo de ensino, mas também fortalece os laços sociais, promovendo uma cultura de apoio e responsabilidade compartilhada. No entanto, muitos desafios ainda precisam ser superados para que essa participação se torne uma realidade efetiva. O objetivo geral deste trabalho visa explorar estratégias para melhorar a participação da sociedade nas escolas, destacando a importância da comunicação, da colaboração e do engajamento comunitário na construção de um ambiente educacional mais dinâmico e transformador.

## DESENVOLVIMENTO

A escola é, sem dúvida, um espaço cultural importante. Assim, as interações entre a escola e a cultura não devem ser vistas como duas entidades separadas, mas sim como realidades interligadas, como uma rede complexa que se forma no dia a dia, com fios e nós que se conectam de maneira profunda. A escola se desenvolveu historicamente dentro do contexto da modernidade e desempenha um papel crucial ao servir como um meio para transmitir cultura, proporcionando às novas gerações o que há de mais relevante na produção cultural da humanidade. Segundo Gimeno Sacristán,

A educação contribuiu consideravelmente para fundamentar e para manter a idéia de progresso como processo de marcha ascendente na História; assim, ajudou a sustentar a esperança em alguns indivíduos, em uma sociedade, em um mundo e em um porvir melhores. A fé na educação nutre-se da crença de que esta possa melhorar a qualidade de vida, a racionalidade, o desenvolvimento da sensibilidade, a compreensão entre os seres humanos, o decréscimo da agressividade, o desenvolvimento econômico, ou o domínio da fatalidade e da natureza hostil pelo progresso das ciências e da tecnologia propagadas e incrementadas pela educação. Graças a ela, tornou-se possível acreditar na possibilidade de que o projeto ilustrado pudesse triunfar devido ao desenvolvimento da inteligência, ao exercício da racionalidade, à utilização do conhecimento científico e à geração de uma nova ordem social mais racional (Gimeno Sacristán, 2001, p. 21).

Perez Gómez (1998) sugere que devemos ver a escola como um lugar de "encontro de culturas". Essa visão nos convida a adotar uma nova perspectiva e atitude, permitindo que reconheçamos as diversas culturas que se entrelaçam no ambiente escolar. É fundamental reinventar a escola, valorizando o que a torna única em relação a outros espaços de socialização: a "mediação reflexiva" que realiza sobre as interações e a influência constante das diferentes culturas sobre sua dinâmica e seus participantes. Reimer nos apresenta que:

Presume-se que o papel social da escola é educar. Esta é sua ideologia, e seu propósito público. As escolas atravessaram um tempo sem serem contestadas, pelo menos até recentemente, em parte porque a educação tem significados diferentes para

diversas pessoas. Escolas diversas procedem, é evidente, de modo diverso, mas, cada vez mais, em todos os países, em qualquer nível, e seja qual for a espécie, as escolhas acumulam quatro atividades sociais distintas: a tutela dos alunos, a seleção social, a doutrinação e a educação. – A verdadeira educação é uma força social vital (Reimer, 1979, p. 26).

Para Gadotti (2001), no contexto social, um ato pedagógico envolve revelar as contradições presentes na sociedade, com o objetivo de superá-las. O educador, nesse sentido, não cria conflitos, mas os torna visíveis, ajudando as pessoas a saírem da inconsciência. Educar, portanto, é essencialmente um processo de conscientização. Na atualidade, é fundamental garantir o acesso à escola para todos. No entanto, para que a aprendizagem atenda à diversidade e singularidade dos alunos, que buscam conteúdos relevantes para suas vidas, é necessário que os professores adotem práticas diferenciadas. Assim, além de serem transmissores de conhecimento, os educadores precisam atuar como orientadores, o que requer mudanças (Macedo, 2005). Para que os indivíduos se desenvolvam, surge a necessidade de transformações no ambiente educacional, exigindo dos professores que sejam protagonistas dessas mudanças. Segundo Garcia (2010), essas exigências incluem a aquisição de novos conhecimentos, o desenvolvimento de competências e a revisão das concepções dos educadores, além da construção de um novo significado para o ensino. Essa mudança também demanda um compromisso ético e político por parte do docente, que deve estar ciente de que as transformações são cada vez mais complexas e frequentes. Leite (2011) destaca a importância de valorizar o conhecimento adquirido na prática pedagógica, no cotidiano das escolas, e nas estratégias que ajudam a enfrentar os desafios diários. Isso permite que professores e alunos ampliem sua visão de mundo, transformando a escola em um espaço aberto à diversidade de interações, onde se produz conhecimento e cultura para todos os envolvidos e para a sociedade.

Freire (2003) contextualiza a educação como um fenômeno que se revela ao ser humano em um processo de transformação. O indivíduo é um ser em construção que precisa adquirir conhecimento para se tornar ativo em sua própria história, em vez de apenas um espectador. Todo diálogo educacional visa à transformação social, e quando a educação não é bem utilizada, pode contribuir para a reprodução de sistemas excludentes. O direcionamento educacional deve considerar a realidade social do aluno, tornando-se assim um agente de mudança. Luckesi nos mostra que:

A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social. Assim sendo, ela necessita de pressupostos, de conceitos que fundamentem e orientem os seus caminhos. A sociedade dentro da qual ela está deve possuir alguns valores norteadores de sua prática (Luckesi, 1994, p. 30).

Segundo Gallo (2005), a escola moderna pode ser vista como uma "máquina de produção de subjetividade", onde se formam identidades que muitas vezes se repetem. Ele a compara a uma linha de montagem, em que os alunos perdem sua individualidade, todos seguindo a mesma esteira rumo a um grande "moedor de carne". Essa imagem, embora impactante, ilustra bem a maneira como a subjetividade moderna, sob a influência do capitalismo, tende a tornar as identidades homogêneas. A família desempenha um papel fundamental na formação da estrutura social do indivíduo, pois é no ambiente familiar que a criança estabelece seus primeiros relacionamentos. Esses laços iniciais depois se expandem para a escola e, em última análise, para a sociedade. Por isso, a participação da família na vida da criança é crucial, servindo como modelo para as interações futuras. Quando os pais se envolvem ativamente na educação dos filhos, o processo de aprendizagem se torna uma extensão daquilo que é aprendido em casa. Essa interação não só aumenta a confiança da criança, que percebe o interesse dos adultos por seu desenvolvimento, mas também permite que os pais compreendam suas dificuldades e conhecimentos.

De acordo com Ferreira (1998), "um diálogo autêntico e produtivo só acontece quando há um esforço para se aproximar, buscando entender o outro em seu contexto e história". Quando a criança entra na escola, traz consigo experiências adquiridas em casa, que são fundamentais para sua formação e entendimento do mundo. Essa vivência é decisiva para seu desenvolvimento. Ao se sentir parte do ambiente escolar, a criança percebe que terá a chance de interagir com outras crianças ao longo do tempo.

Oliveira (1993) destaca que uma das principais responsabilidades da família é a educação, transmitindo valores e padrões culturais do meio social ao qual a criança pertence. Paro enfatiza a importância da participação dos pais na escola, ressaltando a necessidade de compreender os motivos dessa participação.

Uma dimensão importante da participação dos pais na escola, seja integrando o conselho de escola ou a APM, seja tomando parte de outras atividades, como o grupo de formação de pais, é da atenção que se deveria ter para com os motivos dessa participação, procurando saber qual o ponto de vista dos usuários a respeito (Paro, 2000, p. 120).

Parolin (2008) nos lembra que a contribuição da família na formação e aprendizado de crianças e jovens é fundamental. Nenhuma escola, por mais excelente que seja, pode substituir o papel da família. Ao mesmo tempo, o autor enfatiza que a escola também desempenha um papel único na vida da criança. Mesmo quando as famílias se esforçam para educar, elas não conseguem proporcionar o mesmo nível de socialização e interação que a escola oferece.

Marchesi (2004) argumenta que a educação não é uma tarefa que a escola pode cumprir sozinha; ela precisa da colaboração de outras instituições, sendo a família a mais próxima da escola. Por isso, é crucial que os familiares se envolvam no processo de aprendizado, pois isso pode melhorar significativamente o desempenho do aluno. O tempo que a criança passa com a família é muito maior do que aquele que passa na escola, o que torna a presença da família em sua vida acadêmica ainda mais importante. Os pais têm a responsabilidade de continuar o trabalho da escola, criando um ambiente que favoreça o sucesso dos filhos tanto academicamente quanto na sociedade. Quando a participação dos pais se estende à escola, o aprendizado se torna uma continuação do que começou em casa. Esse envolvimento ajuda a criança a se sentir mais confiante, pois percebe que todos ao seu redor se importam com seu progresso e que os pais compreendem suas dificuldades e conhecimentos. Compreendendo essa importância, as famílias devem se esforçar para participar ativamente da vida escolar de seus filhos. No entanto, muitas vezes, elas se sentem intimidadas quando "convocadas" para reuniões, em vez de serem convidadas. Quando comparecem, podem se sentir nervosas e relutantes em discutir questões de aprendizado ou comportamentos inadequados de seus filhos.

Em suas pesquisas, Soares observa que:

A família somente é lembrada pela escola quando há problemas ocasionados pelos(as) alunos(as) no ambiente escolar. Neste sentido, muitos pais acabam se afastando da escola, percebendo esta como um lugar negativo, já que poucas atividades recreativas e prazerosas são oferecidas a eles na escola. A escola deveria ser o ponto central de uma comunidade, um local onde todos pudessem participar e ter acesso (Soares, 2010, p.9).

Infelizmente, às vezes, o próprio espaço escolar contribuiu para esse distanciamento entre família/escola. Faz-se necessário buscar esse interesse que está faltando. Paro reforça que:

É preciso atrair os pais à escola [...] a direção, a coordenação e vários professores acreditam na necessidade da participação e buscam atrair os pais para ela. O que se acredita é que a permanência desse clima e a concretização positiva da experiência com os pais e os servidores da escola criem uma cultura de participação que seja favorável a um processo escolar de maior qualidade e de proveito para os objetivos do ensino (Paro, 2010, p.119).

Muitos pais, na verdade, mostram resistência em se envolver na educação dos filhos, o que significa que a educação que deveria vir do ambiente familiar muitas vezes não acontece. Por isso, os professores precisam se preparar para ir além do conteúdo do currículo escolar, incorporando conceitos de educação que, idealmente, já deveriam ser parte do cotidiano dos alunos.

Conforme aponta Jardim (2006), a relação

entre escola e família tem sido amplamente debatida nos últimos tempos, e uma das principais questões é entender os limites das responsabilidades de cada um. É importante lembrar que, enquanto a escola desempenha um papel fundamental, é a família que oferece as primeiras experiências educativas à criança. Santos (2014) destaca que a presença da família na escola é essencial. Isso ajuda a instituição a conhecer melhor seus alunos e as pessoas que os cercam, permitindo que compreendam suas necessidades. Assim, todos podem trabalhar juntos para identificar as melhores abordagens diante de problemas que envolvem os alunos. É fundamental que a escola conheça os pais e entenda as realidades de vida das famílias que se relacionam diretamente com os estudantes.

De acordo com Dessen e Polonia (2005), a escola deve valorizar a participação da família no contexto escolar e no desenvolvimento do aluno, apoiando-a em suas funções educativas. Esse envolvimento não só enriquece a experiência de aprendizagem dos filhos, mas também contribui para a transformação da sociedade.

Para Souza e José Filho (2008), o ambiente familiar é o primeiro lugar onde a criança forma vínculos e relacionamentos. A partir dessas interações, o indivíduo desenvolve seus modelos de aprendizagem e adquire seus primeiros conhecimentos sobre o mundo, estabelecendo noções básicas que influenciarão sua vida escolar.

A participação da sociedade nas escolas é fundamental para criar um ambiente educacional mais rico e inclusivo. Quando a comunidade se envolve ativamente no processo educativo, forma-se uma rede de apoio que beneficia tanto os alunos quanto os educadores. Para melhorar essa participação, é essencial promover uma comunicação aberta entre a escola e a comunidade. Isso pode ser feito por meio de newsletters, redes sociais, reuniões regulares e fóruns abertos, que ajudam a construir um senso de pertencimento.

Outra estratégia é criar espaços de colaboração, organizando eventos que promovam a interação entre pais, alunos e membros da comunidade, como feiras culturais e oficinas. Essas iniciativas fortalecem os laços comunitários e permitem que os pais contribuam com suas habilidades e conhecimentos. É igualmente importante envolver os pais na vida escolar, incentivando sua presença em reuniões e atividades. Oferecer horários flexíveis para essas reuniões e implementar programas de voluntariado pode facilitar esse engajamento.

Estabelecer parcerias com organizações locais também é uma forma eficaz de aumentar a participação da sociedade. Colaborações com empresas e instituições culturais podem resultar em programas de mentoria e atividades extracurriculares que beneficiem os alunos. Além disso, incentivar o voluntariado na escola permite

que a comunidade participe ativamente em diversas atividades.

Ouvir as opiniões da comunidade é essencial. Pesquisas e questionários podem ser utilizados para coletar feedback sobre as necessidades e expectativas em relação à educação, ajudando a escola a se adaptar e melhorar. Criar uma cultura de inclusão, onde todos se sintam valorizados e bem-vindos, é igualmente importante. Respeitar a diversidade cultural, étnica e socioeconômica e garantir que todas as vozes sejam ouvidas contribui para um ambiente mais harmonioso.

Melhorar a participação da sociedade nas escolas exige um esforço conjunto, mas os benefícios são significativos. Ao criar um ambiente colaborativo e aberto, as escolas não apenas enriquecem a experiência educacional dos alunos, mas também fortalecem os laços com a comunidade, criando um espaço mais dinâmico e inclusivo. A educação é um esforço coletivo, e quanto mais todos os envolvidos se unirem, mais sucesso terão os alunos e a sociedade como um todo.

## CONCLUSÃO

Melhorar a participação da sociedade nas escolas é uma tarefa que vai além da simples inclusão de pais e moradores nas atividades educacionais. É um convite à construção conjunta de um ambiente mais rico e colaborativo, onde cada voz conta e cada ação tem impacto.

Para isso, é fundamental criar canais de comunicação abertos e transparentes, onde a comunidade possa expressar suas ideias e preocupações. A promoção de eventos que integrem famílias e escolas, como feiras, palestras e oficinas, pode fortalecer esses laços. Além disso, é importante valorizar o papel dos educadores como facilitadores, incentivando-os a buscar parcerias com organizações locais e a envolver os alunos em projetos comunitários.

Por fim, cultivar uma cultura de pertencimento, onde todos se sintam parte integrante do processo educacional, é essencial. Quando a sociedade se envolve ativamente na educação, não apenas os alunos se beneficiam, mas toda a comunidade se fortalece, criando um ciclo virtuoso de aprendizado e desenvolvimento. Essa colaboração pode transformar escolas em verdadeiros centros de referência e apoio para todos, contribuindo para um futuro mais justo e igualitário.

## REFERÊNCIAS

DEMO: P. Pesquisa: **Princípios científicos e educativos**. 7ª edição, São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão Participativa da Educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Escola Viva, Escola Projetada**, 2ª Edição, Campinas, SP: Papirus, 2001.

GARCIA, P. S. **Inovações e mudanças**: porque elas acontecem nas escolas. São Paulo, SP: LCTE Editora, 2010.

GALLO, S. **Sob o signo da diferença em torno da educação para a singularidade**. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (org). Cultura. Poder e Educação. Um debate sobre estudos culturais em Educação. Canoas, ULBRA, 2005.

GIMENO SACRISTÁN, J. **A educação obrigatória**. Porto Alegre: Artmed.2001.

JARDIM, A. P. **Relação entre Família e Escola**: Proposta de Ação no Processo Ensino Aprendizagem. Presidente Prudente: Unoeste, 2006.

LEITE, L. S. Et.al **Tecnologia Educacional**: descubra suas possibilidades na sala de aula. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MACEDO, L. **Ensaio pedagógico**: como construir uma escola para todos? Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.

MARTINS, G. A. & Pinto, R.L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**, São Paulo: Atlas, 2001.

MARCHESI, A. **Fracasso Escolar** - uma perspectiva multicultural. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

MORAIS, R. **Cultura Brasileira e Educação**. Campinas, São Paulo, Papirus, 1989.

OLIVEIRA, P. S. **Introdução à sociologia da educação**. -São Paulo: Ática, 1993.

PRADO, Danda. **O que é família**. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

PARO, V.H. **Qualidade do Ensino**: A contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.

PAROLIN, I.R. **Família e Escola**: Revista atividades e experiências. Positivo, 2008.

PEREZ GÓMEZ, A. **La cultura escolar en la sociedade neoliberal**. Madrid: Morata. 1998.

PETITAT, André. **Produção da escola, produção da sociedade**: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

REIMER, Everett. **A Escola Está Morta, Alternativas em Educação**; Tradução de Tony Thompson, Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1979.

SANTOS, C. **A influência do vínculo afetivo na prática pedagógica da Educação Especial**. 2014. 61 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, 2014.

SILVA, D. G. V. Et. al Narrativas como técnica de pesquisa em enfermagem. **Rev. Latino-Am. de Enferm.** Maio/Jun. 2002; 10(3) SOARES, Adriana Fraga. A participação da família no processo ensino-aprendizagem. Alvorada, 2010.

SOUSA, A. P.; JOSÉ FILHO, M. A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional. **Revista Iberoamericana de Educación**. n. 44/47, p. 1-8, 10 jan. 2008.

TRENTINI, M.; PAIM, L. **Pesquisa em Enfermagem. Uma modalidade convergente assistencial**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

## Revista Multidisciplinar

### ALFABETIZAÇÃO E O PROCESSO EDUCACIONAL NO DESENVOLVIMENTO NA NOVA GERAÇÃO

Adly Gaby, Aline S. S., Adriano M. A., Ednéia M. O. A., Josefa S. C. C.,  
Leonor R. S., Luzia F. V., Marcia R. D., Mauro F., Mariza G. S. G. e  
Sandra M. J. F.



<https://barcelonasuperficies.com.br/blog/educacao-especial/>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number

**2966-0599**

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



## ALFABETIZAÇÃO E O PROCESSO EDUCACIONAL NO DESENVOLVIMENTO NA NOVA GERAÇÃO

Adly Gaby<sup>1</sup>  
Aline Souza Santos<sup>2</sup>  
Adriano Melo Aguiar<sup>3</sup>  
Ednéia Maria de Oliveira Andrade<sup>4</sup>  
Josefa Samara da Conceição Carlos<sup>5</sup>  
Leonor Rodrigues da Silva<sup>6</sup>  
Luzia Ferreira Vaz<sup>7</sup>  
Marcia Regina Danhese<sup>8</sup>  
Mauro Franssua<sup>9</sup>  
Mariza Gomes de Souza Gontijo<sup>10</sup>  
Sandra Maria de Jesus Freitas<sup>11</sup>

**Revista o Universo Observável**  
**DOI: 10.5281/zenodo.14170552**

[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14170552)

<sup>1</sup> Graduado em Marketing pela Universidade do Norte do Paraná, também graduado em Geografia pela Fabras. Atua como interprete de línguas migrantes para secretaria do estado de Mato Grosso E-mail: Gabyadly@hotmail.com

<sup>2</sup> Formada em Pedagogia pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduada em Gestão Escolar e atualmente atua como professora concursada no município de Rondonópolis. E-mail: alinesantossouz47@gmail.com

<sup>3</sup> Pedagogo especialista em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado; Especialista em Língua Brasileira de Sinais. Licenciado em Artes Visuais pela Claretiano - SP. Atualmente Docente da Educação Infantil - SEMED -MT e Professor de AEE na Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso - SEDUC - MT. E-mail: adrianomeloaguiar@gmail.com

<sup>4</sup> Especialista em educação inclusiva, psicopedagogia clínica e institucional, ABA. Atuou por 10 anos nos anos iniciais do ens. Fundamental, 3 anos no AEE e atualmente como Diretora na rede municipal. E-mail: Edneiaandrade@hotmail.com

<sup>5</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014), E Especialização em Educação das Relações Étnicas Raciais no Contexto da Educação de Jovens e Adultos pela UFMT/ Instituto De Educação/ Campus Cuiabá. E-mail: samaracarlosal@gmail.com

<sup>6</sup> Graduado em Letras: Português/Espanhol e Pedagogia. Tenho especialização em Alfabetização e Letramento. Atuo na educação desde 2005. E-mail: leonor201744@outlook.com

<sup>7</sup> Graduada em história, letras e espanhol e pedagogia com especialização em Neurociência Educacional: Comportamento e Cognição, Libras e Sistema Braille e Tradução e Intérprete em espanhol. Atua na educação na educação desde 2004. E-mail: luziavaz@hotmail.com

<sup>8</sup> Possui pós-graduação em didática do ensino superior e psicopedagogia. E-mail: marciaroo2013@gmail.com

<sup>9</sup> Formado em história pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduado e mestrado em educação. Possui segunda graduação em pedagogia e atualmente atua como professor concursado do município de Rondonópolis. E-mail: maurofranssua91@gmail.com

<sup>10</sup> Formada em Psicologia pela faculdade Anhanguera, especialista em Psicopedagogia pela faculdade CESUR-FACSUL e Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela faculdade RHEMA. E-mail: marizagomes2024@gmail.com

<sup>11</sup> Possui especialização em Libras e educação inclusiva pelo IFF de Mato Grosso atua como professora para secretaria do estado de Mato Grosso. E-mail: sandrafreitasitiquira@hotmail.com

## RESUMO

Este artigo explora o processo de alfabetização no Brasil e seu papel no desenvolvimento educacional da nova geração, em meio a reformas e à expansão das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). A Política Nacional de Alfabetização (PNA), com abordagem baseada na ciência cognitiva, busca aprimorar a alfabetização, mas enfrenta críticas por negligenciar a realidade social e cultural dos estudantes e priorizar métodos tecnicistas em detrimento da formação cidadã. Com a pandemia de 2020, as TDICs passaram a ser amplamente utilizadas na educação, destacando tanto suas potencialidades quanto os desafios de acessibilidade, capacitação docente e adaptação pedagógica. O estudo aborda o paradoxo da alfabetização no Brasil: a pressão por métodos padronizados e baseados em evidências, frente à necessidade de adaptação às realidades dos alunos, especialmente os mais vulneráveis. Propõe-se uma abordagem de alfabetização menos centralizada e mais inclusiva, que valorize a diversidade cultural e o letramento crítico, transformando as escolas em espaços de construção coletiva e preparação para uma sociedade democrática e inclusiva.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Educação. Nova geração.

## ABSTRACT

*This article explores the literacy process in Brazil and its role in the educational development of the new generation amid educational reforms and the expansion of Digital Information and Communication Technologies (DICT). The National Literacy Policy (PNA), with a cognitive science-based approach, seeks to improve literacy but faces criticism for overlooking the social and cultural realities of students and prioritizing technical methods over civic education. With the 2020 pandemic, DICT became widely utilized in education, highlighting both its potential and challenges related to accessibility, teacher training, and pedagogical adaptation. This study addresses the paradox of literacy in Brazil: the push for standardized, evidence-based methods versus the need to adapt to the realities of students, especially the most vulnerable. A less centralized, more inclusive approach to literacy is proposed, one that values cultural diversity and critical literacy, transforming schools into spaces of collective learning and preparation for a democratic and inclusive society.*

**Keywords:** Literacy. Education. New generation.

## INTRODUÇÃO

A inspeção escolar desempenha um papel essencial na estrutura educacional, atuando como elo entre o governo e as instituições de ensino para assegurar a implementação eficaz de políticas educacionais e a manutenção de um padrão de qualidade no ensino. Essa função remonta ao período imperial brasileiro, com a Lei Orgânica do Ensino Primário, e foi consolidada com a Reforma Afonso Pena em 1892, que descentralizou a educação e estabeleceu o Conselho Superior de Educação e a Inspeção Ambulante, marcando o início de um sistema formal de supervisão escolar. Ao longo das décadas, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a expansão do acesso à educação, a inspeção escolar se adaptou às novas necessidades do sistema educacional, passando a atuar em diferentes níveis de ensino, tanto em instituições públicas quanto privadas.

A inspeção escolar tem a responsabilidade de não apenas monitorar e avaliar o cumprimento de normas e diretrizes, mas também de apoiar a inovação pedagógica e o desenvolvimento das práticas docentes. O papel do inspetor evoluiu para abarcar a supervisão e o suporte pedagógico, buscando equilibrar as funções administrativas com as demandas do ensino, promovendo ambientes de aprendizado mais adequados e inclusivos. No entanto, a burocratização excessiva ainda é um desafio, já que o foco em procedimentos administrativos e documentos pode limitar a flexibilidade das escolas e frear iniciativas inovadoras.

Com base nessa complexidade, este artigo explora o papel da inspeção escolar na modernidade, analisando suas influências sobre a qualidade do ensino, as inovações pedagógicas e o cumprimento das políticas educacionais. A discussão busca compreender como os inspetores escolares podem contribuir para um ambiente educacional que apoie a autonomia pedagógica e o crescimento profissional dos docentes.

## DESENVOLVIMENTO

Pesquisas recentes sobre alfabetização e desenvolvimento educacional no Brasil destacam a natureza complexa do processo de alfabetização. A Política Nacional de Alfabetização (PNA) visa melhorar a alfabetização por meio da ciência cognitiva e abordagens baseadas em evidências, mas os críticos argumentam que ela desconsidera os contextos sociais, econômicos e culturais (Lapunkte *et al.*, 2023). A integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na educação em alfabetização para a geração alfa está remodelando as abordagens de aprendizagem (Andrade & Cardozo, 2021). Os pesquisadores enfatizam a necessidade de uma compreensão mais



ampla da alfabetização que considere as crianças como sujeitos ativos na construção do conhecimento, capazes de aprendizagem significativa (Amaral & Coêlho, 2018). Esses estudos coletivamente ressaltam a natureza multifacetada da educação em alfabetização e os debates em andamento em torno de estratégias pedagógicas eficazes no cenário educacional do Brasil.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA) no Brasil está diretamente alinhada com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, a partir de sua terceira versão, permite que redes de governança orientem as políticas educacionais sob a influência do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação. Mortatti (2019) aponta que essa estrutura, integrada a um projeto político-ideológico neoliberal e conservador, visa desmantelar conquistas democráticas na educação brasileira. A educação passa a ser vista como uma solução para problemas sociais, enquanto molda comportamentos esperados dentro e fora do ambiente escolar, com foco em habilidades e competências aplicáveis ao mercado de trabalho e à sociedade (Lopes & Macedo, 2011 apud Lapuente et al.,2023).

Esse enfoque nas competências reflete o paradigma da sociedade globalizada do século XXI, caracterizada pela supremacia da economia da informação sobre a economia industrial (Chesnais, 2005). Esse processo, conhecido como mundialização financeira, provoca transformações profundas e descentralização produtiva, com impactos em diversas esferas, inclusive na educação, levando ao que Harvey (2018) descreve como a "loucura da razão econômica".

No entanto, as políticas descontinuadas desde o século XX não conseguiram universalizar a alfabetização de maneira equitativa no Brasil. Uma política de alfabetização verdadeiramente inclusiva precisa considerar as condições econômicas e sociais das famílias brasileiras, sem reduzir o ensino a métodos repetitivos e alienantes, que ignoram a realidade da miséria enfrentada por milhões no país.

Embora a Política Nacional de Alfabetização (PNA) proponha abordar as principais causas das deficiências na alfabetização no Brasil, ela transforma a ciência baseada em evidências em um discurso inquestionável que ignora a realidade multifacetada da educação brasileira. Ao atribuir a um método a solução para a alfabetização, a PNA negligencia os contextos sociais, econômicos e culturais que impactam o processo, resultando em uma geração adaptada às demandas do sistema produtivo capitalista, caracterizado pela precarização do trabalho docente e pela desregulamentação (Macedo, 2020 apud Lapuente et al.,2023). Esse modelo desafia os princípios de democracia e inclusão social.

Embora a PNA não impeça a alfabetização, sua abordagem reduz o processo a métodos tradicionais, eliminando o letramento do escopo educacional, o que limita o ensino ao mero ato de repetir. Para Macedo (2020), essa exclusão não é neutra; trata-se de uma estratégia de silenciamento que restringe o debate sobre a alfabetização. Essa neutralidade aparente esconde um viés que desvaloriza métodos como o construtivismo, ao favorecer a ciência experimental como única diretriz válida para a alfabetização (Bunzen, 2020 apud Lapuente et al.,2023).

A escrita, além de técnica, é uma prática cultural que só faz sentido quando inserida em experiências significativas para as crianças, valorizando suas histórias e conhecimentos prévios (Macedo, 2020 apud Lapuente et al.,2023). Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem não deve ser unilateral, mas respeitar a diversidade entre professora e alunos. Mainardes (2006) destaca que a política educacional, ao ser implementada, é interpretada, recriada e disputada em um espaço dialético. A alfabetização é, assim, uma arena de lutas onde a escola assume um compromisso com a educação pública e democrática, ressaltando a educação como um campo em constante disputa e recriação (Lapuente et al.,2023).

Conforme ressaltado por Andrade & Cardozo (2021) durante a pandemia de 2020, vivenciou-se uma experiência próxima à ideia defendida por Illich (1985) de uma sociedade sem escolas físicas. Nesse período, o conhecimento foi construído e compartilhado através de uma rede educacional no espaço virtual, com ambientes de aprendizagem em nuvem intensificados pela necessidade de continuidade educacional sem contato físico. Diversas plataformas, como Google Class, Meet, Zoom e e-mails, passaram a ser usadas para comunicação e desenvolvimento de atividades, sem prévia orientação ou adaptação das estratégias pedagógicas para esse formato digital. Esse cenário suscitou debates sobre acessibilidade, ensino remoto, formação docente, infraestrutura, avaliação e currículo (Andrade & Cardozo, 2021).

Contudo, muitas escolas públicas, especialmente do Ensino Fundamental, mantiveram métodos tradicionais, devido a limitações de infraestrutura, desarticulação pedagógica e questões socioeconômicas das famílias. Com isso, optaram por atividades impressas e cronogramas, buscando atender a maioria dos alunos. Embora o Plano Nacional de Educação (PNE) preveja a alfabetização até o 3º ano do Ensino Fundamental até 2024, incluindo o uso de tecnologias educacionais (BRASIL, 2019), ainda falta um guia nacional para orientar os professores no uso de ambientes virtuais para alfabetização e letramentos. A literatura oferece apenas reflexões e iniciativas isoladas de pesquisadores e professores (Andrade & Cardozo, 2021).

Em algumas secretarias estaduais e municipais de educação, foram promovidas formações visando integrar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no ensino, não só na alfabetização, mas em todas as etapas. As ações tomadas agora terão impactos em curto, médio e longo prazo, e influenciarão a relação entre a escola e a sociedade, moldando a visão da geração alpha, que terá a responsabilidade de escrever os próximos capítulos da educação (Andrade & Cardozo, 2021).

## CONCLUSÃO

Em conclusão, o processo de alfabetização no Brasil enfrenta desafios que vão além da simples transmissão de habilidades de leitura e escrita. A Política Nacional de Alfabetização (PNA), embora tenha o mérito de buscar basear-se em evidências e métodos científicos, peca ao negligenciar as realidades socioeconômicas e culturais de grande parte dos estudantes. As críticas direcionadas à PNA ressaltam a necessidade de uma abordagem que inclua a valorização do contexto e da identidade dos alunos, respeitando o papel da alfabetização como um meio de formação cidadã e não apenas como uma técnica pedagógica. A pandemia de 2020 evidenciou a importância das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no ensino, ao mesmo tempo em que expôs limitações nas infraestruturas e na formação docente.

Portanto, é imprescindível uma alfabetização que considere o aluno como um sujeito ativo, capaz de construir conhecimento de forma contextualizada e significativa. A alfabetização não deve ser reduzida a um processo mecânico, mas ampliada para envolver o letramento crítico e a inclusão de práticas culturais e sociais que refletem a diversidade brasileira. Somente assim será possível garantir que as novas gerações, especialmente a geração alfa, desenvolvam não apenas habilidades práticas, mas também uma compreensão mais profunda e crítica da sociedade, preparando-se para os desafios de uma sociedade cada vez mais complexa e globalizada.

## REFERÊNCIAS

LAPUENTE, J. S. M.; PORTO, G. C. .; DEL PINO, M. A. B. .; SILVA, S. . G. da . A Política Nacional de Alfabetização e a produção da nova geração: um campo de disputa. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 17, p. e5209004, 2023. DOI: 10.14244/198271995209. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/5209>. Acesso em: 12 set. 2024.

ANDRADE, K.; CARDOZO, P. F. Alfabetização: limites e possibilidades em convergência no século XXI. **REVISTA INTERSABERES**, [S. l.], v. 16, n. 38, p. 624–647, 2021. DOI: 10.22169/revint.v16i38.2046. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2046>. Acesso em: 12 set. 2024.

AMARAL, Claudete Vieira do Nascimento; COELHO, Márcio Wendel Santana. O processo de alfabetização e direito à aprendizagem. **Minerva Magazine of Science**, 2018. Disponível em: <https://www.minerva.edu.py/archivo/10/6/Artigo%20-%20Claudete%20Vieira%20-%20M%C3%81RCIO%20WENDEL.pdf>

CHESNAIS, F.O **capital portador de juro**: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

## Revista Multidisciplinar

### A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS NAS ESCOLAS

Adly Gaby, Aline S. S., Adriano M. A., Ednéia M. O. A., Josefa S. C. C.,  
Leonor R. S., Luzia F. V., Marcia R. D., Mauro F., Mariza G. S. G. e  
Sandra M. J. F.



<https://novaescola.org.br/conteudo/19978/a-inclusao-de-alunos-com-deficiencia-na-escola-regular>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number

**2966-0599**

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

## A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS NAS ESCOLAS

Adly Gaby<sup>1</sup>  
Aline Souza Santos<sup>2</sup>  
Adriano Melo Aguiar<sup>3</sup>  
Ednéia Maria de Oliveira Andrade<sup>4</sup>  
Josefa Samara da Conceição Carlos<sup>5</sup>  
Leonor Rodrigues da Silva<sup>6</sup>  
Luzia Ferreira Vaz<sup>7</sup>  
Marcia Regina Danhese<sup>8</sup>  
Mauro Franssua<sup>9</sup>  
Mariza Gomes de Souza Gontijo<sup>10</sup>  
Sandra Maria de Jesus Freitas<sup>11</sup>

**Revista o Universo Observável**  
**DOI: 10.5281/zenodo. 14170531**

[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14170531)

<sup>1</sup> Graduado em Marketing pela Universidade do Norte do Paraná, também graduado em Geografia pela Fabras. Atua como interprete de línguas migrantes para secretaria do estado de Mato Grosso E-mail: Gabyadly@hotmail.com

<sup>2</sup> Formada em Pedagogia pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduada em Gestão Escolar e atualmente atua como professora concursada no município de Rondonópolis. E-mail: alinesantossouz47@gmail.com

<sup>3</sup> Pedagogo especialista em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado; Especialista em Língua Brasileira de Sinais. Licenciado em Artes Visuais pela Claretiano - SP. Atualmente Docente da Educação Infantil - SEMED -MT e Professor de AEE na Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso - SEDUC - MT. E-mail: adrianomeloaguiar@gmail.com

<sup>4</sup> Especialista em educação inclusiva, psicopedagogia clínica e institucional, ABA. Atuou por 10 anos nos anos iniciais do ens. Fundamental, 3 anos no AEE e atualmente como Diretora na rede municipal. E-mail: Edneiaandrade@hotmail.com

<sup>5</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014), E Especialização em Educação das Relações Étnicas Raciais no Contexto da Educação de Jovens e Adultos pela UFMT/ Instituto De Educação/ Campus Cuiabá. E-mail: samaracarlosal@gmail.com

<sup>6</sup> Graduado em Letras: Português/Espanhol e Pedagogia. Tenho especialização em Alfabetização e Letramento. Atuo na educação desde 2005. E-mail: leonor201744@outlook.com

<sup>7</sup> Graduada em história, letras e espanhol e pedagogia com especialização em Neurociência Educacional: Comportamento e Cognição, Libras e Sistema Braille e Tradução e Intérprete em espanhol. Atua na educação na educação desde 2004. E-mail: luziavaz@hotmail.com

<sup>8</sup> Possui pós-graduação em didática do ensino superior e psicopedagogia. E-mail: marciaroo2013@gmail.com

<sup>9</sup> Formado em história pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduado e mestrado em educação. Possui segunda graduação em pedagogia e atualmente atua como professor concursado do município de Rondonópolis. E-mail: maurofranssua91@gmail.com

<sup>10</sup> Formada em Psicologia pela faculdade Anhanguera, especialista em Psicopedagogia pela faculdade CESUR-FACSUL e Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela faculdade RHEMA. E-mail: marizagomes2024@gmail.com

<sup>11</sup> Possui especialização em Libras e educação inclusiva pelo IFF de Mato Grosso atua como professora para secretaria do estado de Mato Grosso. E-mail: sandrafreitasitiquira@hotmail.com

## Resumo

A inclusão das crianças nas escolas é um aspecto essencial da educação contemporânea, que visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas características ou necessidades, tenham acesso a um ambiente de aprendizado equitativo. Esse processo vai além da mera matrícula de crianças com deficiência, exigindo a criação de práticas pedagógicas adaptadas que respeitem as individualidades e promovam a diversidade. A legislação brasileira, incluindo a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente, assegura o direito à educação inclusiva. O Ministério da Educação busca implementar diretrizes para a formação de professores e a adaptação de currículos, embora ainda haja desafios a superar, como resistência cultural e falta de recursos. A inclusão beneficia não apenas as crianças com necessidades especiais, mas também todos os alunos, promovendo empatia e compreensão mútua. Assim, a construção de um sistema educacional inclusivo requer o envolvimento de educadores, gestores, famílias e da sociedade, visando oferecer oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento para todas as crianças. Neste estudo, foi utilizada a revisão bibliográfica como estratégia metodológica.

**Palavras-chave:** Inclusão. Escolas. Educação. Legislação.

## Abstract

*The inclusion of children in schools is an essential aspect of contemporary education, which aims to ensure that all students, regardless of their characteristics or needs, have access to an equitable learning environment. This process goes beyond the mere enrollment of children with disabilities, requiring the creation of adapted pedagogical practices that respect individualities and promote diversity. Brazilian legislation, including the Constitution and the Statute of Children and Adolescents, guarantees the right to inclusive education. The Ministry of Education seeks to implement guidelines for teacher training and curriculum adaptation, although there are still challenges to overcome, such as cultural resistance and lack of resources. Inclusion benefits not only children with special needs, but also all students, promoting empathy and mutual understanding. Thus, building an inclusive education system requires the involvement of educators, administrators, families and society, aiming to offer equal opportunities for learning and development for all children. In this study, a literature review was used as a methodological strategy.*

**Keywords:** Inclusion. Schools. Education. Legislation.

## Introdução

A inclusão das crianças nas escolas é um tema central na discussão sobre educação contemporânea, refletindo a busca por um sistema educacional mais justo e equitativo. A inclusão vai além da simples matrícula de alunos com deficiências nas escolas regulares; envolve a adaptação de práticas pedagógicas, a formação de professores e a criação de um ambiente acolhedor que promova a interação e o respeito mútuo entre todos os estudantes. Assim, a inclusão nas escolas não apenas beneficia aqueles que necessitam de apoio adicional, mas também enriquece a experiência de aprendizado de todos os alunos, formando cidadãos mais empáticos e preparados para conviver em uma sociedade plural. Este projeto tem como objetivo geral promover a inclusão das crianças nas escolas, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas características ou necessidades, tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade, por meio da adaptação de práticas pedagógicas, formação de educadores e criação de um ambiente escolar acolhedor e respeitoso que valorize a diversidade e favoreça a interação entre os estudantes.

## Desenvolvimento

Na sociedade contemporânea, frequentemente se discute o conceito de inclusão. Mas o que realmente significa incluir? De acordo com o dicionário Aurélio (2010), incluir é o ato de inserir algo em determinado contexto, o que implica um processo de inserção. Assim, a noção de inserção está relacionada à inclusão, especialmente quando se refere à inclusão de pessoas em um ambiente específico, como a escola, onde se aprende formalmente a ler e escrever. Contudo, no século XXI, ainda se levanta a questão sobre se nossas escolas realmente superaram as metodologias e práticas educacionais do passado. Apesar das propostas de mudança, parece que as instituições de ensino continuam a apresentar certa resistência em adotar novas abordagens que poderiam oferecer uma linguagem mais inclusiva e, conseqüentemente, melhores resultados no processo de ensino e aprendizagem. Apoiamo-nos na visão de inclusão de crianças expressa por Mittler (2000, p. 25):

(...) no campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

Com base na definição de Mittler (2000), as escolas precisam reavaliar suas ações para criar um ambiente que promova a inclusão de todos os

alunos, respeitando suas individualidades. É fundamental que a escola se preocupe em desenvolver práticas pedagógicas que favoreçam a construção de um novo tipo de conhecimento e abordagens livres de preconceitos, adotando uma postura que valorize a diversidade. As instituições de ensino devem reconsiderar suas práticas excludentes e estar abertas a novas adaptações para enfrentar o desafio da inclusão. Strieder e Zimmermann (2000, p. 145) afirmam que:

Fazer inclusão significa desejar e realizar mudanças profundas em termos de concepções e práticas educacionais. Uma mudança de criar expectativas diferentes, fundamentadas no princípio do envolvimento da coletividade.

A partir do conceito de inclusão, somos desafiados a entender a diversidade no universo infantil dentro de seu contexto sociocultural. Isso requer um esforço educacional para superar uma visão homogênea, adotando uma abordagem mais heterogênea que favoreça o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e humana.

A Educação Especial, que se refere à educação voltada para pessoas com deficiência, dificuldades de aprendizagem e altas habilidades, é reconhecida pela Constituição brasileira como parte fundamental do direito à educação. A UNESCO considera a educação especial uma forma enriquecedora da educação geral, contribuindo para a integração social de pessoas com deficiência e necessidades específicas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 54, III, estabelece que "é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente (...) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP), promove políticas que visam integrar crianças com necessidades especiais ao sistema educacional, sugerindo sua inclusão nas instituições de educação infantil (MEC, 1998, p. 36).

A partir da Declaração de Salamanca (1994), o conceito de necessidades educacionais especiais começou a ser amplamente disseminado. No entanto, as políticas educacionais implementadas ainda não conseguem fazer com que as escolas comuns aceitem o desafio de atender às necessidades de todos os alunos. Incluir não se resume a matricular alunos com necessidades especiais nas escolas sem considerar suas particularidades. É essencial que as escolas adotem uma abordagem acolhedora e de apoio, pois tanto professores quanto alunos precisam desse suporte para que a ação pedagógica seja efetiva e leve a uma aprendizagem bem-sucedida. Segundo Aguiar (2004, p. 15):

[...] as escolas devem acomodar todas as crianças, possibilitando

que elas aprendam juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter, quer sejam de origens física, intelectual, social, emocional, linguística ou outras. Assim, os gestores devem ser capazes de reconhecer e responder às diversas necessidades de seus discentes, respeitando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade escolar.

A inclusão das crianças nas escolas é um tema fundamental no contexto educacional contemporâneo, pois envolve a promoção de um ambiente onde todos os alunos, independentemente de suas características ou necessidades, possam aprender e se desenvolver plenamente. Esse processo vai além da simples matrícula de crianças com deficiência ou dificuldades de aprendizagem em instituições regulares; trata-se de criar um espaço que valorize a diversidade e respeite as individualidades de cada estudante.

Para que a inclusão seja efetiva, é necessário que as escolas adotem práticas pedagógicas que considerem as diferentes formas de aprender e os variados ritmos de desenvolvimento. Isso implica em capacitar os educadores para que eles possam atender às necessidades específicas de todos os alunos, oferecendo suporte e recursos adequados. Além disso, o ambiente escolar deve ser acolhedor e estimulante, promovendo a interação entre os alunos e favorecendo a construção de relações saudáveis e respeitadas.

A legislação brasileira, como a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece a educação inclusiva como um direito garantido a todas as crianças. O Ministério da Educação, por meio de suas diretrizes, busca fomentar a inclusão nas escolas regulares, incentivando a formação de professores e a adaptação de currículos. No entanto, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados, como a resistência cultural e a falta de recursos adequados.

A inclusão também beneficia todos os alunos, não apenas aqueles com necessidades especiais. Um ambiente diversificado enriquece a experiência educacional, promovendo a empatia, a colaboração e a compreensão mútua. Ao aprender a conviver com as diferenças, as crianças se tornam cidadãos mais conscientes e preparados para a sociedade plural em que vivem.

## Conclusão

A inclusão das crianças nas escolas é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a um ambiente

educacional que respeite e valorize a diversidade, estamos não apenas promovendo o direito à educação, mas também cultivando valores como empatia, respeito e solidariedade. A implementação de práticas pedagógicas inclusivas, o treinamento adequado de educadores e a criação de um ambiente escolar acolhedor são essenciais para o sucesso desse processo.

Apesar dos desafios que ainda persistem, como a resistência cultural e a falta de recursos, o compromisso de todos os envolvidos — educadores, gestores, famílias e a sociedade em geral — é crucial para transformar as escolas em espaços verdadeiramente inclusivos. Ao fazer isso, não apenas beneficiamos as crianças com necessidades especiais, mas também enriquecemos a experiência educativa de todos os alunos, preparando-os para conviver em uma sociedade plural e diversa. Portanto, a inclusão nas escolas deve ser vista como uma oportunidade de crescimento coletivo e desenvolvimento humano, essencial para o futuro de todos.

### **Referências**

AGUIAR, M. A. S. Avaliação do plano nacional de educação 2001-2009: questões para reflexão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul.-set. 2010.

**Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.** Convenção da Guatemala, de 28 de maio de 1999, ratificada pelo Decreto nº 3.956, de 8/10/2001. Disponível em: <[http://www.ampid.org.br/Docs\\_PD/Convencoes\\_UNU\\_PD.php#guatemala](http://www.ampid.org.br/Docs_PD/Convencoes_UNU_PD.php#guatemala)>. Acesso em: 12 nov. 2024.

**UNESCO. Declaração de Salamanca e Linhas de Ação para satisfazer Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca, Espanha, 1994.

## Revista Multidisciplinar

### OS TRANSTORNOS E OS SEUS ATENDIMENTOS NAS ESCOLAS

Adly Gaby, Aline S. S., Adriano M. A., Ednéia M. O. A., Josefa S. C. C.,  
Leonor R. S., Luzia F. V., Marcia R. D., Mauro F., Mariza G. S. G. e  
Sandra M. J. F.



<https://barcelonasuperficies.com.br/blog/educacao-especial/>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number

**2966-0599**

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



## OS TRANSTORNOS E OS SEUS ATENDIMENTOS NAS ESCOLAS

Adly Gaby<sup>1</sup>  
Aline Souza Santos<sup>2</sup>  
Adriano Melo Aguiar<sup>3</sup>  
Ednéia Maria de Oliveira Andrade<sup>4</sup>  
Josefa Samara da Conceição Carlos<sup>5</sup>  
Leonor Rodrigues da Silva<sup>6</sup>  
Luzia Ferreira Vaz<sup>7</sup>  
Marcia Regina Danhese<sup>8</sup>  
Mauro Franssua<sup>9</sup>  
Mariza Gomes de Souza Gontijo<sup>10</sup>  
Sandra Maria de Jesus Freitas<sup>11</sup>

**Revista o Universo Observável**  
**DOI: 10.5281/zenodo.14170698**

[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14170698)

<sup>1</sup> Graduado em Marketing pela Universidade do Norte do Paraná, também graduado em Geografia pela Fabras. Atua como interprete de línguas migrantes para secretaria do estado de Mato Grosso E-mail: Gabyadly@hotmail.com

<sup>2</sup> Formada em Pedagogia pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduada em Gestão Escolar e atualmente atua como professora concursada no município de Rondonópolis. E-mail: alinesantossouz47@gmail.com

<sup>3</sup> Pedagogo especialista em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado; Especialista em Língua Brasileira de Sinais. Licenciado em Artes Visuais pela Claretiano - SP. Atualmente Docente da Educação Infantil - SEMED -MT e Professor de AEE na Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso - SEDUC - MT. E-mail: adrianomeloaguiar@gmail.com

<sup>4</sup> Especialista em educação inclusiva, psicopedagogia clínica e institucional, ABA. Atuou por 10 anos nos anos iniciais do ens. Fundamental, 3 anos no AEE e atualmente como Diretora na rede municipal. E-mail: Edneiaandrade@hotmail.com

<sup>5</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014), E Especialização em Educação das Relações Étnicas Raciais no Contexto da Educação de Jovens e Adultos pela UFMT/ Instituto De Educação/ Campus Cuiabá. E-mail: samaracarlosal@gmail.com

<sup>6</sup> Graduado em Letras: Português/Espanhol e Pedagogia. Tenho especialização em Alfabetização e Letramento. Atuo na educação desde 2005. E-mail: leonor201744@outlook.com

<sup>7</sup> Graduada em história, letras e espanhol e pedagogia com especialização em Neurociência Educacional: Comportamento e Cognição, Libras e Sistema Braille e Tradução e Intérprete em espanhol. Atua na educação na educação desde 2004. E-mail: luziavaz@hotmail.com

<sup>8</sup> Possui pós-graduação em didática do ensino superior e psicopedagogia. E-mail: marciaroo2013@gmail.com

<sup>9</sup> Formado em história pela UFMT de Rondonópolis, pós-graduado e mestrado em educação. Possui segunda graduação em pedagogia e atualmente atua como professor concursado do município de Rondonópolis. E-mail: maurofranssua91@gmail.com

<sup>10</sup> Formada em Psicologia pela faculdade Anhanguera, especialista em Psicopedagogia pela faculdade CESUR-FACSUL e Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela faculdade RHEMA. E-mail: marizagomes2024@gmail.com

<sup>11</sup> Possui especialização em Libras e educação inclusiva pelo IFF de Mato Grosso atua como professora para secretaria do estado de Mato Grosso. E-mail: sandrafreitasitiquira@hotmail.com

## Resumo

O paradigma educacional brasileiro tem passado por importantes reconfigurações, uma vez que a sociedade contemporânea tenta direcionar suas ações ao ideal de superação de desigualdades e desenvolvimento pleno do ser humano e, nesse processo, os profissionais da escola tornam-se importantes agentes de transformações, sendo diretamente responsáveis pela formação e o desenvolvimento integral dos estudantes, bem como de sua aprendizagem conceitual e para a vida. Nesse contexto, a inclusão de alunos com Transtornos de Aprendizagem (TA) ou Dificuldades de Aprendizagem (DA) nas salas de aula comum do ensino regular, têm desafiado as escolas e os profissionais que nela atuam a reconstruírem e ressignificarem cotidianamente suas práticas frente os princípios de uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Os transtornos de aprendizagem, como dislexia, discalculia e TDAH, afetam a capacidade dos alunos de processar informações e podem comprometer seu desempenho escolar. Para atender a essas dificuldades, as escolas devem adotar uma abordagem inclusiva, que considere as particularidades de cada estudante. Isso envolve a implementação de estratégias pedagógicas adaptadas, o uso de materiais didáticos diferenciados e a promoção de um ambiente colaborativo. A formação contínua dos educadores é essencial para que eles possam identificar sinais de dificuldades e aplicar métodos eficazes. Além disso, a colaboração com profissionais de saúde e a sensibilização da comunidade escolar são fundamentais para garantir um suporte adequado. Neste estudo, foi utilizada a revisão bibliográfica como estratégia metodológica.

**Palavras-chave:** Aprendizagem. Dificuldades. Transtornos. Escolas.

## Abstract

*The Brazilian educational paradigm has undergone important reconfigurations, as contemporary society tries to direct its actions towards the ideal of overcoming inequalities and full development of the human being and, in this process, school professionals become important agents of transformation, being directly responsible for the training and integral development of students, as well as their conceptual and life learning. In this context, the inclusion of students with Learning Disorders (LD) or Learning Difficulties (LD) in common regular education classrooms has challenged schools and the professionals who work there to reconstruct and re-signify their practices on a daily basis in light of the principles of inclusive and quality education for all. Learning disorders, such as dyslexia, dyscalculia and ADHD,*

*affect students' ability to process information and can compromise their academic performance. To address these difficulties, schools must adopt an inclusive approach, which considers the particularities of each student. This involves the implementation of adapted pedagogical strategies, the use of differentiated teaching materials and the promotion of a collaborative environment. Continuous training for educators is essential so that they can identify signs of difficulties and apply effective methods. Furthermore, collaboration with health professionals and raising awareness within the school community are essential to ensure adequate support. In this study, bibliographic review was used as a methodological strategy.*

**Keywords:** Learning. Difficulties. Disorders. Schools.

## Introdução

Os transtornos de aprendizagem representam um desafio significativo no ambiente escolar, pois afetam a capacidade de muitos alunos de processar informações e acompanhar o ritmo das atividades educacionais. Condições como dislexia, discalculia e TDAH não apenas dificultam a aquisição de habilidades básicas, mas também podem impactar a autoestima e a motivação dos estudantes. Diante desse cenário, é essencial que as escolas adotem abordagens inclusivas e estratégias pedagógicas adaptadas, visando atender às necessidades específicas de cada aluno. A formação adequada dos educadores, a colaboração com profissionais de saúde e a sensibilização da comunidade escolar são passos fundamentais para criar um ambiente acolhedor e propício ao aprendizado. Neste contexto, o atendimento a alunos com transtornos de aprendizagem se torna uma prioridade, promovendo não apenas a inclusão, mas também o desenvolvimento integral de todos os estudantes. Essa pesquisa tem como objetivo geral deste trabalho é analisar e discutir as práticas de atendimento a alunos com transtornos de aprendizagem nas escolas, visando identificar estratégias eficazes que promovam a inclusão e o desenvolvimento acadêmico desses estudantes. Busca-se ressaltar a importância da formação continuada dos educadores, a colaboração interdisciplinar e a criação de um ambiente escolar acolhedor, que reconheça e valorize as diferenças individuais, contribuindo para a construção de uma educação mais justa e equitativa.

## Desenvolvimento

No ambiente escolar, a inclusão de alunos com deficiência, transtornos ou dificuldades de aprendizagem apresenta diversos desafios para

professores e instituições. Essa inclusão exige uma transformação do espaço escolar para que esses estudantes possam aprender de forma eficaz. Além disso, muitos alunos enfrentam dificuldades de aprendizagem, especialmente durante a alfabetização nos primeiros anos de escola.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2022, realizada pelo IBGE, o Brasil conta com aproximadamente 9,6 milhões de pessoas acima de 15 anos que são analfabetas, representando 5,6% da população. Quando falamos sobre transtornos de aprendizagem, como dislexia ou discalculia, estamos nos referindo a condições de origem neurobiológica que impactam o processamento de informações e, conseqüentemente, a aprendizagem. Em contrapartida, as dificuldades de aprendizagem são geralmente temporárias e resultam de fatores externos que interferem no processo de aprendizado, sendo tratadas como questões pedagógicas, não neurobiológicas. Essas dificuldades podem manifestar-se em problemas com leitura, escrita, matemática e raciocínio lógico.

No campo das políticas educacionais, a educação inclusiva é fundamental para promover práticas que superem a exclusão. Como mencionado por Mantoan (2006), formar uma nova geração dentro de um modelo educacional inclusivo é fruto de um cotidiano marcado pela cooperação, pelo reconhecimento e pela valorização das diferenças.

Mantoan (2006) também destaca que um novo paradigma do conhecimento está emergindo a partir das novas conexões entre saberes que antes eram vistos de forma isolada. Glat e Blanco (2007) citados por Lima (2017) observam que a luta pela educação inclusiva ganhou força a partir da década de 1990, à medida que se reconheceu que as instituições que adotam essa abordagem são as mais eficazes no combate a atitudes discriminatórias, valorizando as singularidades dos alunos.

Apesar da legislação garantir a inclusão de estudantes com deficiência nas salas de aula regulares, com o suporte de serviços educacionais especializados, o maior desafio ainda reside na mudança de mentalidade em relação à inclusão. Mantoan (2004) alerta que as resistências da escola tradicional à inclusão refletem sua dificuldade em lidar com a complexidade e diversidade da realidade humana.

Portanto, a construção de práticas educacionais inclusivas continua sendo um dos principais desafios do sistema educacional brasileiro. Como Mantoan (2004) afirma, a inclusão é resultado de uma educação plural, democrática e transgressora, que deve desenvolver métodos de ensino respeitando as especificidades de cada aluno. Nesse cenário, a educação inclusiva desafia escolas e profissionais a reavaliar e redefinir suas abordagens, uma vez que tanto as instituições

públicas quanto as privadas devem ser espaços de aprendizado para todos, garantindo igualdade de acesso.

Os transtornos de aprendizagem são condições que afetam a capacidade de um aluno em processar informações, o que pode impactar diretamente seu desempenho escolar. Entre os transtornos mais comuns estão a dislexia, a discalculia e o transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH). Cada um desses transtornos apresenta características específicas, mas todos têm em comum a necessidade de um atendimento educacional diferenciado.

Nas escolas, o atendimento a alunos com transtornos de aprendizagem deve ser pautado por uma abordagem inclusiva, que reconheça as particularidades de cada estudante. Isso significa que os professores e as equipes pedagógicas precisam estar preparados para identificar sinais de dificuldades e implementar estratégias que facilitem o aprendizado. O uso de materiais didáticos adaptados, técnicas de ensino diversificadas e o incentivo a um ambiente colaborativo são algumas das práticas que podem beneficiar esses alunos.

Além disso, é fundamental que as escolas promovam a formação contínua de educadores sobre os transtornos de aprendizagem. O conhecimento sobre essas condições não apenas ajuda os professores a desenvolverem abordagens mais eficazes, mas também contribui para a criação de um ambiente escolar mais acolhedor, onde todos os alunos se sintam valorizados. A sensibilização da comunidade escolar para as diferenças individuais também é essencial para combater o estigma e promover a empatia.

O atendimento especializado, que pode incluir psicólogos, fonoaudiólogos e pedagogos, desempenha um papel crucial no suporte aos alunos com transtornos de aprendizagem. Esses profissionais podem oferecer avaliações detalhadas e desenvolver planos de intervenção personalizados, que atendam às necessidades específicas de cada aluno. O trabalho em equipe, envolvendo família e escola, é fundamental para garantir um acompanhamento eficaz e promover a inclusão.

## Conclusão

Em todo o país, muitos estudantes enfrentam transtornos ou dificuldades de aprendizagem durante sua trajetória escolar. A partir das discussões teóricas deste estudo e das conversas com os professores que participaram da pesquisa, percebemos que eles ainda têm dúvidas sobre as características desses transtornos e como eles impactam o aprendizado dos alunos, especialmente aqueles que apresentam um desempenho abaixo do esperado.

Durante a pesquisa notamos que os

professores estão bastante preocupados com sua formação, tanto inicial quanto continuada, e expressaram sentir-se inadequadamente preparados para lidar com alunos que têm transtornos ou dificuldades de aprendizagem. Essa falta de confiança destaca a necessidade de um suporte mais robusto na formação docente, a fim de melhorar a inclusão e o aprendizado desses alunos nas escolas.

A implementação de políticas educacionais que garantam recursos e apoio para o atendimento a esses alunos é imprescindível. É necessário que as escolas tenham acesso a ferramentas e programas que facilitem a inclusão, assegurando que todos os estudantes, independentemente de suas dificuldades, possam ter uma experiência educacional rica e significativa. Com um esforço conjunto, é possível transformar o ambiente escolar em um espaço mais inclusivo e propício ao aprendizado para todos.

#### Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM – V. 5ª Ed.** Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em <https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-detranstornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em 12 out. 2024

GLAT, R. & BLANCO, L. de M. V. **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva.** In: GLAT, R. (org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. 14 (Coleção Questões atuais em Educação Especial, v. VI), Editora Sete Letras, p. 15-35, Rio de Janeiro, 2007

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista CEJ**, v. 8, nº 26, jul/set 2004.

## Revista Multidisciplinar

### INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA PREVENÇÃO DE LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS EM CORREDORES DE LONGA DISTÂNCIA

Flávia Pereira Bertotti e Amanda Sagas Pereira



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

ISSN

International Standard Serial Number  
2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

## INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA PREVENÇÃO DE LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS EM CORREDORES DE LONGA DISTÂNCIA

Flávia Pereira Bertotti<sup>1</sup>  
Amanda Sagas Pereira<sup>2</sup>

Revista o Universo Observável  
DOI: 10.5281/zenodo.14166434  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14166434)

---

<sup>1</sup> **Flávia Pereira Bertotti, 34 anos**, sou natural de Foz do Iguaçu, uma cidade multicultural e cheia de oportunidades. Desde cedo, busquei aprimoramento constante e valorizo a educação como caminho para o desenvolvimento pessoal e profissional. Atualmente, sou graduanda em Farmácia pela UniAmérica | Descomplica, uma etapa significativa na construção do meu conhecimento em saúde e bem-estar.

Trabalho há cinco anos com consultoria acadêmica, auxiliando alunos e profissionais em seus projetos de pesquisa e desenvolvimento de artigos científicos. Em meu percurso, participei de diversos congressos e eventos científicos, tanto nacionais quanto internacionais, ampliando minha visão sobre temas relacionados à Farmácia, Saúde Pública e inovação no setor de educação. Realizei cursos de liderança, desenvolvimento interpessoal e práticas inovadoras em saúde, sempre com foco em proporcionar soluções eficientes e éticas. Acredito na importância de aprender continuamente, pois vejo a educação como um caminho essencial para transformar a realidade ao nosso redor.

Contato:pereira.bertotti@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1833-0756>

<sup>2</sup> **Amanda Sagas Pereira, 23 anos**, sou graduanda em Fisioterapia pela UniAmérica | Descomplica, instituição onde tive a oportunidade de aprofundar meu conhecimento em saúde, reabilitação e qualidade de vida. Natural de Foz do Iguaçu, sempre tive interesse em compreender e contribuir para o bem-estar físico das pessoas, o que me motivou a escolher a Fisioterapia como carreira. Desde o início da graduação, busquei aprimoramento contínuo, participando de congressos e cursos voltados para a área, além de atuar como voluntário em projetos de saúde comunitária e eventos de conscientização sobre a importância do cuidado fisioterapêutico.

Ao longo da minha trajetória acadêmica, realizei cursos em técnicas de reabilitação, prevenção de lesões e ergonomia, além de workshops de aprimoramento em inteligência emocional e desenvolvimento interpessoal. Entre as minhas experiências, destaco minha participação em campanhas de orientação postural e prevenção de doenças ocupacionais, ações essenciais para conscientizar a comunidade local sobre a importância dos cuidados preventivos para a saúde física. Acredito que a aprendizagem contínua é a chave para uma prática fisioterapêutica mais humanizada e eficaz.

Contato:collesagas@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9926-794X>

## RESUMO

Tendo em vista que a corrida de longa distância, embora traga benefícios à saúde, também aumenta o risco de lesões musculoesqueléticas, o presente estudo trata sobre a intervenção fisioterapêutica na prevenção de lesões em corredores, com foco em condições como a canelite e a tendinite patelar, a fim de avaliar o impacto de exercícios preventivos na redução dessas lesões. Para tanto, foi necessário analisar as técnicas de fortalecimento muscular, correção biomecânica e recuperação ativa específicas para corredores, além de investigar a eficácia dessas práticas na prevenção de lesões frequentes. Realizou-se, então, uma pesquisa bibliográfica exploratória com abordagem qualitativa, que revisou a literatura científica sobre as principais intervenções fisioterapêuticas preventivas. Diante disso, verificou-se que a adoção de programas preventivos personalizados e contínuos, incluindo o fortalecimento do core, exercícios de propriocepção e técnicas de liberação miofascial, contribuiu significativamente para a redução de lesões e para a longevidade esportiva dos corredores. Foi possível concluir que a fisioterapia preventiva é uma ferramenta essencial para a promoção de uma prática esportiva segura e eficiente, auxiliando na adaptação do corpo às demandas físicas da corrida de longa distância.

**Palavras-chave:** Fisioterapia preventiva; Corrida de longa distância; Lesões musculoesqueléticas; Exercícios preventivos; Biomecânica.

## ABSTRACT

*Considering that long-distance running, while beneficial to health, also increases the risk of musculoskeletal injuries, this study addresses the role of physiotherapeutic intervention in preventing injuries in runners, focusing on conditions such as shin splints and patellar tendinitis, with the aim of assessing the impact of preventive exercises on reducing these injuries. To this end, it was necessary to analyze muscle strengthening techniques, biomechanical correction, and specific active recovery practices for runners, as well as to investigate the effectiveness of these practices in preventing common injuries. An exploratory bibliographic study with a qualitative approach was conducted, reviewing scientific literature on the main preventive physiotherapeutic interventions. It was found that the adoption of personalized and continuous preventive programs, including core strengthening, proprioception exercises, and myofascial release techniques, significantly contributes to reducing injuries and*

*enhancing the athletic longevity of runners. It was concluded that preventive physiotherapy is an essential tool for promoting safe and efficient sports practice, helping the body adapt to the physical demands of long-distance running.*

**Keywords:** *Preventive physiotherapy; Long-distance running; Musculoskeletal injuries; Preventive exercises; Biomechanics.*

## Introdução

O presente estudo tem como foco principal desenvolver uma análise sobre a *intervenção fisioterapêutica na prevenção de lesões musculoesqueléticas em corredores de longa distância*, enfatizando o impacto de exercícios preventivos na redução de lesões, como a canelite e a tendinite patelar. Essas condições estão entre as lesões mais recorrentes em corredores devido ao impacto repetitivo e à sobrecarga em grupos musculares específicos (Chagas, 2024; Costa, 2022).

Nos últimos anos, a prática de corrida de longa distância tem se popularizado mundialmente, atraindo tanto amadores quanto atletas profissionais, com benefícios amplamente reconhecidos para a saúde cardiovascular e mental. No entanto, o aumento das exigências físicas impostas ao corpo, somado à falta de acompanhamento profissional adequado, resulta em uma prevalência elevada de lesões musculoesqueléticas que comprometem o desempenho e a saúde dos corredores (De Almeida *et al.*, 2014; Queiroz, 2023).

A fisioterapia, especialmente em sua abordagem preventiva, tem ganhado destaque como uma solução eficiente para a redução das taxas de lesões na prática da corrida de longa distância. Técnicas específicas, voltadas para o fortalecimento muscular e a correção de padrões biomecânicos, têm se mostrado promissoras na mitigação de lesões recorrentes, melhorando o tempo de recuperação e reduzindo o afastamento esportivo (Reis *et al.*, 2022; Medeiros *et al.*, 2022).

Um dos focos da fisioterapia preventiva é o trabalho em pontos-chave de estabilização e mobilidade, que ajudam a absorver melhor o impacto e equilibrar a carga nos músculos e articulações. Estudos recentes indicam que exercícios direcionados para o fortalecimento do core, estabilidade dos tornozelos e flexibilidade dos membros inferiores são essenciais para a prevenção de lesões em corredores (Romanholi *et al.*, 2024; Ramos *et al.*, 2022).

Além das práticas de fortalecimento e flexibilidade, a correção da técnica de corrida também é abordada pela fisioterapia, uma vez que a

biomecânica inadequada pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de lesões. Ajustes simples na postura e no alinhamento corporal durante a corrida são capazes de reduzir o risco de lesões e otimizar o desempenho, sendo fatores fundamentais para o sucesso de programas de prevenção (Ferro, 2021; Luz, 2021).

Nesse contexto, a intervenção fisioterapêutica é configurada como um processo essencial para a longevidade esportiva de corredores, seja na prevenção, seja na recuperação de lesões. A aplicação de programas personalizados, baseados nas necessidades e condições individuais de cada corredor, vem se destacando por promover uma prática esportiva mais segura e eficiente (Silveira, 2023; De Araujo *et al.*, 2022).

Portanto, a análise da intervenção fisioterapêutica na prevenção de lesões musculoesqueléticas em corredores de longa distância é de grande relevância para a fisioterapia esportiva, especialmente no que tange ao desenvolvimento de estratégias que combinem exercícios específicos e técnicas de reabilitação preventiva. O objetivo é proporcionar uma prática esportiva sustentável e saudável, reduzindo a incidência de lesões que podem comprometer a continuidade na prática da corrida (Pereira *et al.*, 2024; De Souza *et al.*, 2021).

Visando abordar a problemática sobre a alta prevalência de lesões entre corredores de longa distância, este estudo busca investigar de que maneira os exercícios preventivos fisioterapêuticos podem reduzir a ocorrência dessas lesões, bem como identificar quais intervenções são mais eficazes para a prevenção de condições específicas como a canelite e a tendinite patelar.

O desenvolvimento de estratégias preventivas em fisioterapia voltadas aos praticantes de corrida é essencial, pois o esporte está associado a uma carga intensa e repetitiva nos membros inferiores. Esse fator destaca-se como um dos principais contribuidores para a incidência de lesões que, muitas vezes, resultam em períodos prolongados de afastamento, afetando tanto o bem-estar físico quanto mental dos corredores (Costa, 2022; Chagas, 2024).

Adicionalmente, a popularidade crescente da corrida de longa distância evidencia a necessidade de práticas preventivas eficazes. Para muitos corredores amadores, a falta de orientação e acompanhamento profissional adequado aumenta o risco de lesões que poderiam ser evitadas com a inclusão de protocolos preventivos fisioterapêuticos. Assim, justifica-se a relevância de estudos que forneçam embasamento científico para a prática da fisioterapia preventiva nessa modalidade esportiva (De Almeida *et al.*, 2014; Queiroz, 2023).

Acredita-se que a criação de protocolos de exercícios preventivos específicos para corredores de longa distância pode contribuir para a saúde e o desempenho esportivo desses indivíduos. A implementação de programas personalizados e baseados em evidências científicas poderá favorecer uma prática mais segura, reduzindo o afastamento por lesões e promovendo a continuidade no esporte (Reis *et al.*, 2022; Romanholi *et al.*, 2024).

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar o impacto dos exercícios preventivos na redução de lesões musculoesqueléticas em corredores de longa distância, com foco em lesões frequentes, como a canelite e a tendinite patelar.

Especificamente, busca-se identificar as técnicas fisioterapêuticas mais eficazes na prevenção dessas lesões e analisar a influência dessas intervenções na biomecânica dos corredores e no tempo de recuperação após uma lesão (De Souza *et al.*, 2021; Pereira *et al.*, 2024).

## DESENVOLVIMENTO

O aumento da prática de corrida de longa distância traz benefícios, mas também riscos consideráveis para a saúde musculoesquelética dos praticantes, destacando-se lesões comuns como a canelite e a tendinite patelar. Essas lesões, conforme abordado por Chagas (2024), resultam do impacto contínuo e sobrecarga mecânica, agravando-se pela ausência de um fortalecimento adequado. Luz (2021) e Romanholi *et al.* (2024) corroboram que a fisioterapia preventiva oferece técnicas de fortalecimento muscular que atuam na diminuição de sobrecargas nas articulações.

As lesões musculoesqueléticas são amplamente estudadas na literatura esportiva, com ênfase em como a fisioterapia pode prevenir sua ocorrência. De acordo com Costa (2022), o fortalecimento dos músculos estabilizadores do core e dos membros inferiores é essencial para suportar o impacto da corrida. Pereira *et al.* (2024) e Ferro (2021) apontam que a preparação muscular específica, proporcionada pela fisioterapia preventiva, desempenha um papel crucial na resistência física dos corredores.

A estabilização do core e o alinhamento biomecânico são estratégias que a fisioterapia utiliza para prevenir lesões. Segundo De Almeida *et al.* (2014), o desequilíbrio muscular e a instabilidade articular são fatores predisponentes para lesões. Por isso, Luz (2021) reforça que a fisioterapia preventiva direciona seus protocolos de fortalecimento à estabilidade corporal, enquanto Chagas (2024) destaca a importância da adaptação progressiva dos músculos.

A prevenção de lesões como a tendinite patelar é um desafio enfrentado pelos fisioterapeutas, especialmente em corredores de



longa distância. Queiroz (2023) sugere que a carga repetitiva nos tendões pode ser mitigada com programas específicos de fortalecimento. Costa (2022) e Reis *et al.* (2022) evidenciam que, por meio de técnicas direcionadas de fisioterapia, é possível diminuir a sobrecarga sobre o tendão patelar, promovendo assim maior resistência ao impacto.

A fisioterapia preventiva também se foca na educação postural e na correção de padrões de movimento que podem gerar sobrecarga nas articulações. Romanholi *et al.* (2024) observa que a postura inadequada aumenta o risco de lesões. Dessa forma, Ramos *et al.* (2022) enfatiza a importância da orientação postural contínua, enquanto De Barros Bueno (2021) destaca a eficácia de técnicas como o biofeedback para melhorar a consciência corporal dos atletas.

Outro ponto importante abordado por Ferro (2021) é a relação entre a cinemática da corrida e as lesões. Segundo Reis *et al.* (2022), alterações nos ângulos de movimento, como a pronação excessiva dos pés, influenciam diretamente na incidência de lesões musculoesqueléticas. Medeiros *et al.* (2022) complementa que o ajuste biomecânico por meio da fisioterapia ajuda a estabilizar esses ângulos, prevenindo sobrecargas em articulações como os tornozelos e joelhos.

Exercícios proprioceptivos são recomendados na fisioterapia preventiva para corredores, pois melhoram a estabilidade e o equilíbrio, fundamentais para evitar lesões. Ramos *et al.* (2022) discute a importância da propriocepção na estabilidade articular. De Oliveira *et al.* (2024) explica que esses exercícios promovem uma adaptação neuromuscular que facilita a resposta do corpo às instabilidades, enquanto Costa (2022) enfatiza sua aplicação na prevenção de entorses.

O treinamento de flexibilidade muscular também é enfatizado na fisioterapia preventiva como forma de reduzir a incidência de lesões. Luz (2021) aponta que a falta de flexibilidade é um fator de risco para lesões, especialmente em corredores. Chagas (2024) e Queiroz (2023) reforçam que o alongamento direcionado para os músculos envolvidos na corrida ajuda a manter uma amplitude de movimento saudável e evitar lesões por tensão excessiva.

Para corredores, a resistência muscular localizada nas pernas e tronco é crucial, pois essas áreas sofrem a maior parte do impacto durante a corrida. Costa (2022) ressalta que a fisioterapia preventiva se concentra em exercícios específicos que fortalecem essas regiões. Segundo Reis *et al.* (2022) e Ferro (2021), a resistência muscular promove a estabilidade e reduz a fadiga, fatores essenciais para a prevenção de lesões.

A carga de treino é outro fator que influencia diretamente as lesões em corredores,

conforme destaca Medeiros *et al.* (2022). A fisioterapia preventiva atua também no planejamento adequado da carga de treinamento, ajustando a intensidade conforme a capacidade muscular do corredor. De Almeida *et al.* (2014) e Ramos *et al.* (2022) salientam que a sobrecarga sem adaptação progressiva é um dos principais causadores de lesões crônicas.

A recuperação ativa é uma estratégia preventiva utilizada pela fisioterapia para minimizar o risco de lesões. De Barros Bueno (2021) aponta que a liberação miofascial e outras técnicas de recuperação ativa ajudam a reduzir a rigidez muscular. Romanholi *et al.* (2024) e De Souza *et al.* (2021) ressaltam que a recuperação adequada entre os treinos é fundamental para evitar sobrecargas e manter a integridade muscular.

Exercícios de fortalecimento excêntrico são amplamente recomendados para a prevenção de lesões tendíneas, como a tendinite patelar. Queiroz (2023) explica que o fortalecimento excêntrico promove maior resistência tendínea. Pereira *et al.* (2024) e Chagas (2024) reforçam que esse tipo de fortalecimento reduz a incidência de microtraumas nos tendões e é essencial para corredores.

A preparação muscular direcionada para a corrida envolve tanto o fortalecimento quanto a adaptação do corpo à repetição de movimentos. Costa (2022) destaca que a fisioterapia preventiva visa preparar os músculos para suportar a carga de treino. De Araujo *et al.* (2022) e Medeiros *et al.* (2022) evidenciam que essa preparação é fundamental para reduzir o risco de lesões a longo prazo.

Para corredores de longa distância, a sobrecarga nos membros inferiores é inevitável, e a fisioterapia preventiva busca justamente minimizar seus efeitos. Segundo Reis *et al.* (2022), o fortalecimento muscular nas regiões de maior impacto é essencial. Luz (2021) e Ferro (2021) explicam que, ao fortalecer músculos específicos, como quadríceps e isquiotibiais, há uma maior proteção para as articulações.

Ramos *et al.* (2022) discutem que o fortalecimento dos músculos estabilizadores do quadril é crucial na fisioterapia preventiva para corredores. De acordo com De Oliveira *et al.* (2024), a estabilidade do quadril é essencial para o alinhamento corporal. De Almeida *et al.* (2014) reforça que essa abordagem reduz o risco de lesões no joelho e tornozelo, que dependem de um quadril estável.

A fisioterapia preventiva visa, portanto, não apenas tratar lesões, mas também educar o atleta sobre a importância do cuidado corporal contínuo. Luz (2021) destaca a necessidade de conscientização para manter a prática esportiva segura. Queiroz (2023) e Chagas (2024) sugerem que a educação sobre prevenção é tão importante quanto a intervenção em si.

O uso de acessórios, como palmilhas personalizadas, pode auxiliar na prevenção de lesões em corredores. Ramos *et al.* (2022) observa que a personalização do suporte plantar ajuda a corrigir a biomecânica do movimento. Segundo De Souza *et al.* (2021) e De Barros Bueno (2021), esses acessórios podem distribuir melhor o impacto, reduzindo a pressão em pontos críticos.

A canelíte, caracterizada por dor ao longo da tíbia, é uma das lesões mais comuns em corredores e está associada ao impacto repetitivo sobre os membros inferiores. De acordo com Costa (2022), a falta de fortalecimento adequado na região dos tornozelos e pernas aumenta a predisposição para essa lesão. De Souza *et al.* (2021) e Medeiros *et al.* (2022) ressaltam que os exercícios de fortalecimento direcionados para a musculatura da panturrilha e do pé são essenciais para prevenir essa condição.

Estudos indicam que a prática de exercícios de impacto controlado, combinada com técnicas de fortalecimento muscular, pode reduzir significativamente a incidência de canelíte em corredores de longa distância. Segundo Romanholi *et al.* (2024), os protocolos preventivos de fisioterapia visam reduzir o estresse ósseo e muscular. Chagas (2024) e Ramos *et al.* (2022) explicam que esses exercícios promovem uma adaptação progressiva ao impacto, protegendo a região tibial.

O fortalecimento excêntrico dos músculos da panturrilha é especialmente eficaz para prevenir a canelíte, uma vez que reduz a carga sobre a tíbia. Queiroz (2023) afirma que o fortalecimento excêntrico aumenta a resistência muscular à tensão, uma das principais causas da canelíte. Luz (2021) e Pereira *et al.* (2024) corroboram que esse tipo de exercício prepara a musculatura para suportar o impacto repetitivo da corrida, diminuindo o risco de lesões.

Além do fortalecimento, a flexibilidade muscular tem sido apontada como um fator importante na prevenção de lesões. De Almeida *et al.* (2014) destaca que a rigidez nos músculos da panturrilha e dos tendões aumenta o risco de canelíte. Ramos *et al.* (2022) e Ferro (2021) reforçam que a prática de alongamentos específicos contribui para manter uma amplitude de movimento adequada, evitando o estresse excessivo na tíbia.

A tendinite patelar, outra lesão recorrente entre corredores, é caracterizada pela inflamação do tendão patelar devido ao impacto repetitivo no joelho. Costa (2022) observa que a falta de força no quadríceps e desequilíbrios musculares ao redor do joelho são fatores predisponentes. Medeiros *et al.* (2022) e Chagas (2024) ressaltam que o fortalecimento do quadríceps é fundamental para reduzir a sobrecarga no tendão patelar.

O treinamento excêntrico também se mostra eficiente na prevenção da tendinite patelar,

uma vez que aumenta a resistência do tendão às forças de tração. Pereira *et al.* (2024) explica que essa abordagem promove a adaptação estrutural do tendão patelar, tornando-o mais resistente. Luz (2021) e De Souza *et al.* (2021) acrescentam que o fortalecimento excêntrico ajuda a absorver melhor o impacto, reduzindo o risco de inflamação.

Exercícios de estabilidade do core têm se mostrado eficazes na prevenção de lesões no joelho, incluindo a tendinite patelar. Ramos *et al.* (2022) observa que o fortalecimento do core melhora o alinhamento biomecânico, distribuindo de forma equilibrada a carga de impacto. Romanholi *et al.* (2024) e Ferro (2021) destacam que um core fortalecido reduz o estresse sobre os joelhos e auxilia na prevenção de sobrecargas.

A técnica de corrida também influencia na incidência de lesões no joelho. Luz (2021) observa que uma postura inadequada e um padrão de movimento desalinhado sobrecarregam o tendão patelar. De Almeida *et al.* (2014) e Costa (2022) apontam que a correção da técnica de corrida, promovida pela fisioterapia, ajuda a reduzir o impacto direto no joelho, minimizando o risco de tendinite patelar.

Além da técnica, a carga de treinamento é um fator determinante na prevenção de lesões. Medeiros *et al.* (2022) explica que a sobrecarga sem adaptação progressiva é um dos principais causadores de lesões crônicas. Ramos *et al.* (2022) e De Barros Bueno (2021) recomendam que a fisioterapia preventiva inclua a periodização de treinos, garantindo que a intensidade seja compatível com a capacidade do atleta.

A recuperação ativa, como a liberação miofascial, é uma prática que auxilia na redução do estresse muscular e na prevenção de lesões em corredores. Romanholi *et al.* (2024) aponta que a liberação miofascial alivia tensões nos músculos, permitindo uma recuperação mais eficaz. Chagas (2024) e Queiroz (2023) reforçam que essa prática reduz o risco de sobrecargas e proporciona uma recuperação mais rápida após o treino.

Exercícios de propriocepção são fundamentais na prevenção de lesões musculoesqueléticas, incluindo a canelíte e a tendinite patelar. Segundo De Oliveira *et al.* (2024), a propriocepção aprimora a resposta do corpo a instabilidades. Costa (2022) e Ferro (2021) destacam que essa capacidade permite ao corpo se ajustar a variações de terreno, comum em corridas de longa distância, reduzindo a incidência de lesões.

A mobilidade das articulações também é crucial para prevenir lesões em corredores. De Araujo *et al.* (2022) aponta que articulações rígidas aumentam a carga sobre os músculos e tendões. Ramos *et al.* (2022) e Pereira *et al.* (2024) enfatizam que a fisioterapia preventiva trabalha na

mobilidade articular para promover uma corrida mais fluida e com menos estresse sobre o corpo.

Os exercícios de aquecimento dinâmico, orientados pela fisioterapia, são eficazes na preparação muscular antes de atividades de impacto como a corrida. Luz (2021) observa que o aquecimento reduz a rigidez muscular e aumenta o fluxo sanguíneo. Medeiros *et al.* (2022) e De Souza *et al.* (2021) explicam que essa preparação reduz o risco de lesões, pois os músculos já estão prontos para suportar a carga de impacto.

Para o tratamento da tendinite patelar, além da fisioterapia preventiva, alguns estudos apontam a eficácia do fortalecimento isométrico como complemento. Pereira *et al.* (2024) afirma que o trabalho isométrico reduz a dor e melhora a resistência do tendão. Ramos *et al.* (2022) e Queiroz (2023) concordam que o fortalecimento isométrico, aliado ao excêntrico, promove uma recuperação segura e reduz a inflamação.

Outro recurso utilizado na fisioterapia preventiva é o uso de acessórios de suporte, como palmilhas personalizadas, que corrigem a biomecânica e distribuem a pressão. Romanholi *et al.* (2024) observa que as palmilhas reduzem o impacto na tíbia e nos joelhos. Luz (2021) e De Barros Bueno (2021) acrescentam que a distribuição adequada da pressão reduz a incidência de lesões, como a canelíte e a tendinite patelar.

Exercícios de fortalecimento de membros inferiores, especialmente quadríceps e isquiotibiais, são essenciais para a prevenção de lesões nos joelhos. Costa (2022) observa que a fisioterapia preventiva direciona esses exercícios para suportar o impacto da corrida. De Souza *et al.* (2021) e Medeiros *et al.* (2022) reforçam que o fortalecimento reduz o desgaste articular e protege o tendão patelar.

O treinamento intervalado de alta intensidade, quando não controlado, pode aumentar a incidência de lesões em corredores. De Oliveira *et al.* (2024) e Reis *et al.* (2022) indicam que o planejamento adequado e o controle das intensidades de treino ajudam a evitar sobrecargas, mantendo os benefícios do treino sem riscos excessivos para a musculatura e tendões.

A recuperação muscular, com intervalos programados entre os treinos, é recomendada pela fisioterapia preventiva para evitar lesões. Romanholi *et al.* (2024) e Ramos *et al.* (2022) explicam que pausas adequadas promovem a recuperação do tecido muscular e tendíneo. Pereira *et al.* (2024) acrescenta que a falta de recuperação adequada é um fator recorrente em lesões por sobrecarga.

## METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo é de caráter exclusivamente bibliográfico, direcionada à análise e revisão de literaturas acadêmicas, artigos científicos e documentos pertinentes ao tema em estudo. Essa escolha metodológica permite uma investigação aprofundada das abordagens teóricas e práticas, consolidando uma base sólida para a discussão e permitindo uma compreensão mais abrangente sobre o fenômeno analisado. A análise de materiais bibliográficos foi criteriosa, considerando obras atualizadas e referências amplamente reconhecidas na área, a fim de garantir a qualidade e validade dos dados coletados para a fundamentação teórica.

Os critérios de seleção dos materiais incluíram a relevância do conteúdo, a contribuição para o campo e a atualidade das publicações, filtrando informações essenciais ao entendimento aprofundado do objeto de estudo. Com base nas referências selecionadas, a metodologia possibilita uma análise crítica e comparativa das diferentes perspectivas apresentadas na literatura, possibilitando uma síntese informativa que alicerça as conclusões e as discussões apresentadas no decorrer deste artigo.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste estudo, os resultados demonstram a importância da intervenção fisioterapêutica na redução de lesões comuns em corredores de longa distância, como a canelíte e a tendinite patelar. A análise bibliográfica evidencia que protocolos preventivos, como o fortalecimento muscular específico e exercícios de flexibilidade, são eficazes para minimizar a incidência dessas lesões (Chagas, 2024; Costa, 2022).

A literatura sugere que o fortalecimento dos músculos estabilizadores do core e dos membros inferiores é fundamental para corredores. Estudos indicam que programas de fortalecimento específico são eficazes na estabilização articular e na prevenção de lesões musculoesqueléticas, proporcionando melhor desempenho e resistência aos corredores (De Almeida *et al.*, 2014; Ferro, 2021).

Em relação à canelíte, observou-se que a sobrecarga repetitiva na região da tíbia é uma das principais causas dessa condição. Protocolos que integram o fortalecimento excêntrico dos músculos da panturrilha mostram-se eficazes na redução do impacto direto sobre a tíbia, minimizando o risco de inflamação e dor (Queiroz, 2023; Luz, 2021).

A tendinite patelar, por outro lado, está associada ao impacto excessivo no joelho e ao desequilíbrio muscular. A fisioterapia preventiva, por meio de exercícios excêntricos, aumenta a resistência do tendão patelar, promovendo

adaptações estruturais que previnem o desenvolvimento de tendinites em corredores (Pereira *et al.*, 2024; Ramos *et al.*, 2022).

Exercícios de propriocepção e estabilidade do core são altamente recomendados na literatura para evitar lesões de joelho e tornozelo em corredores. Ramos *et al.* (2022) e Romanholi *et al.* (2024) destacam que a propriocepção ajuda o corpo a se ajustar a diferentes terrenos, enquanto o fortalecimento do core melhora o alinhamento biomecânico, reduzindo a sobrecarga nas articulações.

A análise dos dados sugere que a técnica de corrida influencia diretamente a incidência de lesões, especialmente quando o padrão de movimento é inadequado. Ferro (2021) observa que uma postura desalinhada aumenta o risco de lesões, corroborando a importância da correção técnica promovida pela fisioterapia para reduzir a carga sobre os membros inferiores (Luz, 2021; Costa, 2022).

Estudos apontam que a falta de flexibilidade muscular é um fator de risco para lesões, particularmente em corredores de longa distância. O alongamento e a mobilidade articular mantêm a amplitude de movimento e previnem tensões excessivas, especialmente nas regiões da panturrilha e do quadríceps, conforme destacado por De Araújo *et al.* (2022) e Medeiros *et al.* (2022).

Além do fortalecimento e da flexibilidade, a carga de treino deve ser gerenciada para evitar sobrecarga. Medeiros *et al.* (2022) ressalta que a progressão gradual na intensidade dos treinos, aliada à recuperação muscular adequada, é essencial para prevenir lesões em corredores de longa distância (De Souza *et al.*, 2021; Chagas, 2024).

A recuperação ativa, como a liberação miofascial, foi mencionada como uma estratégia eficaz para reduzir a rigidez muscular e prevenir lesões. Romanholi *et al.* (2024) e De Barros Bueno (2021) apontam que essa técnica melhora a circulação sanguínea e promove relaxamento muscular, contribuindo para uma recuperação mais rápida entre os treinos.

As técnicas preventivas, como o uso de palmilhas personalizadas, ajudam a corrigir a biomecânica e a distribuir o impacto durante a corrida. Luz (2021) e Queiroz (2023) indicam que palmilhas adaptadas ao perfil do corredor ajudam a prevenir lesões ao reduzir o estresse nas regiões mais vulneráveis dos membros inferiores.

A literatura também destaca a importância de uma análise contínua das condições físicas dos corredores. Reis *et al.* (2022) e Ramos *et al.* (2022) enfatizam que a monitorização regular permite ajustes no treinamento e nos protocolos preventivos, adaptando-os conforme a resposta do corpo, reduzindo o risco de lesões.

Em resumo, os achados deste estudo sugerem que a intervenção fisioterapêutica, por meio de técnicas de fortalecimento, flexibilidade, correção biomecânica e recuperação ativa, é fundamental para a prevenção de lesões musculoesqueléticas em corredores de longa distância. A adoção de protocolos personalizados e progressivos contribui significativamente para a segurança e a longevidade esportiva desses atletas (De Souza *et al.*, 2021; Ferro, 2021; Medeiros *et al.*, 2022).

## CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida observou a relevância da intervenção fisioterapêutica na prevenção de lesões musculoesqueléticas em corredores de longa distância, especialmente no que se refere à redução de lesões comuns como a canelite e a tendinite patelar. Ao longo do trabalho, foram analisadas diversas técnicas preventivas utilizadas na fisioterapia, incluindo o fortalecimento muscular, a estabilização do core, a correção da biomecânica da corrida e a recuperação ativa. Esse conjunto de práticas visa minimizar o impacto repetitivo sobre os músculos e articulações dos corredores, promovendo uma prática esportiva mais segura e eficiente.

A análise dos dados bibliográficos também permitiu uma compreensão mais detalhada dos fatores de risco que levam à ocorrência de lesões entre corredores de longa distância, ressaltando a importância de um acompanhamento fisioterapêutico adequado. Observou-se que as técnicas preventivas auxiliam tanto na adaptação do corpo às exigências da corrida quanto na prevenção de sobrecargas que poderiam resultar em lesões crônicas. Com isso, a pesquisa ofereceu uma visão ampla sobre a contribuição da fisioterapia preventiva na promoção da saúde esportiva.

Além disso, foi abordada a importância da individualização dos protocolos preventivos para atender às necessidades específicas de cada corredor. A personalização das intervenções fisioterapêuticas, baseada em uma avaliação individualizada das condições físicas do atleta, mostrou-se um fator decisivo para a eficácia dos programas de prevenção. Constatou-se que o ajuste contínuo e específico das técnicas utilizadas pode garantir uma prática esportiva com menor risco de lesões.

Os objetivos do estudo foram alcançados, visto que foi possível analisar as principais intervenções fisioterapêuticas voltadas para a prevenção de lesões em corredores, bem como entender seu impacto no desempenho e na segurança dos praticantes. Foi demonstrado que a fisioterapia preventiva, por meio de técnicas de

fortalecimento e correção biomecânica, exerce papel fundamental na saúde dos corredores, reduzindo significativamente a frequência e a gravidade das lesões comuns nessa modalidade esportiva.

Outro objetivo alcançado foi a compreensão do papel das técnicas de recuperação ativa, como a liberação miofascial, no processo de prevenção de lesões. A pesquisa evidenciou que essas práticas são eficazes para melhorar a circulação e reduzir a rigidez muscular, fatores essenciais para a recuperação entre os treinos e para a manutenção da integridade musculoesquelética dos corredores de longa distância.

Com isso, foi possível constatar que é essencial integrar a fisioterapia preventiva aos treinamentos de corredores de longa distância para responder ao problema de pesquisa. Observou-se que a fisioterapia preventiva não apenas atua na redução das lesões, mas também melhora a biomecânica do movimento e proporciona um maior entendimento sobre os cuidados necessários para uma prática esportiva segura. Esse conjunto de ações responde de maneira satisfatória ao problema de pesquisa ao demonstrar a efetividade das intervenções fisioterapêuticas.

Nesse sentido, observou-se que as intervenções fisioterapêuticas preventivas reduzem a incidência de lesões, promovem melhor adaptação ao impacto da corrida e contribuem para o aumento da longevidade esportiva dos corredores. Observou-se que técnicas como o fortalecimento excêntrico e a propriocepção são cruciais para estabilizar articulações e reduzir sobrecargas em músculos específicos. Adicionalmente, a pesquisa destacou a importância da flexibilidade e da estabilidade muscular, que ajudam a manter a amplitude de movimento e evitam tensões excessivas durante a corrida.

Os principais resultados apontam também que a correção da técnica de corrida e o uso de acessórios personalizados, como palmilhas, são complementos eficazes para a prevenção de lesões, garantindo uma distribuição mais equilibrada do impacto. A análise revelou que esses ajustes biomecânicos são fundamentais para uma prática segura e para a prevenção de sobrecargas que levam ao desenvolvimento de condições crônicas.

Assim, conclui-se que este estudo contribui para a ampliação do conhecimento sobre a fisioterapia preventiva em corredores de longa distância, oferecendo informações práticas e teóricas que podem ser aplicadas tanto por profissionais quanto por praticantes. A pesquisa reforça a importância da fisioterapia como ferramenta essencial para a promoção da saúde esportiva e para a prevenção de lesões musculoesqueléticas, contribuindo para o bem-estar dos corredores.

Além disso, este estudo contribui para o campo da fisioterapia esportiva ao fornecer uma base teórica robusta sobre os benefícios das intervenções preventivas, incentivando a adoção de práticas fisioterapêuticas entre corredores. A pesquisa serve como um guia para o desenvolvimento de programas preventivos personalizados que atendam às necessidades específicas de cada atleta, promovendo uma prática esportiva mais segura.

Diante de tais considerações, recomenda-se para trabalhos futuros um maior aprofundamento sobre a aplicação de técnicas específicas de prevenção de lesões em grupos distintos de corredores, como amadores e profissionais, para verificar a eficácia das intervenções de maneira mais segmentada. Também seria relevante explorar a aplicação de novas tecnologias, como a análise biomecânica digital, para auxiliar na personalização dos protocolos preventivos e aprimorar os resultados da fisioterapia preventiva.

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas investiguem o impacto de protocolos preventivos de fisioterapia em outras modalidades esportivas, permitindo um entendimento mais amplo sobre a aplicabilidade das técnicas e contribuindo para o desenvolvimento de estratégias de prevenção adaptadas a diferentes contextos e necessidades.

## REFERÊNCIAS

CHAGAS, Thaysa Passos Nery. Dor e lesões musculoesqueléticas em praticantes de corrida de rua e os mecanismos neurais envolvidos: estudo observacional. 2024.

COSTA, Higor Bruno de Sousa. Lesões musculoesqueléticas desencadeadas pelos praticantes de corrida no atletismo. 2022.

DE ALMEIDA, Andreza Luiza; DUMAS, Flavia Ladeira Ventura; DE LIMA MELLO, Enilda Marta Carneiro. Análise dos efeitos de um programa de exercícios associado à massagem como medida preventiva para a Síndrome do Piriforme em corredores de longa distância. **Universitas: Ciências da Saúde**, v. 12, n. 2, p. 69-75, 2014.

DE ARAÚJO, Heloisa Salamoni et al. Função musculoesquelética e prevalência de lesões de membros inferiores em corredores de rua de Curitiba. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 21, n. 1, p. 28, 2022.

DE BARROS BUENO, Gabriela Breder. Técnicas de recuperação no esporte e sua eficácia: revisão bibliográfica. 2021.

DE OLIVIERA, Karen Nunes et al. Exercícios específicos na prevenção de entorse de tornozelo em atletas de voleibol: uma análise da literatura. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 22, n. 3, p. e3914-e3914, 2024.

DE SOUZA, Vinícius Veiga et al. Treinamento intervalado de alta intensidade na ocorrência de lesões em corredores: uma revisão da literatura. 2021.

DOS SANTOS BESSA, André. Exercício Físico Aplicado na Recuperação de Lesões do Menisco. 2023.

FERRO, Mayara Rodrigues. Fisioterapia em atletas de corrida de rua: o que a literatura tem abordado?. 2021.

LUZ, Bruna Calazans. Alterações cinemáticas e características de carga de treinamento em corredores e corredoras com dor patelofemoral. 2021.

MEDEIROS, Robson da Silva et al. Treinamento intervalado de alta intensidade aplicado a corredores de rua: implicações na performance e na saúde. 2022.

QUEIROZ, Ícaro Matheus Almeida. Prevalência, incidência e fatores associados às lesões em corredores recreacionais no Brasil: uma revisão narrativa. 2023.

RAMOS, Bruna et al. Práticas de prevenção das principais lesões de joelho em atletas amadores de corrida de rua. **Human and Social Development Review-ISSN 2675-8245**, v. 3, n. 1, p. 0-0, 2022.

REIS, Caroline Rezende dos; BORGES, Dayanne Sarah Lima; RAVAGNANI, Christianne de Faria Coelho. Avaliação multiprofissional do atleta. **Avaliação multiprofissional do atleta**, 2022.

PEREIRA, Stephanie Rocha et al. LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS EM ESPORTES DE ALTO IMPACTO: A COMPLEXIDADE DA SÍNDROME COMPARTIMENTAL. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 11, p. 882-895, 2024.

ROMANHOLI, Iago Pinto et al. Efeitos dos protocolos de prevenção de lesão na biomecânica do movimento de aterrissagem em corredores: revisão sistemática. 2024.

RAMOS, Bruna et al. Práticas de prevenção das principais lesões de joelho em atletas amadores de

corrida de rua. **Human and Social Development Review-ISSN 2675-8245**, v. 3, n. 1, p. 0-0, 2022.

SILVEIRA, Rodrigo Pimentel da. Efeitos da liberação miofascial instrumental no desempenho físico de corredores de 400 metros: um ensaio clínico randomizado. 2023.



v.1, n.7, 2024 - Novembro

## Revista Multidisciplinar

PROCESSO DE LICITAÇÕES PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS  
(PPP) NO BRASIL

VIVIANE SILVA DE PAULA e ALESSANDRA GONÇALVES DE OLIVEIRA



<https://www.rafaelnaves.adv.br/direito-administrativo-das-parcerias-publico-privadas/>

PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

ISSN

International Standard Serial Number

2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



## PROCESSO DE LICITAÇÕES PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP) NO BRASIL

VIVIANE SILVA DE PAULA<sup>1</sup>  
ALESSANDRA GONÇALVES DE OLIVEIRA<sup>2</sup>

**Revista o Universo Observável**  
**DOI: 10.5281/zenodo.14063868**  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14063868)

---

<sup>1</sup>Servidora pública com ampla experiência na área educacional e na gestão de políticas públicas, atualmente trabalha como PMP- Gestora de Projetos e auditoria interna ESG na Prefeitura de Itanhaém. Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação e graduada em Letras, possui sólida formação acadêmica complementada por especializações em Gestão Educacional, Gestão Pública, Políticas Sociais, Projetos Sociais, Direito Educacional e Direito da Criança, Adolescente e Idoso. Sua atuação profissional destaca-se pela busca da inclusão produtiva e social, empoderamento feminino e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Autora de publicações relevantes, com artigos científicos sobre participação cidadã, eficiência na administração pública, direitos humanos, políticas públicas e educação, Viviane mantém-se atualizada cursando MBAs e especializações em áreas como Gestão Estratégica Empresarial, Economia Criativa, Cidades Inteligentes e ESG. Comprometida com a construção de uma sociedade justa e equitativa através da educação, Viviane consolida sua trajetória profissional como agente de transformação social. E-mail: [vivianedep@gmail.com](mailto:vivianedep@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9752-7890>

<sup>2</sup>Com vasta experiência em gestão pública, se destaca na SEPLAG/MT por sua expertise em gestão de projetos e sua pesquisa inovadora em gamificação. Graduada pela UFMT e pós-graduada pelo IFMT, ela dedica-se a otimizar processos e impulsionar a eficiência na administração pública. Alessandra coordena iniciativas estratégicas que buscam não apenas tornar os serviços públicos mais acessíveis e de alta qualidade, mas também aprimorar a experiência do cidadão através de soluções inovadoras. Seu compromisso com a pesquisa em gamificação reflete sua busca constante por ferramentas que promovam a interação e o engajamento dos cidadãos com o setor público. E-mail: [alegon.oliveira@gmail.com](mailto:alegon.oliveira@gmail.com)



## RESUMO

Uma Parceria Público-Privada (PPP) envolve a colaboração entre os setores público e privado para fornecer serviços ou infraestrutura pública. Este artigo investiga as PPPs no Brasil, examinando os tipos de contratos, benefícios potenciais, desafios e lições aprendidas com experiências regionais e internacionais. Através de uma revisão da literatura, incluindo bases de dados como Scielo e documentos oficiais, o estudo aborda o processo de licitação pública e como as PPPs podem alinhar os interesses privados com o bem público. Particularmente na educação, o artigo enfatiza a importância das PPPs em garantir o direito universal à aprendizagem.

**Palavras-chave:** Parceria Público-Privada; PPP; Contratos Públicos; Licitação.

## ABSTRACT

*A Public-Private Partnership (PPP) involves collaboration between the public and private sectors to deliver public services or infrastructure. This article investigates PPPs in Brazil, examining contract types, potential benefits, challenges, and lessons learned from regional and international experiences. Through a literature review, including databases like Scielo and official documents, the study addresses the public bidding process and how PPPs can align private interests with the public good. Particularly in education, the article emphasizes the importance of PPPs in ensuring the universal right to learning.*

**Keywords:** *Public-Private Partnership; PPP; Public procurement; Bidding.*

**JEL:** H57, H54, K12

## 1 INTRODUÇÃO

A provisão eficiente de serviços de infraestrutura é um dos aspectos mais importantes e necessários das políticas de desenvolvimento; e embora o investimento em infraestrutura não garanta crescimento econômico em si, foi demonstrado empiricamente que o progresso em infraestrutura exerce um impulso muito importante nas economias, promovendo uma melhoria na produtividade, competitividade e bem-estar social.

Por outro lado, as redes de infraestrutura constituem uma espinha dorsal da estrutura econômica dos países e de seus mercados. Nesse sentido, os esquemas de parceria público-privada representam uma das maiores inovações do setor de infraestrutura da América Latina nos últimos anos, tendo servido de base a experiência anterior de outros países, como Espanha e Inglaterra, no desenvolvimento desse tipo de colaborações na região.

Esse esquema implica uma alocação eficiente de riscos entre o setor privado e o governo, por meio de contratos que estabelecem critérios e responsabilidades de participação de cada uma das partes envolvidas na concepção de projetos que contemplem o desenvolvimento de obras públicas. Nessas colaborações, o setor privado desempenha papel fundamental na construção, manutenção e operação da infraestrutura, ou no desenvolvimento de serviços, participando também do financiamento do projeto.

Em geral, uma parceria público-privada (PPP) refere-se a um acordo entre o setor público e o setor privado, no qual parte dos serviços ou tarefas que são de responsabilidade do setor público é fornecida pelo setor privado sob um claro acordo de objetivos compartilhados para o fornecimento de serviço público ou infraestrutura pública. Geralmente, não inclui contratos de serviços ou contratos chave na mão, pois são considerados projetos de compras públicas ou privatização de serviços públicos nos quais há um papel contínuo e limitado do setor público.

A gama de aplicações de PPPs abrange desde infraestrutura de energia, infraestrutura de transporte, setor de telecomunicações, bem como fornecimento de serviços de água potável e saneamento, construção de escolas, hospitais, prisões, etc. A partir dos anos 90, o investimento privado começou a desempenhar um papel relevante no financiamento de diferentes tipos de infraestrutura em vários países da América Latina, dada a incapacidade dos Estados de cobrir a necessidade de investimento público na região.

No marco desse processo, o Brasil foi um dos principais destinos de investimento privado para o desenvolvimento e operação de redes de infraestrutura de serviço público. Para isso, foram implementadas reformas estruturais e regulatórias que promoveram a implementação de novos modelos de colaboração entre os dois setores com o modelo de Parceria Público-Privada (PPP).

O objetivo deste trabalho é analisar as diferentes tipologias de contratos de PPP existentes no Brasil, quais são os benefícios potenciais de tais contratos e quais são os problemas e desafios que eles apresentam à luz das experiências regionais e internacionais em sua aplicação.

O seguinte trabalho se classifica como uma revisão de literatura definida por Gil (2008) como aquela que utiliza textos (ou outro material intelectual impresso ou gravado) como fontes primárias para obter seus dados. Não é apenas uma coleção de dados contida em livros, mas, ao contrário, concentra-se na reflexão inovadora e crítica de certos textos e dos conceitos levantados neles, no qual foi realizada uma consulta a livros, dissertações e por artigos científicos selecionados através de busca nos seguintes bases de dados (livros, sites de banco de dados, etc...). Neste trabalho foram utilizadas as bases Scielo, Portal CAPES e Google Academics para a investigação, além de documentos oficiais do Estado do Brasil. O período dos artigos e documentos pesquisados foram os trabalhos publicados nos últimos “10” anos. As palavras-chave utilizadas na busca foram: “parceria *público-privada*”, “*Brasil*” e “licitação pública”.

## 2 LICITAÇÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO BRASIL

Neste capítulo é apresentada uma pesquisa que aborda a teoria da escolha pública, principais conceitos de parcerias público-privadas (PPPs) e licitação pública no Brasil.

### 2.1 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)

O esquema de Parceria Público Privada (PPP) constitui uma alternativa aos sistemas clássicos de contratação de obras públicas, onde o Estado projeta, financia, paga e opera e o privado constrói apenas. Esse mecanismo, de origem na lei anglo-saxônica, desenvolvido no início dos anos 70 no Reino Unido, focava originalmente na concessão da construção e operação de estradas. No entanto, atualmente seu uso foi estendido a outras infraestruturas e serviços públicos, tais como: infraestrutura de energia, infraestrutura de transporte e

fornecimento de serviços de água potável e saneamento, para serviços de educação e saúde (BRITO, SILVEIRA, 2005).

Esse regime busca harmonizar e agregar as vantagens geradas pela participação do setor público e do setor privado na realização de projetos de infraestrutura, em termos de: financiamento, acesso ao mercado de capitais, eficiência na construção, capacidade e gestão de empréstimos. Em geral, o PPP implica a prestação direta de um serviço ao setor público por uma empresa privada, através de um contrato que inclui o projeto, construção e, em seguida, a operação e manutenção de uma infraestrutura (PINTO, 2006).

A ideia central é procurar ganhos de eficiência que surgiriam do alinhamento dos interesses de quem projeta, constrói e depois opera o trabalho ou serviço em questão. Por esse motivo, as PPPs constituem uma ferramenta contratual que pode adotar uma variedade de formatos, dependendo da distribuição dos riscos associados ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura. Nesse cenário, a maior vantagem para o setor público é que as obras são financiadas pelo setor privado, evitando restrições orçamentárias, não gerando dívida pública e aproveitando a capacidade de gestão do setor privado (PINTO, 2006; BRITO, SILVEIRA, 2005).

O reembolso dessa infraestrutura é feito através de cobranças diretas ao usuário ou indiretamente através de cobranças fiscais que permitem que o impacto orçamentário do trabalho seja diferido ao longo do tempo e favorecem a solidariedade entre gerações. Ao mesmo tempo, o interesse das partes privadas em garantir o reembolso do investimento garantiria - em teoria - a solvência das análises de viabilidade dos projetos (BRITO, SILVEIRA, 2005).

As vantagens para o setor privado advêm da capacidade de participar e estruturar projetos que estariam fora de escala sem a participação do setor público. Da mesma forma, o mecanismo de PPP reduz os riscos associados ao possível oportunismo contratual do Estado, relacionados a atos de natureza política, força maior, expropriações, confiscos etc. (PINTO, 2006).

As PPPs podem ter desvantagens em relação às obras públicas tradicionais. Por exemplo, altos custos financeiros que não são compensados por ganhos de eficiência, erros na escolha de projetos e na distribuição de riscos, renegociações recorrentes e falhas na preparação de contratos que resultam em excedentes de custos para os usuários são alguns dos problemas que são identificados e analisados neste documento (BRITO, SILVEIRA, 2005).

No Brasil, a discussão em relação a utilização de programas de parcerias começou

com a lei de PPPs, n.11.079/2004 (BRASIL, 2004). A lei foi criada por causa do grande problema de investimento em infraestrutura existente no país, em que o governo não possui o total de recursos necessários para tais investimentos. Com o advento da lei, o governo procurou incentivar que o setor privado participasse dos projetos de infraestrutura. No ano de 2007, o governo brasileiro lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para promover o planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura, bem como iniciativas urbanas e logísticas. O PAC visava ajudar o país a manter um crescimento sustentável em um curto período (PAC1: 2007-2010; PAC2: 2011-2015). Os objetivos do programa eram aumentar a produtividade econômica, impulsionar a modernização tecnológica e promover a competitividade do país (BERNARDES, 2016).

O PAC investiu quase US \$ 320 bilhões na Infra-estrutura do Brasil nos primeiros quatro anos. O programa foi bem-sucedido, provocando produtividade e, finalmente, permitindo que o Brasil superasse a estagnação econômica. Além disso, o PAC buscou melhorar as estratégias logísticas para investidores interessados em locar áreas operacionais portuárias. Outros investimentos, como a dragagem e a segurança da carga, foram possíveis com os recursos do PAC1 e do PAC2 (D'AGOSTINI, SOBRINHO, 2017).

Em agosto de 2012, o governo brasileiro lançou o Programa de Investimentos em Logística, conhecido localmente como PIL, com o objetivo de desenvolver sistemas de transporte para acomodar populações em crescimento nas principais cidades. O PIL apresenta um modelo de investimento que favorece as parcerias público-privadas (PPP). Algumas concessões foram concedidas a PPPs para muitos projetos rodoviários que usam sistemas inteligentes de transporte (ITS). Além disso, parcerias público-privadas se formaram entre o governo brasileiro e investidores privados, resultando em contratos de concessão para melhorar a infraestrutura ferroviária. Entre 2012 e 2014, o governo concedeu aproximadamente 7.500 Km de rodovias e cerca de 10.000 Km de ferrovias, além de várias áreas portuárias e aeroportos (FRANCO, RANGEL, 2017).

Em 9 de junho de 2015, o governo anunciou um novo programa de concessões de infraestrutura com o objetivo de atrair US \$ 64 bilhões em investimentos nos próximos cinco anos. O programa se concentrará na atualização de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos em 20 estados. As novas concessões terão menos acesso ao financiamento bancário estatal do que os projetos anteriores, e os licitantes deverão usar o financiamento privado (D'AGOSTINI, SOBRINHO, 2017).

Baseando-se nos últimos anos, a demanda do Brasil por serviços de infraestrutura

aumentou consideravelmente. A demanda no tráfego aéreo, por exemplo, cresceu 182,5% de 2002 a 2012. No mesmo período, as vendas de veículos cresceram 153,5% e o tráfego portuário cresceu mais de 18%. Na próxima década, o Brasil terá uma demanda maior com sua matriz de infraestrutura, especialmente com um aumento substancial na produção de petróleo, novos projetos de mineração e expansão do agronegócio. Esse aumento provavelmente se deve ao crescimento dos mercados e à demanda por commodities, aliado ao maior acesso ao mercado de produtos alimentícios brasileiros no exterior (PIRES, PIRES, 2018).

## 2.2 LICITAÇÕES PÚBLICAS

A licitação é um instrumento previsto no art. 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, a licitação é o procedimento administrativo utilizado para a contratação de obras, serviços, compras e alienações. Com a finalidade de regulamentar o citado instrumento legal, o Governo Federal elaborou a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conhecida como Lei das Licitações, que instituiu normas para as licitações e os contratos firmados

Segundo Mello:

Licitação – em suma síntese – é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na idéia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preenchem os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir. (MELLO, 2004. p. 483.)

Para Dallari (2003), a licitação é um procedimento de disputa entre particulares interessados em vender, executar ou prestar serviços para a Administração Pública, pois esta, e os demais órgãos da sua amplitude não detém autonomia sem licitação prévia, com raras exceções”. Diante disso, esta disputa se dará de forma isonômica com o propósito de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, conforme o art. 3º da Lei nº

8.666/1993.

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos (BRASIL, 1993).

A licitação, por ser ato administrativo das esferas da Administração Pública brasileira, deve obedecer aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Soma-se a tais princípios os previstos no art. 3º, da lei 8.666/1993, como igualdade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo. Desta maneira, a Administração Pública procurou eliminar lacunas e uniformizar a interpretação e utilização do ordenamento jurídico pátrio no tocante as licitações.

Após a definição dos princípios a seguir, o legislador definiu no art. 22, da lei 8.666/1993, as modalidades de licitação e a que se destinam.

Art. 22, são modalidades de licitação:

- I - concorrência;
- II - tomada de preços;
- III - convite;
- IV - concurso;
- V - leilão.

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

§ 2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados

devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

§ 4º Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 5º Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação (BRASIL, 1993).

Por isso, com a profissionalização da atuação governamental e atento às novas demandas, o Governo Federal publicou o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, no qual regulamentou uma nova modalidade de licitação: o pregão. Essa modalidade foi criada visando a aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado, no âmbito da União. Entretanto, esta modalidade tem diferenças em relação às modalidades citadas na Lei nº 8.666/1993. Visto que, há a inversão das fases de habilitação e análise das propostas, apenas a documentação comprobatória de habilitação do vencedor é analisada, somente o menor preço pode ser considerado como critério de julgamento, dentre outros. Dois anos após a publicação deste decreto, a presidência da República sancionou a Lei nº 10.520, em que instituiu o pregão no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 2002).

Além disso, a Lei Federal nº 10.520 de 2002 (Lei do Pregão) estabelece um sistema de



leilão reverso para compras governamentais. Em termos gerais, a autoridade pública tem o direito de aplicar as regras estabelecidas na Lei de Leilões Reversos para contratar serviços, compras e obras ordinárias (ou seja, casos em que a descrição das obras ou serviços é facilmente definida em termos padrão na licitação, documentos). O sistema de leilão reverso eletrônico é obrigatório apenas para o governo federal contratar serviços comuns, compras ou obras (BRASIL, 2002).

Posteriormente, atento as novas tecnologias e disseminação do uso do computador e *internet*, o presidente da República editou o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, através do qual regulamentou o pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns. Com isso, tornou-se mais transparente e deu-se maior publicidade aos atos relacionados a processos licitatórios.

Dessa forma, as principais regras para contratação pública e contratos estão na Lei de Licitações Públicas (Lei Federal nº 8.666 / 93) e são aplicáveis às entidades federais, estaduais e municipais.

As regras de contratação pública são estabelecidas em:

- Lei de Leilões (Lei Federal nº 10.520 / 02);
- Decreto do Leilão Eletrônico (Decreto Federal no.5.450 / 05); e
- recém-promulgada Lei das Empresas Estatais (Lei Federal nº 13.303 / 16) e o Decreto Federal (Decreto Federal nº 8.945 / 16).

Além disso, há também o Regime Diferenciado de Aquisições (RDC), criado pela Lei Federal nº 12.462 / 11, aplicável a um tipo restrito de procedimentos de licitação e pouco utilizado no Brasil.

Enquanto a Lei de Licitações Públicas, a Lei de Leilões e o Decreto Eletrônico de Leilão são aplicáveis a todas as entidades governamentais, fundos especiais, autarquias e fundações públicas, a Lei e o Decreto das Companhias Estatais são aplicáveis a empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias. Estes últimos regulamentos incluem regras específicas de contratação pública aplicáveis a essas empresas, uma vez que estão sujeitas a um regime jurídico diferente dos aplicáveis às entidades sujeitas à Lei do Contratos Públicos, à Lei do Leilão e ao Decreto do Leilão Eletrônico.

Mais recentemente, a Lei Federal 13.303 / 2016, aprovada em junho de 2016, estabeleceu regras específicas que devem ser observadas pelas empresas estatais em licitações públicas, bem como uma estrutura de governança corporativa que também deve ser implementada nessas empresas (BRASIL, 2016).

Os estados e municípios podem também aprovar seus próprios regulamentos de aquisições públicas, dentro dos limites das regras gerais estabelecidas pela Lei de Contratação Pública e, respectivamente, a Lei e o Decreto das Companhias Estatais, conforme aplicável.

### 3 PROGRAMA PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO BRASIL

As parcerias combinam recursos e expertise do setor privado com a responsabilidade e regulamentação do setor público. Neste capítulo abordaremos as parcerias das obras do VLT na Baixada Santista, bem como no Rio de Janeiro e a parceria com o Sistema “S” na rede estadual.

#### 3.1 ADEQUAÇÃO EDITAL OBRAS VLT BAIXADA SANTISTA (PPP)

Em 28 de fevereiro de 2019 foi realizado pela EMTU, a sessão pública da licitação para o 2º trecho do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) da Baixada Santista, litoral de São Paulo, estando em fase de licitação.

Portanto, as empresas interessadas em concorrer aos próximos editais terão que esperar a divulgação dos editais para o terceiro trecho de obras. Na terceira fase, o trecho Barreiros-Samaritá tem a previsão de que faça a ligação da Área Insular à Continental de São Vicente, no litoral de São Paulo (figura 1). O processo para o projeto estava previsto para ser iniciado em março 2019, mas a EMTU informou, em nota, que a previsão mudou para a realização até o fim do ano de 2019.

**Figura 1:** Trechos do VLT da Baixada Santista. Em amarelo o trecho 3.



**Fonte:** Edital EMTU (2019)

O trecho Barreiros/Samaritá está previsto para ser composto por 7,50 km de extensão, iniciando-se no pátio de manobras em Barreiros, transpondo o Canal dos Barreiros pela ponte Jornal A Tribuna e seguindo pela Via Angelina Pretti da Silva, pela Avenida Quarentenário, pela Avenida Tribuna e pela Rua Jequié até o pátio de manobras Samaritá, este trecho está em fase de elaboração de projetos para abertura de licitação pública.

São apresentadas de forma resumida, os principais requisitos para a empresa contratada por meio do processo de licitação, de acordo com o edital do segundo trecho do VLT da Baixada Santista.

De acordo com o edital de obras da segunda fase do VLT da baixada Santista:

Os trabalhos deverão ser conduzidos através da aplicação de técnicas consagradas de engenharia, respeitadas as Normas Técnicas aplicáveis. Incluem-se, nas obras e serviços, todos os fornecimentos necessários à execução completa das obras e montagens, conforme especificações técnicas dos projetos anexos a este Termo de Referência.

O planejamento apresentado no Plano de Trabalho deverá ser cumprido com rigor, particularmente quanto aos prazos previstos no respectivo cronograma.

A Contratada deverá ainda observar e atender a todas as normas e legislação vigentes quanto à instalação de canteiro, execução da obra e regimes de trabalho, responsabilizando-se pelas remoções e remanejamento de interferências, demolições necessárias, e destinação adequada dos materiais inservíveis (VLT, 208, p.72).

A empresa ou consórcio de empresas que ganhar o processo de licitação precisará contemplar a obra bruta, obras de arte, edificações, estações de embarque/desembarque, acabamentos, via permanente, sistema de rede aérea, sinalização viária e urbanização, iluminação, drenagem, detecção e alarme de incêndio, sistema de proteção contra descargas atmosféricas. As obras do VTL, precisam em geral, ter em cada sub-trecho, de acordo com o edital da segunda fase, as seguintes especificações:

**Figura 2:** exigências para os trechos do VLT.

1	Remanejamento de interferências	12	Iluminação
2	Terraplenagem	13	Alimentação das estações retificadoras
3	Drenagem	14	Rede aérea
4	Sistema Viário	15	Obras arquitetônicas
5	Infraestrutura da via permanente	16	Instalações hidráulicas
6	Superestrutura da via permanente	17	Instalações elétricas
7	Acessibilidade	18	Comunicação visual
8	Pavimentação	19	Detecção de incêndio
9	Sinalização viária	20	Malha de aterramento
10	Paisagismo e urbanização	21	SPDA
11	Estruturas de concreto armado	22	Banco de dutos

**Fonte:** Edital EMTU (2019).

A contratada deverá providenciar todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os trabalhadores, compreendendo aqueles que atendem às necessidades operacionais na realização dos serviços em observação à NR18. De acordo com o edital, a contratada deverá manter controle tecnológico e a qualidade de serviços, sendo obrigada a:

A Contratada deverá fornecer os atestados de qualidade dos materiais e serviços aplicados na execução das obras em questão, atendendo ao recomendado nas Normas Brasileiras, além das normas ambientais vigentes e as exigências deste Contrato, inclusive executando ensaios referentes aos serviços, a fim de comprovar ou confirmar tal qualidade, a critério da Fiscalização da EMTU/SP.

A Contratada deverá efetuar permanentemente os serviços de controle tecnológico dos materiais, componentes, processos e equipamentos, bem como da qualidade dos serviços executados, através de empresa especializada, a ser aprovada pela Fiscalização da EMTU/SP.

As obras ou serviços executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão involuntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, serão refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da Contratada, sem

ônus para a EMTU/SP, sem implicar alterações do prazo contratual (EMTU, 2018, p. 24).

As obras possuem uma licença prévia anexa ao edital. Os serviços ambientais a serem executados deverão cumprir plenamente todas as exigências ambientais constantes da LP (Licença Prévia), LI (Licença de Instalação), do PBA (Plano Básico ambiental), visando inclusive a obtenção da LO (Licença de Operação), não estando limitado a essas.

O Sistema Integrado Metropolitana da Baixada Santista – SIM e o Veículo Leve sobre Trilhos - VLT é objeto de licenciamento ambiental em andamento na Companhia Ambiental de São Paulo (CETESB), tendo o Trecho 2 do VLT (Conselheiro Nébias/Valongo) obtido a Licença Ambiental Prévia (LP) Nº 2.585, em 26/10/2017, atestando sua viabilidade ambiental.

O estudo ambiental em questão (EIA-RIMA), que descreve o empreendimento licenciado, sua justificativa, características do projeto, diagnóstico dos meios físico, biótico e socioeconômico, avaliou também os impactos ambientais previstos e apresentou as respectivas medidas/ações mitigadoras, detalhadas através de Programas Ambientais específicos, consolidados no PBA – Plano Básico Ambiental, anexo XIII deste termo, que foi elaborado para subsidiar a solicitação de Licença Ambiental de Instalação (LI), detalhando os planos e programas ambientais e as medidas mitigadoras já propostas no estudo ambiental (EIA-RIMA), atendendo às exigências da Licença Ambiental Prévia - LP. (EMTU, 2018, p. 59).

Deverão ser executadas locações, amarrações e transportes de marcos topográficos para o acompanhamento e as confirmações de todos os dados e elementos inscritos nos projetos. O edital prevê que a contratada precisa contemplar toda a mão-de-obra, serviços de engenharia e assistência técnica, materiais, sistemas, conjuntos e componentes, controle de qualidade, ensaios, testes, medições e os equipamentos, ferramentas e veículos necessários à completa instalação e montagem dos Sistemas de Superestrutura de Via Permanente.

Após o plano de trabalho ser aprovado, a EMTU/SP fará a expedição da Ordem de Serviço para execução das obras de implantação do objeto da licitação em questão. A EMTU/SP se reserva ao direito de a seu critério emitir ordens de serviços parciais para execução de frentes de obra. Além disso, a contratada deverá seguir as instruções de todos os itens presentes no edital e em seus anexos.

### 3.2 EDITAL OBRAS VLT RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, em dezembro de 2016, apesar de ter sido oficialmente inaugurado, o novo trecho do VLT Carioca ainda não funcionava e estava em fase final de implantação. O VLT Carioca foi um dos principais legados dos Jogos Olímpicos Rio 2016, mas durante os Jogos Olímpicos funcionou apenas uma seção, ligando o Aeroporto Santos Dumont ao Terminal Rodoviário Novo Rio. Neste final de semana, a Prefeitura do Rio inaugurou um novo trecho do VLT Carioca, ligando a vizinhança da Central do Brasil à Praça XV. A inauguração foi apenas um evento político, e o serviço de transporte de passageiros só ficou operacional em janeiro de 2017, sob a gestão do novo prefeito do Rio, Marcelo Crivela.

A concorrência pública, seguiu as leis vigentes, conforme edital:

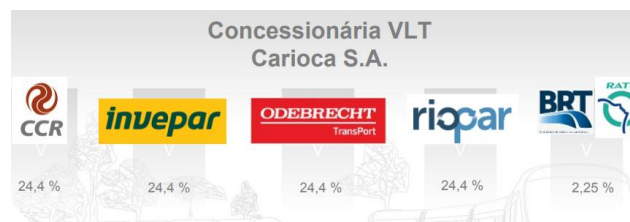
A presente Concorrência e a adjudicação dela decorrente se regem por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2.004, Lei Complementar Municipal nº 105, de 22 de dezembro de 2.009, e no que for aplicável, pelas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e nº 8.987, de 13 de fevereiro 1.995, Lei Complementar Municipal nº 37, de 14 de julho de 1.998, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei Municipal nº 207, de 19 de dezembro de 1.980, ratificado pela Lei Complementar nº 1, de 13 de setembro de 1.990, pelo Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto nº 3.221, de 18 de setembro de 1.981, bem como pelas disposições deste Edital e seus Anexos... (VLT-RJ, 2012, p.17)

O objeto da Concorrência pública foi a Concessão público privada patrocinada para a

prestação dos Serviços, que incluam realizar a Obra e Fornecimento da Rede Prioritária, com a intenção de implantar, operacionalizar e manter o sistema de transporte de passageiros com o uso de Veículo Leve sobre Trilho (VLT) no porto e área do centro do Rio de Janeiro (VLT-RJ, 2012).

A Concessionária VLT Carioca S.A. (figura 3), ganhou a licitação do VLT carioca. A concessão foi patrocinada para a prestação de Serviços de Transportes, visando a implantação (obras civis, sistemas e material rodante), operação e manutenção de um sistema de Veículos Leves sobre Trilhos, nas regiões portuária e central da cidade do Rio de Janeiro. O prazo da concessão é de 25 anos, o prazo de implantação de 3 anos e o prazo de operação e manutenção de 22 anos.

**Figura 3:** Concessionária VLT Carioca, empresas participantes.



Fonte: VLT-RJ (2012).

O capital social das concessionárias concorrentes precisava ser igual ou maior do que 10% da estimativa do valor do contrato com dedução do Aporte Público e sua parcela integralizada em dinheiro, de pelo menos 10% do capital, sendo que os 90% que restavam precisavam ser integralizados em até 18 meses, a partir da data em que foi emitida a ordem para iniciar as obras. (VLT-RJ, 2012). A figura abaixo mostra a rede prioritária do VLT do Rio de Janeiro:

**Figura 4:** Rede prioritária VLT – Rio de Janeiro.



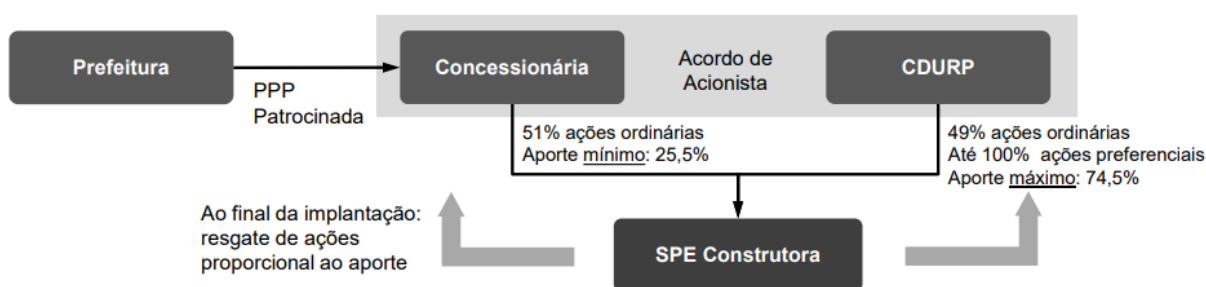
Fonte: VLT-RJ (2012).

O grupo vencedor da licitação em 2013 apresentou proposta com oferta de R\$ 5.959.364,27 mensais pagos pela prefeitura durante 25 anos de contrato - valor 1,35% abaixo do teto de R\$ 6.040.916,67 estimado pelo edital. O valor a ser pago da contraprestação mensal pela prefeitura só se deu depois do término da obra e início da operação, o que deve ocorrer no prazo de dois anos e meio aproximadamente. Conforme o edital, o aporte público foi como descrito:

Conforme autorizado pelo artigo 6º, § 2º da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, o Poder Concedente realizará, em favor da Concessionária, o Aporte Público na quantia de R\$ 532.000.000,00 (quinhentos e trinta e dois milhões de reais). Esta transferência de recursos para a Concessionária tem a finalidade de auxiliá-la na construção e/ou aquisição de bens reversíveis, necessários à implantação do VLT (VLT-RJ, 2012, p.19)

O Poder Concedente licitou a PPP, sendo a implantação em conjunto com a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), conforme figura 5:

**Figura 5:** PPP patrocinada com participação acionária



Fonte: VLT-RJ (2012).

Conforme o edital, a remuneração da Concessionária tem sua composição regida da seguinte forma:

- (a) Receita Tarifária decorrente do recebimento da Tarifa de Remuneração, conforme definida nos Anexo 1 - Minuta de Contrato e



Anexo 9 - Estrutura Tarifária, deste Edital;

(b) Receitas Alternativas e Financeiras; e,

(c) Contraprestação Pecuniária Mensal devida pelo Poder Concedente... (VLT-RJ, 2012, p.18)

As empresas concorrentes precisaram apresentar a proposta de implementação de serviços. Quanto as condições das concessionárias para participar, o edital fala o seguinte:

Poderão participar da presente Concorrência todas as pessoas jurídicas legalmente constituídas, nacionais ou estrangeiras, entidades de previdência complementar e Fundos de Investimentos em Participações - FIP, isolados ou reunidos em Consórcio, que comprovarem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e da legislação em vigor (...)

Somente será permitida a participação de sociedades coligadas, controladas ou sob o mesmo controle se todas figurarem como membros de um mesmo consórcio. (VLT-RJ, 2012, p.32).

Caso a licitante faça parte de um consórcio, deverá ser apresentado, em conjunto com a Documentação de Habilitação, Termo de Compromisso de Constituição de SPE, documentos que atendam às exigências o edital.

Os interessados deverão apresentar: Garantia da Proposta, para cobrir os termos previstos no Edital e seguindo o artigo 31, III, da Lei de Licitações com um valor que equivale a 1% do total de estimativa contratual, além de apresentar os documentos relativos para habilitação jurídica da Licitante, regularidade fiscal da Licitante, documentos relativos à qualificação técnica da Licitante, documentos relativos à qualificação econômica financeira da empresa interessada, além da a proposta econômica.

Para elaborar a Proposta do plano econômico, as empresas que licitam devem fazer a expressão dos valores em reais (R\$), com somente 2 casas decimais, com referência ao mês de junho de 2012. Os termos contratuais irão obedecer a minuta do Contrato, assim como às Leis Federais nº 8.666, de 1993; 8.987, de 1995; 11.079, de 2004 e à Lei Complementar do município do Rio de Janeiro nº 105, de 2009.

### 3.3 A PARCERIA COM O SISTEMA “S” NA REDE ESTADUAL

As parcerias entre autoridades públicas e entidades privadas em educação já existiam em alguns países antes da popularização do termo PPP. Eles refletiram a história e os processos políticos de cada país. No entanto, as últimas três décadas foram marcadas pelo surgimento de um tipo diferente de PPP, uma estratégia alternativa para responder aos desafios enfrentados pelos sistemas educacionais. Essa alternativa, nascida em países industrializados, também está sendo promovida nos países em desenvolvimento pelas mãos de agências de ajuda e instituições internacionais, como o Banco Mundial e a OCDE. Esta promoção está tendo efeitos importantes no papel do Estado em relação ao setor privado como prestador de serviços públicos, incluindo sistemas educacionais.

No Brasil, o "Sistema S" refere-se ao conjunto de instituições de categorias profissionais: Serviço Nacional de Comércio, Indústria, Rural, Transporte, Aprendizado Cooperativo, Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), entre outros. Os recursos, estabelecidos como percentual dos salários pagos pelas empresas, devem ser aplicados para financiar atividades de treinamento profissional, saúde e lazer (ESTORMOVSKI, 2017).

Dessa forma, no Brasil se estabeleceu uma parceria entre o governo do estado e o sistema S, firmada em setembro de 2017. Estormovski (2017) apresentou uma pesquisa com o objetivo de analisar a parceria que se estabeleceu entre a Secretaria Estadual de Educação do Brasil e o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) para que fossem oferecidos a estudantes e profissionais da rede cursos de profissionalização. A autora realizou uma análise de conteúdo com metodologia qualitativa, onde foram examinados documentos e informações disponíveis nas plataformas governamentais sobre tal parceria. A autora concluiu que através dessa iniciativa se refletiu o quase-mercado e a propriedade pública não estatal, de forma que o governo propôs políticas que o desresponsabilizam de suas obrigações e as repassaram para iniciativa privada, de maneira que favorece que se implemente um projeto de educação direcionado ao mercado e que colabora com o capital.

Em julho de 2018, o governo estadual assinou, o Termo de Cooperação com o Senac, Sebrae e Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP), para a execução do projeto de qualificação das 26 Escolas Técnicas Agrícolas do Estado. Também foi firmada a parceria

de Termo de Colaboração para Formação Continuada de cinco mil (5 mil) professores estaduais e municipais que aderiram ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG) (RS, 2018).

As PPPs operam exatamente em um espaço no qual o esforço privado ou não estatal pode coincidir com o interesse público. A chave para transformar essa possibilidade em realidade está ligada à existência, promoção e garantia de continuidade dos espaços onde os interesses de ambos os agentes se alinham, como é o caso da PPP com o sistema S no Brasil. Isso pode assumir várias formas, mas deve-se enfatizar que as PPPs na educação fazem sentido se e somente se contribuem para garantir o interesse público em relação ao direito universal de aprender.

Não foram encontrados indicadores de resultados da parceria em questão. Considera-se que para PPPs no setor educacional devam incluir especificações de desempenho que definam padrões de desempenho e facilitem a medição e o monitoramento da qualidade e eficiência da escola. Os indicadores de desempenho podem ser quantitativos, como testes padronizados ou dados de matrículas, ou qualitativos, como pesquisas com escolas e pais ou inspeções escolares. É particularmente importante incluir indicadores de qualidade que incentivem melhorias no desempenho escolar; igualmente importante é que eles sejam reforçados com a supervisão apropriada.

Também, considera-se que é necessário definir requisitos operacionais e padrões de desempenho que devem ser seguidos pelas escolas e seus operadores e recompensar a inovação e a melhoria da qualidade. Uma maneira de fazer isso é através de prêmios monetários para as escolas por um bom desempenho. Por outro lado, as penalidades por baixas realizações devem incluir a revogação de subsídios. É necessário estabelecer um grupo especializado de autoridades para gerenciar programas de parcerias público-privadas. Este grupo deve ver, entre outras coisas, o fluxo de fundos do governo para as escolas e implementar critérios e regulamentos de qualificação.

A aplicação e crescimento do modelo PPP educacional requer ajustes legais em nível estadual. É necessário que cada entidade federativa desenvolva seus respectivos regulamentos. A falta de recursos estaduais e municipais para a consideração do PPP educacional pode resultar na arrecadação de impostos locais, previstos nos regulamentos sobre o assunto. Nesses sistemas, será necessário identificar a entidade que supervisiona a correta aplicação do contrato de PPP.

## CONCLUSÃO

Foi estudado e abordado neste trabalho, a questão da licitação pública no Brasil. Foi realizada pela EMTU em 2019 a sessão pública da licitação para o 2º trecho do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) da Baixada Santista, litoral de São Paulo. A terceira fase das obras foi prevista para 2022, sendo que provavelmente, houve mais licitações para obras nos anos seguintes. Portanto, o problema deste trabalho consiste em verificar quais as condições necessárias para uma empresa participar do processo licitatório.

O processo de licitação deve respeitar procedimentos em licitações no setor público brasileiro regido pelas leis. Dessa forma, as principais regras para contratação pública e contratos estão na Lei de Licitações Públicas (Lei Federal nº 8.666 / 93) e são aplicáveis às entidades federais, estaduais e municipais.

No Brasil se estabeleceu uma parceria entre o governo do estado e o sistema S, firmada em setembro de 2017. As PPPs operam exatamente em um espaço no qual o esforço privado ou não estatal pode coincidir com o interesse público. A chave para transformar essa possibilidade em realidade está ligada à existência, promoção e garantia de continuidade dos espaços onde os interesses de ambos os agentes se alinham, como é o caso da PPP com o sistema S no Brasil. Isso pode assumir várias formas, mas deve-se enfatizar que as PPPs na educação fazem sentido se e somente se contribuem para garantir o interesse público em relação ao direito universal de aprender.

## REFERÊNCIAS

BERNARDES, Flaviane Fernandes et al. **Mobilidade urbana sustentável e inclusiva: proposta de implantação de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

BRASIL. **Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 22 jun., 1993; republicado e retificado em 6 de julho de 1994.

BRASIL. **Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002**. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Sítio da Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm). Acesso em: 05 de abr. de 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm). Acesso em: 05 de abr. de 2024.

BRITO, Bárbara Moreira Barbosa de; SILVEIRA, Antonio Henrique Pinheiro. Parceria público-privada: compreendendo o modelo brasileiro. **Revista do Serviço Público - RSP**, v. 56, n. 1, p. 7-21. 2005. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1442>. Acesso em: 05 de abr. de 2024.

CASTRO, Newton. **Privatização do Setor de Transportes no Brasil**. In: CASTELAR, Armando; FUKASAKU, Kiichiro.(Eds.). A Privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. p. 221-277.

CECHIN, Maria Elizabeth; AMORELLI, Lara Caracciolo. **Programa Nacional de Desestatização (PND): princípios, resultados e benefícios – 1995-98**. Brasília, 1999.

DALLARI, Adilson Abreu. **Aspectos jurídicos da licitação**. 6 ed. São Paulo: Saraiva. 2003.

D'AGOSTINI, Michele Antunes da Silva; SOBRINHO, Samuel Rodrigues Lopes. Indústria 4.0–futuro promissor para a modalidade de transporte vlt (veículo leve sobre trilhos). **Ignis: Periódico Científico de Arquitetura e Urbanismo, Engenharias e Tecnologia da Informação**, v. 5, n. 2, p. 26-32, 2017.

EMTU. Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo. **CONCORRÊNCIA Nº 002/2018. Licitação Em Andamento**. 2018. Disponível em: <http://www.emtu.sp.gov.br/emtu/licitacoes/licitacoes-em-andamento.fss>. Acesso em 05 de abr. de 2024.

ESTORMOVSKI, Renata Cecilia. A parceria com o sistema “s” na rede estadual do Brasil: investida para a implantação de um projeto educativo voltado para o mercado. **Revista Signos**, v. 38, n. 2, 2017. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/1585/1228>. Acesso em 05 de abr. de 2024.

FERREIRA, Daniel. **A licitação pública no Brasil e sua finalidade legal: a promoção do desenvolvimento nacional sustentável**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

FRANCO, Paulo Estevão; RANGEL, Carlos Marclei Arruda. Urbanização e a Mobilidade Urbana: Substituição Modal como Solução aos Impactos Ambientais. **Caderno de Estudos Geoambientais-CADEGEO**, v. 8, n. 01, 2017.

NESTOR, Stilpon; MAHBOOBI, Ladan. **Privatização dos Serviços Públicos**: a experiência da OCDE. In: CASTELAR, Armando; FUKASAKU, Kiichiro.(Eds.). A Privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. p. 103-144.

PEREIRA, Paulo Trigo. **A teoria da Escolha Pública (public choice)**: uma abordagem neoliberal? Disponível em <http://pascal.iseg.utl.pt/~ppereira/docs/anal-soc6.pdf>. Acesso em 05 de abr. de 2024.

PINTO, Marcos Barbosa. Repartição de riscos nas parcerias público-privadas. [Revista do BNDES, v. 13, n. 25, jun. 2006](#). 2006. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/10056>. Acesso em 05 de abr. de 2024.

PIRES, José Claudio Linhares e GIAMBIAGI, Fabio. **Retorno dos Investimentos Privados em Contextos de Incerteza**: uma proposta de mudança do mecanismo de concessão de rodovias no Brasil. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

PIRES, Lilian Regina Gabriel Moreira; PIRES, Antonio Cecilio Moreira. **Mobilidade Urbana: Aspectos do Transporte Coletivo no Município de São Paulo**. Paco Editorial, 2018.

VLT-GO. **Edital**. 2013 Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2013-06/edital-de-licitacao-.pdf>. Acesso em 12 de abr. de 2024.



v.1, n.7, 2024 - Novembro

## Revista Multidisciplinar

ENSINO PROFISSIONALIZANTE PARA JOVENS E ADULTOS COM  
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

RAFAELA OLIVEIRA SANTOS



<https://www.correiobraziliense.com.br/revista-do-correio/2022/06/5012165-vivendo-no-espectro.html>

PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

ISSN

International Standard Serial Number

2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)





## ENSINO PROFISSIONALIZANTE PARA JOVENS E ADULTOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

RAFAELA OLIVEIRA SANTOS<sup>1</sup>

**Revista o Universo Observável**  
**DOI: 10.5281/zenodo.14052452**  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14052452)

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia, pelo Centro Universitário Jorge Amado (2011). Especialista em Psicopedagogia, pela Faculdade Bahiana de Medicina e Saúde Pública (2012). Especialista em Gestão educacional Integrada, Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção, pela Faculdade de Vitória (2017). Especialista em Autismo, pela Faculdade de Vitória (2024). Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade de Vitória (2024). Pós-graduanda em Educação Infantil e Anos Iniciais com Ênfase em Alfabetização, pela Faculdade de Vitória (2024). Aluna Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPDEduC, pela Universidade do Estado da Bahia (2024). E-mail: [Rsantos2111@hotmail.com](mailto:Rsantos2111@hotmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7439-8848>

## RESUMO:

Este artigo discute a importância da inclusão de jovens e adultos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em programas de ensino profissionalizante oferecidos por instituições de ensino não formais. A inserção desses indivíduos no mercado de trabalho é essencial para promover uma sociedade mais justa e inclusiva. A análise baseia-se em uma revisão narrativa de literatura, buscando uma rápida atualização sobre a temática. O estudo utiliza as teorias educacionais de Vygotsky, que destacam a interação social como crucial para o desenvolvimento cognitivo, e sublinha a necessidade de metodologias pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos com TEA. Embora existam avanços legais, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ainda há desafios significativos, como a falta de programas estruturados e dados sobre a inclusão no mercado de trabalho. O artigo sugere que as empresas precisam valorizar as habilidades únicas dos indivíduos com TEA, adaptando os ambientes de trabalho para promover a inclusão social e econômica desses jovens.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ensino Profissionalizante. Educação de Jovens e Adultos.

## ABSTRACT:

*This article discusses the importance of including young people and adults with Autism Spectrum Disorder (ASD) in vocational training programs offered by non-formal educational institutions. Integrating these individuals into the labor market is essential for promoting a fairer and more inclusive society. The analysis is based on a narrative literature review, aiming to provide an updated overview of the topic. The study utilizes Vygotsky's educational theories, which emphasize social interaction as crucial for cognitive development, and underscores the need for pedagogical methodologies tailored to the needs of students with ASD. Although there have been legal advancements, such as the Brazilian Inclusion Law for Persons with Disabilities, significant challenges remain, including the lack of structured programs and data on workforce inclusion. The article suggests that companies need to recognize the unique abilities of individuals with ASD, adapting work environments to foster their social and economic inclusion.*

**Keywords:** Autism Spectrum Disorder (ASD). Vocational Education. Youth and Adult Education.

## 1. Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) começou a ser oficializada no Brasil a partir da década de 1940, com a criação das escolas noturnas. Nesse período, o principal objetivo era oferecer oportunidades de educação básica para o proletariado que não teve acesso a escolarização na infância e adolescência, por diversos fatores.

Somente a partir de 1990 que a EJA se tornou de fato uma modalidade específica de ensino, obtendo maior visibilidade em 1996, ao se tornar um direito adquirido e assegurado por lei para todos os cidadãos brasileiros, através da Lei nº. 9.394/96, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Muito embora a EJA seja um direito de todos, o que se percebe é a marginalização dos jovens com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no processo de juvenilização. Silva (2019), em sua pesquisa sobre juventude, trabalho e educação, afirma que, apesar da EJA ter sido marcada pela presença de adultos e idosos em determinada época, esse quadro mudou significativamente desde meados do ano de 1990, havendo uma presença maior de jovens nessa modalidade de ensino, porém isso não se aplica aos jovens com TEA.

Silva (2019) afirma ainda que a juvenilização depende de diversos fatores, como o social, político, cultural, estrutural, entre outros, e que necessita de um cuidado analítico a esse processo. Avança nesse entendimento ao afirmar que “a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando diferentes culturas juvenis, em função das diferentes classes sociais às quais pertencem os jovens” (Silva, 2019, p. 46).

Para tentar sanar uma lacuna na educação pública, a qual a maioria das pessoas atípicas, em especial as com o diagnóstico TEA, não são inseridas adequadamente no processo educativo, foram criados espaços não formais de educação para dar suporte às famílias que necessitam e, conseqüentemente, às escolas públicas.

Este artigo é fruto de uma revisão narrativa de literatura, que pautada nos ensinamentos de Cavalcante e Oliveira (2020) se constitui em um método que permite uma descrição ampla sobre o assunto, sem esgotar todas as fontes de informação, uma vez que sua execução não envolve uma busca e análise sistemática dos dados.

Para tanto, a fundamentação teórica deste artigo é amparada em abordagens que ressaltam a importância da educação inclusiva, do desenvolvimento integral e da capacitação profissional para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na EJA. Este arcabouço teórico inclui as contribuições de Vygotsky,

Correia e Silva, além de diretrizes contemporâneas sobre práticas inclusivas e o mercado de trabalho.

## 2. A Educação não formal na formação de jovens e adultos com TEA e o papel de espaços como o SENAI na inclusão destes no mercado de trabalho

A educação não formal ocorre em espaços estruturados e planejados, mas sem a obrigatoriedade típica da educação formal. Esse tipo de educação é direcionado a grupos que buscam atender às necessidades individuais, utilizando dinâmicas e técnicas socioculturais. Embora não atribua notas ou diplomas, a educação não formal coleta dados importantes sobre o desenvolvimento pessoal, destacando-se por promover habilidades e competências que complementam a educação formal. Ela se manifesta em locais como museus, centros culturais e outros espaços que, embora fora do ambiente escolar tradicional, oferecem aprendizagens significativas e direcionadas. A educação não formal não substitui a educação formal, mas a enriquece, proporcionando experiências práticas e valiosas, que ajudam no desenvolvimento integral do indivíduo.

Libâneo (2005) discute a educação em suas diversas formas, incluindo a educação informal, que ele define como ações e influências do meio sociocultural que ocorrem de maneira não intencional e não organizada, se manifestando primeiramente no seio familiar.

A educação não formal, foi uma forma de tentar sanar uma discrepância que acontece até hoje nas escolas públicas, onde Jovens e Adultos com TEA ficam as margens da sala de aula, nos cantos ou fundos acompanhados ou não por seus Profissionais de Apoio Escolar (PAE), que possuem a incumbência de auxiliar os discentes atípicos de forma global. Os professores têm a obrigação legal de atender tanto os jovens que necessitam de um planejamento diferenciado quanto os outros 30 a 40 alunos neurotípicos no mesmo ambiente escolar. Sem apoio, preparo ou conhecimento adequado para lidar com alunos especiais, muitos docentes acabam comprometendo a qualidade do ensino.

O site da Fiocruz em análise no Brasil apresenta estatística de estudantes por tipo de deficiência matriculados em classes regulares, EJA ou ensino profissionalizante, o qual mostra que em 2016 apenas 7,01% de pessoas autistas estavam matriculadas. Deste ano até 2020, ano pandêmico, houve uma aumento para 18,85% destes, que ainda assim não representa parcela expressiva sobre a

quantidade total de autistas

Entretanto, por serem considerados alunos especiais, existe uma falha no olhar cuidadoso para o seu desenvolvimento, havendo assim uma aprovação automática e irresponsável, no sentido de não terem trilhado o que é garantido pela Lei de Diretrizes de Base Curricular (BNCC) e demais documentos norteadores a serem adaptados pelas escolas e profissionais envolvidos no processo.

A inserção das pessoas com deficiência em todas as atividades na sociedade faz com que se sintam introduzidas no contexto e participantes do processo como cidadãos. O sentimento de pertencimento fortalece-se à medida que ocorre a ação; entretanto, é necessário reconhecer a diversidade para que não se incorra no risco de tentar homogeneizar as diferenças e consequentemente, os seres.

Infelizmente, há uma carência de dados concretos e atualizados sobre a inclusão de autistas no mercado de trabalho no Brasil. No entanto, nota-se um avanço, através da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), que exige que as empresas com mais de 100 funcionários devem reservar de 2% a 5% de vagas para pessoas com deficiência, incluindo autistas.

A Lei de Cotas, instituída através da Lei nº 8.213/1991, também tem contribuído para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mas ainda há desafios a serem superados, como o preconceito, a falta de capacitação e adaptação dos ambientes de trabalho.

O Art. 40 da LDBEN estabelece que “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.”

A LDBEN, no seu artigo 37, Seção V, que trata sobre a educação de jovens e adultos, diz que:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

É importante ressaltar que as pessoas com autismo possuem habilidades e competências que podem contribuir significativamente para as organizações, como capacidade de concentração, atenção aos detalhes, memória visual, entre outras.

O DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição, 2023) é uma classificação e sistema de diagnóstico amplamente utilizado para transtornos mentais. No que diz respeito aos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), o DSM-5 os classifica

dentro da categoria mais ampla de Transtornos do Neurodesenvolvimento, reconhecendo a heterogeneidade do Transtorno do Espectro Autista, indicando que a gravidade dos sintomas pode variar de leve a grave, e que os sintomas podem se manifestar de maneiras diferentes em indivíduos diferentes. Também enfatiza a importância de avaliações abrangentes que considerem o contexto cultural e ambiental do indivíduo, determinando qual nível de suporte ele necessita para facilitar o seu desenvolvimento cognitivo, social, motor, emocional e afetivo.

Em análise, discentes com TEA de níveis 1 e 2 de suporte têm a probabilidade maior de aproveitamento educacional escolar, logo aprendizagem mais significativa e com isso a continuidade de seus estudos. Para Correia (2019) a maior dificuldade de pessoas com deficiência e à própria inclusão é tentar homogeneizar a diferença de cada ser, é não valorizar a diversidade e as individualidades.

A inclusão de pessoas com TEA no mercado de trabalho é um desafio que demanda esforços contínuos e estruturados. Nesse contexto, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) desempenha um papel fundamental através do seu Programa de Ações Inclusivas, uma iniciativa de âmbito nacional que busca criar oportunidades equitativas para todos, independentemente das suas limitações físicas, mentais, intelectuais ou das condições de vulnerabilidade social.

O objetivo principal do programa é a educação profissional de pessoas com deficiência, de forma que elas se tornem autônomas e capazes de conquistar uma vaga no mercado de trabalho por meio de suas potencialidades. Atuando no âmbito da diversidade, o PSAI contempla ações inclusivas que atendem também a públicos em situação de vulnerabilidade social. O SENAI BAHIA também promove ações de inclusão para pessoas com mais de 45 anos que desejam se requalificar, além de oportunizar a participação de mulheres nos cursos estigmatizados para homens e vice-versa. Os alunos aprendem juntos, mesmo com a existência de diferenças individuais e são capazes de construir uma nova trajetória pessoal e profissional (SENAI, 2024).

O SENAI adota uma abordagem holística para a inclusão, reconhecendo que cada indivíduo possui necessidades únicas que precisam ser atendidas de maneira personalizada. Especificamente no caso das pessoas no espectro autista, o programa oferece materiais didáticos adaptados e acompanhamento de docentes capacitados para monitorar o processo de aprendizagem. Isso é essencial, pois a educação inclusiva deve ir além da simples integração física dos estudantes em ambientes educacionais tradicionais; ela deve proporcionar suporte e adaptações que permitam o desenvolvimento pleno

de suas habilidades.

A preparação para o mercado de trabalho exige que o ensino seja acessível e relevante, o que significa que o SENAI não apenas adapta os materiais didáticos, mas também investe na capacitação contínua dos seus docentes. Isso assegura que eles estejam prontos para lidar com as demandas específicas de cada aluno, promovendo um ambiente de aprendizagem que seja inclusivo e efetivo.

A inclusão no mercado de trabalho não pode ser vista como uma etapa isolada do processo educativo, mas sim como a culminação de um ciclo onde a educação e a preparação técnica andam de mãos dadas. Nesse sentido, o SENAI se posiciona como um facilitador, ajudando a quebrar barreiras que muitas vezes impedem que pessoas com deficiência ou em situações de vulnerabilidade social acessem oportunidades de emprego de qualidade.

Portanto, programas como os de ações inclusivas do SENAI são fundamentais para criar uma sociedade mais justa e equitativa. Ao proporcionar uma educação técnica inclusiva e de qualidade, o SENAI não só capacita seus alunos, mas também abre portas para uma participação mais ampla e significativa no mercado de trabalho, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e para o fortalecimento da economia do país.

Em resumo, ainda há muito a ser feito para promover a inclusão de autistas no mercado de trabalho no Brasil, mas a conscientização e a adoção de práticas inclusivas por parte das empresas e espaços não-formais podem contribuir para a mudança desse cenário.

### **3. A inclusão de jovens e adultos com TEA voltada para a modalidade de ensino profissionalizante e os seus entraves no mercado de trabalho**

Para que as empresas, de modo geral, possam contratar pessoas com TEA, é crucial que as escolas façam sua parte com um sistema de ensino eficaz. A colaboração entre a educação escolar e organizações não escolares, além de tratamentos apropriados, é essencial para desenvolver e aproveitar as habilidades desses indivíduos. Dessa forma, podemos garantir a inclusão e o respeito aos direitos das pessoas com TEA, facilitando sua inserção no mercado de trabalho.

Araújo (2016, p. 17) afirma que: “O direito à educação e ao labor é elemento fundamental para o pleno desenvolvimento do ser humano e para a construção de uma sociedade que oportunize minimamente condições de igualdade a

todos os indivíduos, com vistas a torná-la mais democrática”.

A escolha por analisar espaços de capacitação profissionalizante para jovens com TEA visa atender a uma necessidade social urgente: a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho. No entanto, a transição para o mercado de trabalho continua sendo um desafio significativo. As estatísticas mostram que a taxa de desemprego entre pessoas com deficiência, incluindo aquelas com TEA, é alarmantemente alta. Essa realidade reforça a importância de criar programas de capacitação que não apenas desenvolvam habilidades técnicas, mas também fortaleçam a autoestima e a autoconfiança dos participantes, preparando-os para enfrentar o mercado de trabalho com maior segurança e competência.

Aplicar a teoria de Vygotsky ao contexto da capacitação profissional de jovens com TEA sugere que incluir atividades colaborativas e interativas contribui de forma significativa para o aprimoramento das habilidades dos indivíduos com TEA. Mentores e colegas de trabalho podem atuar como mediadores, ajudando os participantes a superar desafios e desenvolver novas habilidades.

Para Davis e Oliveira (2008), Vygotsky traz o aprendizado através da mediação cultural e da interação com pares mais experientes. A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), conceito central de sua teoria, descreve a distância entre o que o aprendiz pode fazer sozinho e o que pode fazer com ajuda.

De acordo Silva (2019, p. 49):

As desigualdades e heterogeneidades que prevalecem no país são vividas pelos jovens e expressas das mais variadas formas. O acesso aos direitos e aos bens culturais se dá de forma desigual, especialmente quando se considera o que amplia ou restringe as suas possibilidades de acesso à escola e ao trabalho. São diversas juventudes, imersas em diferentes contextos.

Mesmo sendo jovens, a maioria dos profissionais que atuam sobretudo em escolas, os infantilizam, cerceando assim, o seu desenvolvimento social e cognitivo. Corroboramos com o pensamento de Padovani, ao afirmar que:

Ao transtorno do autista adulto precisamos ser cuidadosos para não tomarmos o caminho oposto: infantilizá-lo e, assim, perdemos as alterações próprias da fase adulta. Estas serão influenciadas pelas ocorrências prévias, sejam do próprio desenvolvimento do indivíduo, sejam dos sistemas de apoio e do tratamento ofertado durante sua infância e adolescência (Padovani, 2023, p. 52).

A Educação Especial e o Autismo estão intimamente enredados, pois a educação desempenha um papel vital no desenvolvimento e no apoio às pessoas com autismo. Araújo, discorre:

[...] sobre as relações existentes entre educação, sociedade e

trabalho que suscitou a investigação acerca da formação pessoal (humana) e profissional que envolve pessoas consideradas “diferentes” socialmente, em virtude das suas limitações físicas, motoras e/ou psíquicas. Ademais, trata dos aspectos que referenciam o acesso e inserção desses sujeitos nos diferentes contextos educacionais e profissionais, com base em dispositivos legais (Araújo, 2019, p. 15).

A Educação Especial também desempenha um papel na transição de jovens com autismo para a vida adulta. Isso pode envolver o desenvolvimento de habilidades de vida independentes, transição para o ensino superior ou treinamento vocacional, e apoio para encontrar e manter emprego. Nessa perspectiva Di Matteo e Rodrigues (2023, p. 81) estabelecem que:

“para a inclusão de pessoas com autismo é importante que se crie um modelo que inclua em uma área de habilidades e motivação, modelo este unido e método consistente de suporte, propicie meio para que elas possam executar as suas funções e desenvolver uma carreira”.

Entre os principais desafios enfrentados, destacam-se a necessidade de adaptar metodologias pedagógicas para atender às particularidades de cada indivíduo com TEA e a escassez de recursos direcionados à formação profissional desses jovens. A falta de programas estruturados de capacitação profissional voltados especificamente para autistas é uma barreira significativa para sua inclusão social e econômica.

As caracterizações do autismo como por exemplo: déficits na interação social, prejuízos na linguagem verbal e não verbal, assim como, comportamentos estereotipados e rígidos tendo impactos variados e significativos em áreas importantes do desenvolvimento, da subjetividade, adaptação, aprendizagem, etc. nos mostra que cada indivíduo autista manifesta-se de maneira variada, por isso, há necessidade de um olhar diferenciado para esse sujeitos que demandam inclusão.

Esses desdobramentos comportamentais, essa heterogeneidade é que geralmente diferencia um autista do outro em seus níveis do desenvolvimento. Di Matteo e Rodrigues enfatizam que:

Considerando a amplitude das características encontradas no espectro com todas as manifestações que o atravessam, surgem um grande desafio de entender as necessidades de apoio e promover acessibilidade no trabalho para um grupo tão diverso. Tal acessibilidade deve ser passada, em suma considerando não somente as manifestações do funcionamento no TEA, mas também impacto dos transtornos mentais comovidos na rotina do trabalho. Ao olharmos para o contexto, sem dúvida percebemos que, utilizar uma estratégia de apoio para todos não pode ser a solução. (Di Matteo e Rodrigues, 2023, p. 79)

A ausência de pessoas com TEA no mercado de trabalho pode ser observada não somente no Brasil, mas no mundo inteiro. Di Matteo e Rodrigues (2023) ressaltam que mais metade de jovens com autismo permanecem em

estado de desemprego e que essa estimativa é menor ainda em outras deficiências.

Para a formação plena do sujeito dotado de direito surge uma preocupação do governo no que tange as políticas públicas de garantia assegurada com vistas na igualdade do acesso às oportunidades. Sendo necessário adotar meios que visem sanar as barreiras existentes sendo elas físicas, referente à serviços, de comunicação ou informação.

Di Matteo e Rodrigues (2023, p.80) entonam que “Com o objetivo de assegurar uma inclusão responsável, com captação e manutenção de talentos diversos, empresas passaram a criar departamentos específicos para propiciar isso, em geral nomeando-se Diversidade e Inclusão.”

Segundo os autores acima, existem empresas que já ultrapassam a barreira da exclusão na capacitação e retenção de talentos de pessoas neuroatípicas. Entretanto, podemos encontrar um erro graxo na contratação dos autistas não somente na forma de seleção que abordam modelos clássicos e retrógrados que impedem a entrada desse grupo multicultural no âmbito corporativo.

#### **4. Uma breve discussão sobre a neurodivergência e o mercado de trabalho com base na teoria de Vygotsky**

A neurodivergência refere-se à variedade de modos de funcionamento neurológico que se desviam do que é considerado típico, incluindo condições como autismo, TDAH, dislexia, entre outras. No contexto do mercado de trabalho, a inclusão dessas pessoas, é um desafio e uma oportunidade que pode ser mais bem compreendida à luz da concepção sociocultural de Lev Vygotsky.

Rego (1995) discorre que Vygotsky, em sua teoria sociocultural, enfatiza a importância da interação social e do ambiente na construção do conhecimento e desenvolvimento cognitivo. Ele argumenta que as habilidades e conhecimentos são adquiridos por meio da mediação social, onde a linguagem e as práticas culturais desempenham papéis cruciais. Aplicando essa perspectiva ao mercado de trabalho, a inclusão de pessoas neurodivergentes deve ser vista não apenas como uma adaptação individual, mas como um processo social e cultural.

Rego, ratifica que:

Vygotsky não ignora as definições biológicas da espécie humana; no entanto, atribui uma enorme importância à dimensão social, que fornece instrumentos e símbolos (assim como todos os elementos presentes no ambiente humano impregnados de significado cultural) que medeiam a relação entre o indivíduo com o mundo, e que acabam por fornecer também seus mecanismos psicológicos e formas de agir nesse mundo.” (Rego, 1995, p. 70-71)

No mercado de trabalho, a interação entre indivíduos neuroatípicos e seus colegas pode ser uma fonte rica de desenvolvimento mútuo, onde a diversidade de pensamento pode levar a inovações e soluções criativas. Entretanto, para que isso aconteça, é essencial que o ambiente de trabalho seja adaptado de maneira a reconhecer e valorizar essas diferenças, proporcionando apoio e oportunidades de interação que sejam significativas e que levem em consideração as necessidades específicas dos sujeitos atípicos.

A partir da visão de Vygotsky (1995), o desenvolvimento de pessoas atípicas no mercado de trabalho não deve ser visto isoladamente, mas como parte de um processo interativo em que o ambiente e as relações sociais são fundamentais. As empresas que investem na criação de ambientes inclusivos, que promovem a mediação e o apoio adequado, podem não apenas beneficiar os indivíduos neurodivergentes, mas também enriquecer o conjunto de habilidades e perspectivas dentro da organização, promovendo um crescimento coletivo.

Dessa forma, a inclusão de neurodivergentes no mercado de trabalho, apoiada pela concepção sociocultural de Vygotsky (1995), não só promove a autonomia e o desenvolvimento individual, mas também contribui para um ambiente de trabalho mais diversificado e inovador, beneficiando a todos os envolvidos.

#### **5. Considerações finais**

A inclusão de jovens e adultos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em programas de ensino profissionalizante, como o SENAI, é um passo crucial para a integração social e econômica desses indivíduos, refletindo a necessidade de criar uma sociedade mais justa e inclusiva. As instituições de ensino não formais desempenham um papel fundamental ao proporcionar ambientes adaptados e metodologias flexíveis que atendem às necessidades específicas desses alunos. A aplicação de teorias educacionais, como a de Vygotsky, enfatiza a importância da interação social no desenvolvimento cognitivo, sugerindo que atividades colaborativas e o apoio de mentores são essenciais para o sucesso desses programas.

Entretanto, apesar dos avanços legais e sociais, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ainda há desafios significativos a serem superados. A escassez de programas estruturados e a falta de dados concretos sobre a inclusão de autistas no mercado de trabalho evidenciam a necessidade de políticas públicas

mais eficazes e de uma conscientização maior por parte das empresas. A adaptação dos ambientes de trabalho e a superação do preconceito são essenciais para que os indivíduos com TEA possam contribuir plenamente com suas habilidades únicas, como a atenção aos detalhes e a capacidade de concentração.

Além disso, é fundamental que a capacitação profissional vá além do desenvolvimento de habilidades técnicas, ela deve abranger todos os aspectos do desenvolvimento de seus participantes. Isso é crucial para prepará-los para enfrentar os desafios do mercado de trabalho com maior segurança. A transição bem-sucedida para o ambiente profissional depende não apenas da formação acadêmica, mas também de um suporte contínuo que considere as particularidades de cada indivíduo com TEA.

Assim, a educação profissional adaptada, quando bem implementada, não apenas melhora a qualidade de vida dos indivíduos com TEA, mas também contribui para a construção de uma sociedade onde as diferenças são valorizadas e todos têm a oportunidade de alcançar seu potencial máximo. O caminho para uma inclusão plena no mercado de trabalho ainda é longo, mas com o compromisso de todos os setores envolvidos, é possível promover mudanças significativas e duradouras.

Este artigo conclui que a transição bem-sucedida para o ambiente profissional depende de uma formação educacional sólida, que dê um suporte contínuo e que considere as particularidades de cada indivíduo com TEA. A inclusão plena no mercado de trabalho é um objetivo a ser alcançado, e este artigo destaca a importância do compromisso de todos os setores envolvidos para o protagonismo dos jovens autistas no mercado de trabalho e consequentemente na sociedade.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA INDÚSTRIA. **A importância da inclusão de pessoas autistas no mercado de trabalho.** Disponível em: <http://portaldaindustria.com.br>. Acesso em: 15 ago. 2024.

ARAÚJO, Marne. **Formação profissional e inserção de pessoas com deficiência no mundo do trabalho:** possibilidades de inclusão ou utopia para os educandos da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Disponível em: <https://saberaberto.homologacao.uneb.br/server/api/core/bitstreams/a8991049-abc4-4291-910f-e94feadf0591/content>, 2016. Acesso em: 15 de

maio de 2024.

Brasil: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 10 de maio de 2024.

Brasil. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18213cons.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm). Acesso em 12 de maio de 2024.

Brasil. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 10 de maio de 2024.

American Psychiatric Association. 2023. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5ª edição.

BRASIL. In: **Autismo no adulto: Inclusão profissional de pessoas com o espectro autista.** 196. ed. PORTO ALEGRE: EDITORADOS EDITORES, 2023. v. XII, ISBN 9786558821281.

BRASIL. In: **Autismo no adulto: Aspectos cognitivos do autista adulto.** 196. ed. Porto alegre: editorados editores, 2023. v. XII, ISBN 9786558821281.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. **Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos.** *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020.

CORREIA, Patrícia Carla da Hora. As práticas de inclusão na convivência com a pessoa com deficiência. SALVADOR. **Revista humanidades e inovação**, 2021. v. 8, p. 315-325. Disponível em: [file:///C:/Users/rsant/Downloads/4980-Texto%20do%20artigo-21103-1-10-20211216%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/rsant/Downloads/4980-Texto%20do%20artigo-21103-1-10-20211216%20(1).pdf). Acesso em: 12 maio 2024.

DAVIS, Claudia; OLIVEIRA, Zilma de. **Psicologia na Educação.** 2. ed. rev. Petropolis, São Paulo: Cortez, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos,**

para quê. São Paulo, Cortez, 2005.

NIPPIS - Núcleo de Informação, Políticas Públicas e Inclusão Social. **Estudantes com deficiência (Censo Escolar)**. Fiocruz. Disponível em: <https://nippis.icict.fiocruz.br/painel/estudantes-com-deficiencias/>. Acesso em: 12 maio 2024.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SCHMIDT, V.L. **Inclusão de pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho**: breve contextualização. Disponível em: [http://pdf\\_schmidt-2015-\\_inclusao\\_tea\\_mercado-de-trabalho.pdf](http://pdf_schmidt-2015-_inclusao_tea_mercado-de-trabalho.pdf). Acesso em: 15 de maio de 2024.

SILVA, José Humberto. Juventudes, trabalho, e educação: Uma tríade estruturante para o fenômeno da juvenilização da EJA no Brasil. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Siveira** (Cap-UERJ). V. 8, n. 19, Setembro-Dezembro de 2019. Disponível em: [C:/Users/rsant/Downloads/andreamarques,+SILVA\\_ed19\\_3.pdf](C:/Users/rsant/Downloads/andreamarques,+SILVA_ed19_3.pdf). Acesso em: 12 de maio de 2024.

SENAI BAHIA. Disponível em: <https://www.senaibahia.com.br/>. Acesso em: 25 ago. 2024.





v.1, n.7, 2024 - Novembro

## Revista Multidisciplinar

**APOIO MUNICIPAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS  
FEIRANTES EM LUCAS DO RIO VERDE: Impactos e Oportunidades**

ANGELA MARIA POLTRONIERI e REGINA NOGUEIRA DA SILVA NEIVERTH



<https://www.lucasdoriorverde.mt.gov.br/site/noticias/11855#gallery-1>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number

**2966-0599**

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

## APOIO MUNICIPAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS FEIRANTES EM LUCAS DO RIO VERDE: Impactos e Oportunidades

ANGELA MARIA POLTRONIERI 1  
REGINA NOGUEIRA DA SILVA NEIVERTH 2

**Revista o Universo Observável**  
**DOI: 10.5281/zenodo.14051937**  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14051937)

---

<sup>1</sup>Acadêmica do curso de ciências contábeis.  
E-mail: [22911738@unilasallelucas.edu.br](mailto:22911738@unilasallelucas.edu.br)

<sup>2</sup>Nasceu e se criou no estado do Mato Grosso. Mais tarde, tornou-se uma profissional contábil e docente apaixonada pela profissão, dedicada ao trabalho e ao estudo. Sua primeira profissão foi na área da saúde, formando-se Técnica em Enfermagem. Fez Mestrados em: Negócios Internacionais e Desenvolvimento de Negócios e Inovação e algumas especializações na área da Educação, Contabilidade e Agronegócio. Posteriormente, iniciou doutorado em Ciência da educação e Administração. Compreendendo que as pessoas são a riqueza de uma empresa, ela escreveu e publicou livros sobre o assunto, como: Aprendizagem do aluno nível superior à distância e E-business: Uma visão de futuro para o seu negócio. Transformações no Ambiente de trabalho nas empresas contábeis e Pesadelo da Mente Humana. Publicou três capítulos nos seguintes livros: Administração: organizações públicas, privadas e do terceiro setor; A Interdisciplinaridade e os Desafios Contemporâneos — Volume 1 e Práticas, Políticas e Inovação na Abordagem Multidisciplinar. Recebeu o título de Referência e Qualificação Literária Polímata do ano de 2023. E-mail: [reginaneiverthsilva@gmail.com](mailto:reginaneiverthsilva@gmail.com)  
<https://lattes.cnpq.br/3993764654952482>

## RESUMO

O presente estudo analisa o papel do apoio municipal no desenvolvimento sustentável dos feirantes em Lucas do Rio Verde, destacando a importância das feiras livres como canais de comercialização e inclusão social. A pesquisa foi realizada com uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando dados coletados por meio de questionários aplicados a feirantes locais, permitindo uma compreensão dos desafios e oportunidades enfrentados por esses pequenos produtores. Os objetivos principais foram analisar como o apoio municipal pode fortalecer o cooperativismo e associativismo entre os feirantes e avaliar a efetividade das ações de apoio implementadas. Os resultados indicaram que a maioria dos produtos vendidos é originária das propriedades dos próprios feirantes, refletindo uma forte ligação com a agricultura familiar. No entanto, muitos feirantes relataram a falta de apoio municipal, o que limita suas operações e a diversidade de produtos oferecidos. O estudo conclui que políticas públicas eficazes são essenciais para promover um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável, ressaltando a necessidade de um diálogo contínuo entre o governo e os feirantes para atender às suas demandas específicas.

**Palavras chave:** Desenvolvimento; Sustentável; Feirantes; Apoio; Municipal.

### *Abstract*

*This study analyzes the role of municipal support in the sustainable development of stallholders in Lucas do Rio Verde, highlighting the importance of street markets as channels of commercialization and social inclusion. The research was carried out with a qualitative and quantitative approach, using data collected through questionnaires applied to local stallholders, allowing an understanding of the challenges and opportunities faced by these small producers. The main objectives were to analyze how municipal support can strengthen cooperativism and associations among stallholders and evaluate the effectiveness of the support actions implemented. The results indicated that the majority of products sold originate from the stallholders' own properties, reflecting a strong connection with family farming. However, many stallholders reported a lack of municipal support, which limits their operations and the diversity of products offered. The study concludes that effective public policies are essential to promote an environment favorable to sustainable development, highlighting the need for continuous dialogue between the government and stallholders to meet their specific demands.*

**Keywords:** Development; Sustainable; Marketeters; Support; Municipal.

## 1 INTRODUÇÃO

Lucas do Rio Verde, localizado em Mato Grosso, tem uma trajetória de crescimento que o destaca como um dos principais polos agrícolas do Brasil. Fundado em 1983, o município surgiu de um projeto de colonização voltado para a ocupação e o desenvolvimento da região, com foco inicial na produção de grãos e criação animal. Atualmente, Lucas do Rio Verde é considerado uma cidade modelo no setor agrícola, com alta produtividade, especialmente na produção de soja e milho, pilares fundamentais para a economia local (PREFEITURA DE LUCAS DO RIO VERDE, 2023).

As feiras livres têm um papel central nessa dinâmica, servindo como espaços onde pequenos produtores e feirantes oferecem seus produtos diretamente ao consumidor. Mais do que fortalecer a economia local, essas feiras representam a diversidade cultural e promovem a inclusão social, refletindo a rica composição demográfica do município, que abriga várias etnias e tradições (QUEIROZ, 2011). Esse ambiente de diversidade não só enriquece a oferta de produtos como também fortalece as relações entre feirantes e a comunidade, criando laços de confiança e parceria.

Apesar de sua importância, os feirantes de Lucas do Rio Verde enfrentam desafios significativos, como a concorrência com grandes redes de supermercados, que conseguem praticar preços mais baixos. Nesse contexto, o apoio da administração municipal é essencial para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do cooperativismo entre os feirantes. Políticas públicas que incentivem a agricultura familiar e o comércio local são fundamentais, pois criam um ambiente favorável para que pequenos produtores prosperem. A formação de cooperativas, por exemplo, pode dar aos feirantes melhores condições de negociação, acesso a insumos mais baratos e oportunidades de capacitação (PERIN et al., 2022).

Experiências bem-sucedidas em outras cidades mostram que o trabalho conjunto entre feirantes e governo municipal pode trazer grandes melhorias, tanto para as condições de trabalho quanto para a renda desses pequenos produtores. Assim, é essencial que Lucas do Rio Verde continue aprimorando suas políticas de apoio e promovendo um diálogo constante com a comunidade de feirantes, de modo a entender suas necessidades e adaptar as ações para atender aos desafios específicos que eles enfrentam (KULL et al, 2024). Essa abordagem colaborativa fortalece a economia local e constrói um futuro mais sustentável e inclusivo para todos os envolvidos

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A agricultura familiar e as feiras livres são reconhecidas como componentes do agronegócio brasileiro, contribuindo para a segurança alimentar, a geração de renda e a preservação da cultura local. O apoio municipal, por meio de políticas públicas, pode facilitar o acesso a recursos, assistência técnica e formação, promovendo a organização dos feirantes em cooperativas e associações. Essa estrutura organizacional é de grande importância para fortalecer a capacidade de negociação dos feirantes e melhorar suas condições de trabalho.

### 2.1 Apoio municipal e políticas públicas

As políticas públicas são ferramentas essenciais para alcançar o desenvolvimento sustentável, pois direcionam ações que buscam equilibrar o crescimento econômico com a inclusão social e a preservação ambiental. Esse compromisso requer que as políticas sejam adaptadas às necessidades e características de cada região, atendendo de forma personalizada às demandas locais. Em Lucas do Rio Verde, é fundamental que essas diretrizes estejam em sintonia com as particularidades do setor agrícola e as necessidades dos feirantes, que desempenham um papel essencial na economia e na vida comunitária.

Exemplos como o Mercado do Produtor, que oferece um espaço seguro e acessível para as feiras livres, e o apoio à agricultura familiar, demonstram como políticas bem estruturadas podem criar um ambiente favorável para o desenvolvimento sustentável (PRICHOA, 2023). A implementação de práticas sustentáveis, como o uso de insumos orgânicos e técnicas de cultivo que respeitem o solo e o ecossistema, pode fortalecer a economia local e promover a saúde e o bem-estar dos moradores. A participação ativa da comunidade na formulação dessas políticas é vital para garantir que atendam às reais necessidades dos feirantes e sejam sustentáveis a longo prazo. Envolver esses trabalhadores no processo de decisão não só assegura que suas vozes sejam ouvidas, mas também fomenta um senso de pertencimento e responsabilidade. Por exemplo, políticas que promovam a formação de cooperativas entre feirantes facilitam o acesso a recursos e capacitação, promovendo solidariedade e cooperação no grupo (MACHADO, 2022). A transparência e o acompanhamento pela comunidade são elementos essenciais para o sucesso dessas políticas, permitindo que os cidadãos vejam os resultados concretos e colaborem para aperfeiçoá-los.

Para que o apoio aos feirantes realmente traga impactos positivos, é importante que o governo local adapte modelos de sucesso de outras regiões, como a criação de espaços dedicados ao comércio e o fortalecimento das feiras livres. Ao buscar parcerias com ONGs e

instituições de ensino, o governo municipal pode oferecer capacitação e suporte técnico aos feirantes, garantindo que tenham acesso a práticas inovadoras e sustentáveis (RODRIGUES, DE AGUIAR, 2021). Dessa forma, as políticas públicas se tornam não apenas diretrizes, mas verdadeiros motores para o fortalecimento do cooperativismo e do desenvolvimento sustentável, beneficiando toda a comunidade de Lucas do Rio Verde e promovendo um futuro mais justo e sustentável.

## 2.1 Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável é um conceito amplo que busca equilibrar crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social. De acordo com a definição do Relatório "Nosso Futuro Comum" de 1987, desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações (CAVALCANTE, 2024). Esse princípio nos convida a usar os recursos naturais com responsabilidade, assegurando sua permanência para gerações futuras. Os pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável, crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental, devem ser considerados de maneira integrada para promover um modelo realmente sustentável (BRASIL ESCOLA, [s.d.]).

No contexto das feiras livres e da economia local de Lucas do Rio Verde, práticas sustentáveis assumem especial importância. Elas permitem valorizar a produção local, fortalecer a agricultura familiar e preservar a cultura da comunidade (EXIME, 2021). Por exemplo, adotar insumos orgânicos e reduzir o desperdício é uma prática que pode fortalecer a sustentabilidade ambiental e econômica dos feirantes. Iniciativas como a Feira Agroecológica de Lagoa Seca, na Paraíba, demonstram que é possível conciliar a produção orgânica com o desenvolvimento econômico e o respeito ao meio ambiente. Além disso, o Projeto de Fomento à Agricultura Familiar em Lucas do Rio Verde, conduzido pela Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER), incentiva os pequenos produtores a adotarem práticas sustentáveis, capacitando-os para o uso de técnicas que agreguem valor e respeitem o ambiente (EMPAER, 2023). Esses exemplos inspiram práticas que podem ser adaptadas às necessidades locais dos feirantes, trazendo benefícios diretos, como a preservação ambiental e a redução de custos. Além disso, a adoção de práticas sustentáveis permite acesso a mercados que valorizam produtos sustentáveis, ampliando as oportunidades de negócios (SILVA, 2023).

Por fim, o desenvolvimento sustentável está profundamente ligado à justiça social e à redução das desigualdades. Apoiar os feirantes, especialmente os da agricultura familiar, promove inclusão e melhora a qualidade de vida desses trabalhadores (MACIEL; TROIAN, 2022). Iniciativas de cooperativismo e associativismo, como as que unem feirantes em Lucas do Rio Verde, facilitam o acesso a recursos, capacitação e mercados diferenciados, além de promover a solidariedade entre os membros da comunidade (HOLANDA, 2020). Assim, o desenvolvimento sustentável vai além da preservação ambiental, abrangendo justiça social e condições de vida mais dignas para a população.

## 2.1 Cooperativismo e associativismo

O cooperativismo é mais do que um modelo de organização econômica; é um compromisso de união e colaboração entre pessoas que compartilham objetivos e sonhos comuns. Para a agricultura familiar, esse sistema tem sido uma das estratégias mais eficazes para fortalecer a posição dos pequenos produtores no mercado. Quando os agricultores familiares se unem em cooperativas, eles ganham poder de negociação, acesso a recursos e oportunidades que, individualmente, seriam difíceis de alcançar (PERIN et al., 2022). Além disso, o cooperativismo promove a igualdade e a participação democrática, garantindo que os próprios cooperados estejam à frente das decisões e da distribuição dos resultados.

Os princípios fundamentais do cooperativismo, como adesão voluntária, gestão democrática e interesse pela comunidade, formam a base da atuação dessas organizações e asseguram, que os benefícios sejam distribuídos de forma justa (OCB). Esses valores inspiram e norteiam cada ação das cooperativas, trazendo não apenas vantagens econômicas, mas também sociais e culturais para seus membros.

Exemplos como o da Feira Agroecológica de Lagoa Seca, na Paraíba, demonstram o impacto transformador do cooperativismo. Nessa região, os feirantes se organizaram em uma cooperativa dedicada à produção e comercialização de produtos orgânicos locais, promovendo a economia, a preservação ambiental e o fortalecimento da identidade cultural (DOS SANTOS et al., 2024). Outro exemplo relevante é a Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé), em Minas Gerais. Com mais de 17 mil cooperados, sendo a maioria pequenos produtores, a Cooxupé é responsável por 18% da produção nacional de café, mostrando como o cooperativismo pode impulsionar a produtividade e a competitividade dos pequenos agricultores (COOXUPÉ, 2024). Esses casos de sucesso

podem inspirar a criação de cooperativas em Lucas do Rio Verde, adaptadas às características locais e aos desafios enfrentados pelos pequenos produtores da região.

Além de fortalecer a economia, o cooperativismo permite que os agricultores familiares diversifiquem suas fontes de renda ao agregar valor aos seus produtos e explorar novos mercados. Ao se unirem, eles têm melhores condições para investir em processos de transformação, embalagem e logística, o que aumenta o valor agregado dos produtos (RAMOS; VIEIRA FILHOS, 2021). Dessa forma, eles podem se destacar no mercado, atendendo consumidores que buscam alimentos orgânicos e gourmet. O cooperativismo também facilita o acesso a políticas públicas e a linhas de crédito exclusivas para a agricultura familiar, fortalecendo a sustentabilidade econômica dos pequenos negócios. Em Lucas do Rio Verde, a implementação de uma cooperativa entre os feirantes pode significar um avanço para a economia local e uma melhoria significativa na qualidade de vida dos pequenos produtores. Esse modelo organizacional apresenta-se como uma oportunidade promissora, capaz de trazer desenvolvimento sustentável e promover uma economia mais justa e inclusiva, na qual todos os envolvidos podem crescer juntos.

## 2.2 Feiras livres como espaços de comercialização

As feiras livres em Lucas do Rio Verde cumprem um papel essencial na economia local, proporcionando aos feirantes um canal importante para a comercialização de seus produtos e fomentando a geração de renda e oportunidades de trabalho para pequenos produtores. Esses mercados abertos impulsionam a economia municipal, fortalecendo a conexão entre o campo e a cidade e promovendo a valorização da agricultura familiar e dos produtos locais (DE FREITAS, 2024). Além disso, ao oferecer alimentos frescos e saudáveis a preços acessíveis, as feiras contribuem para a segurança alimentar, reforçando o bem-estar da comunidade (DUARTE et al., 2024). Com esse conjunto de benefícios, as feiras livres se estabelecem como uma força significativa para o desenvolvimento econômico sustentável em Lucas do Rio Verde, beneficiando a economia local e oferecendo produtos de qualidade para a população.

Para além de sua importância econômica, as feiras livres desempenham também um papel relevante na inclusão social e cultural. Funcionando como pontos de encontro e convivência, esses espaços promovem a integração entre diferentes grupos da comunidade, incentivando a troca de experiências e a criação de laços sociais (NASCIMENTO, 2024). Valorizam ainda as tradições locais e o modo de vida dos pequenos produtores, preservando a



identidade cultural por meio da oferta de produtos regionais, como frutas, verduras, artesanato e comida típica (SANTOS et al., 2023). Assim, esses mercados vão além do comércio, tornando-se locais de interação social e celebração cultural, onde a diversidade e a herança regional são mantidas vivas.

Dessa forma, as feiras livres em Lucas do Rio Verde configuram-se como espaços de integração econômica, social e cultural, assumindo um papel central no desenvolvimento sustentável do município. Ao fortalecer a economia local, gerar renda para pequenos produtores e promover a inclusão social e cultural, contribuem diretamente para uma qualidade de vida mais elevada e para a construção de uma sociedade mais justa e acolhedora. Reconhecer essa importância e implementar políticas públicas voltadas ao fortalecimento dessas feiras é essencial para assegurar sua continuidade e potencial transformador na comunidade, promovendo não só o crescimento econômico, mas também a coesão social e a valorização da identidade cultural local.

### 3 METODOLOGIA

Focada na pesquisa científica aplicada, a investigação buscou responder a perguntas centrais e solucionar os problemas observados ao longo do processo. Para isso, utilizou-se uma abordagem mista, integrando métodos qualitativos e quantitativos, com pesquisas bibliográficas e de campo que enriqueceram a compreensão dos tópicos explorados.

Conforme Nunes (2021), a busca por explicações para compreender as relações entre fenômenos, fatos e elementos são estruturados por meio de enunciados que orientam a experimentação e o uso de métodos, permitindo a formulação de leis e teorias. Marconi e Lakatos (2017b) destacam que o problema deve ser claramente exposto, de forma compreensível e prática, para que possa ser resolvido por meio de pesquisa ou de processos científicos. Com essa perspectiva, a investigação foi construída sobre a fundamentação teórica oferecida por diversos autores, proporcionando uma base conceitual sólida para os temas abordados.

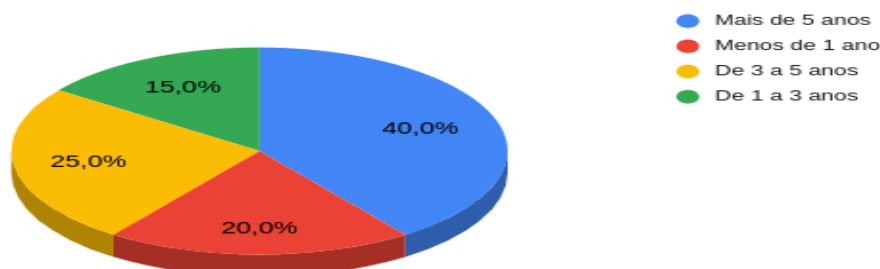
Após a fundamentação teórica, realizou-se a pesquisa de campo, com um questionário composto por dez perguntas de múltipla escolha respondidas por 20 feirantes no Mercado do Produtor, em Lucas do Rio Verde (MT). Essa etapa permitiu captar diretamente as percepções e vivências dos feirantes, essenciais para atingir os objetivos iniciais do trabalho.

Como destaca De Paiva (2021), o estudo de caso oferece uma análise detalhada e profunda de situações específicas, o que é menos viável em outros tipos de pesquisa. O

questionário foi elaborado em formato digital, utilizando o Google Formulários, e as respostas foram coletadas presencialmente, em setembro de 2024, para assegurar uma melhor interação com os participantes. Os dados obtidos foram organizados em gráficos, facilitando uma visualização objetiva dos resultados e permitindo uma análise direta dos temas investigados.

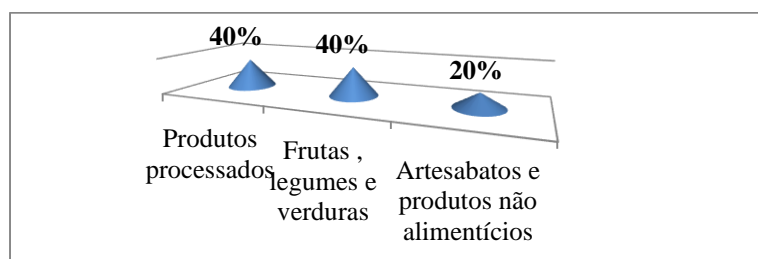
#### 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O presente estudo teve como objetivo analisar o apoio municipal aos pequenos produtores rurais em Lucas do Rio Verde, focando na importância das feiras livres como um canal de comercialização e desenvolvimento sustentável, abaixo constam as perguntas com os resultados da pesquisa realizada com os vinte pequenos agricultores que atuam na feira municipal de Lucas do Rio Verde - MT. **Gráfico 1 - Há quanto tempo você atua como feirante em Lucas do Rio Verde?**



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

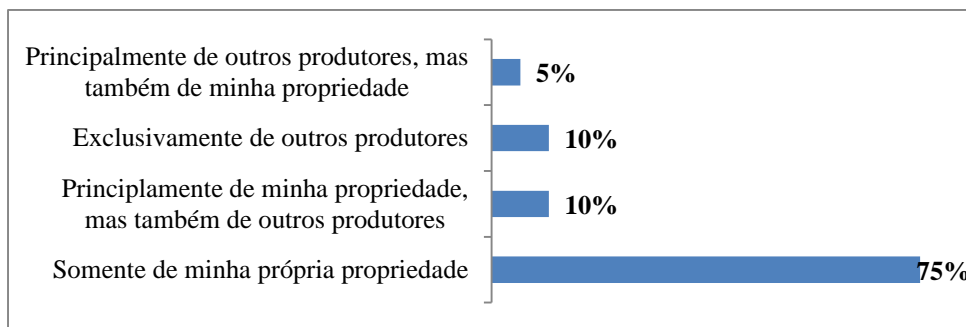
Os dados coletados mostraram que a maioria dos feirantes 40% atuam no mercado há mais de 5 anos, enquanto, 25% estão na faixa de 3 a 5 anos. Isso indica uma base de experiência entre os feirantes, o que pode contribuir para a estabilidade do setor. No entanto, 20% dos entrevistados têm menos de 1 ano de experiência, sugerindo que novas oportunidades estão sendo exploradas por pequenos empreendedores que contribuem para o desenvolvimento local, pois abre caminho para as empresas terem mais lucratividade e gerar inclusão social (DOS SANTOS et al., 2023). **Gráfico 2- Quais são os principais produtos que você comercializa em sua banca?**



Fonte: elaborado pela autora, 2024

A análise dos produtos comercializados pelos feirantes mostrou que frutas, legumes e verduras são os itens mais frequentes, representando, 40% das respostas. Os produtos processados também têm uma presença significativa, com 40% das menções. Além disso, artesanatos e produtos não alimentícios foram citados por 20% dos entrevistados. Essa diversidade sugere uma adaptação às demandas do mercado local, a capacidade de adaptação é fundamental para a sustentabilidade a longo prazo das organizações. Empresas que implementam estratégias flexíveis são mais capazes de lidar com riscos e incertezas, construindo resiliência em face de desafios inesperados (LIMA et al., 2022).

### Gráfico 3: De onde vêm seus produtos? São provenientes de sua própria propriedade ou de outros produtores?



Fonte: elaborado pela autora, 2024

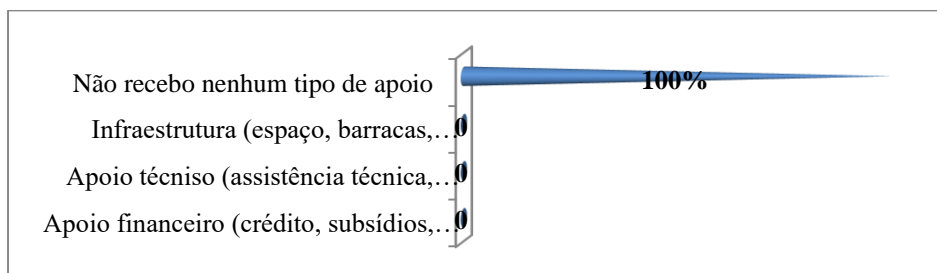
Os resultados sobre a origem dos produtos comercializados pelos feirantes foi cerca de 70%, que declararam que os produtos que vendem são originários exclusivamente de suas próprias propriedades. Esse dado evidencia uma forte ligação com a agricultura familiar e um comprometimento significativo com a produção local. Aproximadamente 15% dos feirantes relataram que obtêm produtos principalmente de suas propriedades, mas também adquirem de outros produtores. Essa abordagem sugere uma estratégia para diversificar a oferta e atender de maneira mais eficaz às demandas do mercado. Somente 10% afirmaram que seus produtos são, provenientes exclusivamente de outros produtores, o que demonstra uma dependência reduzida de fornecedores externos, podendo ser vantajoso para a estabilidade econômica dos feirantes. Uma pequena fração, cerca de 5%, mencionou que seus produtos vêm predominantemente de outros produtores, mas incluem itens de sua própria propriedade. Essa situação pode refletir uma adaptação às necessidades do mercado, embora também sugira uma menor autossuficiência.

A predominância de produtos originários das próprias propriedades dos feirantes apresenta diversas implicações para o desenvolvimento sustentável em Lucas do Rio Verde. A comercialização de produtos cultivados localmente favorece a sustentabilidade econômica

da região, e fortalece a identidade cultural e social dos feirantes. Adicionalmente, a alta porcentagem de feirantes que dependem exclusivamente de suas propriedades indica que muitos possuem controle sobre a qualidade e o tipo de produtos que disponibilizam. Contudo, a significativa presença daqueles que adquirem produtos de outros produtores ressalta a necessidade de políticas públicas que incentivem essa interdependência entre os agricultores locais, promovendo um ambiente colaborativo e sustentável.

É fundamental que sejam implementadas políticas públicas que visem a melhoria da infraestrutura, a garantia da segurança dos feirantes e também a valorização do trabalho realizado nas feiras livres, reconhecendo sua importância para a economia local e para a convivência social (CARDOSO et al., 2023).

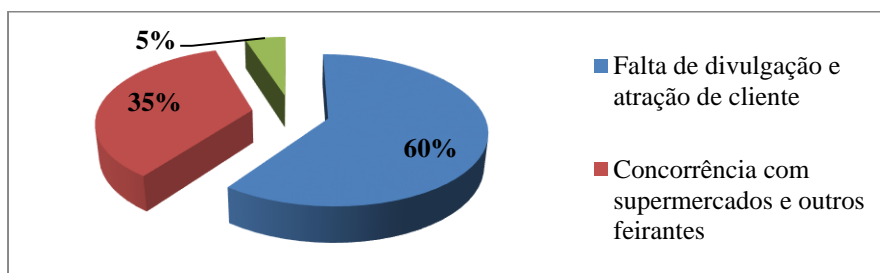
**Gráfico 4: Você recebe algum tipo de apoio da prefeitura ou de outras instituições para sua atividade?**



**Fonte: elaborado pela autora, 2024.**

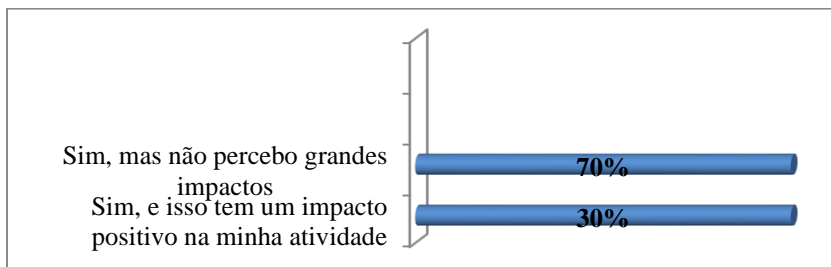
A análise dos dados mostra que 100% dos feirantes relataram falta de apoio institucional, indicando a ausência de recursos financeiros e logísticos para a manutenção de suas atividades. Esse desamparo pode comprometer a sustentabilidade das feiras, reduzindo empregos e a oferta de produtos locais e frescos. Sem políticas públicas específicas, os feirantes enfrentam dificuldades para melhorar suas condições de trabalho. Alternativas como a mobilização comunitária e parcerias privadas são essenciais para fortalecer as feiras e seu impacto econômico e cultural na comunidade (SANTOS, 2020).

**Gráfico 5: Quais são os principais desafios que você enfrenta como feirante?**



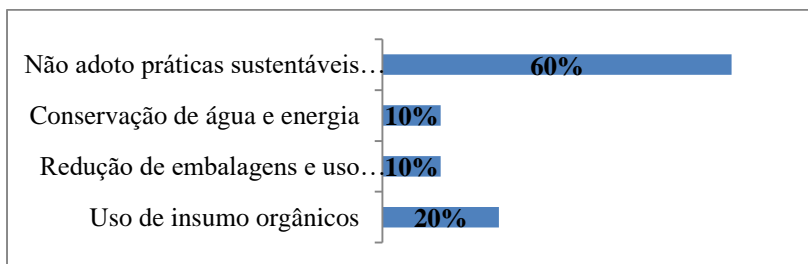
**Fonte: elaborado pela autora, 2024**

Os principais desafios enfrentados pelos feirantes incluem a falta de divulgação e atração de clientes, representado por 60%, que foi mencionada repetidamente por diversos entrevistados. Essa dificuldade em promover seus produtos e atrair consumidores pode limitar o potencial de vendas e a visibilidade das feiras, tornando-as menos competitivas em relação a outros canais de distribuição. As feiras livres, como atividade econômica, também sofrem concorrência de outros canais de comercialização, principalmente dos supermercados e hipermercados, que oferecem uma variedade maior de produtos e serviços (SILVA, 2024) desviando a atenção dos consumidores. **Gráfico 6: Você participa de alguma cooperativa ou associação de produtores rurais?**



**Fonte: elaborado pela autora, 2024**

Os dados do gráfico mostram as percepções dos feirantes sobre a participação em cooperativas ou associações de produtores rurais. Dos entrevistados, 30% relatam impacto positivo em suas atividades, mencionando benefícios como acesso a recursos e facilidades na comercialização. Entretanto, a maioria 70% afirmou não perceber grandes impactos, apesar de participarem das cooperativas. Isso sugere uma variação nas experiências e expectativas dos produtores, indicando a importância de aprimorar essas organizações para melhor atender às necessidades dos associados. O fortalecimento das cooperativas é vital para o desenvolvimento rural sustentável, promovendo inclusão social e econômica para pequenos produtores (CARVALHO, 2023). No gráfico 7, a análise das práticas sustentáveis dos feirantes em Lucas do Rio Verde revela que, embora exista diversidade de abordagens, muitos ainda não adotaram ações voltadas para a sustentabilidade. **Gráfico 7: Quais práticas sustentáveis você adota em sua produção ou comercialização?**

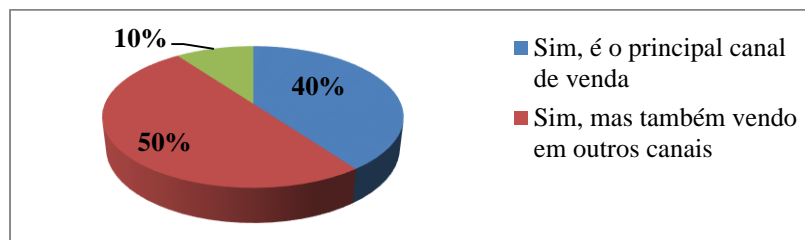


**Fonte: elaborado pela autora, 2024**

Cerca de 20% dos feirantes relatam usar insumos orgânicos em sua produção, demonstrando preocupação com a qualidade do solo e dos alimentos, o que contribui para a agricultura sustentável e reduz o impacto ambiental. Contudo, a conservação de água e energia foi mencionada por apenas 10% dos entrevistados, revelando o potencial de ampliação dessa prática, que, além de essencial para a sustentabilidade, também pode reduzir custos operacionais. Parcerias com cooperativas de reciclagem para doação de resíduos gerados nas feiras são estratégias recomendadas para promover a economia circular e reduzir o impacto ambiental (SEBRAE, 2020).

Em contrapartida, 60% dos feirantes não adotam práticas sustentáveis, possivelmente devido à falta de conhecimento, à ausência de suporte técnico e financeiro, ou à dificuldade em acessar insumos e materiais recicláveis. Incentivar a capacitação e facilitar o acesso a esses recursos são medidas que podem estimular uma transição mais ampla para práticas agrícolas sustentáveis entre os feirantes.

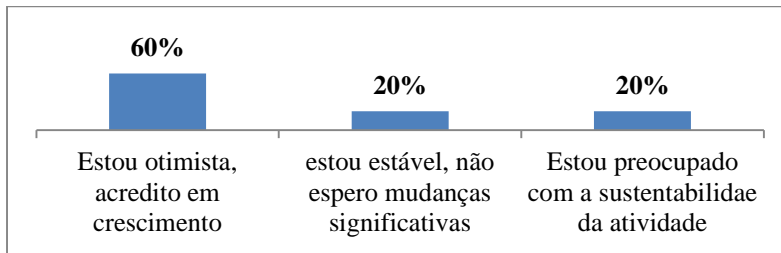
#### Gráfico 8: Você considera que a feira é o principal canal de venda para seus produtos?



Fonte: elaborado pela autora, 2024

A análise dos canais de venda destaca a feira como o principal meio de comercialização para muitos feirantes, com 40% apontando-a como seu canal preferido. A proximidade com os consumidores e a oferta de produtos frescos são fatores que impulsionam essa preferência. Entretanto, 50% dos vendedores afirmam também utilizar outros canais de venda, como plataformas online, entregas diretas e parcerias com comércios locais, buscando diversificar suas estratégias e ampliar o alcance de suas vendas. Apenas 10% consideram outros canais mais relevantes que a feira, o que reflete a importância deste ambiente para a maioria dos feirantes, embora alguns explorem alternativas eficazes. Os dados mostram que a feira continua sendo um canal significativo, mas a diversificação é reconhecida como fundamental para maximizar vendas e adaptar-se às novas demandas do mercado. Aqueles que não incorporam essa variedade de canais podem perder competitividade, evidenciando que adaptação e inovação são essenciais para a sustentabilidade no setor. (MARTINS, 2022).

**Gráfico 9: Quais são suas perspectivas para o futuro de sua atividade como feirante?**

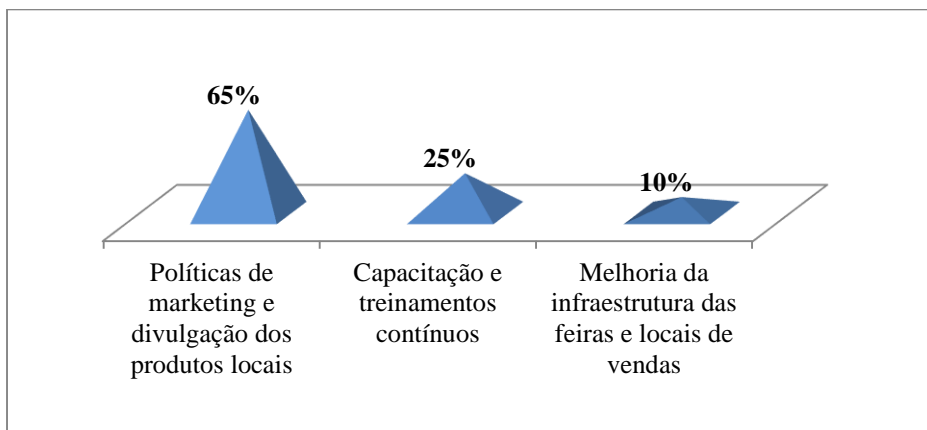


**Fonte: elaborado pela autora, 2024**

A análise das perspectivas dos feirantes em Lucas do Rio Verde mostra um otimismo predominante sobre o futuro da atividade. Cerca de 60% dos entrevistados acreditam no crescimento do setor, motivados pela valorização da agricultura familiar e pela crescente demanda por produtos locais. Entretanto, 20% dos feirantes expressaram preocupações com a sustentabilidade a longo prazo, apontando desafios que podem impactar a viabilidade do negócio. Outros 20% mantêm uma postura estável, sem expectativa de grandes mudanças, o que pode refletir tanto uma adaptação ao mercado atual quanto uma possível falta de incentivo para inovação. Esses dados revelam diferentes visões para o futuro, com destaque para o otimismo, mas também para os desafios e a necessidade de suporte para o desenvolvimento da atividade.

Os feirantes também foram questionados sobre quais medidas consideram essenciais para melhorar o apoio aos pequenos produtores rurais em Lucas do Rio Verde. As respostas revelaram um consenso em relação à importância de políticas de marketing e divulgação dos produtos locais presente no gráfico 10 abaixo.

**Gráfico 10: Quais medidas você considera essenciais para melhorar o apoio aos pequenos produtores rurais em Lucas do Rio Verde?**



**Fonte: elaborado pela autora, 2024**

Os feirantes de Lucas do Rio Verde destacaram medidas essenciais para melhorar o apoio aos pequenos produtores rurais, com foco em marketing e divulgação dos produtos locais, mencionado por 65% dos entrevistados. Esse apoio é visto como vital para aumentar a visibilidade dos produtos e atrair mais consumidores. A criação de cooperativas entre feirantes também foi apontada como uma estratégia importante, fortalecendo a presença no mercado e contribuindo para o desenvolvimento econômico local (GONÇALVES, 2022). Além disso, 25% dos feirantes apontaram a capacitação e treinamentos contínuos como fundamentais para aprimorar técnicas e estratégias de produção e comercialização.

Investimentos na infraestrutura das feiras livres, valorizando o espaço público e promovendo a cultura regional, foram citados por 10% dos entrevistados como medidas essenciais. A infraestrutura adequada beneficia tanto consumidores quanto feirantes, melhorando a experiência de compra e facilitando as operações. Essas recomendações reforçam a importância de um suporte robusto aos pequenos produtores, visando crescimento econômico e sustentabilidade agrícola na região. Políticas públicas locais devem considerar essas necessidades para fomentar um ambiente mais propício ao desenvolvimento da agricultura familiar em Lucas do Rio Verde.

## 5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa, intitulada *O Papel do Apoio Municipal no Desenvolvimento Sustentável dos Feirantes: Desafios e Oportunidades em Lucas do Rio Verde* explora em profundidade a importância do apoio governamental para fortalecer o cooperativismo e o associativismo entre os feirantes locais. Utilizando uma abordagem mista de métodos qualitativos e quantitativos, a pesquisa combina uma revisão bibliográfica com uma pesquisa de campo, na qual 20 feirantes do Mercado de Produtos compartilharam suas experiências e desafios. Essa metodologia permitiu uma visão abrangente das dificuldades que enfrentam e das oportunidades que o apoio municipal pode trazer, quando efetivo, para impulsionar o desenvolvimento sustentável de seus negócios e da comunidade. Os dados coletados mostram que muitos feirantes sentem a falta de um apoio mais consistente por parte da prefeitura, o que limita suas oportunidades de crescimento e compromete o desenvolvimento sustentável das feiras. A ausência de ações de incentivo, como divulgação e suporte para práticas sustentáveis, foi apontada como um obstáculo importante para os feirantes, que veem na feira seu principal canal de vendas e subsistência. Este estudo deixa claro que a falta de políticas



públicas direcionadas ao fortalecimento da colaboração entre produtores prejudica o potencial coletivo dos feirantes, subutilizando um recurso essencial para a economia local.

O estudo evidencia também a importância social e cultural das feiras livres, ressaltando seu papel vital na inclusão social, preservação da identidade cultural e dinamismo urbano. Para muitos feirantes, o trabalho vai além da subsistência; é uma forma de contribuir com a economia local e manter viva a cultura da comunidade. Com base nos achados, é essencial que o governo local invista em políticas de apoio que não apenas fortaleçam a economia dos feirantes, mas também promovam a solidariedade e o espírito de colaboração. Essas políticas têm o potencial de gerar um ambiente mais saudável, sustentável e integrado para todos, valorizando as práticas colaborativas e assegurando que o desenvolvimento econômico seja também social e culturalmente enriquecedor.

## REFERÊNCIAS

BRASIL ESCOLA. Desenvolvimento sustentável: o que é, objetivos. [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/desenvolvimento-sustentavel.htm>. Acesso em: 21 out. 2024.

CARDOSO PIMENTEL, Walbert; BENTES TAVARES, Francinei; SÉRGIO DIAS CLAUDINO, Livio. Ação coletiva e políticas públicas: análise de uma associação de agricultores familiares feirantes em Abaetetuba, Pará. *GeSec: Revista de Gestao e Secretariado*, v. 14, n. 8, 2023.

CARVALHO, Laudilon Alves; CORREA, Evandro Cezar. Desenvolvimento rural sustentável: políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar no Município de Afonso Cláudio-ES. Artigo. [Publicação], 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/3808> . Acesso em: 21 out. 2024.

CAVALCANTE, Deise Keller et al. Agroecologia e produção orgânica: um estudo de caso da associação agroecológica de Teresópolis, R. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, v. 17, n. 2, p. e10491-e10491, 2024.

COOXUPÉ. Sobre Nós. Disponível em: <https://www.cooxupe.com.br/sobre-nos>. Acesso em: 21 out. 2024.

DE FREITAS, Isabela Fredes et al. Comercialização da agricultura familiar agroecológica na feira de São Lourenço do Sul/RS. *COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 21, n. 2, abr./jun. 2024, p. 140-156. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/3293> . Acesso em: 21 out. 2024.

DOS SANTOS, Alisson Rodrigo Leite; DE MEDEIROS NÁPOLES, Fábio Agra; DOS SANTOS, Anderson Felipe Leite. Feira agroecológica de lagoa seca (pb): desafios e possibilidades para o desenvolvimento sustentável.

DOS SANTOS, Juliana Moreira et al. Empreendedorismo digital por mulheres: uma revisão

integrativa da literatura. Revista Gestão e Desenvolvimento, v. 20, n. 2, p. 150-175, 2023.

Disponível

em:<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/3442> . Acesso em: 21 out. 2024.

DUARTE, André Luís de Castro Moura et al. Acesso a alimentos frescos em áreas urbanas vulneráveis: um estudo classificatório das favelas e dos estabelecimentos formais de São Paulo. Revista de Administração Pública, v. 58, p. e2023-0056, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/e2023-0056/> . Acesso em: 21 out. 2024.

EMPAER. Plano de Ação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar. Cuiabá:

EMPAER, 2023. Disponível em:

<https://empaer.pb.gov.br/pdf/2024PLANEJAMENTOANUALDETRABALHO.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

EXIME, Ethol et al. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: uma caracterização da feira do produtor rural do município de Marechal Cândido Rondon–Paraná, Brasil. Research, Society and Development, v. 10, n. 1, p. e20310111462-e20310111462, 2021.

GONÇALVES, Janice Queiroz de Pinho. Da produção à comercialização: o sistema de gestão dos feirantes de Sabinópolis/MG. 2022. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em:

<https://repositorio.ufvjm.edu.br/home> . Acesso em: 21 out. 2024.

HOLANDA JUNIOR, Evandro Vasconcelos et al. Ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social e produtiva da agricultura familiar brasileira. Disponível em:

<<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/216525/1/Holanda-Junior-et-al-texto-para-discussao-49-2020.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2024.

KULL, Deliane Santos et al. perfil socioeconômico dos feirantes de quatro municípios ao longo da transamazônica (br-230) e Xingu. Revista Contemporânea, v. 4, n. 8, p. e5580-e5580, 2024.

LIMA, Murilo Campos Rocha et al. A dinâmica análise das ações estratégicas empresariais no agronegócio. Revista Tecnologia e Sociedade. Curitiba. Vol. 18, n. 52 (2022), p. 285-307, 2022.

MACHADO, Luana Garcia. Políticas públicas e produção orgânica: estudo de caso na Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas. 2022.

MACIEL, Mitali Daian Alves; TROIAN, Alessandra. A produção de novidades da agricultura familiar: o protagonismo dos sistemas orgânicos e agroecológicos no desenvolvimento sustentável. Desafio Online, v. 10, n. 3, 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017b. 373p

NASCIMENTO, Tarcyzio José dos Santos. Mercado público e sociabilidade: um estudo sobre o Mercado Municipal de Bayeux-PB. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2023. Disponível em:  
<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/57498> . Acesso em: 21 out. 2024.

NUNES, Martha Suzana Cabral. Metodologia científica universitária em 3 tempos. 2021.

PERIN, Gabriela et al. Os benefícios e desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares. Retratos de Assentamentos, v. 25, n. 1, p. 9-40, 2022.

PERIN, Gabriela. O desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar e a nova agenda governamental. Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento, v. 15, n. 2, p. 33-55, 2022.

PREFEITURA DE LUCAS DO RIO VERDE. Programa de Recuperação Fiscal – Refis 2023. Disponível em: <https://www.lucasdoriverde.mt.gov.br/site/carta-de-servicos/48>. Acesso em: 21 out. 2024.

PRICHOA, Liziane Fátima. A agropecuária e os fatores mediadores para o desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a agricultura familiar no município de Dianópolis/TO. 2023.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. As feiras livres de Natal-RN: um estudo a partir da teoria dos circuitos da economia urbana. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RAMOS, Érica Basílio Tavares; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Cooperativismo e associativismo na produção agropecuária de menor porte no Brasil. Texto para Discussão, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbe/a/rKXVc7gfQrWYHBs6ZVRPnLq/?format=pdf&lang=pt> .

Acesso em: 21 out. 2024.

RODRIGUES, Renata Gonçalves; DE AGUIAR, Patrícia Dornelles. Feiras de economia solidária como alternativa ao desenvolvimento socioeconômico local no município de Santa Maria, RS. Redes. Revista do Desenvolvimento Regional, v. 26, p. 1-19, 2021.

SANTO SILVA, Marlos do Espírito et al. Perfil socioeconômico dos feirantes da feira do agricultor do município de Cametá-PA. In: Agroecologia: métodos e técnicas para uma agricultura sustentável-volume 5. Editora Científica Digital, 2021. p. 221-228.

SANTOS, Paola Corrêa dos et al. De feirante a empreendedor: avaliação do potencial socioeconômico do setor de alimentação da feira do Vêr-o-peso. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, 2024. Disponível em: <http://www.repositorio.ufra.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/2400>. Acesso em: 21 out. 2024.

SEBRAE. Globalização e meio ambiente: uma reconciliação necessária., [s.d.]. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/globalizacao-e-meio-ambiente-uma-reconciliacao-necessaria,bee1f3d13d384810VgnVCM100000d701210aRCRD>>. Acesso em: 21 out. 2024.

SEBRAE. A importância da valorização do comércio local. Disponível em:

<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-importancia-da-valorizacao-do-comercio-local,a194c793d9e96810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 22 set. 2024.

SEBRAE. Coleta Seletiva: uma prática essencial nas feiras livres. Disponível em:

<https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/coleta-seletiva/>. Acesso em: 22 set. 2024.

SILVA, Allan de Carvalho; DIAS, Rennan Bastos Gonçalves. Desafios da agricultura familiar na produção e comercialização de hortaliças: gestão da qualidade na produção. 2023.

SILVA, Elvira Angelina Sousa da. Organização logística dos feirantes da feira livre do Mercado Municipal de Araguaína/TO. 2024.



v.1, n.7, 2024 - Novembro

## Revista Multidisciplinar

**GESTAÇÃO INESPERADA DE UMA JOVEM DIALÍTICA COM HISTÓRICO  
DE CARDIOPATIA GRAVE TENDO UM DESFECHO FAVORÁVEL PARA  
AMBOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

PATRICIA MARIA DE ARAUJO, ANDERSON APOLINARIO DE ARRUDA,  
TATIANA GAMBARELLI SANCHES, JOICE OLIVEIRA SEIXAS  
e LOANA CARIBE ASSIS



<https://portal.afya.com.br/cardiologia/cardiopatia-na-gestacao-veja-novas-recomendacoes-da-diretriz-europeia>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number

**2966-0599**

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

## GESTAÇÃO INESPERADA DE UMA JOVEM DIALÍTICA COM HISTÓRICO DE CARDIOPATIA GRAVE TENDO UM DESFECHO FAVORÁVEL PARA AMBOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

PATRICIA MARIA DE ARAUJO<sup>1</sup>  
ANDERSON APOLINARIO DE ARRUDA<sup>2</sup>  
TATIANA GAMBARELLI SANCHES<sup>3</sup>  
JOICE OLIVEIRA SEIXAS<sup>4</sup>  
LOANA CARIBE ASSIS<sup>5</sup>

Revista o Universo Observável  
DOI: 10.5281/zenodo.14047219  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14047219)

---

<sup>1</sup>Patricia Maria de Araujo 40 anos de muito aprendizado, sou de Salto da Divisa cidade acolhedora, vivi por 23 anos, e estudei em colégio público, finalizando o ensino médio, vim para Eunápolis trabalhar e tentar estudar mais. Conseguindo ingressar na faculdade e graduei em Enfermagem, concluída em 2015, na Faculdades Integradas do Extremo Sul da Bahia. Trabalhei por 17 anos em uma clínica de diálise e há 19 atuo no Hemoba de Eunápolis. Pós-graduada em Nefrologia e Hematologia com ênfase em banco de Sangue. Cursos em liderança, dinamismos, estágio hospitalar, congressos de Hematologia e Hemoterapia e em nefrologia, artigos publicados, participação do dia Mundial da Limpeza 2022, Simpósio Internacional de Resíduos de Serviço de Saúde 2019, Capacitação em Água, Saneamento e Higiene (ASHI) e Prevenção e Controle de Infecções nas Escolas (PCI) realizada pela Unicef e AVSI Brasil como parte do projeto de Resposta à Covid 19 no Seminário Brasileiro, Palestras sobre a Doação Voluntária de Sangue, Saúde Pública, Seminários.

Acredito que a melhor forma de educar, é aprender sempre. E-mail: [patriciamaria01@hotmail.com](mailto:patriciamaria01@hotmail.com), ORCID: <http://0000-0003-3143-0698>

<sup>2</sup>ANDERSON APOLINARIO DE ARRUDA

E-mail: [anderson\\_arruda@uol.com.BR](mailto:anderson_arruda@uol.com.BR)

<sup>3</sup>TATIANA GAMBARELLI SANCHES

E-mail: [tgambarelli@hotmail.com](mailto:tgambarelli@hotmail.com)

<sup>4</sup>JOICE OLIVEIRA SEIXAS

E-mail: [joiceoseixas@gmail.com](mailto:joiceoseixas@gmail.com)

<sup>5</sup>LOANA CARIBE ASSIS

E-mail: [loanacaribe@hotmail.com](mailto:loanacaribe@hotmail.com)



## RESUMO

A gestação em clientes renais crônicas em Terapia Renal Substitutiva, no passado, era incomum, mas o aumento das gestações nessas pacientes tem transfigurado esse cenário e tornado, mesmo com desafios, essa realidade mais frequente. O transcorrer desta fase materna cria incertezas e medos na maioria das gestantes, entretanto, destaca-se a preocupação particular de gestantes em tal condição, haja vista os desafios adicionais advindos da conciliação entre a condição preexistente, o tratamento e as modificações fisiológicas da gestação. Este relato de experiência tem o objetivo mostrar a condução exitosa de uma gestação inesperada em uma paciente de 24 anos, dialítica há dois anos e seis meses e com histórico de cardiopatia grave, desde as 20 semanas de prenhez até o nascimento satisfatório. Realizada a constatação da gravidez, foram necessárias alterações rigorosas nas condutas do tratamento hemodialítico durante o período gestacional, no intuito de reduzir as intercorrências clínicas e obstétricas para o binômio materno-fetal, como a transferência para diálises diárias e a alteração nutricional, além de deixar a equipe nefrológica em vigilância, pois essas modificações podem ser constantes

**Palavras-chave:** hemodiálise; cardiopatia grave; gravidez inesperada

## ABSTRACT

*Pregnancy in chronic renal patients undergoing Renal Replacement Therapy, in the past, was uncommon, but the increase in pregnancies in these patients has transformed this scenario and made this reality more frequent, despite challenges. Going through this maternal phase creates uncertainty and fear in most pregnant women, however, it highlights the particular concern of pregnant women with this condition, given the additional challenges of reconciling the pre-existing condition, treatment and physiological changes during pregnancy. This experience report aims to show the successful management of an unexpected pregnancy in a 24-year-old patient, on dialysis for two years and six months and with a history of severe heart disease, from 20 weeks of pregnancy until the predominant birth. Once the pregnancy was confirmed, strict changes were imposed on the conduct of hemodialysis treatment during the gestational period, with the aim of reducing clinical and obstetric complications for the maternal-fetal binomial, such as transfer to daily dialysis and nutritional changes, in addition to leaving the nephrology team under surveillance, as these changes can be constant*

**Keywords:** hemodialysis; heart disease grave; unexpected pregnancy

## INTRODUÇÃO

A doença renal crônica (DRC) é uma condição na qual o paciente perde, de forma progressiva e irreversível, a função renal. Isso ocorre como resultado de lesões glomerulares sucessivas, e, portanto, requer tratamento adequado (Ministério da Saúde, 2014).

Segundo o Ministério da Saúde (2014), a classificação da Doença Renal Crônica (DRC) baseia-se na taxa de filtração glomerular (TFG) e em marcadores de dano renal parenquimatoso ou alteração no exame de imagem. A identificação do estágio da doença reflete em seu prognóstico e orienta para o tratamento mais adequado, levando em consideração a situação clínica do paciente. O rim tem múltiplas funções e todas elas são fundamentais para o organismo se manter vivo e funcionando (Ministério da Saúde, 2024).

Quando se trata do tratamento dos pacientes com DRC um desfecho temido é a evolução da doença para um nível terminal no qual passam a necessitar de um tratamento menos conservador e mais agressiva, também conhecida com terapia renal substitutiva (TRS). Hoje, no Brasil, temos na TRS a hemodiálise, a diálise peritoneal e o transplante renal (Ministério da Saúde, 2014).

A gestação é um período de grandes transformações na vida de uma mulher. Seu organismo passa por uma série de mudanças e adaptações para o bom desenvolvimento do feto, um processo complexo que impacta diversos sistemas do organismo da mulher, sendo os rins um deles. Durante a gestação, os rins sofrem uma sobrecarga, principalmente no primeiro trimestre, com aumento de 30% no seu volume, aumento de 50 a 85% no fluxo sanguíneo renal, aumento de proteinúria e aumento da frequência de micção, resultando no aumento fisiológico do débito cardíaco (RIBEIRO, 2020). Essas mudanças no sistema urinário, quando associadas a comprometimento renal já existente, acarreta em um risco gestacional e agravamento da doença renal.

Embora ainda incomum, a diálise durante a gestação, está se tornando mais frequente. No único estudo que avaliou tendências ao longo do tempo, a taxa de gravidez em mulheres em diálise aumentou de 0,54 para 3,3 gestações por 1.000 pacientes-ano nas últimas 3 décadas (LUDERS, 2018).

Gestantes renais crônicas em tratamento dialítico fazem parte do grupo de alto risco, visto que o prognóstico materno e fetal ainda gera informações conflitantes e necessita de um manejo

rigoroso nas intercorrências clínicas e obstétricas, a fim de evitar complicações tanto para a mãe como para o bebê. As consequências neonatais mais frequentes são decorrentes da prematuridade, tais como: pneumotórax, síndrome da angústia respiratória do recém-nascido, sepse, enterocolite necrosante, doença pulmonar crônica, hemorragia intraventricular e surdez (BLOWEY, 2007).

A maioria das mortes ou complicações que aparecem na gravidez, parto ou puerpério poderiam ser evitadas se houvesse a participação ativa do sistema de saúde (Ministério da Saúde, 2010). As gestantes de alto risco têm características particulares que exigem cuidados especiais a fim de evitar agravos e desfechos desfavoráveis à saúde (Ministério da Saúde, 2010).

Contudo, com o avanço tecnológico e a experiência adquirida ao longo das últimas décadas, verificou-se uma melhoria da adequação das técnicas dialíticas e das abordagens farmacológicas e nutricionais das grávidas em diálise, proporcionando um aumento significativo na qualidade de vida e aumento no índice de sucesso das gestações.

## MÉTODOS

Trata-se de um relato de caso com coleta de dados no município de Eunápolis no estado da Bahia, Brasil, no ano de 2023\2024. A cidade dispõe de uma clínica satélite com serviço de diálise. A unidade atende cerca de 260 pacientes em regime ambulatorial, realizando hemodiálise 3 vezes por 4 horas.

A coleta de dados e a divulgação de informações foram realizadas por meio de autorizações prévias, com exclusão dos dados de identificação. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi apresentado e assinado. Por se tratar apenas de dados que não são capazes de identificar o paciente relatado, considerando a observância da beneficência, não maleficência, ausência de riscos e perdas, com a garantia de anonimato ao sujeito do estudo, não foi necessário submeter o trabalho ao comitê de ética em pesquisa.

## RELATO DE EXPERIÊNCIA

C.F.S., paciente do sexo feminino, 24 anos, casada, branca, múltipara com 2 gestações e dois filhos nascidos vivos, natural de Eunápolis, Bahia, apresenta relato de cardiopatia grave há 5 anos, sem outras doenças e sem histórico de alergia a medicamentos. A paciente não utilizou nenhum método contraceptivo, pois, como a maioria das pacientes em terapia renal substitutiva, acreditava não haver chance de engravidar. Ela está em terapia renal substitutiva há 2 anos e 6 meses, com agendamento de três sessões semanais. Mantém

padrão dialítico sem intercorrências, com peso adequado nos intervalos das sessões hemodialíticas. A paciente aceita bem as condutas prescritas pela equipe nefrológica.

Em 09/10/2023, a paciente relatou desconforto abdominal, levando à solicitação de um exame de ultrassom para investigar a possível causa. Apesar da correção do peso seco, as hipotensões persistiram. No dia 15/12, a paciente trouxe o resultado do ultrassom, que indicou uma gestação de 20 semanas com fetação dentro das normalidades para uma gestação de alto risco e inesperada, considerando o histórico de cardiopatia grave e a condição de paciente dialítica.

Como protocolo, foram providenciadas várias medidas adaptadas para garantir conforto ao binômio mãe-filho. A equipe multidisciplinar solicitou diálises diárias, mas devido à falta do código na tabela do SUS, essa autorização ainda é feita via e-mail para a prefeitura local. Felizmente, o retorno foi rápido, e a paciente já estava em diálise diária no dia seguinte. Em casos de demora na autorização, é essencial cobrar a prefeitura para evitar atrasos no início da diálise diária.

Para garantir um período gestacional tranquilo, as modificações nas medicações incluem a manutenção da anticoagulação, exceto em casos de sangramento. O serviço de nutrição oferece orientações específicas para gestantes, enquanto o serviço social está disponível para esclarecer dúvidas e fornecer apoio psicológico. A anticoagulação utilizada durante a hemodiálise geralmente não sofre alterações em relação à prescrição prévia à gestação, mas pode ser reduzida ou abolida em casos de hemorragias ou risco hemorrágico. A heparina não atravessa a barreira placentária e não parece ter efeitos teratogênicos. Além disso, seguindo as orientações da equipe médica, o peso seco da paciente foi aumentado em 500 gramas semanalmente e, em duas ocasiões, em 1 quilo, devido à queixa de sonolência e pressão arterial de 90/60 mmHg durante a diálise. A nutricionista também recomendou aumentar a ingestão de líquidos. A gestante está passando pelos estágios da gravidez com estabilidade emocional, sendo assídua nas sessões diárias, apesar da rotina de punções, cansaço físico e mental, e das modificações nas prescrições de diálise. Ela enfrenta dificuldades para marcar consultas relacionadas a gestações de alto risco.

Por diversas vezes, a cliente relatou que não conseguiu marcar as consultas para gestante de alto risco. Durante os 8 meses, ela fez 2 consultas de alto risco e realizou 2 ultrassons, causando desconforto emocional. No entanto, a equipe nefrológica sempre esteve atenta a qualquer alteração. Na última consulta, o obstetra relatou que tudo estava dentro dos parâmetros da normalidade

para o parto em uma unidade hospitalar sem UTI Neonatal, pois a gestante e a criança estavam estáveis para a idade gestacional, o que gerou mais inquietação.

Em 28/03, durante mais uma sessão de diálise diária, a paciente, com 32 semanas de gestação, queixou-se e apresentou contrações. Essas contrações persistiram, e a diálise foi encerrada pela médica plantonista, que a encaminhou ao HRE com um relatório. Lá, ela foi avaliada e liberada. No entanto, a paciente retornou à noite com os mesmos sintomas, agora mais intensos. Foi orientada a procurar um hospital com UTI neonatal, dada a gestação de alto risco, onde foi admitida no hospital e deu à luz a um recém-nascido com 2200 g. Ambos receberam alta após 4 dias.

## DISCUSSÃO

Pacientes dialíticas jovens, em idade fértil, muitas vezes, ao iniciar o tratamento, já se privam da esperança de se tornar mãe ou ampliar a família. No entanto, a falta de orientação da equipe da Unidade Básica de Saúde e da equipe multidisciplinar da unidade dialítica ofertada a tais mulheres sobre as possibilidades e os riscos de uma gestação, deixa essas pacientes expostas à gestações não programadas e sem o suporte necessário, o que pode desencadear desfechos desfavoráveis tanto para genitora e quanto para o filho.

Um estudo brasileiro evidenciou que a maioria das mulheres não falam sobre gestação com seus médicos nefrologistas. Métodos de barreira como o diafragma e os preservativos são efetivos e seguros, enquanto o dispositivo intrauterino está associado a episódios de infecção mais frequentes e a sangramentos durante a hemodiálise[PA8].

No que se refere ao tratamento hemodialítico, de acordo com Fredette et al. (2013), os melhores resultados perinatais em mulheres com doença renal foram obtidos entre as que utilizavam hemodiálise intensiva, com um tempo médio de 24 horas por semana, em geral 6 sessões de 4 a 5 horas[PA9].

Além disso, o aconselhamento em nutrição constitui um aspecto importante para o sucesso da gravidez, principalmente em mulheres hemodialisadas, já que a desnutrição é um diagnóstico comum. Sendo assim, não se encontra recomendada uma dieta restritiva e, devido à maior probabilidade de perda de aminoácidos por meio da diálise intensiva, procura-se atingir valores de ingestão proteica diária entre 1.5- 1.8 g/kg/dia.[PA10]

Considerando que a maternidade se tornou viável para essas pacientes, os esforços se concentraram em entender e mitigar os riscos para o binômio materno-fetal. Assim, as dificuldades em reunir evidências de boa qualidade residem na heterogeneidade da população, na falta de estudos de grande porte e na inconsistência da nomenclatura[PA11] <sup>11</sup>.

Destaca-se que pacientes renais desconhecem que podem engravidar com êxito, mas, por muitas dessas gestações serem descobertas já no meio ou final da gestação, o percurso gestacional tende a ser dificultoso e pode ser trágico. Atualmente, com o progresso da medicina e um acompanhamento especializado, é possível ter sucesso na gestação e uma sobrevida cada vez maior da mãe e do feto. Contudo, apesar de todo este progresso, ainda se faz necessário um planejamento familiar adequado, pois esta condição apresenta significativo risco gestacional[PA12]. Diante da gestação em pacientes dialíticas, condutas devem ser rapidamente alteradas para essa condição, como prescrição, aumento das horas de diálises, que tem demonstrado ser um divisor de águas durante a gestação, e acompanhamento nutricional e psicológico, para conduzir essa situação a desfechos eficazes. Vale ressaltar que a gravidez é um dos períodos mais valiosos na vida da mulher e ocasiona diversas adaptações fisiológicas no organismo materno, destacando o aumento da frequência cardíaca, hemodiluição, aumento do fluxo plasmático renal e aumento da taxa de filtração glomerular. Dessa forma, gestantes com cardiopatias e Doença Renal Crônica demandam minucioso cuidado, uma vez que grandes mudanças são necessárias para que o feto se desenvolva de forma saudável, e alterações na vida da paciente e nas prescrições de diálise são fundamentais para que o parto ocorra nas condições ideais, frente a uma gestação de alto risco.

## CONCLUSÃO

A perspectiva de aumento da incidência de pacientes com doença renal crônica nas próximas décadas evidencia a necessidade de incentivar mais estudos nessa área, principalmente para grupos com maior risco de agravamento da doença, como a gravidez. A gravidez pode acelerar a progressão da doença renal e levar a complicações maternas e fetais.

Uma gestação bem-sucedida é possível em pacientes com doença renal crônica em terapia renal substitutiva. Contudo, é necessário um acompanhamento rigoroso com uma equipe multidisciplinar, que engloba nefrologistas, obstetras e neonatologistas. O objetivo desse acompanhamento é reduzir os impactos negativos

do tratamento da doença renal na saúde tanto da mãe quanto do feto. Além disso, os parâmetros de tratamento devem ser adaptados à situação, considerando metas laboratoriais, peso seco, peso pré-diálise e pós-diálise, e a quantidade de ciclos, devem equilibrar a necessidade do tratamento da doença renal com o desenvolvimento saudável do feto.

#### REFERÊNCIA

BLOWEY, D. L.; WARADY, B. A. "Outcome of Infants Born to Women with Chronic Kidney Disease." *Advances in Chronic Kidney Disease*, v. 14, n. 2, p. 199-205, 2007. Disponível em: [https://www.akdh.org/article/S1548-5595\(07\)00015-8/abstract](https://www.akdh.org/article/S1548-5595(07)00015-8/abstract). Acesso em 29 de janeiro de 2024.

BRASILEIRO FILHO, G. Bogliolo: Patologia. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

LUDERS, Claudio et al. Risk Factors for Adverse Fetal Outcome in Hemodialysis Pregnant Women. *Kidney Int Rep*, v. 3, n. 5, p. 1077-1088, 2018. DOI: 10.1016/j.ekir.2018.04.013. PMID: 30197974. PMCID: PMC6127404. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6127404/pdf/main.pdf>. Acessado em 16 de agosto de 2024.

Ministério da Saúde. Saúde de A a Z: Doença Renal Crônica (DRC). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/drc>. Acessado em 16 de agosto de 2024.

Ministério da Saúde. Diretriz de Cuidados para Doença Renal Crônica (DRC). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/pcdt/arquivos/2014/diretriz-cuidados-drc.pdf>. Acessado em 16 de agosto de 2024.

Ministério da Saúde. Gestaçã de alto risco: manual técnico. Secretaria de Atençã à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 5º ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_gestacao\\_alto\\_risco.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gestacao_alto_risco.pdf). Acesso em 29 de janeiro de 2024.

RIBEIRO, Catarina Isabel; SILVA, Natália. "Pregnancy and dialysis." *Brazilian Journal of Nephrology*, v. 42, n. 3, p. 349-356, ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/jbn/2020nahead/2175-8239-jbn-2020-0028.pdf>. Acessado em 16 de agosto de 2024.

Luders C, Titan SM, Kahhale S, Francisco RP, Zugaib M. Risk Factors for Adverse Fetal Outcome in Hemodialysis Pregnant Women. *Kidney Int Rep*. 2018 May 3;3(5):1077-1088. doi: 10.1016/j.ekir.2018.04.013. PMID: 30197974; PMCID: PMC6127404.

**[PA1]Doença renal crônica: frequente e grave, mas também prevenível e tratável**  
**Chronic kidney diseases: common and harmful, but also preventable and treatable**

[PA2]BRASILEIRO FILHO, G. Bogliolo, Patologia. 8 ed. Rio de Janeiro, 2012.

[PA3]Fatores de risco para resultado fetal adverso em gestantes em hemodiálise Claudio Luders1 , ,

[PA4]II Diretriz Brasileira de Cardiopatia Grave

Editor: Oscar P. Dutra

Co-Editores: Henrique W. Besser  
Humberto Tridapalli Tiago Luiz Luz  
Leiria

#### Membros:

Abrahão Afiune Neto, Antonio Felipe Simão, Antonio S. Sbissa, Enio Casagrande, Gustavo G. de Lima, Iran Castro, Iseu Gus, Ivo A. Nesralla, Nelson C. de Nonohay, Nestor Daudt, Maria Cláudia Irigoyen, Renato A. K. Kalil

[PA5]BLOWEY, D. L.; WARADY, B. A. Outcome of infants born to women with chronic kidney disease. *Adv Chronic Kidney Dis*, v. 14, n. 2, p. 199-205, 2007. Disponível em: . Acesso em: 29 jan 2024

[PA6] [PA6]BRASIL. Ministério da Saúde. Gestaçã de alto risco: manual técnico. Secretaria de Atençã à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: . Acesso em: 29\01\2024

[PA7]BRASILEIRO FILHO, G. Bogliolo, Patologia. 8 ed. Rio de Janeiro, 2012.

[PA8]ROMÃO JUNIOR, João Egidio. Diálise: Tratamento dialítico de mulheres grávidas. *Braz. J. Nephrol.*, v. 23, n. 1, p. 49-54, mar. 2001. [https://bjnephrology.org/wp-content/uploads/2019/11/jbn\\_v23n1a08.pdf](https://bjnephrology.org/wp-content/uploads/2019/11/jbn_v23n1a08.pdf)

[PA9]FREDETTE, A.C.N. et al. End-Stage Renal Disease and Pregnancy *Advances in Chronic Kidney Disease*, Vol 20, No 3 (May), 2013: pp 246-252

[PA10]G. Castellano, V. Losappio, and L. Gesualdo, "Update on pregnancy in chronic kidney disease," *Kidney Blood Press. Res.*, vol. 34, no. 4, pp. 253–260, 2011.

[PA11]RADAELLI, Eloísa ; MEINERZ, Gisele ; JACOBINA, Lázaro Pereira ; BRUNO, Rosana Mussoi ; ANDRADE, Juliana Alves Manhães de ; GARCIA, Valter Duro ; KEITEL, Elizete . Gravidez após transplante renal: 40 anos de experiência em centro único. *Braz. J. Nefrol.* , v. 2, e20230061, dez. 2023.

<https://www.scielo.br/j/jbn/a/kzYCGcQGgC5CQJh4wBk9QdC/?format=pdf&lang=en>

[PA12] Gravidez na paciente portadora de insuficiência renal crônica Pregnancy in a patient with chronic renal failure Embarazo en paciente con insuficiencia renal crónica

Juliana de Cassia Reis Boscarino<sup>1</sup> ORCID: 0000-0003-3861-2670  
Marcela Bruna da Silva<sup>1</sup> ORCID: 0000-0002-0416-0066  
Letícia Loss de Oliveira<sup>2</sup> ORCID: 0000-0002-7779-692X  
Rodrigo Rocha de Souza<sup>3</sup> ORCID: 0000-0002-9399-8046



v.1, n.7, 2024 - Novembro

## Revista Multidisciplinar

IMPOSSIVELMENTE PROVÁVEL? ILOGICAMENTE POSSÍVEL?

Fernando Antônio Fonseca



<https://br.pinterest.com/pin/628181848015297135/>  
PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN  
International Standard Serial Number  
2966-0599  
[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)



## IMPOSSIVELMENTE PROVÁVEL? ILOGICAMENTE POSSÍVEL?

Fernando Antônio Fonseca<sup>1</sup>

**Revista o Universo Observável**  
**DOI: 10.5281/zenodo.14031351**  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14031351)

---

<sup>1</sup>Bacharel em "Engenharia Química", UFMG, 1980, Mestrado (Inconcluso) em "Ciências da Computação", UFMG, 1981/82

## RESUMO

A presente obra discute uma questão filosófico-científica sobre o destino do universo e as limitações da cosmologia moderna para prever o que acontece após um possível colapso do universo. Ele explora a hipótese de que, se o universo realmente se colapsasse, restaria um espaço-tempo que continuaria a se expandir em direção ao desconhecido. Porém, questione-se como provar isso com base nas ferramentas e conhecimentos científicos que temos hoje, indicando que a ciência atual talvez ainda não compreenda completamente a constituição do cosmos, especialmente o que está "além" do universo visível e de visível como a matéria escura. A reflexão científica e filosófica em questão, levanta a possibilidade de que, nesse além-cosmos, possa existir uma nova forma de matéria ou um "vazio" que desafia o entendimento material atual, e questiona se essa matéria desconhecida poderia dar origem a uma nova concepção de realidade, uma espécie de fusão que geraria algo inédito e incompreensível. Esse choque entre o universo "conhecido" e o além poderia até resultar em um novo "Big Bang" ou na criação de um universo novo, ou mesmo de um estado atemporal ou a-espacial, sem vínculo com as leis físicas que conhecemos. Por fim, o texto se pergunta como seria possível investigar essas possibilidades com nossos métodos limitados e aponta que grandes avanços em tecnologias como Inteligência Artificial e o Metaverso talvez sejam necessários para enfrentar e validar essas teorias. Em resumo, o autor convida à reflexão sobre o futuro da ciência e a natureza do universo, questionando se é possível um entendimento profundo do cosmos com a ciência atual.

**Palavras-chaves:** Matéria oculta, partícula elementar e espaço-tempo

## ABSTRACT

*This work discusses a philosophical-scientific question about the fate of the universe and the limitations of modern cosmology to predict what happens after a possible collapse of the universe. It explores the hypothesis that, if the universe truly collapsed, there would be spacetime left that would continue to expand into the unknown. However, the question arises how to prove this based on the scientific tools and knowledge we have today, indicating that current science may not yet fully understand the constitution of the cosmos, especially what is "beyond" the visible and visible universe such as matter dark. The scientific and philosophical reflection in question raises the possibility that, in this beyond-cosmos, there may exist a new form of matter or a "void" that challenges current material understanding, and questions whether this unknown matter could give rise to a new conception of reality, a kind of fusion that would generate something unprecedented and incomprehensible.*

*This clash between the known universe and the beyond could even result in a new "Big Bang" or the creation of a new universe, or even a timeless or a-spatial state, with no link to the physical laws we know. Finally, The text asks how it would be possible to investigate these possibilities with our limited methods and points out that major advances in technologies such as Artificial Intelligence and the Metaverse may be necessary to confront and validate these theories. In short, the author invites reflection on the future of science and the nature of the universe, questioning whether a deep understanding of the cosmos is possible with current science.*

**Keywords:** Hidden matter, elementary particle and spacetime

## DESENVOLVIMENTO

A suposição (infundada?) de que universo (tal qual conhecemos e descrevemos / conceituamos) teria um final pressupostamente aceito, em termos projetivos e probabilísticos (adivinhado? imaginado? fantasiado?), que o levaria a se colapsar em um fim pressuposto, me leva a questionar a assertiva afirmação de que em seu pós-colapso, o cenário conseqüente seria a vigência residual do espaço-tempo, que se expandiria eternamente rumo (e imerso) nas além-fronteiras do cosmos. Como comprovar isso, frente ao atual "estado-da-arte" da cosmologia, e de nossa incipiente ciência convencional? no sentido de avaliar estas inferências sob a ótica científica? Isso, implicaria em refletir-se (especular-se?) sobre a hipótese de que ainda se desconheça a real "constituição" (temporal-material) que permeia o cosmos, no além-universo desconhecido. Existiria um outro "conteúdo" (mesmo que ilógico e improvável), que não seja especificamente a matéria-escura a lhe preencher seu espaço? (como saber?). Tal como: se apenas predominasse -suponha-se- a presença de partículas de anti-matéria, ou de algo "concreto", "material", imerso na matéria-escura, ou se vigorasse um "vazio" -de nulo "preenchimento"-, ou "algo" de constituição indefinida que hospedasse em seu bojo o espaço-tempo resultante -e em expansão- do colapsado universo "conhecido" referendado pelas nossas leis físicas e cosmológicas, -deduzidas e provadas-, haveria a possibilidade que este "conflito", resultasse na criação de uma "nova" concepção da matéria, de composição única e desconhecida? Esta aparente contradição, resultaria "per si" em uma provável "auto-fusão", que implicaria em uma (ainda) incompreensível "possibilidade" conceitual, teoricamente admissível? Poderia ocorrer um episódio (ou "evento") decorrente deste "choque" presumido entre o espaço-tempo expandido no pós-colapso,



e a “substância” inexorável do além-universo? Tipo: uma provável “inadequação” ou incompatibilidade” poderia resultar em um novo “big-bang”, ou gênese de um inédito universo, ou algo similar?...A resultante desse probalístico novo “status” poderia ser de caráter a-temporal ou a-espacial? sem, suponha-se, possuir vínculo algum com os parâmetros “tempo” e “espaço”, tais quais os conhecemos e postulamos? Como apropriar-se (matemática ou empiricamente) destas divagações, diante das precariedades e limitações de nossos usuais instrumentos de investigação e de nossos modelos matemáticos e físicos/cosmogônicos atuais e possíveis (em face até, de sua evolução e progresso)? Que cálculos e equações poderiam “validar” estas teorizações? senão através de avanços consideráveis no âmbito da tecnologia, mormente no âmbito das IA (Inteligências Artificiais) e do Metaverso?

#### REFERÊNCIAS

**Carroll, SM** (2010). *From Eternity to Here: The Quest for the Ultimate Theory of Time (Da Eternidade para Aqui: A Busca pela Teoria Definitiva do Tempo)*. Nova York: Dutton.

**Hawking, S., & Mlodinow, L.** (2010). *O Grande Projeto*. Bantam Books.

**Penrose, R.** (2011). *Ciclos do Tempo: Uma Nova Visão Extraordinária do Universo*. Livros Vintage.

**Tegmark, M.** (2014). *Nosso Universo Matemático: Minha Busca pela Natureza Última da Realidade*. Vintage.

**Bousso, R.** (2002). "O Princípio Holográfico." *Revisões de Física Moderna*, 74 (3), 825–874.

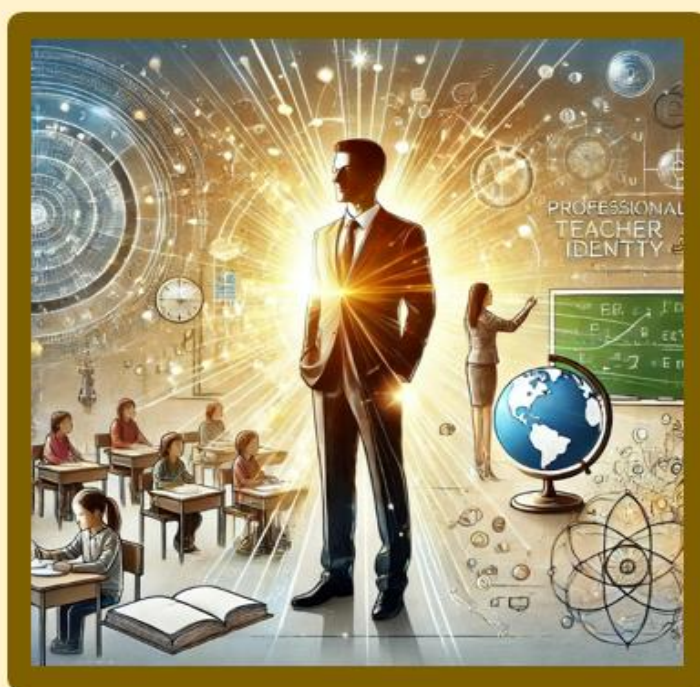
**Krauss, LM** (2012). *Um Universo do Nada: Por que Existe Algo em Vez de Nada*. Free Press.

**Greene, B.** (2003). *O Tecido do Cosmos: Espaço, Tempo e a Textura da Realidade*. Knopf.

## Revista Multidisciplinar

### IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE

*Charles Portos Rodrigues, Patrícia  
Maria Gomes de Andrade e  
Dayvison Bandeira de Moura*



**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number

**2966-0599**

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

## IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE

*Charles Portos Rodrigues<sup>1</sup>*

*Patrícia Maria Gomes de Andrade<sup>2</sup>*

*Dayvison Bandeira de Moura<sup>3</sup>*

**Revista o Universo Observável**  
**DOI: 10.5281/zenodo.14026860**  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14026860)

---

<sup>1</sup> charlesportos@hotmail.com. Professor, Pedagogo. Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC), Discente do Curso de Doutorado em Ciências da Educação Programa Brasil UNAEDS – PPGE CIA/UNAEDS. Atua na Educação Básica, Ensino Fundamental I na Escola Anfilófilo de Souza Campos. Itiquira-MT

<sup>2</sup> Professora do Ensino Fundamental. Especialista em Ciências da Educação. Discente do Curso de Mestrado em Ciências da Educação Programa Brasil UNAEDS – PPGE CIA/UNAEDS

<sup>3</sup> Orientador. Possui graduação em Letras pela Universidade Católica de Pernambuco (1984), especialização em Ensino de Arte pela Universidade Católica de Pernambuco (2006), pós-graduação em Economia da Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009), mestre em Ciência da Educação e Inovação Pedagógica pela Universidade da Madeira (2018), na Ilha da Madeira/Funchal - Portugal e doutor em Ciências da Educação pela Universidad del Sol (2022), em Asunción - Paraguay. É professor concursado para o ensino médio, promovido pela Secretaria de Educação de Pernambuco.

## RESUMO

Este estudo explora a identidade profissional docente como um conceito fundamental para a prática educativa de qualidade. A justificativa para a pesquisa reside na relevância de compreender os fatores que moldam a identidade dos professores, dado o impacto direto dessa construção no desempenho e comprometimento dos educadores. O objetivo geral é analisar os elementos que constituem a identidade docente e como ela se transforma ao longo do tempo, influenciada pela experiência, valores pessoais, formação contínua e pressões externas, como políticas educacionais e condições de trabalho. A metodologia adotada é qualitativa e baseia-se em uma revisão bibliográfica de autores como Nóvoa, Tardif e Day, que discutem a construção dinâmica da identidade profissional. Estes autores apontam que a identidade é continuamente moldada pelo contexto escolar e pelas relações interpessoais que os professores estabelecem com colegas e alunos, além das demandas institucionais.

**Palavras-chave:** Identidade Docente, Formação Contínua, Desafios Profissionais.

## RESUMEN

*Este estudio explora la identidad profesional docente como un concepto fundamental para la práctica educativa de calidad. La justificación de la investigación radica en la relevancia de comprender los factores que moldean la identidad de los profesores, dado el impacto directo de esta construcción en el desempeño y compromiso de los educadores. El objetivo general es analizar los elementos que constituyen la identidad docente y cómo se transforma con el tiempo, influenciada por la experiencia, valores personales, formación continua y presiones externas, como las políticas educativas y las condiciones de trabajo. La metodología adoptada es cualitativa y se basa en una revisión bibliográfica de autores como Nóvoa, Tardif y Day, quienes discuten la construcción dinámica de la identidad profesional. Estos autores señalan que la identidad es moldeada continuamente por el contexto escolar y las relaciones interpersonales que los profesores establecen con colegas y estudiantes, además de las demandas institucionales.*

**Palabras clave:** *Identidad Docente, Formación Continua, Desafíos Profesionales.*

## 1. INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE

A identidade profissional docente é um conceito essencial para compreender o papel que os professores desempenham, tanto dentro da sala de aula quanto no contexto mais amplo da educação. A identidade docente abarca não apenas o domínio técnico, mas também a integração de valores pessoais e sociais que definem como os professores veem a si mesmos e sua função educacional. De acordo com Nóvoa (1992, p. 16),

"a identidade profissional é uma construção que não se forma isoladamente, mas no encontro constante com o contexto social e cultural".

Esse processo envolve uma negociação contínua entre o que o indivíduo deseja ser e as exigências externas impostas pela sociedade e pela instituição escolar. A identidade profissional docente é construída em constante interação com o ambiente ao redor, ou seja, não é algo que o professor desenvolve de forma isolada. Isso significa que, ao longo de sua carreira, a identidade de um professor é moldada pelas pessoas com quem ele interage (alunos, colegas, gestores) e pelas normas e expectativas da sociedade e da escola onde trabalha.

Por exemplo, ao ensinar em uma escola que valoriza práticas inclusivas, o professor pode incorporar esses valores em sua visão e em suas práticas. Com o tempo, essa convivência transforma a maneira como ele vê seu papel de educador, adaptando-se para atender a essas demandas sociais e culturais. Além disso, as mudanças nas políticas educacionais, como as exigências de formação e a introdução de novas metodologias, também afetam como o professor se enxerga e executa seu trabalho.

Esse processo é dinâmico e contínuo: o professor está sempre adaptando e reforçando sua identidade conforme ele e o contexto mudam. Assim, a identidade profissional não é estática; ela se constrói e reconstrói na medida em que o professor enfrenta novos desafios, incorpora novos conhecimentos e se relaciona com o ambiente educacional em transformação.

“Ser professor é assumir uma responsabilidade perante a sociedade, transmitindo conhecimentos e valores que moldam cidadãos. Essa responsabilidade, porém, é complexa e frequentemente desvalorizada, o que interfere diretamente na construção da identidade do educador” (Tardif & Lessard, 2005, p. 63).

Essa identidade é, portanto, marcada por contradições, onde o ideal pessoal do ensino muitas vezes confronta as realidades institucionais, o que exige dos professores uma resiliência considerável. O papel do professor vai além de ensinar conteúdos; ele assume uma responsabilidade social fundamental, ajudando a formar cidadãos através da transmissão de conhecimentos e valores. Isso significa que o professor atua como um agente formador, preparando os alunos não apenas para carreiras profissionais, mas para a vida em sociedade. No entanto, essa responsabilidade complexa envolve desafios que muitas vezes não são reconhecidos ou valorizados pela sociedade, o que pode afetar negativamente a construção da identidade profissional do educador.

A desvalorização do trabalho docente, que se manifesta em baixos salários, condições de trabalho difíceis e falta de reconhecimento, cria uma tensão entre o ideal do que significa “ser professor” e a realidade prática. Essa discrepância interfere na maneira como o professor vê a si mesmo e seu papel, minando, em alguns casos, sua motivação e comprometimento. Em vez de se sentirem fortalecidos por sua função social, muitos professores enfrentam desmotivação e dúvidas sobre seu valor profissional. Essa desvalorização afeta diretamente a identidade docente, tornando o processo de construção dessa identidade mais difícil e carregado de desafios emocionais e práticos que impactam sua realização pessoal e profissional.

## 2. Elementos Constitutivos da Identidade Profissional Docente

Para compreender a identidade profissional docente, é necessário considerar três elementos centrais que interagem continuamente: valores e crenças pessoais, formação e prática profissional, e a autopercepção do papel social. A identidade de um professor não é algo fixo ou pré-determinado; ela é, nas palavras de Garcia,

“moldada pela experiência, formação e interação contínua com os outros” (Garcia, 1999, p. 46).

Esses elementos permitem ao docente construir uma identidade que se adapta às realidades enfrentadas ao longo de sua trajetória profissional. A identidade profissional de um docente é construída e transformada ao longo do tempo, influenciada por diversos fatores em sua trajetória. Em primeiro lugar, a experiência prática — as vivências na sala de aula e na escola — desempenha um papel essencial, pois permite que o professor enfrente situações reais, desenvolvendo e ajustando suas habilidades e estratégias pedagógicas. A experiência diária reforça e reconfigura o que ele aprendeu durante a formação inicial e continuada.

A formação, por sua vez, proporciona ao professor o conhecimento teórico e prático necessário para lidar com os desafios educacionais. Essa formação inclui não apenas o aprendizado técnico, mas também a reflexão crítica sobre o papel do educador e as práticas pedagógicas.

Por fim, a interação contínua com colegas, alunos, pais e gestores oferece feedback e novos insights, possibilitando ao professor reavaliar e aprimorar sua prática. Esses contatos permitem que ele troque experiências e aprenda com diferentes perspectivas, consolidando sua identidade. Assim, a identidade docente não é fixa; é um processo contínuo que se adapta e se fortalece por meio da combinação dessas três dimensões — experiência, formação e interação.

### 2.1. Valores e Crenças Pessoais

Os valores e crenças pessoais de um professor constituem a base de sua identidade, orientando sua visão sobre o ensino e sobre o papel da educação na vida dos alunos. Segundo Day (2001, p. 52),

“esses valores e crenças não apenas definem o que o professor valoriza, mas também influenciam as práticas que ele adota”.

Os princípios pessoais de um professor são fundamentais não só para determinar suas prioridades, mas também para moldar suas ações e métodos de ensino. Valores e crenças formam uma base interna que orienta decisões diárias, como a escolha de estratégias pedagógicas, o tratamento dos alunos e o tipo de ambiente que o professor busca promover em sala de aula.

Por exemplo, um professor que valoriza o respeito à diversidade pode adotar práticas

inclusivas, promovendo discussões que acolham diferentes perspectivas e necessidades dos alunos. Da mesma forma, um docente que acredita na importância de um ensino mais ativo e participativo poderá utilizar metodologias que incentivem a colaboração e a autonomia dos estudantes, em vez de um ensino expositivo e unidirecional.

Esses valores e crenças não são apenas uma teoria; eles influenciam ativamente a prática cotidiana do professor. Isso faz com que a identidade docente seja, ao mesmo tempo, um reflexo de suas convicções e uma construção prática, onde o que o professor acredita determina, em grande medida, o como ele ensina. Assim, os valores e crenças pessoais têm um impacto direto na maneira como o professor se comporta e interage com seus alunos, configurando uma identidade única e consistente.

Um professor que acredita no poder transformador da educação geralmente se aproxima do ensino com um senso de missão, buscando inspirar e capacitar seus alunos. Como observa Nóvoa (2000, p. 54),

"a prática docente é permeada por uma série de valores pessoais que direcionam o educador, fornecendo um sentido de propósito em sua atuação".

O trabalho de um professor não se resume a ensinar conteúdos; ele é guiado por um conjunto de valores pessoais que dão significado e direção ao que faz. Esses valores podem incluir o compromisso com a inclusão, o respeito aos alunos, a responsabilidade social ou o desejo de fazer a diferença na vida dos estudantes. Esses princípios não são apenas crenças abstratas, mas influenciam diretamente as escolhas e comportamentos do professor no ambiente escolar.

Quando o professor vê sua atuação como uma missão com propósito, ele tende a investir mais nas relações com os alunos, buscando maneiras de apoiar seu desenvolvimento integral. Por exemplo, um professor que valoriza a igualdade pode se esforçar para tratar cada aluno com justiça, ajustando suas práticas para atender diferentes necessidades. Isso não só melhora a qualidade do ensino, mas também reforça o senso de identidade do professor, que se vê como alguém com um papel significativo na formação de cidadãos.

Esses valores pessoais são, portanto, o alicerce que dá consistência à prática docente, influenciando a maneira como o educador conduz suas aulas, lida com desafios e estabelece sua presença na escola. Eles fornecem um propósito que vai além do conteúdo, alinhando a prática pedagógica com uma visão de impacto positivo.

Essas crenças são formadas por experiências pessoais e influências culturais que, como afirma Tardif (2002, p. 76),

"têm um papel duradouro na configuração da identidade profissional, ainda que possam se modificar ao longo da carreira".

Os valores e crenças pessoais de um professor são fundamentais na construção inicial de sua identidade profissional, estabelecendo uma base que orienta suas práticas e decisões. Esses valores atuam como guias estáveis, refletindo aquilo que o professor considera essencial para seu papel na educação, como o respeito pelo aluno, a valorização do conhecimento ou o compromisso com a inclusão.

No entanto, apesar de duradouros, esses valores não são completamente imutáveis; eles podem se transformar em resposta a novas experiências e desafios. Ao longo da carreira, o professor enfrenta diferentes contextos, mudanças institucionais e sociais, além de ter acesso a novas formações e metodologias que podem levar a uma reavaliação de suas crenças iniciais. Por exemplo, um professor que antes focava em uma abordagem rígida pode adotar práticas mais flexíveis após perceber que um método mais inclusivo atende melhor às necessidades dos alunos.

Esse processo de mudança permite que a identidade profissional se mantenha relevante e adaptada ao tempo e contexto, sem perder a essência dos valores fundamentais. Assim, os valores e crenças possuem um papel duradouro, mas também uma plasticidade que enriquece e evolui a identidade do professor ao longo de sua carreira.

Assim, esses valores e crenças são tanto fundamentos estáveis quanto elementos flexíveis que permitem ao professor adaptar sua identidade conforme ganha novas experiências e

enfrenta novos desafios.

## 2.2. Formação e Prática Profissional

A formação inicial e continuada desempenha um papel essencial na construção da identidade docente, fornecendo ao professor as ferramentas básicas para enfrentar os desafios da sala de aula. Segundo Nóvoa (1992, p. 25),

"a formação inicial é uma base importante, mas é na prática que o professor realmente se torna educador".

A preparação teórica e técnica adquirida na formação inicial é apenas o ponto de partida para o desenvolvimento da identidade docente. Durante a formação, o professor aprende fundamentos pedagógicos, estratégias de ensino e teorias sobre o desenvolvimento dos alunos. Essas bases são essenciais, pois oferecem as ferramentas e o conhecimento necessários para iniciar a carreira.

Contudo, é na prática, na vivência do cotidiano escolar, que o professor realmente desenvolve as habilidades e insights que o tornam um educador. A sala de aula é um ambiente dinâmico, onde o professor enfrenta desafios reais, adapta métodos, lida com imprevistos e aprende a responder às necessidades individuais dos alunos. Essas experiências permitem que ele adapte o que aprendeu na formação inicial, tornando seu ensino mais eficaz e pessoal.

Por exemplo, ao lidar com uma turma diversa, o professor descobre maneiras de incluir todos os alunos, algo que a teoria aborda, mas que só na prática ele compreende totalmente. Esse aprendizado prático transforma a teoria em ação, consolidando a identidade docente e permitindo que o professor vá além do conteúdo, desenvolvendo uma conexão genuína com seu papel de educador.

Durante a formação inicial, o professor aprende teorias pedagógicas e métodos de ensino, mas é na prática, no dia a dia com os alunos, que ele "consolida sua identidade e ajusta suas abordagens pedagógicas" (Garcia, 1999, p. 48).

A prática permite ao professor desenvolver uma flexibilidade indispensável para responder às demandas variadas do ensino. "A formação continuada é crucial", destaca Day

(2001, p. 60),

"pois ela não só atualiza os conhecimentos, mas redefine aspectos fundamentais da identidade do professor".

Essa formação continuada pode ocorrer de maneira formal, em cursos e capacitações, ou informalmente, na troca de experiências com outros professores e na reflexão sobre a prática.

A formação continuada é essencial porque, além de atualizar os conhecimentos do professor, ela permite uma reavaliação profunda de sua identidade profissional. Cada novo aprendizado ou abordagem pedagógica pode levar o professor a refletir sobre suas práticas, ajustando suas convicções e modos de atuação. Esse processo de atualização é mais do que técnico; ele transforma a visão que o professor tem de si e de seu papel na educação. Assim, a formação continuada não apenas aprimora competências, mas redefine valores e perspectivas, permitindo que o professor evolua e se adapte constantemente às novas demandas da educação.

## 2.3. Autopercepção e Papel Social

A forma como o professor se percebe e compreende sua função social é outro elemento essencial de sua identidade. Essa autopercepção é influenciada tanto por fatores internos quanto por fatores externos, como o feedback dos alunos e a valorização da profissão pela sociedade. Segundo Tardif e Lessard (2005, p. 63),

"ser professor é assumir uma responsabilidade perante a sociedade, transmitindo conhecimentos e valores que moldam cidadãos".

Mais do que ensinar conteúdos, o professor participa do desenvolvimento de valores como respeito, responsabilidade e pensamento crítico, que são fundamentais para a convivência em sociedade. Nesse sentido, o professor é visto como um formador de cidadãos, alguém que influencia diretamente a construção do caráter e das atitudes dos jovens que, no futuro, serão os responsáveis por continuar o progresso social.

Essa responsabilidade é ampla e complexa, pois exige que o professor esteja consciente do impacto de suas palavras, atitudes e ações dentro e fora da sala de aula. Ao transmitir conhecimento, o professor promove o

desenvolvimento intelectual e o preparo para desafios profissionais. Mas, ao mesmo tempo, ao ensinar valores, ele contribui para que os alunos compreendam seu papel na sociedade, respeitem a diversidade e colaborem para um ambiente justo e ético.

Assim, a docência vai além da instrução: ela é uma missão de longo alcance, que influencia tanto o presente quanto o futuro da sociedade, reforçando o papel fundamental do professor como um guia no desenvolvimento pessoal e social dos estudantes.

Essa percepção de ser um agente de transformação é um componente central na identidade do professor, mas, como aponta Antunes (2005, p. 78),

“a desvalorização da profissão frequentemente gera uma discrepância entre o papel ideal do professor e a realidade prática, afetando diretamente sua identidade”.

O impacto negativo da falta de valorização da docência sobre o desenvolvimento profissional e pessoal dos educadores. Idealmente, o professor é visto como um agente de transformação social, responsável por preparar cidadãos críticos e conscientes. No entanto, na realidade, muitos enfrentam salários baixos, condições precárias de trabalho e falta de reconhecimento, fatores que distanciam o professor desse papel idealizado e comprometem a construção de sua identidade.

Essa desvalorização cria uma sensação de frustração e desmotivação, uma vez que o professor percebe que não consegue exercer plenamente o papel que considera significativo. Essa discrepância entre o ideal — um ambiente onde ele é respeitado e pode desenvolver seu trabalho com autonomia e recursos adequados — e a realidade prática leva o professor a questionar o próprio valor de sua função e suas capacidades.

Como resultado, a identidade docente sofre. Muitos professores enfrentam o desgaste emocional e a desmotivação, o que impacta seu compromisso e seu entusiasmo pela profissão. Essa falta de correspondência entre o ideal e o real afeta não apenas o professor individualmente, mas também a qualidade da educação que ele pode oferecer.

Esses três elementos — valores e crenças pessoais, formação e prática profissional,

e autopercepção social — não operam isoladamente. Como afirma Nóvoa (1992, p. 16),

“a identidade do professor é uma construção que se forma no encontro constante com o contexto social e cultural”.

Dessa forma, a identidade docente é um processo dinâmico, que reflete tanto as aspirações individuais do professor quanto as pressões do contexto escolar e social. Essa constante interação permite ao professor adaptar e ressignificar seu papel ao longo do tempo, mantendo-o engajado e resiliente diante dos desafios do ensino.

### 3. INFLUÊNCIAS CONTEXTUAIS E SOCIAIS NA IDENTIDADE DOCENTE

A identidade docente é profundamente moldada pelo contexto em que o professor atua, englobando tanto o ambiente escolar quanto fatores externos, como as políticas públicas e a visão da sociedade sobre a profissão. Esse contexto influencia a maneira como o professor enxerga seu papel e desenvolve sua identidade, afetando sua prática, valores e até o comprometimento com o ensino. Marcelo Garcia (1999, p. 50) observa que “o contexto escolar, as políticas públicas e até a própria sociedade exercem pressões que afetam diretamente a identidade dos professores”, ressaltando que essas forças externas têm um impacto substancial na construção da identidade docente.

O ambiente escolar é o espaço onde o professor vive seu cotidiano, enfrenta desafios, estabelece relações e molda suas práticas. As demandas institucionais, as relações com colegas e gestores e as necessidades dos alunos são aspectos que influenciam diretamente a maneira como o professor se enxerga e exerce sua profissão. Em um ambiente colaborativo e de apoio, onde há recursos e valorização, o professor tende a desenvolver uma identidade fortalecida e positiva, sentindo-se respeitado e motivado. No entanto, em contextos onde há sobrecarga de trabalho, falta de recursos ou ausência de apoio, a identidade do professor pode sofrer, levando a um sentimento de desvalorização e desmotivação.

Além disso, as políticas públicas desempenham um papel crucial na definição da identidade docente, pois muitas vezes determinam não só os conteúdos e metodologias, mas também as condições de trabalho e as



possibilidades de formação contínua. Políticas que priorizam a educação e investem no desenvolvimento profissional do professor contribuem para uma identidade mais consolidada e positiva, pois refletem uma valorização institucional do papel docente. Por outro lado, políticas que negligenciam as necessidades da educação pública, limitam recursos ou não oferecem oportunidades de desenvolvimento prejudicam a autoestima e a confiança dos professores, afetando sua motivação e o comprometimento com a profissão.

A visão da sociedade sobre a profissão docente também exerce grande influência. Em sociedades onde o professor é visto como um pilar fundamental para o desenvolvimento social e recebe o devido respeito, os educadores tendem a construir uma identidade fortalecida e satisfatória, sentindo-se valorizados e essenciais para o progresso. Em contrapartida, em contextos onde a docência é desvalorizada e encarada como uma carreira de pouco prestígio, a identidade dos professores é desafiada. Essa percepção social negativa pode gerar um sentimento de inadequação ou frustração, pois o professor percebe uma discrepância entre a importância do seu papel formador e o reconhecimento real que ele recebe.

Esses fatores — o ambiente escolar, as políticas públicas e a percepção social — interagem constantemente e criam uma teia de influências sobre a identidade docente. A cada novo desafio ou mudança nas condições externas, o professor pode se ver obrigado a reajustar sua visão de si mesmo e de sua prática. Assim, a identidade docente é uma construção dinâmica, que se adapta e se transforma conforme o contexto em que o professor está inserido.

### 3.1. Impacto do Ambiente Escolar

O ambiente escolar exerce uma influência direta e profunda sobre a identidade do professor, representando o local mais imediato onde ele vive e enfrenta seus desafios diários. Este ambiente é onde o professor interage com alunos, colegas, gestores e a comunidade, além de lidar com as demandas e pressões administrativas que fazem parte da realidade educacional. Essas interações e exigências cotidianas contribuem para moldar e redefinir continuamente sua identidade profissional,

influenciando tanto sua prática pedagógica quanto sua percepção de seu papel no contexto educacional.

Segundo Tardif (2005, p. 84),

"o ambiente escolar é tanto um espaço de realização quanto um campo de batalha, onde o professor precisa constantemente reafirmar seu papel e ajustar sua identidade às condições de trabalho".

Esta afirmação destaca que a escola é um espaço ambivalente: por um lado, é o local onde o professor concretiza seus ideais e coloca em prática o que acredita ser o propósito de seu trabalho; por outro, é também um espaço de pressões e conflitos que desafiam sua identidade e exigem ajustes constantes para manter sua motivação e compromisso com o ensino.

O ambiente escolar pode promover a realização profissional do professor quando há condições adequadas de trabalho, apoio administrativo e reconhecimento de seu valor. Em um contexto onde o professor sente que suas ações são respeitadas e que sua contribuição é valorizada, ele tende a desenvolver uma identidade profissional forte e positiva. Isso ocorre porque o ambiente de apoio reforça seu senso de propósito e autonomia, permitindo que ele explore novas metodologias e estabeleça laços significativos com seus alunos e colegas. Quando o professor se sente parte de uma equipe comprometida e vê que seus esforços são recompensados, sua identidade se fortalece, e ele tende a investir mais em sua prática.

Por outro lado, quando o ambiente escolar apresenta dificuldades, como falta de recursos, excesso de carga horária, pouca autonomia e apoio insuficiente da gestão, o professor enfrenta um verdadeiro "campo de batalha" para manter sua identidade profissional. Essas condições adversas exigem que ele faça constantes adaptações e ajustes em suas expectativas e, muitas vezes, nas suas próprias crenças sobre o papel do ensino. O desgaste gerado por um ambiente de trabalho desafiador pode levar à desmotivação e até ao questionamento da escolha profissional, afetando negativamente a identidade docente. Quando o professor não sente que suas necessidades e limitações são compreendidas ou que seu trabalho é valorizado, ele pode desenvolver uma visão mais negativa de si mesmo e de seu papel na escola.

Além disso, as relações interpessoais no ambiente escolar são um fator significativo na formação da identidade docente. A interação diária com alunos, que possuem diferentes níveis de interesse, comportamento e necessidades, desafia o professor a ajustar suas estratégias e adaptar-se continuamente. Essa interação é uma via de mão dupla: enquanto o professor influencia o desenvolvimento dos alunos, ele próprio também é influenciado pelas respostas e pelo engajamento dos estudantes, que podem reforçar sua identidade quando positivos ou enfraquecê-la em cenários de desmotivação e indisciplina.

As relações com os colegas também afetam a identidade docente. O apoio mútuo e a troca de experiências com outros professores criam um senso de comunidade que fortalece a resiliência do professor frente aos desafios. Em um ambiente colaborativo, onde é possível trocar ideias e compartilhar dificuldades, o professor encontra um espaço para validar suas experiências e receber feedbacks que contribuem para a construção de uma identidade profissional mais sólida. No entanto, quando o ambiente é marcado por competitividade, isolamento ou falta de cooperação, essa mesma identidade pode ser fragilizada.

Finalmente, as exigências administrativas, como o cumprimento de metas, relatórios, avaliações e políticas internas, exercem uma pressão constante sobre o professor, forçando-o a equilibrar suas aspirações pedagógicas com as demandas burocráticas. Essa dualidade entre a prática pedagógica e as obrigações administrativas pode ser desafiadora e gerar um conflito na identidade docente, especialmente quando essas exigências parecem desviar o foco do que ele considera o verdadeiro propósito de seu trabalho. Em ambientes onde essas exigências são excessivas, o professor pode sentir que sua identidade está mais focada em burocracias do que no ensino em si, o que pode levar a um sentimento de frustração e alienação em relação ao seu papel ideal.

Portanto, o ambiente escolar é um espaço complexo e dinâmico que pode tanto fortalecer quanto desafiar a identidade profissional do professor. Ao mesmo tempo em que oferece oportunidades de realização, ele também impõe desafios que exigem resiliência,

adaptação e constantes ajustes na visão que o professor tem de si mesmo e de sua função.

### 3.2. Políticas Educacionais e Visão Social do Papel do Professor

As políticas educacionais exercem uma forte influência sobre o trabalho docente, moldando as expectativas em torno do papel do professor e frequentemente exigindo adaptações que demandam uma identidade flexível. Essas políticas, que incluem diretrizes curriculares, métodos de avaliação e padrões de desempenho, muitas vezes não consideram as condições práticas enfrentadas pelos professores em sala de aula. De acordo com Antunes (2005, p. 78),

“as políticas educacionais nem sempre consideram a realidade prática do professor, o que gera um sentimento de desvalorização e desconexão entre o que se espera do docente e o que ele realmente consegue realizar”.

Esse descompasso entre as demandas oficiais e as possibilidades reais de implementação leva a um sentimento de frustração e desvalorização, à medida que os professores sentem que não conseguem atender plenamente às expectativas impostas, mesmo quando se esforçam ao máximo.

Além disso, a visão social da profissão interfere diretamente na construção da identidade docente. Professores frequentemente enfrentam estereótipos negativos e uma falta de valorização social que desestimula e desafia a sua autopercepção profissional. Day (2001, p. 41) observa que

“a forma como a sociedade enxerga o professor reflete em sua identidade profissional, especialmente em um contexto onde o status da profissão é constantemente colocado em questão”.

Em muitas sociedades, o papel do professor é subestimado, e essa visão se reflete na forma como os professores percebem a si mesmos e sua relevância.

A falta de reconhecimento e o status em declínio afetam diretamente a motivação dos educadores, que acabam lidando com um duplo desafio: atender às altas demandas institucionais enquanto lidam com a desvalorização social. Esses fatores externos exigem do professor uma identidade resiliente e adaptável, capaz de se sustentar e se transformar diante das dificuldades impostas pelo contexto educacional e social.

#### 4. DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE

A construção e manutenção da identidade docente enfrenta inúmeros desafios, que vão desde questões internas, como valores pessoais e objetivos profissionais, até pressões externas, que muitas vezes limitam a atuação do professor. Entre os desafios mais significativos estão a proletarização da profissão e as condições de trabalho adversas, que impactam profundamente a percepção que o professor tem de seu papel e de sua importância na sociedade.

A proletarização da docência refere-se ao processo de desvalorização e “simplificação” da profissão, onde o trabalho do professor passa a ser visto menos como um ofício especializado e mais como uma função operacional. Esse fenômeno é frequentemente acompanhado por baixos salários, falta de autonomia e uma crescente carga de tarefas burocráticas que distanciam o professor de seu papel central: educar e promover o desenvolvimento dos alunos. Esse processo leva a um enfraquecimento da identidade docente, pois o professor sente que seu conhecimento e suas habilidades não são devidamente reconhecidos, o que afeta sua motivação e comprometimento.

Além disso, as condições de trabalho adversas agravam esse cenário. Em muitas escolas, especialmente em contextos públicos, os professores enfrentam turmas superlotadas, falta de recursos materiais e infraestrutura inadequada. Essas condições prejudicam o desenvolvimento de uma prática pedagógica eficaz e limitam as possibilidades de inovação e personalização no ensino, o que pode gerar frustração e desmotivação. Quando o ambiente de trabalho não oferece suporte e condições mínimas para um ensino de qualidade, a identidade do professor é desafiada, pois ele se vê impossibilitado de exercer plenamente seu papel formador.

Esses desafios criam um ambiente onde o professor precisa constantemente reafirmar e adaptar sua identidade, lutando para manter seu senso de propósito e relevância diante das limitações impostas pelo contexto profissional e institucional.

##### 4.1. Proletarização e Precarização

A proletarização e a precarização da profissão docente representam desafios significativos para a identidade profissional dos professores, afetando não apenas sua motivação, mas também o reconhecimento social e a percepção que eles têm de seu próprio valor. A proletarização do trabalho docente refere-se ao processo pelo qual a atividade do professor passa a ser tratada como uma ocupação de baixa qualificação e com remuneração inadequada, semelhante ao trabalho operário, em que o profissional é visto mais como um executor de tarefas do que como um especialista em sua área. Esse processo reduz a autonomia e o reconhecimento da complexidade e importância do papel do professor, gerando um impacto profundo em sua identidade.

Segundo Tardif (2005, p. 89),

“a proletarização do trabalho docente gera um processo de desmotivação que afeta diretamente a forma como o professor vê seu papel e sua importância na sociedade”.

A falta de reconhecimento e a remuneração baixa resultam em desmotivação e frustração, sentimentos que afetam a maneira como o professor se percebe em relação ao seu trabalho e a seu papel formador. Ao serem tratados como profissionais de segunda linha, muitos professores passam a questionar o valor e o sentido de sua profissão, o que enfraquece seu comprometimento e afeta sua relação com os alunos, com a instituição e com a prática pedagógica.

Além disso, a proletarização é frequentemente acompanhada por um processo de precarização das condições de trabalho. Muitos professores enfrentam salas de aula superlotadas, falta de recursos didáticos e condições físicas inadequadas. Essas dificuldades não apenas dificultam a realização de um trabalho de qualidade, mas também impõem um desgaste emocional e físico que afeta a identidade docente. Quando o professor não dispõe dos meios básicos para cumprir seu papel, ele é levado a reavaliar suas expectativas e, muitas vezes, a adaptar sua prática para atender ao mínimo exigido, deixando de lado a realização plena de seu potencial como educador.

A soma da proletarização e da precarização gera um ciclo de desvalorização que enfraquece a identidade do professor, pois ele vê que seu trabalho e esforço são subestimados e

que seu impacto social é minimizado. Esse ciclo leva muitos professores a sentimentos de esgotamento e desmotivação, fatores que comprometem a continuidade na carreira e até mesmo o desejo de permanecer na profissão. Em um contexto onde o trabalho docente é tratado de maneira operacional, o professor se vê cada vez mais afastado do papel idealizado de formador de cidadãos e agente de transformação social, e cada vez mais próximo de um trabalhador despersonalizado, desempenhando tarefas sob condições adversas.

Portanto, a proletarização e a precarização não são apenas questões de condições externas, mas influenciam profundamente a construção e a manutenção da identidade profissional dos professores, afetando sua visão de si mesmos, seu propósito e seu compromisso com a educação.

#### 4.2. Condições de Trabalho e Desvalorização

A desvalorização da profissão docente e as condições de trabalho adversas afetam de forma significativa a construção e a consolidação de uma identidade profissional saudável e motivada. Entre as principais dificuldades enfrentadas pelos professores estão a falta de recursos básicos para o ensino, as turmas superlotadas e os baixos salários. Essas condições não apenas prejudicam a qualidade do ensino, mas também geram um intenso desgaste emocional, que compromete o bem-estar e a motivação dos educadores em sua atuação cotidiana.

A falta de recursos nas escolas é uma realidade que limita as possibilidades pedagógicas dos professores, que muitas vezes precisam improvisar materiais didáticos ou adaptar suas práticas para suprir deficiências estruturais. Esse desafio constante exige um esforço adicional que vai além das responsabilidades normais do docente, gerando frustração ao impedir que o professor implemente estratégias mais eficazes e inovadoras em sua prática. Essa limitação afeta diretamente a identidade do professor, que se vê impedido de realizar seu trabalho de acordo com o que acredita ser o ideal.

Além disso, as turmas superlotadas dificultam o acompanhamento individualizado dos alunos, uma vez que o professor precisa dividir sua atenção entre muitos estudantes,

reduzindo a possibilidade de atender às necessidades específicas de cada um. Esse cenário contribui para uma sensação de impotência, pois o professor não consegue exercer plenamente seu papel formador, sentindo que seu trabalho perde em qualidade e eficácia. A superlotação das salas de aula, portanto, agrava o desgaste emocional do professor, levando-o a uma situação de estresse constante e, muitas vezes, a sentimentos de inadequação em relação ao seu próprio desempenho.

A remuneração baixa é outro fator que impacta negativamente a identidade profissional. Quando o professor não é devidamente valorizado financeiramente, sua percepção de sua importância e contribuição para a sociedade é afetada. A baixa remuneração não é apenas uma questão financeira, mas também de reconhecimento e valorização social. Como observa Antunes (2005, p. 95),

“a condição de trabalho do professor frequentemente se torna uma barreira para a consolidação de uma identidade profissional positiva, visto que o desgaste e o desânimo são constantes”.

Esse contexto gera desmotivação e compromete a identidade do professor, que começa a questionar o valor de sua profissão e sua posição social.

O acúmulo desses fatores cria um ambiente onde o professor está constantemente sobrecarregado, enfrentando desafios que vão além da prática pedagógica e que limitam sua capacidade de crescimento profissional. O desgaste emocional resultante impacta diretamente sua identidade, uma vez que ele passa a ver o ensino não como uma vocação e fonte de realização, mas como uma atividade extenuante que exige sacrifícios constantes. Em muitos casos, essa situação leva a sentimentos de desânimo e até a intenção de abandonar a profissão, contribuindo para o alto índice de evasão docente.

Assim, a desvalorização e as condições adversas de trabalho afetam não apenas o cotidiano dos professores, mas também o modo como eles percebem a si mesmos e sua profissão. Para que os professores possam consolidar uma identidade profissional positiva e realizar plenamente seu potencial, é fundamental que haja uma valorização do trabalho docente e que as condições de trabalho sejam dignas,

respeitando o papel essencial que os educadores desempenham na formação das futuras gerações.

## 5. TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DA CARREIRA

A identidade docente é caracterizada por um processo dinâmico e contínuo de transformação, onde a experiência e a maturidade acumuladas ao longo da carreira geram reflexões e adaptações importantes. Com o passar do tempo, o professor vivencia diferentes desafios e contextos educacionais que o levam a reavaliar suas práticas, valores e o próprio papel que exerce na educação. Essa evolução permite que ele se reinvente, buscando uma identidade que se alinha progressivamente às novas demandas e realidades do ensino.

Como destaca Day (2001, p. 52),

“a identidade docente se constrói ao longo do tempo, com cada etapa da carreira contribuindo para um novo entendimento de si e de sua função”.

No início da carreira, o professor costuma se apoiar mais intensamente nos conhecimentos adquiridos na formação inicial, explorando metodologias e técnicas de ensino que ainda são novas. Com o tempo, no entanto, ele passa a perceber quais abordagens são mais eficazes para o seu perfil e contexto, ajustando suas práticas e desenvolvendo uma visão mais madura e aprofundada do ensino.

Esse processo de adaptação é fundamental para a sustentabilidade da carreira docente, pois permite que o professor se mantenha engajado e resiliente frente às mudanças constantes da educação e da sociedade. À medida que o professor ganha experiência, ele adquire também maior flexibilidade para lidar com imprevistos e encontrar soluções para problemas complexos que surgem na prática diária. Esse desenvolvimento contínuo reflete uma identidade que não é rígida, mas sim capaz de se adaptar, absorvendo novas ideias e se ajustando conforme as necessidades dos alunos e do contexto escolar.

Assim, a identidade docente é uma construção dinâmica que se enriquece com o tempo, permitindo que o professor, por meio da experiência e da maturidade, encontre formas de manter sua prática relevante, comprometida e em

sintonia com as realidades e os desafios da educação contemporânea.

## 5.1. Crescimento Profissional e Formação Contínua

A formação continuada é essencial para que o professor mantenha sua prática pedagógica atualizada e relevante, além de contribuir significativamente para a redefinição de sua identidade profissional. Esse desenvolvimento contínuo permite ao professor revisar e aprimorar suas abordagens de ensino, incorporando novas teorias, metodologias e tecnologias que surgem no campo educacional. Como observa Garcia (1999, p. 60),

“o desenvolvimento contínuo é crucial para que o professor se mantenha alinhado com as demandas educacionais e com sua própria visão de ensino”.

Essa constante atualização não é apenas técnica; ela também oferece ao professor uma oportunidade de refletir sobre seu papel e propósito, moldando uma identidade que responde às mudanças e necessidades do contexto escolar. Cada novo aprendizado ou prática introduzida pode influenciar a maneira como o professor vê a si mesmo e suas responsabilidades, reforçando sua autoconfiança e adaptabilidade. Dessa forma, a formação continuada funciona como um processo de renovação pessoal e profissional, que ajuda o professor a reafirmar seu compromisso com o ensino e a se ajustar às expectativas da sociedade e dos alunos. Ela permite que o professor evolua de forma dinâmica, alinhando sua identidade a um ensino sempre em transformação.

## 6. IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA E QUALIDADE EDUCACIONAL

Uma identidade profissional bem consolidada é essencial para que o professor desenvolva uma prática educativa de qualidade. Quando o docente possui uma identidade sólida, ele se sente mais seguro e comprometido com seu papel, o que aumenta sua eficácia em sala de aula e promove um ambiente de aprendizado mais positivo para os alunos. Day (2001, p. 61) observa que,

“a identidade profissional é a chave para uma prática pedagógica consistente e comprometida”, pois ela sustenta o professor diante dos desafios, ajudando-o a manter o foco nos objetivos educacionais.

Professores com uma identidade bem definida conseguem estabelecer uma relação genuína com seu trabalho, o que fortalece seu engajamento e sua capacidade de adaptação às diferentes demandas do ensino. Como ressalta Nóvoa (2000, p. 76),

“a construção de uma identidade sólida não apenas fortalece o individualmente, mas contribui para uma educação de qualidade, ao criar uma relação genuína entre o docente e seu trabalho”.

Esse vínculo entre identidade e prática educativa reflete-se diretamente na experiência dos alunos, que se beneficiam de um ensino mais comprometido e intencional, reforçando a importância de uma identidade docente estruturada para o sucesso educacional.

## 7. CONCLUSÃO

A construção e manutenção de uma identidade profissional docente sólida revelam-se essenciais para a prática educativa de qualidade e para o compromisso contínuo dos professores com seu papel na sociedade. Este estudo evidenciou que a identidade docente é moldada por uma combinação de fatores internos, como valores e crenças pessoais, e externos, como as condições de trabalho e as políticas educacionais. A formação inicial fornece uma base importante, mas é na prática e na formação continuada que o professor realmente consolida e ajusta sua identidade, adaptando-se às necessidades e mudanças do contexto educacional.

O contexto escolar, as políticas públicas e a visão social da profissão desempenham um papel determinante na formação dessa identidade, influenciando tanto o bem-estar quanto a motivação do professor. A desvalorização e precarização do trabalho docente representam desafios significativos, que muitas vezes levam à desmotivação e ao desgaste emocional, afetando negativamente a relação entre o professor e seu trabalho.

Conclui-se que, para fortalecer a identidade docente e garantir uma prática pedagógica eficaz, é fundamental que as políticas educacionais e as instituições escolares promovam condições de trabalho dignas e valorizem o papel do professor. Dessa forma, os educadores poderão se manter engajados e

resilientes, contribuindo para uma educação transformadora e de qualidade.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antunes, C. (2005). *A profissão docente e a sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora Atual.

Day, C. (2001). *Desenvolvimento profissional dos professores: os desafios da aprendizagem permanente*. Porto Alegre: Artmed.

Garcia, M. (1999). *A construção da identidade profissional docente*. Lisboa: Edições Colibri.

Nóvoa, A. (1992). *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora.

Nóvoa, A. (2000). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Tardif, M., & Lessard, C. (2005). *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis: Vozes.

Tardif, M. (2002). *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes.

## Revista Multidisciplinar

### A CULTURA *MAKER* NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: DESAFIOS, POTENCIAL E IMPACTO NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Anderson da Silva Santos e Grace Favila de Figueiredo Carvalhal



<https://images.app.goo.gl/y5zQ25Goi6qqZewx7>

PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

ISSN

International Standard Serial Number

2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

## A CULTURA *MAKER* NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: DESAFIOS, POTENCIAL E IMPACTO NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Anderson da Silva Santos<sup>1</sup>

Grace Favila de Figueiredo Carvalhal<sup>2</sup>

Revista o Universo Observável  
DOI: 10.5281/zenodo.14026494  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14026494)

---

<sup>1</sup> Especialista em Saberes e Práticas da Língua Inglesa pela UNYLEYA (2013). Licenciado em Letras com língua inglesa pela UNIJORGE (2008).

<sup>2</sup> Graduada em Licenciatura em Letras Vernáculas- Universidade Federal da Bahia (1991). Graduada em Bacharelado em Letras Vernáculas - Universidade Federal da Bahia (1993). Graduada em Direito - Faculdade Maurício de Nassau (2008). Especialista em Literatura Brasileira - Universidade Católica do Salvador (2005). Especialista em Direito Civil- Universidade Federal da Bahia (2012). Especialista em Metodologia do Português – Centro de Estudos Avançados em Pós Graduação e Pesquisa (2018). Especialista em Metodologia do Ensino de Português - ISEAC (2017). Especialista em Psicopedagogia Escolar – Universidade Contemporânea e Faculdade Integrada Montenegro (2002).



### Resumo

A Cultura *Maker*, movimento que promove autonomia e inovação por meio da prática de criação e construção com uma variedade de materiais e tecnologias, tem se destacado no cenário educacional global. Este artigo examina a implementação dessa cultura nas escolas públicas brasileiras, avaliando seu potencial para formar profissionais qualificados para o mercado de trabalho e os desafios enfrentados para sua adoção efetiva. A análise baseia-se em uma revisão narrativa de literatura, buscando uma rápida atualização dos estudos sobre a temática da Cultura *Maker*, destacando o potencial de trazer vantagens significativas para a educação pública, especialmente na formação de habilidades práticas e técnicas essenciais. Contudo, destaca-se que, até o momento, a Cultura *Maker* tem se consolidado predominantemente no Sistema "S", representado pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESI (Serviço Social da Indústria) e nos Institutos Federais, antigas Escolas Técnicas, o que contrasta com a ideia de universalização do ensino prevista no Plano Nacional de Educação (PNE).

**Palavras-chave:** Cultura *Maker*; Educação pública; Mercado de trabalho; Formação profissional.

### Abstract

*The Maker Culture, a movement that promotes autonomy and innovation through hands-on creation and construction with a variety of materials and technologies, has gained prominence in the global educational landscape. This article examines the implementation of this culture in Brazilian public schools, assessing its potential to train skilled professionals for the job market and the challenges faced in its effective adoption. The analysis is based on a narrative literature review, aiming to provide an update on studies about the Maker Culture, highlighting its potential to bring significant advantages to public education, especially in the development of essential practical and technical skills. However, it is noted that, so far, Maker Culture has predominantly established itself within the "S System," represented by SENAI (National Industrial Training Service), SESI (Social Service of Industry), and Federal Institutes, formerly Technical Schools, which contrasts with the idea of universalized education outlined in the National Education Plan (PNE).*

**Keywords:** *Maker Culture; Public Education; Job Market; Professional Training.*

## 1. Introdução

A Cultura *Maker*, fortemente baseada no conceito do "faça você mesmo" e na aplicação prática do conhecimento, propõe uma metodologia educacional inovadora que integra o aprendizado por experimentação e estimula o desenvolvimento de habilidades multidisciplinares por meio da tecnologia. No entanto, apesar de seu potencial transformador, sua incorporação no sistema público

de ensino encontra diversos desafios estruturais e pedagógicos.

Este artigo investiga o potencial e as dificuldades da implementação da **Cultura *Maker*** na educação pública brasileira, analisando três vertentes centrais: **a origem da Cultura e da educação *Maker*, a Cultura *Maker* nas escolas públicas e a atuação do Sistema "S" e dos Institutos Federais** nesse contexto.

Inicialmente o artigo explora as dificuldades enfrentadas pelas escolas públicas para adotar essa abordagem, dado o **investimento insuficiente, a carência de recursos tecnológicos e a falta de capacitação de professores**. O **Censo Escolar de 2023** e as informações do **Programa Mais Ciência na Escola apresentada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)** revelam a concentração da cultura *maker* em poucas instituições, destacando uma disparidade que impede sua universalização no ensino público.

Por outro lado, a seção que aborda sobre a **Cultura *Maker* e o Sistema "S" e os Institutos Federais** demonstra como essas instituições têm assumido um papel de vanguarda na adoção dessa metodologia. Iniciativas como os **Espaços *Maker* das escolas SESI-SP, os *Fab Labs* e o Projeto Rede *Maker*** vêm promovendo a inovação e a prototipagem colaborativa, oferecendo exemplos bem-sucedidos que podem inspirar políticas educacionais mais inclusivas. Esses espaços não apenas proporcionam acesso a equipamentos avançados, como impressoras 3D e *kits* de robótica, mas também favorecem a integração entre estudantes, empresas e a comunidade, consolidando ecossistemas educacionais inovadores.

A partir da análise dessas seções, o artigo busca responder à seguinte questão: **Quais estratégias podem viabilizar a implementação da Cultura *Maker* nas escolas públicas, promovendo uma educação mais inovadora e inclusiva?**

A análise baseia-se em uma revisão narrativa de literatura, que de acordo com Cavalcante e Oliveira (2020, p. 85) é um tipo de "método que permite uma ampla descrição sobre o assunto, mas não esgota todas as fontes de informação, visto que sua realização não é feita por busca e análise sistemática dos dados".

## 2. A origem da cultura e da educação *Maker*

O movimento *maker* tem suas raízes na cultura *Do It Yourself* (DIY), que incentiva as pessoas a construir, modificarem ou consertarem objetos por conta própria, promovendo a autonomia na criação. Nesse contexto, podemos afirmar que a

ação de fazer é uma característica intrínseca ao ser humano, conforme resumiu Navarro (2006), ao abordar a relação entre o ser humano e os materiais em diversos momentos da história:

Desde os primórdios, a história do Homem está interligada aos materiais. Essa ligação é uma soma de todos os materiais que inventamos ou descobrimos, manipulamos, usamos e abusamos; incluindo desde histórias de opulência e mistérios envolvendo materiais preciosos (ouro e prata), histórias mundanas, como no caso do ferro e da borracha pelos seus aspectos meramente industriais, passando por histórias de segurança e devastação ligadas aos materiais atômicos e aos lixos doméstico, industrial e hospitalar não-processados (Navarro, 2006, p.1).

Conforme destacado por Navarro (2006), a capacidade de transformar materiais sempre foi crucial para a sobrevivência e o desenvolvimento das sociedades humanas, e de acordo com Gavassa (2020, p. 35), a educação *maker* é fundamentada em abordagens teóricas que têm sido recuperadas para justificar sua aplicação no campo educacional, conectando-se com a educação integral, que valoriza o protagonismo dos alunos e o "aprender fazendo" de forma significativa, indo além da simples criação de produtos com materiais básicos como papel e cola.

Lemos (2014) ressalta que o movimento *Arts and Crafts*, surgido na Inglaterra no final do século XIX, valorizava o artesanato criativo como uma resposta à mecanização e à produção em massa, buscando revalorizar o trabalho manual e recuperar o valor estético de objetos cotidianos, influenciado por teóricos como John Ruskin<sup>3</sup> e Augustus Pugin<sup>4</sup>, que contribuíram para a formação de sua base teórica. Nesse contexto, os movimentos *Do It Yourself* e *Arts & Crafts* compartilham a valorização do trabalho artesanal e da criação de objetos por meio de métodos criativos, em oposição à produção em massa e à industrialização do artesanato. Ambos contribuíram de maneira significativa para o surgimento do atual movimento *Maker*, que resgata a importância do trabalho manual e da inovação pessoal. Dessa forma, esses movimentos constituem marcos históricos essenciais, cujas origens e características merecem uma análise mais detalhada.

Como apontou Lemos (2014, p. 31-32):

Há pouco mais de um século, por volta de 1900, florescia na Inglaterra um movimento contra a industrialização da arte e do artesanato. O movimento *Arts & Crafts* ou *Arte & Ofício* valorizava a criação artesanal mais tradicional, com formas simples e métodos mais criativos, e lutava contra uma produção

<sup>3</sup> **John Ruskin** (1819-1900) era um crítico da produção industrial (Moura, 2022).

<sup>4</sup> **Augustus Pugin** (1812-1852) era arquiteto e designer de interiores, especialista no estilo gótico e um reformador e defensor do design (Moura, 2022).

artística mais mecânica e também a produção em massa de peças de arte. Mais tarde, nos anos 1940, nos Estados Unidos, começa a surgir outro movimento cultural que buscava uma conexão maior das pessoas com as coisas que elas usavam, a cultura do DIY - Do It Yourself ou Faça Você Mesmo. Tudo claramente conectado com uma busca por economias e um desejo de apropriação das coisas pelas pessoas e em oposição à massificação da produção e à obsolescência programada das coisas.

Para Gavassa (2020), a Educação *Maker*, se constituiu em um movimento que valoriza a aprendizagem prática, e tem se estabelecido de forma sólida em países como Estados Unidos, Inglaterra, Nova Zelândia e China. Essa tendência global reflete um esforço crescente para reavivar o interesse nas profissões relacionadas às áreas de artes, ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

(STEAM<sup>5</sup>). A integração de programas governamentais que incentivam a criação de *makerspaces*<sup>6</sup>. Nesses ambientes, há colaboração e aprendizagem por meio da desconstrução e reconstrução. e *fab labs*<sup>7</sup> nas escolas demonstra o reconhecimento dos benefícios educacionais proporcionados por esses espaços. Eles não apenas oferecem acesso a tecnologias avançadas, mas também promovem um ambiente de aprendizado colaborativo e inovador, onde os estudantes são encorajados a explorar, experimentar e criar.

Ainda segundo Gavassa (2020), a associação entre Educação *Maker* e STEM nos Estados Unidos é especialmente evidente, evidenciando como esses conceitos podem ser aplicados de maneira integrada no contexto educacional. A incorporação de *Fab labs* e *Makerspaces* nas escolas não se restringe à oferta

<sup>5</sup> **STEAM**: Esse modelo prevê a integração de conhecimentos de artes, ciências, tecnologia, engenharia e matemática, possibilitando ao aluno se preparar para desafios como cidadão e também no mercado de trabalho (Lemes, 2020).

<sup>6</sup> "Os **makerspaces** são espaços de criação e compartilhamento de conhecimento [...] que fazem parte de um movimento emergente e que ganha mais espaço a cada ano: o movimento maker, derivado por sua vez da cultura Do It Yourself (DIY) ou faça você mesmo em tradução livre" (Jesus; Cunha, 2022, p. 1).

<sup>7</sup> **Fab Labs** são espaços de fabricação digital que fornecem ferramentas controladas por computador e materiais para a produção rápida de objetos, promovendo a inovação por meio da prototipagem em um ambiente colaborativo. Integrados a uma rede global criada pelo MIT, esses laboratórios reúnem estudantes, educadores, empresas e profissionais para trocar experiências e transformar projetos em realidade. Além de facilitar o acesso a ferramentas de fabricação, os Fab Labs buscam integrar conceitos da Indústria 4.0 e fomentar a criação de soluções baseadas no conceito de open design, incentivando parcerias entre empresas e comunidades (Sistema Fiep, 2024).

de recursos tecnológicos, mas envolve também a transformação da mentalidade educacional. Nesses ambientes, os alunos são incentivados a aprender fazendo, promovendo um entendimento mais profundo dos conteúdos e desenvolvendo habilidades cruciais para o futuro, como resolução de problemas, criatividade e trabalho em equipe.

### 3. A Cultura *Maker* nas Escolas Públicas Brasileiras: dificuldades e possibilidades.

A implementação da Cultura *Maker* nas escolas públicas brasileiras, conforme demonstram os dados do Censo Escolar 2023 e as ações do Programa Mais Ciência na Escola, ainda é insuficiente para atender à demanda em todas as etapas educacionais. O Censo 2023, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revela que o Brasil conta com 178,5 mil escolas públicas. No entanto, o investimento anunciado em 2024 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que destinará R\$ 100 milhões para a criação de 1.000 laboratórios *maker*, cobre menos de 1% (um por cento) dessas instituições, evidenciando uma disparidade significativa entre a necessidade de ampliação dessa abordagem e os recursos disponibilizados.

Nesse cenário, a adoção da Cultura *Maker* depende, em grande parte, de iniciativas individuais. A professora Débora Denise Dias Garofalo, por exemplo, desenvolveu o projeto "Robótica com Sucata Promovendo a Sustentabilidade" em São Paulo, utilizando materiais recicláveis para criar robôs e, assim, mostrar que a inovação não está restrita a espaços com alta tecnologia. Garofalo (2018, p.2) afirma que a proposta do projeto visa "oportunar ao aluno intervir na própria comunidade, através do uso reflexivo das tecnologias", promovendo a sustentabilidade e estimulando a criatividade e o protagonismo juvenil. O projeto, que utiliza a metodologia "mão na massa", permite aos alunos aprender por experimentação, construindo protótipos a partir de diferentes áreas do conhecimento.

Além de iniciativas como a da professora Garofalo, instituições do Sistema S, como SENAI e SESI, assim como os Institutos Federais, têm desempenhado um papel importante na expansão da Cultura *Maker*. Contudo, a ausência de políticas públicas mais abrangentes coloca nas mãos de projetos isolados a responsabilidade pela disseminação dessa metodologia inovadora. Assim, a difusão da Cultura *Maker* em larga escala ainda

enfrenta desafios, como a falta de apoio governamental e a limitada infraestrutura nas escolas públicas.

Portanto, enquanto o potencial transformador da Cultura *Maker* no ambiente educacional é amplamente reconhecido, a realidade nas escolas públicas brasileiras ainda não reflete essa inovação em grande escala. A expansão dessa abordagem requer maiores investimentos públicos, além do fortalecimento de parcerias com iniciativas locais, que já demonstram resultados promissores em contextos de escassez de recursos. Essas limitações contrastam de forma marcante com as ideias defendidas por Moran (2007), ao afirmar que:

A sala de aula precisa ser confortável, com boa acústica e tecnologias, das simples até as sofisticadas. Uma classe, hoje, precisa ter ao seu alcance aparelhos de vídeo, DVD, projetor multimídia e, no mínimo, um ponto de internet, para acesso a sites em tempo real pelo professor ou pelos alunos, quando necessário. Com o avanço das redes sem fio e o barateamento dos computadores, as escolas estarão conectadas e as salas de aula poderão tornar-se espaços de pesquisa, de desenvolvimento de projetos, de intercomunicação on-line, de publicação, com a vantagem de combinar o melhor do presencial e do virtual no mesmo espaço e ao mesmo tempo (Moran, 2007, p. 102).

De acordo com Rodrigues, Palhano e Vieceli (2021), o protagonismo dos alunos no processo de aprendizado é essencial nas escolas, especialmente quando utilizam ferramentas digitais que promovem um ambiente rico em oportunidades para explorar e refletir sobre o mundo ao seu redor. Nesse contexto, a cultura *maker* se destaca por incentivar o aprendizado prático, permitindo que os alunos, ao trabalharem com temas de seu interesse, tenham uma experiência significativa, valorizando seus erros e acertos ao longo do processo de construção de conhecimento, apesar de a cultura *maker* não ter sido inicialmente pensada para o ambiente escolar.

As ideias defendidas por Moran (2007), sobre a importância de um ambiente escolar que promova múltiplas interações midiáticas e que utilize a tecnologia como ferramenta de aprendizado, contrastam com a realidade das escolas públicas brasileiras. A falta de infraestrutura adequada e a escassez de recursos dificultam a criação de espaços que favoreçam a experimentação e a criatividade, pilares da Cultura *Maker*. Embora Moran (2007) defenda um ambiente educacional que inspire os alunos a se tornarem criadores e solucionadores de problemas, a implementação dessas ideias é frequentemente inviabilizada pela ausência de tecnologias avançadas, como impressoras 3D, kits de robótica e outros equipamentos necessários para o desenvolvimento

de projetos práticos e interdisciplinares.

Segundo Oliveira, Alcântara e Silva (2022), para que as aulas sejam atrativas e envolvam os estudantes, é necessário que os professores se afastem da perspectiva tradicional da “educação bancária”, adotando práticas educativas diferenciadas. No entanto, a efetividade da Cultura *Maker* depende diretamente da formação docente, o que revela um desafio, pois muitos educadores não possuem o preparo específico necessário para conduzir atividades práticas. Essa lacuna entre a proposta pedagógica e a realidade estrutural das escolas públicas dificulta a expansão eficaz dessa metodologia. Assim, é fundamental que os professores se engajem em um processo contínuo de capacitação para que possam incorporar a Cultura *Maker* e promover inovações significativas na educação brasileira, como defendido por Rodrigues, Palhano e Vieceli (2021), que asseveram que:

Ao utilizar-se da cultura *maker* no ambiente educativo o educador também se desafia, considerando que ele deve ser um pesquisador nato, pois, precisa ter grande domínio de conhecimentos para gerir aulas nesta proposta de trabalho, deve se desafiar constantemente e também aprender através de seus erros e acertos, estar apto a mudar seu ponto de vista, pensar em novas perspectivas, utilizar-se de planejamento flexível e não ter medo de arriscar; deve conhecer seus objetivos e almejar patamares maiores que aqueles traçados e alcançados em aulas tradicionais, em que, o educador, era detentor único do saber, sua função deve estar bem clara enquanto mediador neste processo, cabe ao educador compreender sua função, para que através dela os alunos apreciem o ato de buscar conhecimentos para resolver situações problemas (Rodrigues, Palhano e Vieceli (2021, p. 1).

Conforme também apontado por Rodrigues, Palhano e Vieceli (2021), apesar dos desafios, a Cultura *Maker* apresenta inúmeros benefícios para a educação nas escolas públicas brasileiras, além de contribuir para a formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho. Ao fomentar a criação de projetos utilizando materiais simples e recicláveis, esse movimento não apenas favorece o desenvolvimento técnico dos estudantes, mas também estimula sua criatividade e inovação. Práticas como a construção de hortas comunitárias e a confecção de protótipos oferecem uma experiência prática que complementa o aprendizado teórico, preparando os alunos para enfrentar situações reais.

Ademais, a Cultura *Maker* promove o desenvolvimento do pensamento crítico e a resolução criativa de problemas, além de incentivar a autonomia e a capacidade de enfrentar desafios complexos, competências essenciais em diversas

profissões. Essas ideias estão de acordo com o pensamento expresso por Rodrigues, Palhano e Vieceli (2021), quando estabelecem que:

Outro aspecto fundamental é que a cultura *maker* se encontra no ato de experimentar, e quando somos submetidos ao ato, promovemos um trabalho coletivo e corroborativo, o que também promove a resolução de problemas de forma mais criativa e empática. Além de proporcionar uma grande diversidade de possibilidades de aprendizagens, proporciona também a criação de objetos que poderão ser utilizados pela comunidade escolar e ou sociedade em geral. E à medida que esses momentos são inseridos na prática em sala de aula, nossos alunos tornam-se mais fluentes em diferentes técnicas construtivas, pois eles são constantemente confrontados (o que vou criar hoje?). E nada poderia protagonizar mais a aprendizagem do que já de início escolher a temática. Mas em especial, além de todos os benefícios que a aplicabilidade da cultura *maker* traz, podemos citar também o resgate pelo gosto em aprender e estar ali naquele espaço e não em outro é o maior ganho não mensurável que esse movimento tem proporcionado à educação em todo o mundo (Rodrigues, Palhano e Vieceli, 2021, p. 1).

Ensinar é um ato criador e crítico, profundamente ligado à curiosidade, tanto do professor quanto dos alunos, conforme refletido por Freire (2008). Esse processo de ensino-aprendizagem ativo se manifesta em práticas como a Cultura *Maker*, que valoriza o uso consciente e responsável de recursos, incluindo a reutilização de materiais recicláveis. Além de promover a sustentabilidade, essa abordagem prepara os estudantes para enfrentar desafios ambientais e econômicos futuros.

Garofalo (2018) demonstrou que a Cultura *Maker* pode ser aplicada em escolas públicas com recursos limitados, utilizando materiais recicláveis na construção de robôs e promovendo a conscientização sobre sustentabilidade. A inovação sustentável também se evidencia na criação de hortas escolares e brinquedos feitos de sucata, mostrando que soluções criativas são viáveis mesmo em contextos com acesso restrito a tecnologias avançadas.

Além dessa abordagem indireta, é relevante apresentar a introdução do artigo de Garofalo (2018, p. 1), que destaca: “A robótica com sucata promove não apenas a sustentabilidade, mas também o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e cognitivas, essenciais para a formação integral dos alunos”. Essa perspectiva reforça o papel da robótica como uma prática pedagógica que vai além da técnica, contribuindo para a formação integral dos estudantes por meio de competências emocionais e intelectuais.

O projeto "Robótica com Sucata", desenvolvido na EMEF Almirante Ary Parreiras, com turmas do 6º ao 9º ano, na disciplina de

Informática Educativa, coloca esses princípios em prática ao utilizar materiais reciclados do lixo coletado nas ruas de São Paulo para construir robôs e dispositivos eletrônicos. A iniciativa tem transformado a vida de cerca de 600 jovens e crianças da rede pública, estimulando a criatividade e incentivando a experimentação e a pesquisa para propor soluções locais. A proposta pedagógica é significativa e envolve o estudo do meio ambiente e a reciclagem como parte do processo educativo, integrando sustentabilidade e tecnologia na sala de aula. Dessa forma, o projeto também evidencia que a presença da tecnologia é indispensável no contexto escolar contemporâneo (Garofalo, 2018).

#### 4. A Cultura *Maker* e o Sistema “S” e os Institutos Federais

Atualmente, a Cultura *Maker* tem sido predominantemente implementada no Sistema “S”, representado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pelo Serviço Social da Indústria (SESI) e pelos Institutos Federais, antigas Escolas Técnicas, as quais oferecem formação técnica e profissional e já integraram práticas *maker* em seu portfólio de cursos e oficinas.

Os *Fab Labs*, conforme descritos pelo Sistema Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), são espaços de fabricação digital que fornecem ferramentas controladas por computador e materiais para a produção rápida de objetos, incentivando a inovação por meio da prototipagem colaborativa. Além de integrarem a rede mundial do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), esses espaços se destacam por promover a troca de conhecimento entre estudantes, empresas e a comunidade, bem como por facilitar o acesso a tecnologias digitais e convencionais. Assim, o conceito de *Fab Lab* se consolida como um marco no contexto educacional e tecnológico, oferecendo uma infraestrutura que une teoria e prática, pesquisa e desenvolvimento. Essa convergência não apenas facilita a criação de novos produtos e serviços, mas também democratiza o acesso a ferramentas avançadas, permitindo que mais pessoas transformem ideias em soluções concretas.

Em Curitiba e São José dos Pinhais, as unidades do Senai CIC (Cidade Industrial de Curitiba) e das Faculdades da Indústria representam exemplos práticos dessa iniciativa global, alinhando-se à rede mundial *Fab Lab*, estabelecida pelo MIT, e ampliando as fronteiras do que é possível na educação e na inovação tecnológica. Segundo o SENAI PR (2023), as unidades Senai CIC, em Curitiba, e as Faculdades da Indústria de

São José dos Pinhais possuem espaços de fabricação digital que integram a rede mundial *Fab Lab*, desenvolvida pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Esses locais são voltados para a cultura *maker*, educação, prototipagem e fabricação geral, oferecendo uma variedade de equipamentos e recursos qualificados de manufatura digital, que visam apoiar a pesquisa básica e o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços.

A incorporação da cultura *Maker* nas práticas pedagógicas tem se tornado uma tendência crescente no campo educacional, transformando a forma como os alunos aprendem e interagem com o conhecimento. No contexto das escolas SESI-SP, essa abordagem é materializada por meio de espaços especialmente projetados para a fabricação digital e o desenvolvimento de habilidades práticas. Esses ambientes não apenas fomentam a criatividade e a inovação, mas também promovem a colaboração e o aprendizado ativo, preparando os estudantes para enfrentar os desafios do século XXI.

Segundo o artigo "*Espaço Maker*" do SESI-SP (2024), os Espaços *Maker* funcionam como laboratórios de fabricação digital que combinam práticas pedagógicas inovadoras com um forte enfoque na cultura *Maker* e metodologias ativas de ensino. Presentes em 98 escolas do estado de São Paulo, esses espaços se destacam como centros de inovação, incentivando os alunos a transformar ideias em realidade por meio da prototipagem e do desenvolvimento de projetos práticos. Além de estimular a criatividade e o pensamento crítico, os Espaços *Maker* promovem o trabalho em equipe e o espírito colaborativo, ensinando os estudantes a compartilhar conhecimentos e a colaborar na busca por soluções criativas e inovadoras. Assim, a cultura *Maker* se afirma como uma ferramenta essencial na formação de cidadãos preparados para os desafios contemporâneos. O Projeto Rede *Maker*, iniciado em 2019, busca promover a cultura *maker* no ambiente educacional brasileiro, fomentando laboratórios de prototipagem e inovação em diversas instituições federais. Com a adesão de 39 instituições de diferentes regiões, o projeto conta com a participação ativa de estudantes, professores e técnicos administrativos, consolidando um ecossistema colaborativo e inclusivo. Além da instalação de tecnologias de ponta, como impressoras 3D e *kits* de robótica, o projeto visa fortalecer metodologias ativas e a educação tecnológica, ampliando o impacto educacional no país por meio de parcerias com universidades, ONGs ou Organizações Não Governamentais e o setor produtivo.

Conforme detalhado pelo Ministério da Educação (2023), a iniciativa conhecida como Rede *Maker* foi iniciada em 2019 com a elaboração do

Edital 35/2020, que visou a criação de Laboratórios de Prototipagem. Este projeto envolve 39 instituições de todas as cinco regiões do Brasil, contando com 113 Equipes Gestoras compostas por estudantes, professores e técnicos administrativos, totalizando mais de 1.300 membros diretos. Além disso, essas equipes estabelecem parcerias com diversas organizações, como associações, ONGs, e universidades.

As instituições parceiras devem oferecer a infraestrutura necessária, incluindo conectividade e mobiliário adequado. Por sua vez, a Setec/MEC é responsável pela descentralização de recursos para a aquisição de equipamentos, que incluem impressoras 3D, scanners 3D, canetas 3D, projetores multimídia, *laptops*, *smart TVs*, máquinas de corte a vinil, *kits* de robótica e ferramentas diversas, como fresadoras e máquinas CNC a laser.

Embora a promoção da Cultura Maker tenha mostrado resultados positivos, sua implementação ainda é limitada e concentrada em algumas escolas específicas, gerando desigualdade em relação à maioria das instituições públicas. Essa situação contrasta com o princípio de universalização do ensino, previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) de 1999 e na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de 1990, cujo objetivo é assegurar que todos os estudantes tenham acesso a metodologias inovadoras, independentemente de sua localização ou instituição (Menezes; Santos, 2001).

No entanto, conforme discutido na seção “A Cultura Maker nas Escolas Públicas Brasileiras: dificuldades e possibilidades”, embora o Brasil conte com 178,5 mil escolas públicas, o investimento anunciado pelo CNPq (2024) para a criação de 1.000 laboratórios *maker* beneficiará menos de 1% dessas instituições. Isso evidencia uma disparidade significativa entre a necessidade de ampliar essa abordagem e os recursos efetivamente disponibilizados. Assim, a adoção da Cultura Maker ainda está longe de se consolidar como prática universal nas escolas públicas brasileiras.

## 5. Considerações finais

A análise das seções apresentadas evidencia que, embora a Cultura Maker tenha demonstrado resultados positivos em instituições como o Sistema “S” e os Institutos Federais, sua implementação nas escolas públicas ainda é limitada e desigual. A concentração dessa metodologia em escolas específicas e iniciativas pontuais, como o Projeto Rede Maker, e o da professora Débora Garofalo com robótica

sustentável, contrasta com a necessidade de promover uma educação universal e inovadora, como preconizado pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

As experiências bem-sucedidas destacadas, como os Fab Labs e os Espaços Maker do SESI-SP, mostram que a convergência entre teoria e prática e o acesso a tecnologias de ponta são essenciais para desenvolver o pensamento crítico, a criatividade e a colaboração nos alunos. No entanto, a adoção dessa abordagem nas escolas públicas enfrenta barreiras significativas, como a falta de investimento, a infraestrutura inadequada e a escassez de formação docente específica.

Respondendo à questão central do artigo, as estratégias mais promissoras para viabilizar a Cultura Maker nas escolas públicas incluem: Parcerias público-privadas e a replicação de modelos do Sistema “S” para ampliar o acesso a recursos tecnológicos e laboratórios maker; Capacitação contínua de professores por meio de programas formativos que integram metodologias ativas e práticas maker; Adoção de soluções sustentáveis e de baixo custo, como o uso de materiais recicláveis, inspirando-se no projeto de robótica sustentável de Débora Garofalo; Expansão do financiamento público, com editais que incentivem a criação de espaços maker em escolas públicas de diferentes regiões do país; Incentivo à inovação pedagógica por meio de políticas públicas que valorizem a experimentação e a criatividade no ambiente escolar.

A implementação da Cultura Maker nas escolas públicas não depende apenas de recursos, mas de uma mudança cultural e institucional que valorize a experimentação, a colaboração e a aprendizagem ativa. Ao integrar essa abordagem ao cotidiano escolar, é possível preparar melhor os alunos para os desafios do século XXI, democratizando o acesso a uma educação de qualidade e alinhada às demandas contemporâneas. Dessa forma, o Brasil pode avançar na construção de um sistema educacional mais inclusivo, inovador e conectado às necessidades da sociedade.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Maker: o “aprender fazendo” da Rede Federal**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/ept/rede-maker-o-2018aprender-fazendo2019-da-rede-federal>. Acesso em: 18 out. 2024

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto;  
OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. **Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos.** *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020..

CNPq. **Mais Ciência na Escola: CNPq divulga resultado preliminar da chamada pública do Programa Mais Ciência na Escola.** 27 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/09/cnpq-divulga-o-resultado-preliminar-da-chamada-publica-do-programa-mais-ciencia-na-escola>. Acesso em: 6 out. 2024.

FERNANDES, Daniel. **Afinal, o que é movimento maker? | A People Tech responde!** People Tech, 06 jul. 2022. Disponível em: <https://www.people.com.br/noticias/tecnologia/afinal-o-que-e-movimento-maker-%7C-a-people-tech-responde#:~:text=A%20palavra%20maker%20vem%20do,fabricar%20diferentes%20tipos%20de%20objetos>. Acesso em: 23 out. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança. 15ª Ed.**, São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GAROFALO, Débora Denise Dias. **Robótica com sucata, promovendo a sustentabilidade.** São Paulo: EMEF Almirante Ary Parreiras, 2018. Disponível em: [https://premioprofessoresdobrasil.mec.gov.br/image/s/pdf/relatos\\_2018/tematicas\\_especiais/debora\\_denise\\_dias.pdf](https://premioprofessoresdobrasil.mec.gov.br/image/s/pdf/relatos_2018/tematicas_especiais/debora_denise_dias.pdf). Acesso em: 18 ago. 2024.

GAVASSA, R. C. F. B. **Educação Maker: Muito mais que papel e cola. Tecnologias, sociedade e conhecimento**, v. 7, n. 2, dez. 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tsc/article/download/14851/9883/34461>.

JESUS, D. L. de; CUNHA, M. B. da. **A evolução do makerspace: uma revisão de literatura.** Em *Questão*, Porto Alegre, v. 28, n. 4, e-119580, out./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245284.119580>. Disponível em: [http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/46238/1/ARTIGO\\_EvolucaoMakerspaceRevisao.pdf](http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/46238/1/ARTIGO_EvolucaoMakerspaceRevisao.pdf). Acesso em: 24 out. 2024.

INEP. MEC e Inep divulgam resultados do **Censo Escolar 2023.** 22 fev. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>. Acesso em: 6 out. 2024.

LEMOS, Manoel. **De volta aos átomos: Movimento Maker, Hardware Livre e o surgimento de uma nova revolução industrial.** *Revista Observatório Itaú Cultural*, 16ª Edição, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://blog.fazedores.com/artigo-sobre-movimento-maker-na-revista-observatorio-itaucultural/>. Acesso em 19 out. 2024.

LEMES, David. **Educação STEAM: o que é, para que serve e como usar.** *Jornal da PUC-SP*, São Paulo, 17 nov. 2020. Disponível em: <https://j.pucsp.br/artigo/educacao-steam-o-que-e-para-que-serve-e-como-usar>. Acesso em: 19 out. 2024.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. **Verbetes universalização do ensino. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Mídiatrix Editora, 2001. Disponível em: <https://educabrasil.com.br/universalizacao-do-ensino/>. Acesso em 19 out. 2024.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** Campinas: Papirus, 2007. 176 p. ISBN 978-8530808358. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=PiZe8ahPcD8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=snippet&q=ambiente&f=false>. Acesso em: 07 out. 2024.

MOURA, Maria Isabel. **Arts and Crafts Movement.** In: MOURA, Maria Isabel. **História do Design: Conceitos e Movimentos.** São Paulo: Blucher, 2022. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/h8sn8/pdf/moura-9786557142967-04.pdf>. Acesso em: 19 out. 2024.

NAVARRO, R. F. **A evolução dos materiais. Parte 1: da Pré-história ao início da Era Moderna.** *Revista Eletrônica de Materiais e Processos*, v. 1, n. 1, p. 01-11, 2006. Disponível em: <https://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/32246.pdf>. Acesso em: 6 out. 2024.

OLIVEIRA, Mayara Yasmin Da Silva et al. **Cultura maker e formação docente: reflexões no contexto da pedagogia.** *Anais VIII CONEDU...* Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/88325>. Acesso em: 18 out. 2024.

RODRIGUES, Greice Provesi Paes; PALHANO, Milena; VIECELI, Geraldo. **O uso da cultura**

**maker no ambiente escolar.** Revista Educação

Pública, v. 21, nº 33, 31 de agosto de 2021.

Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/33/o-uso-da-cultura-maker-no-ambiente-escolar>.

SENAI PR. **Fab Lab: um laboratório de cultura maker.** 2023. Disponível em:

<https://www.senaipr.org.br/noticias-da-industria/fab-lab-um-laboratorio-de-cultura-maker-2-34126-471644.shtml>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SESI-SP. **Espaço Maker.** Disponível em:

<https://www.sesisp.org.br/educacao/espaco-maker>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SISTEMA FIEP. **O que é o Fab Lab.** Disponível em:

<https://www.sistemafiep.org.br/fablab/oqueeofablab-2-32401-349731.shtml>. Acesso em: 18 out. 2024.